



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

MYLENA SOUZA ALECRIM

**“O FIM DE TODOS OS MALES”:  
O DEBATE EDITORIAL DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS  
JORNAIS O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO**

Salvador

2020

MYLENA SOUZA ALECRIM

**“O FIM DE TODOS OS MALES”:  
O DEBATE EDITORIAL DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS  
JORNAIS O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Fernandes Nascimento.

Salvador

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A366 nos Alecrim, Mylena Souza.  
“O fim de todos os males”: o debate editorial do impeachment de Dilma Rousseff  
jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo / Mylena Souza Alecrim. – 2020.  
200 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Fernandes Nascimento  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Jornalismo – Aspectos políticos. 2. Processos (impedimentos). 3. Discussões e debates. 4. Editoriais. 5. Teoria fundamentada em dados. 6. Rousseff, Dilma, 1947-.  
I. Nascimento, Leonardo Fernandes. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 300.4

---

**MYLENA SOUZA ALECRIM**

**“O FIM DE TODOS OS MALES”:  
O DEBATE EDITORIAL DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS  
JORNAIS O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Salvador, 27 de novembro de 2020.

Banca examinadora

---

**Prof. Dr. Leonardo Fernandes Nascimento– (Orientador)**

Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ  
**Universidade Federal da Bahia**

---

**Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia-UFBA  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

---

**Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Ragatieri**

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo  
**Universidade Federal da Bahia**

## AGRADECIMENTOS

Embora a vida acadêmica seja, por vezes, solitária, sempre tive à minha volta, pessoas que foram meu suporte diário, e que são, também, responsáveis pela concretização desta pesquisa.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional. Ao meu pai, Valmir, por sempre ter colocado minha formação como prioridade em sua vida. À minha mãe, Márcia, por todo amor e compreensão com minhas ausências. Ao meu irmão, Caio, pelo companheirismo, e à minha caçula, Mariane, por tornar a vida mais leve. Às minhas avós, Elza e Isabel, pelo cuidado e preocupação. À minha tia, Áurea, por ser minha referência. Aos meus padrinhos, Didi e Dinha, por todo amor.

Agradeço aos meus amigos, que são uma segunda família para mim. À Juliana, Guto e Braian, por terem dividido à casa e os desafios comigo. Vocês, sem dúvida, foram responsáveis por tornar essa trajetória mais leve e cheia de afeto. À Bruna, pela amizade incondicional e por sempre ter uma palavra de carinho a dizer. À Louise, Maine, Carol (e agora Bernardo), Pedro, Jacke, por me mostrarem que existe sim amor em São Lázaro. À Taíse, Hina, Ananda, por todos os bons momentos compartilhados.

Agradeço também ao meu orientador, (o senhor) Leonardo, por ter me acolhido ainda na graduação, e pela parceria e incentivo dedicados a mim. Às minhas companheiras de grupo de pesquisa, Patrícia e Ive, pelos aprendizados compartilhados. À banca de qualificação pelas sugestões que contribuíram e muito com este trabalho.

Agradeço ao IFBA- Irecê, pela formação de excelência, e por ter me mostrado um mundo de possibilidades. Agradeço a todos os professores deste instituto, em especial, à Luzia, por quem tenho muito afeto e admiração.

Agradeço a Universidade Federal da Bahia, por ter me proporcionado uma formação crítica e de qualidade. Por fim, agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro, que foi essencial para a elaboração desta pesquisa.

ALECRIM, Mylena Souza. “O fim de todos os males”: O debate editorial do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 2020. Orientador: Leonardo F. Nascimento. 194 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## RESUMO

Esta dissertação consiste numa análise da cobertura jornalística do impeachment de Dilma Rousseff, por meio da investigação dos editoriais dos dois maiores jornais brasileiros, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Foram analisadas as peças editoriais publicadas durante o período de março de 2015, mês em que surgem as primeiras grandes manifestações de rua, contra o governo Dilma, até agosto de 2016, quando o impeachment é aprovado pelo Senado Federal. Para o estudo empírico foram analisados 336 editoriais, sendo 229 do jornal O Estado de S. Paulo e 107 da Folha de S. Paulo. A pesquisa tem como objetivo analisar os mecanismos utilizados pelo Jornalismo, para construir a cobertura dos fenômenos políticos. A partir desta investigação, é possível analisar as dinâmicas estabelecidas entre o campo midiático e o político, a fim de identificar possíveis aproximações e divergências. A análise dos editoriais, que são o espaço no qual as instituições de comunicação se posicionam sobre determinados assuntos e apresentam seus interesses aos leitores, permite identificar as opiniões dos jornais a respeito do processo de impeachment. Foram identificados, portanto, os principais argumentos utilizados pelos periódicos, para caracterizar o afastamento de Dilma. A respeito dos procedimentos metodológicos, optou-se pela abordagem dos métodos mistos. A Grounded Theory, metodologia baseada na análise empírica para construção de conhecimentos, foi utilizada como guia durante o processo de elaboração das categorias analíticas. Para a investigação qualitativa foi utilizada a ferramenta ATLAS.Ti, que auxiliou a codificação e categorização dos dados. O software Sphinx auxiliou na tabulação e análise quantitativa dos dados. De acordo com os resultados, houve uma tentativa de ambos os jornais de legitimar o impeachment de Dilma. Para isso, foram mobilizados argumentos que atribuíram legitimidade ao processo. Outro achado aponta para uma cobertura propositiva sobre o impeachment de Dilma, que foi apresentado pelos jornais, como uma solução para os problemas que o país enfrentava. Embora a cobertura editorial da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo apresentem aproximações na maneira de caracterizar o afastamento de Dilma, os periódicos priorizaram aspectos diferentes do processo. Este achado contribui com a defesa de que a investigação dos editoriais possibilita identificar as diferentes opiniões, que as instituições de comunicação defendem no debate público.

Palavras-chave: Jornalismo político, Impeachment, Debate público, Editorial, *Grounded Theory*.

ALECRIM, Mylena Souza. “The end of all ills”: The editorial debate on the impeachment of Dilma Rousseff in the newspapers O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo. 2020. Dissertation advisor: Leonardo F. Nascimento. 194 f. il. Dissertation (Master in Social Sciences) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## **ABSTRACT**

This dissertation consists of an analysis of the journalistic coverage of Dilma Rousseff's impeachment, through an investigation by the editorials of the two Brazilian newspapers, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. The analysis was concentrated as editorial pieces published during the period of March 2015, the month in which the first large street demonstrations against the Dilma government appeared, until August 2016, when the impeachment was approved by the Brazilian Senate. For the empirical study were analysed 336 editorials published, 229 from the newspaper O Estado de S. Paulo and 107 from Folha de S. Paulo. The goal of research is to analyze the mechanisms used through Journalism, to build a coverage of political phenomenon. From this investigation, it is possible to analyze the dynamics between the media and the political field, in order to identify possible approximations and divergences. The analysis of the editorials, a space in which the communication institutions, take a stand about certain subjects and present their opinions to the readers, which allow to identify the positions of the newspapers, regarding the impeachment process. Therefore, the main arguments used by newspapers were identified to characterize Dilma's removal. Regarding the methodological procedures, we opted for the mixed methods approach. The Grounded Theory, methodology based on empirical analysis for knowledge construction, used as a guide during the process of preparing analytical categories. In the empirical investigations, we used the qualitative analysis software ATLAS.ti as a tool to assist the data listing and categorization and the Sphinx software to assist in the tabulation and quantitative analysis of the data. According to the results, there was an attempt by both legitimate newspapers to impeach Dilma. For that, arguments were mobilized that gave legitimacy to the process. Although the news coverage of Folha de S. Paulo and the State of S. Paulo showed similarities in the way of characterizing Dilma's removal, the editorials gave priority to different aspects of the process. This finding contributed to the defense that the editorials investigation makes it possible to identify the different opinions that the communication institutions defend in the public debate.

**Keywords:** Political journalism, Impeachment, Public debate, Editorial, Grounded Theory.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANC- Assembleia Nacional Constituinte  
CGU- Controladoria Geral da União  
COPACs - Comitês populares dos atingidos pela Copa  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
FSP- Folha de S. Paulo  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
JPG- Joint Photographics Experts Group  
MST- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra  
MPs- Medidas Provisórias  
MDB- Movimento Democrático Brasileiro  
LGBTQ+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer  
OESP- O Estado de S. Paulo  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
OP- Orçamento participativo  
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento  
PCdoB- Partido Comunista do Brasil  
PDF- Portable Document Format  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNPS- Política Nacional de Participação Social  
PP- Partido Progressista  
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL- Partido Social Liberal  
PT- Partido dos Trabalhadores  
STF- Supremo Tribunal Federal  
TFD- Teoria Fundamentada nos Dados  
TCU- Tribunal de contas da União



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	11
<b>2. Considerações sobre a crise brasileira</b> .....	15
2.1 Os custos crescentes do presidencialismo de coalizão .....	16
2.2 Perda de hegemonia da esquerda sobre a participação popular.....	20
2.3 Atuação da mídia tradicional e veiculação do antipetismo .....	24
2.4 A atuação do judiciário .....	28
2.5 Conclusão .....	30
<b>3. Organizações de comunicação e o campo político: considerações iniciais</b> .....	32
3.1 O poder das organizações midiáticas e sua relação com a política .....	32
3.2 A teoria da agenda-setting e o conceito de <i>framing</i> .....	45
3.3 A atividade jornalística e as especificidades do campo.....	52
3.4 Editoriais: o lugar de fala das empresas de comunicação .....	60
3.5 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal O Estado de S. Paulo .....	62
3.6 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal Folha de S. Paulo.....	65
<b>4. Abordagem metodológica</b> .....	68
4.1 Percurso metodológico .....	75
4.2 Codificação e análise empírica dos jornais FSP e OESP .....	79
<b>5. Resultados da pesquisa: análise e discussão dos dados</b> .....	94
5.1 Análise dos argumentos legitimadores no jornal OESP.....	107
5.1.1 Análise do Argumento Legal.....	107
5.1.2 Análise do Argumento social .....	117
5.1.3 Análise do Argumento econômico .....	125
5.1.4 Análise do Argumento político.....	132
5.1.5 Análise do Argumento Moral .....	140
5.2 Análise dos argumentos legitimadores no jornal FSP .....	147

5.2.1 Análise do Argumento político.....	147
5.2.2 Análise do Argumento legal .....	153
5.2.3 Análise do Argumento social .....	157
5.2.4 Análise do Argumento econômico .....	159
5.2.5 Análise do Argumento moral .....	162
<b>6. Discussão sobre os achados da pesquisa .....</b>	<b>164</b>
<b>7. À guisa de conclusão.....</b>	<b>176</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>193</b>

## **1. Introdução**

Em um contexto globalizado, como o das democracias modernas, as organizações de comunicação ocupam espaço importante no debate público, pois representam a arena na qual os fenômenos são conhecidos pela audiência (GOMES, 2004). Embora o Jornalismo atue como mediador da esfera pública, sua função não se restringe à capacidade de noticiar os acontecimentos. Este é responsável, principalmente, pela construção da realidade social, uma vez que, as interpretações sobre os fatos são elaboradas pelas instituições de comunicação.

Desenvolveu-se, nas últimas décadas, um conjunto de estudos interessados em compreender a atuação do Jornalismo. Alguns trabalhos dedicaram-se à análise dos elementos que marcam a construção da notícia, e os efeitos cognitivos que esta produz (MCCOMBS; SHAW, 1972; THOMPSON, 1990; AZEVEDO, 2004; GUTMANN, 2006; PORTO, 2002). Outros investigam os efeitos que o material midiático produz sobre o eleitorado, em época de campanha (MIGUEL; COUTINHO 2007; PEREIRA, 2011; CERVI, MASSUCHIN; TAVARES, 2012). Há ainda as pesquisas que discutem a relação do campo político com o campo midiático (GOMES, 2004; LIMA, 2006; MIGUEL 2002; MIGUEL 2003; MARQUES; MIOLA, 2010; WOLF, 2010). Por fim, existem as pesquisas que analisam a construção dos fenômenos políticos nas notícias (ALBUQUERQUE, 2000; AZEVEDO, 2009; GOMES, 2004; GOMES, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2010; TATAGIBA, 2018; AZEVEDO, 2018; SANTOS, 2019).

A análise desta dissertação dialoga com este último campo de pesquisas, e tem como objetivo de estudo, investigar a cobertura jornalística do impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais publicados pela Folha de S. Paulo (FSP) e por O Estado de S. Paulo (OESP). O trabalho explora a literatura em comunicação que argumenta que o Jornalismo é um ator interessado, capaz de interferir na formação da opinião pública (THOMPSON, 1990; MIGUEL 2002). Nesse sentido, a análise dos editoriais sobre o impeachment nos permite identificar as interpretações mobilizadas pelo jornalismo brasileiro para representar o processo.

As manifestações realizadas em todo o Brasil, em 2013, e posteriormente, em 2015 e 2016, receberam forte atenção das organizações de comunicação. As principais emissoras de televisão do país modificaram sua grade de programação para acompanhar de perto os

protestos de rua. Com a abertura do processo de impeachment não foi diferente, as instituições de comunicação se esforçaram para noticiar sempre que uma nova peça era movida no grande tabuleiro da política brasileira.

Ao longo de todo o processo, pode-se perceber a divulgação de matérias que cobriam desde as manifestações contrárias ao governo Dilma e favoráveis à sua cassação<sup>1</sup>, bem como, artigos de opinião que analisavam a crise do governo e apontavam a corrupção como o grande mal nacional a ser combatido<sup>2</sup>. Nesse caso, embora a mídia tenha atuado como um instrumento importante na produção e disseminação de informações – o que pode ser percebido ao analisarmos a quantidade de matérias produzidas sobre o impeachment e temas afins (corrupção, crise política, etc.) – seu papel não se resumiu apenas a este caráter.

A literatura produzida sobre comunicação destaca que os meios de comunicação possuem, nas sociedades modernas, um papel central na construção do debate público e na disseminação de valores simbólicos (THOMPSON, 1990; MIGUEL 2002; MIGUEL 2003; AZEVEDO, 2004; GOMES, 2004; LIMA, 2006; MCOMBS, 2009; MARQUES; MIOLA, 2010; WOLF, 2010; CARVALHO, 2013; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015). As empresas de comunicação são responsáveis por oferecer os valores simbólicos, a partir dos quais, as pessoas constroem suas opiniões (MIGUEL, 2002; LIMA, 2006). Embora o processo comunicativo envolva adaptação e reinterpretação das informações divulgadas pelo Jornalismo, vale ressaltar que, as posições são formadas a partir daquilo que a mídia julga como relevante (MIGUEL, 2001).

Os trabalhos que analisam as relações estabelecidas entre o campo político e o midiático definem as organizações de comunicação como atores políticos (MIGUEL, 2002). Isso porque, muito embora não pertençam aos espaços formais da política, estas possuem capacidade de influenciar o jogo político, bem como, são influenciadas por ele (BOURDIEU, 1997). A influência que o jornalismo exerce sobre o campo político está associada à sua capacidade de construir um contexto e sentido para os fenômenos, bem

---

<sup>1</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml> acessado em 24 mar 2019.

<sup>2</sup> <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160622-44808-nac-2-opi-a2-not/busca/impeachment> acessado em 24 mar 2019.

como, pela visibilidade que conferem a certos agentes políticos (MIGUEL, 2003; GOMES, 2004).

São as empresas de comunicação que oferecem as informações utilizadas para que o público possa conhecer um determinado aspecto do mundo social. Isto ocorre, principalmente, com relação aos fenômenos da política<sup>3</sup> em que a maioria das pessoas não participam diretamente (THOMPSON, 1998; MIGUEL, 2003). Através das organizações midiáticas, as pessoas se informam sobre o mundo político, e mediante as interpretações destas, constroem suas posições sobre os acontecimentos da política (EILDERS, 1999). Deste modo, ao efetivamente tornar públicos determinados fenômenos sociais, as empresas de comunicação atuam como construtoras da realidade social (TUCHMAN, 1978).

Outro ponto que deve ser considerado é que as empresas de comunicação são instituições que possuem valores e posições particulares (FIRMSTONE, 2008). Embora se apresentem como agentes “neutros” e não associados à determinados grupos, estas possuem interesses próprios que vão orientar, em maior ou menor grau, a produção do conteúdo jornalístico (EILDERS, 1999). As posições da instituição de comunicação são apresentadas nas peças editoriais. Justamente pelo seu caráter institucional, o editorial é um gênero jornalístico, a partir do qual conseguimos compreender as opiniões defendidas pelas organizações midiáticas (EILDERS, 1999; GRADIM, 2000; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

A dissertação tem como objetivo principal, portanto, analisar a cobertura editorial do impeachment de Dilma Rousseff. Para tanto, optou-se por analisar as peças dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo publicadas durante o período de março de 2015 a agosto de 2016. A partir destas considerações define-se a pergunta que irá conduzir a pesquisa: Quais os principais argumentos utilizados pelos jornais ao abordar a temática do impeachment? Pretende-se ainda investigar: Os editoriais mobilizam fontes para validar suas posições? Se sim, quais? Desta forma, o objeto de estudo desta dissertação não é o processo de impeachment em si. Ao contrário, a pesquisa tenta compreender as

---

<sup>3</sup> Sessões legislativas, votação de propostas e projetos, eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, etc.

instituições de comunicação e as estratégias utilizadas por estas para a construção do impeachment de Dilma.

A pesquisa é organizada em sete capítulos. No segundo capítulo, são expostas algumas discussões pertinentes para o entendimento da crise brasileira. No terceiro capítulo, apresentamos as questões elaboradas pela literatura da Comunicação Política, na qual discute-se a relação entre os campos político e midiático. No quarto capítulo, são discutidos os pressupostos metodológicos da *Grounded Theory* e as etapas adotadas pela pesquisa. O próximo capítulo, o quinto, é dedicado à apresentação e discussão do universo empírico da pesquisa. O sexto capítulo é responsável por apresentar os achados da pesquisa, estabelecendo uma relação com os conhecimentos já produzidos sobre o tema. Por fim, a conclusão apresenta as considerações finais da dissertação.

## 2. Considerações sobre a crise brasileira

Passados pouco mais de dois anos do impeachment que levou ao fim o governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil mergulha em uma das crises mais intensas de sua história política, comparável apenas à crise que antecedeu o Golpe Militar de 1964 (TATAGIBA, 2014). Movimentos conservadores despontam em todo o país e se unem em torno de pautas que atacam direitos sociais de minorias como mulheres, negros e LGBTQ+ (MIGUEL, 2019). O Produto Interno Bruto (PIB) do país registrou queda de 9,7%, no segundo trimestre de 2020<sup>4</sup>, o número de pessoas desempregadas atingiu, no mesmo período, 13,3 % da população<sup>5</sup>, houve ainda o aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar<sup>6</sup>.

Embora esta crise tenha se agravado no período pós-impeachment, o que pode ser facilmente constado pelo acirramento da onda conservadora que levou à eleição de Jair Bolsonaro (PSL), esta já pôde ser sentida desde as chamadas “jornadas de junho” que aconteceram em 2013 (TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). Desta forma, o impeachment de Dilma pode ser entendido como um dos resultados políticos derivados da instabilidade que assolava o sistema político brasileiro nos últimos anos (AVRITZER, 2016). Para compreendê-lo, portanto, é preciso pontuarmos algumas questões.

Qual a gênese da crise política brasileira, que levou ao impedimento de Dilma, e colocou fim ao projeto político que vinha orientando o país a mais de uma década? Quais as forças que teriam se articulado para paralisar um governo, que possuía uma base de apoio ampla no Congresso Federal? Estas são umas das muitas questões que tomam conta do imaginário de qualquer brasileiro preocupados em compreender a conjuntura do país naquele momento.

Devido à sua complexidade, acredito que a crise brasileira não pode ser explicada apenas a partir de uma ótica singular. É preciso considerar os variados elementos e aspectos que

---

<sup>4</sup> Acessar:< <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/01/pib-tem-queda-recorde-de-97percent-no-2o-trimestre-e-brasil-entra-de-novo-em-recessao.ghtml>>. Acessado em 24 de out. de 2020.

<sup>5</sup> Acessar:< <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2020/08/11/ibge-2020-tem-recorde-de-desemprego-no-brasil-193188>>. Acessado em 24 de out. de 2020.

<sup>6</sup> Acessar:< <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>>. Acessado em 24 de out. de 2020.

contribuíram com a propagação da instabilidade política dos últimos anos. Por essa razão, seria importante destacar quatro questões que foram responsáveis pela intensidade que a crise adquiriu (AMORIM NETO, 2016; AVRITZER, 2016; MIGUEL, 2019; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). São estas: a) os custos crescentes do presidencialismo de coalizão, combinado ao multipartidarismo; b) perda da hegemonia da esquerda sobre a participação popular; c) a construção do antipetismo e, por fim, d) a atuação do Poder Judiciário. Nas próximas seções, apresentamos a discussão de cada um desses elementos.

## **2.1 Os custos crescentes do presidencialismo de coalizão**

Embora o momento atual seja de crise e instabilidade política podemos dizer que desde a aprovação da Constituição Federal de 1988 o Brasil passou por um longo período de prosperidade democrática (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; AVRITZER, 2016; MIGUEL, 2019). A Constituição de 1988 colocou fim ao regime autoritário, que durou pouco mais de vinte anos (1964-1988), instituiu as novas regras do jogo institucional e definiu os dispositivos relativos à elaboração de políticas públicas (MELO, 2007).

O arranjo político institucional, definido a partir de 1988, tem sido uma estratégia efetiva para assegurar a governabilidade e o bom funcionamento do regime democrático brasileiro (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; LIMONGI, 2006; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019; MIGUEL, 2019). Isso significa que a democracia brasileira tem cumprido seu papel procedimental, que diz respeito à garantia da estabilidade e bom desempenho, bem como, tem apresentado bons resultados sociais (LIMONGI, 2006; AVRITZER, 2016). O controle da inflação, a implementação de políticas sociais que diminuiram os índices de pobreza e de desigualdade no país, como é o caso do Programa Bolsa Família, e a elevação do salário mínimo, são alguns dos seus feitos (SINGER, 2012).

No que diz respeito à condição social da população o Brasil é um dos países que mais evoluíram no mundo. A pobreza diminuiu significativamente, com aproximadamente 22,2 milhões de pessoas deixando de ser pobres no país entre 2002 e 2012. [...] Assim, da mesma maneira que é possível afirmar que a democracia brasileira cumpriu seu papel procedimental, é possível afirmar que sua efetivação se constituiu como um mecanismo positivo de melhoria da qualidade de vida da população. (AVRITZER, 2016, pag. 08).



Embora o presidencialismo de coalizão tenha gerado bons frutos para o funcionamento e preservação da democracia no Brasil, percebe-se que nos últimos anos, este foi o responsável por criar alguns impasses que tem dificultado, cada vez mais, a preservação da governabilidade (AVRITZER, 2016; AMORIM NETO, 2016). Os custos crescentes da fragmentação partidária, a desorganização administrativa e a propensão à corrupção, são os principais elementos que têm tensionado a relação entre o Executivo e o Legislativo (AVRITZER, 2016).

O processo de criação dos partidos políticos no Brasil é organizado por uma legislação que impõe poucas restrições, muitas delas de cunho burocrático – como a obtenção de um número específico de assinaturas (AVRITZER, 2016)<sup>7</sup>. Dessa forma, por possuir poucos mecanismos de controle para a criação dos partidos, a legislação não consegue evitar a proliferação das legendas políticas, especialmente daqueles que possuem pouca representatividade. Se lembrarmos que a governabilidade no presidencialismo brasileiro está assentada nas coalizões estabelecidas no Congresso, percebe-se que a fragmentação partidária tende a dificultar ainda mais a manutenção de tais alianças, pois aumentam os custos das negociações (AVRITZER, 2016).

A fragmentação partidária determina que para os governos alcançarem uma coalizão sólida, estes precisam incorporar um número muito maior de partidos políticos. Se a ampla coalizão adotada pelo governo Lula e reforçada durante o mandato de Dilma Rousseff, foi fundamental para assegurar a estabilidade do governo durante anos, esta foi, por outro lado, um fator central que comprometeu sua governabilidade (AVRITZER, 2016)<sup>8</sup>. Isso porque, segundo Avritzer (2016), a necessidade de uma aliança composta por diversas legendas partidárias, ampliou as contradições internas ao governo que precisou lidar com interesses muitas vezes antagônicos e distantes de sua orientação ideológica. Como resultado, percebe-se que a fragmentação partidária atuou como elemento dificultador da governabilidade, por exigir do Executivo o diálogo com uma

---

<sup>7</sup> Acesso aos recursos do fundo eleitoral e do fundo partidário, tempo de propaganda eleitoral na TV e no rádio. Cf. <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario> acessado em 24 mar 2019.

<sup>8</sup> Adota-se aqui um conceito ampliado de governabilidade, que diz respeito não somente à capacidade de aprovar medidas, que claramente o governo do PT possuía, mas que considera a legitimidade do processo decisório perante o eleitorado, um elemento central da governabilidade, característica esta que foi aos poucos sendo perdida por conta da ampliação da base de apoio do governo (AVRITZER, 2016).

coalizão tão diversa e, muitas vezes, contraditória (AVRITZER, 2016; AMORIM NETO, 2016).

Um segundo problema instituído pelo presidencialismo de coalizão foi a desorganização administrativa. As negociações para formar a base de apoio do Executivo no Congresso possui como moeda de troca os cargos ministeriais, que são ocupados por pessoas que correspondem aos interesses da base parlamentar (ABRANCHES, 1988). Assim, quando algum ministro deixa de corresponder às expectativas da base que originalmente representava, este é imediatamente desautorizado do cargo e substituído por um novo nome.

Quando recorremos aos números de composição dos ministérios entre 1994 e 2015 percebemos um excesso de nomeações. O governo FHC nomeou, por exemplo, 96 ministros de oito partidos, Lula teve 103 ministros de nove siglas, e Dilma, até agosto de 2015, alcançou o total e 90 ministros nomeados<sup>9</sup>. Percebe-se, portanto, que a necessidade de manter coesa as alianças com o Congresso exigiram que o Executivo atendesse às necessidades da base parlamentar, que por sua vez, levou a uma desorganização do governo (AVRITZER, 2016).

O último elemento que atesta as limitações do presidencialismo brasileiro, diz respeito à propensão a casos de corrupção que o governo está sujeito. Embora o combate a corrupção seja uma pauta relevante no país desde a redemocratização, fato este percebido a partir da criação de estruturas de prestação de contas e de punição dos crimes de colarinho branco<sup>10</sup>, ainda é comum surgirem escândalos envolvendo apropriação privada dos recursos públicos (REIS; 2017).

Com o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, pode-se perceber que os casos de corrupção tiveram maior incidência na área de infraestrutura, principalmente porque esta foi uma área estratégica dos últimos governos. O Programa de Aceleração do

---

<sup>9</sup><https://oglobo.globo.com/brasil/cada-presidente-teve-mais-de-90-ministros-desde-94-afirma-cientista-politico-19259087> acessado em 25 de março de 2019.

<sup>10</sup> Tribunal de contas da União (TCU): criada pela Constituição de 1988, possui autonomia para julgar as contas públicas e para intervir em obras com suspeita de superfaturamento. É composto por nove ministros, sendo seis deles indicados pelo Congresso Nacional, um pelo Presidente da República e dois pelo Ministério Público.

Crescimento (PAC)<sup>11</sup>, por exemplo, lançado em 2007 pelo governo federal, englobou um conjunto de políticas econômicas e determinou o investimento em infraestrutura (saneamento, eletricidade, habitação, transporte, etc.) como prioridade do governo. Foi justamente neste setor que surgiram os escândalos de corrupção que tem indignado a população brasileira.

As alianças que o governo realiza com a cessão de importantes cargos públicos, em geral na área da infraestrutura, provocam casos de corrupção. A lógica desses casos é quase sempre a mesma. O financiamento de campanha dos principais partidos da base aliada no Congresso [...] se dá pela via de cobrança de porcentagens sobre grandes contratos públicos realizados com algumas das grandes empreiteiras. Por sua vez, tais empresas transferem recursos para partidos e membros do sistema político de forma indiscriminada e sem nenhum controle, tornando esses fundos tanto a fonte de caixa dois como também de casos individuais de apropriação privada [...] (AVRITZER, 2016, pag. 39).

Essas questões chamam atenção para os paradoxos produzidos pelo combate à corrupção (AVRITZER, 2016; PRIOR, 2015). Embora tais investigações tenham produzido resultados quase que inquestionáveis<sup>12</sup>, não podemos deixar de considerar o efeito desestabilizador sobre o sistema político brasileiro. A publicização dos escândalos fez crescer na população um sentimento de descrença e perda de legitimidade em relação às instituições políticas (AVRITZER, 2016). É nesse sentido, que se expressa o paradoxo de combate a corrupção. Na medida em que não se tem um projeto de aperfeiçoamento institucional bem definido, o combate aos crimes de colarinho branco pode provocar o enfraquecimento das instituições políticas e criar um ambiente instável, levando à paralisia dos ritos democráticos (AVRITZER, 2016; PRIOR, 2015; REIS, 2017).

Isso significa que a crise brasileira, em seu aspecto institucional, representa a dificuldade do Poder Executivo em manter a forma de governabilidade adotada até então: as coalizões. É preciso lembrar a postura dos parlamentares frente ao governo. Vários elementos da crise incidiram de maneira mais direta sobre a capacidade de Dilma governar. A “quebra de contrato” com o MDB e com os demais partidos da base – que aos poucos adotaram postura de oposição –, as manifestações contra o governo, os custos

---

<sup>11</sup> Cf. <http://www.pac.gov.br/> acessado em 24 mar 2019.

<sup>12</sup> Aumento do número das operações da Polícia Federal, prisão de pessoas do alto escalão do governo e de empresários envolvidos em esquemas de corrupção, entre outros.

da operação Lava Jato, entre outros elementos, arrefeceram a governabilidade da presidenta.

Nesta seção, procuramos discutir os elementos estruturais da crise, aqueles que estão associados aos custos da governabilidade, cada vez maiores, em um sistema político como o nosso, fragmentado e que precisa das coalizões como elemento estabilizador. No próximo tópico, iremos discutir as implicações do ressurgimento dos movimentos de direita, que apontam para uma reconfiguração do modelo participativo vigente no país, durante as últimas décadas.

## **2.2 Perda de hegemonia da esquerda sobre a participação popular**

Embora as interpretações sobre o que foram as manifestações de junho apresentem divergências sobre pontos como suas causas e consequências, a ruptura com a dinâmica de participação social vigente, aparece como ponto de convergência em suas explicações (AVRITZER, 2016; SINGER, 2013; SCHERER-WARREN, 2014; SOUZA, 2016). A participação social institucionalizada que vinha sendo privilegiada, via incorporação de movimentos sociais nas instituições do Estado, dão lugar às manifestações com grande participação popular.

A jornada de junho de 2013 é justamente o marco inicial dessa reconfiguração (AVRITZER, 2016). Essas manifestações ocorreram em quase todo o Brasil, espalhando-se por 350 municípios brasileiros, com destaque às grandes capitais como Brasília, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que foram palco dos principais protestos daquele ano (SINGER, 2013; SCHERER-WARREN, 2014; SOUZA, 2016).

Outra novidade introduzida pela jornada de junho foi a ruptura do monopólio da esquerda sobre a participação popular (AVRITZER, 2016; SANTOS, 2019). Contextualizando o processo histórico das grandes manifestações brasileiras, destacando as Diretas Já e o Movimento das Caras Pintadas, percebe-se que tais mobilizações tiveram forte vínculo com movimentos sociais e setores da esquerda política do Brasil (TATAGIBA, 2018). Essa característica é preservada, em um primeiro momento, nas manifestações de junho,

que são convocadas pelo Movimento Passe Livre<sup>13</sup> e pelos Comitês populares dos atingidos pela Copa (COPACs)<sup>14</sup>.

Depois de ser alvo de forte repressão policial e de sofrer ataques da grande mídia, que abordava o assunto a partir de uma ótica negativa, as manifestações passam a mobilizar mídias alternativas para organizar e convocar os atos, construindo, assim, uma imagem do movimento alternativa àquela que vinha sendo veiculada pelas empresas de comunicação tradicionais (SINGER, 2013; MALINI et al., 2014). A partir disso, o movimento ganha aderência e apoio popular, e rapidamente a participação é estendida a outros grupos da sociedade, dando um caráter heterogêneo, pluralista e polarizado aos protestos (AVRITZER, 2016).

O ato organizado no dia 17 de junho marca, justamente, esta mudança ocorrida no perfil das manifestações. A partir desse momento, a agenda do movimento torna-se difusa, com demandas diversas e muitas vezes antagônicas (AVRITZER, 2016; SINGER, 2013; TATAGIBA, 2018). Se antes as questões levantadas pelo movimento giravam em torno do passe livre, a partir do dia 17, segundo Avritzer (2016), estas concentraram-se em torno de críticas ao sistema político, ao mau funcionamento dos serviços públicos e, principalmente, ao governo Dilma, que ocupa o centro do debate. Isso significa que, a incorporação de novos atores às manifestações, a maioria deles oriundos da classe média brasileira<sup>15</sup>, transformou radicalmente a agenda do movimento (TATAGIBA, 2018).

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova

---

<sup>13</sup> Movimento organizado oficialmente no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre no ano de 2005, mas que tem ligação com manifestações anteriores que reivindicavam a democratização do transporte urbano, como A Revolta do Buzu em Salvador em 2003 e a Revolta da Catraca de Florianópolis em 2004 (CHAUÍ, 2013).

<sup>14</sup> Surge a partir da mobilização de organizações sociais envolvidas com a reforma urbana, contrárias à aprovação da legislação da Copa, que ameaçava de remoção uma série de pessoas e trabalhadores por conta das obras e ações preparatórias para a Copa de 2014. Esses movimentos se organizam a partir de pautas como a redução das tarifas de ônibus, passe livre para estudantes e democratização do espaço urbano. Entretanto, a partir do dia 17 de junho, uma nova dinâmica é introduzida, pois são incorporados diversos atores às manifestações. (AVRITZER, 2016).

<sup>15</sup> A maior parte das pessoas que participaram das manifestações de junho 2013 pertencem aos extratos médio e alto do país<sup>15</sup>, o que indica, portanto, o retorno desses setores às mobilizações de rua desde 1964 (AVRITZER, 2016; TATAGIBA, 2018).

esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. (SINGER, 2013, pag. 34).

A partir daí, desenvolveu-se uma intolerância política fortemente marcada pelo antipartidarismo, que compromete o próprio jogo democrático (AVRITZER, 2016; MENDONÇA, 2017; TATAGIBA, 2018). Outra questão problemática é a associação do movimento com a grande mídia brasileira, que passa a ocupar novamente o centro do debate sobre as manifestações, que outrora teria pertencido às mídias alternativas (SANTOS, 2019). A agenda progressista dá lugar, portanto, a uma nova agenda pautada pelos veículos tradicionais da mídia, que são responsáveis por consolidar uma imagem da jornada de junho como protestos contrários ao governo de Dilma (AVRITZER, 2016).

Ainda durante o mês de junho e principalmente depois do fim dos protestos, a interpretação da grande mídia passou a prevalecer e foi o que determinou uma concepção convencional das manifestações como um protesto contra o governo federal ou contra o governo Dilma (AVRITZER, 2016, pag. 74-75).

Dessa forma, a interpretação da mídia tradicional sobre a jornada de junho despontou no cenário público brasileiro e ganhou forte aderência popular (AVRITZER, 2016). À medida que, entram em cena novos atores e que a agenda do movimento se torna difusa, a mídia tradicional passa a pautar o debate e a construir as interpretações válidas sobre as manifestações de 2013. A mudança no paradigma da participação popular, introduzida pela jornada de junho, veio atrelada à uma insatisfação e descrédito com as instituições democráticas e com a própria ideia de democracia (AMORIM NETO, 2016; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019).

As manifestações que ocorreram ao longo do mês de junho não só modificaram o modelo de participação institucional, que vinha sendo adotado no país, mas, principalmente, representou o retorno da direita aos protestos de rua (TATAGIBA, 2018). Esses novos movimentos se organizam a partir de pautas mais tradicionais, como o combate à corrupção, a defesa da propriedade privada e da agenda econômica liberal, bem como, trazem como característica adicional, uma amostra de intolerância política (AVRITZER, 2016). Ataques aos direitos de minorias (mulheres, negros e a comunidade LGBTQ+), descontentamento com os partidos políticos, reivindicação da volta do período militar,

são exemplos marcantes da intolerância política manifestada por esses grupos (TATAGIBA, 2018).

A partir de 2013, o Brasil passa a enfrentar uma crise política e econômica, que culminou na perda de popularidade de Dilma (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017). A queda dos indicadores econômicos e o programa de ajuste fiscal, implementado por Dilma após a eleição de 2014, fez crescer a insatisfação popular com o desempenho do governo e levou milhares de pessoas a ocupar as ruas (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; TATAGIBA, 2018). Para Octávio Amorim Neto (2016), a retração econômica, que marcou o segundo mandato de Dilma, foi o elemento que teria fragilizado seu governo.

Depois de uma década de crescimento econômico robusto, o Brasil pontua uma retração na economia de 3,8 %, considerada uma das maiores quedas registradas na história do país, provocada, dentre muitas coisas, pela diminuição do preço dos produtos primários (AMORIM NETO, 2016). Nesse sentido, a insatisfação popular manifestada nos protestos de junho de 2013 foi o primeiro sinal de turbulência na política nacional, que mais tarde, deu origem às manifestações pelo impeachment de Dilma (TATAGIBA, 2018).

Percebe-se, portanto, que as manifestações organizadas em 2013 e, principalmente, as de 2015 e 2016, foram um elemento central de desestabilização do governo Dilma (TATAGIBA, 2018). A partir de 2013 a presidenta perde a legitimidade popular, uma vez que, as manifestações da jornada de junho representaram, justamente, o rompimento inicial dos movimentos sociais com o seu governo (SCHERER-WARREN, 2014; SOUZA, 2016). Por outro lado, os protestos de 2015 e 2016 coroaram esse momento de rejeição ao governo, que serviu como um elemento agregador para justificar o impedimento de Dilma (AVRITZER, 2016).

Tatagiba et al. (2015) afirma que o antipetismo foi o elemento que deu unidade às manifestações. Isso significa que apesar dos manifestantes não apresentarem um projeto político bem definido, estes se reuniram em torno da pauta da corrupção, que foi associada ao PT e aos líderes do partido (TATAGIBA, 2018). Na próxima seção, discutiremos quais mecanismos foram utilizados para fortalecer o antipetismo entre os setores da classe média, e a atuação da mídia tradicional que reforçou a rejeição ao PT.

### **2.3 Atuação da mídia tradicional e veiculação do antipetismo**

A onda de manifestações iniciada em 2013, que perdurou até os anos de 2015 e 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada da presidência, representou o início da instabilidade política- institucional que assola o país (SCHERER-WARREN, 2014; SANTOS, 2019). As manifestações que começam com uma pauta progressista, rapidamente sofrem uma reconfiguração, e se alinham aos interesses que historicamente estão associados à direita conservadora do Brasil (TATAGIBA, 2018). A insatisfação com o governo de Dilma e com a política, de modo geral, não são os únicos pontos em comum entre a jornada de junho e os protestos dos anos seguintes. Na verdade, a rejeição ao PT foi o elemento catalizador dos protestos (TATAGIBA, 2018).

Antes de discutirmos de fato o papel do antipetismo no desenrolar da crise, é preciso compreender, brevemente, o papel que o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa no cenário político brasileiro. Este é uma das principais legendas da política nacional, uma vez que, foi o partido que mais obteve sucesso em reunir uma base extensa e duradoura de apoiadores. Em torno do PT se organizam grupos que se identificam com o partido, bem como, aqueles que fazem oposição a este. É por essa razão que o PT pode ser caracterizado como a “espinha dorsal” da identificação partidária brasileira [...] em torno do qual giram os polos de adoção ou rejeição” (SANTOS, 2019, pag. 103).

Dito isso, o antipetismo pode ser entendido como um sentimento negativo em relação ao Partido dos trabalhadores, que opera como uma forma de identificação partidária negativa, caracterizada pela rejeição e oposição ao PT (ZUCCO; SAMUELS, 2015; SANTOS, 2019). Foi a rejeição ao PT que ofereceu substância às manifestações transformando pautas difusas em participação ativa (SANTOS, 2019). Segundo Tatagiba et al. (2018) foi a partir do antipetismo que as manifestações de 2013 e, principalmente, de 2015 e 2016, se organizaram coletivamente.

Essa disposição cognitiva e emocional teve importantes implicações para o recrutamento e para as características da mobilização social, que assumiu a forma de uma cruzada moral, representada na luta do bem (o “nós”) contra o mal (“eles”) (TATAGIBA et al., 2018, pag. 124).



Quais elementos contribuíram para o fortalecimento do antipetismo? Embora diversos elementos, como a ideologia partidária e projeto econômico, possam ser mobilizados para responder esta questão, entende-se que a atuação do jornalismo brasileiro contribuiu, significativamente, com o crescimento da rejeição ao PT (AZEVEDO; 2009; RIBEIRO et al., 2016; AZEVEDO, 2018; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019).

Ao investigar a relação dos principais jornais brasileiros com o antipetismo, Azevedo (2009) identifica uma predominância dos enquadramentos interpretativos negativos sobre o PT, nos quais as temáticas do radicalismo/populismo e da corrupção foram as mais utilizadas. A cobertura jornalística sobre o Mensalão, na qual o combate à corrupção foi mobilizado para deslegitimar a política e, principalmente, o PT, demonstra que a cobertura jornalística utilizou pacotes interpretativos que reforçam a narrativa de que o partido é uma quadrilha de corruptos (AZEVEDO, 2009; SANTOS, 2019).

Em outro estudo, no qual Azevedo (2018) analisa os editoriais dos jornais O Globo, Folha de S. Paula e O Estado de S. Paulo, publicados entre os anos de 1989 e 2014, o autor volta a identificar que as interpretações negativas sobre o PT destacaram-se nos textos, tanto em seu período pré-governamental, quanto no período em que o partido comandou a presidência. Nesse sentido, o destaque dado aos posicionamentos contrários ao partido, demonstra uma cobertura desequilibrada (AZEVEDO, 2018).

A cobertura da Operação Lava Jato é um outro momento no qual se percebe a ativismo do jornalismo brasileiro. De forma estratégica, as empresas de comunicação criaram táticas específicas para noticiar os fatos da investigação. A cobertura foi elaborada a partir de estratégias de “serialização dos atos e definição do *timing* dos vazamentos, a fim de ganhar apoio na opinião pública, silenciar procedimentos ilegais e influenciar diretamente no jogo político” (SANTOS, 2019, pag. 119). Nesse sentido, percebe-se que tanto na cobertura do Mensalão quanto na da Lava Jato, o jornalismo brasileiro utilizou a moralização da política e o combate à corrupção como narrativas predominantes (MIGUEL; COUTINHO, 2007; SANTOS, 2019).

O ativismo do jornalismo brasileiro foi um fator determinante para a concretização da narrativa do PT como partido associado à corrupção. Isso significa que o conteúdo divulgado pelas empresas de comunicação contribuiu com fortalecimento da rejeição ao

PT. As investigações sobre a temática indicam que o aumento dos eleitores definidos como antipetistas corresponde, justamente, aos períodos em que foram divulgados os escândalos de corrupção. Após o Mensalão, o percentual de eleitores antipetistas salta de 28% para 39%, e na Lava Jato, em 2014, o número passa de 28% para 40%. (PAIVA et al., 2016; RIBEIRO et al., 2016).

Chama atenção ainda os principais enquadramentos utilizados para combater o PT. Segundo Gagliardi (2019 apud SANTOS, 2019) em 12 anos de cobertura no jornal O Globo, destacou-se os enquadramentos do lulopetismo utilizado para representar a lógica de poder do partido baseada na apropriação dos recursos públicos, bem como, o enquadramento da bolivarianização, que representava um modelo internacional de governo antidemocrático e populista (SANTOS, 2019).

Estabelecendo-se um paralelo com as pautas das manifestações de 2013, 2015 e 2016, que trouxeram os gritos de guerra “O Brasil não é a Venezuela”, “Golpe comunista”, “O gigante acordou”, “Fora Dilma, fora Lula, fora PT”, percebe-se um paralelo entre as bandeiras levantadas nas manifestações e os enquadramentos privilegiados pela cobertura jornalística (TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). Outro ponto que chama atenção, é a semelhança entre o perfil dos eleitores declarados como antipetistas e dos atores que participaram das manifestações de rua.

O eleitor antipetista é predominantemente de cor branca, possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e entre os empregadores. O antipetismo é um fenômeno, majoritariamente, da região Sudeste, principalmente paulista. (PAIVA et al., 2016, pag. 653).

A insatisfação que os setores médio e alto do país têm apresentado sobre o tema da corrupção poder ser entendida a partir de dois elementos. O primeiro deles, se refere à forma como os escândalos de corrupção vem sendo abordados pelas organizações de mídia brasileiras. Seja a partir de associações entre o PT e esquemas de corrupção, seja dando menos visibilidade a casos envolvendo outros partidos, ou até mesmo, a partir de vazamento seletivo de inquéritos da operação Lava Jato, as empresas de comunicação tem fortalecido uma percepção de que o Partido dos Trabalhadores tem maior propensão à corrupção (AVRITZER, 2016).

O outro elemento que explica a forte insatisfação desses setores com a corrupção, está associado ao entendimento de que tais esquemas representam uma incoerência no discurso ideológico do PT (DEMIER, 2017). O partido sempre teve forte ligação com os movimentos sociais, atores importantes no combate à corrupção. O próprio partido ao entrar no governo federal se preocupou em fortalecer práticas de investigação e punição de tais esquemas<sup>16</sup>. Por essa razão, os custos do envolvimento de políticos do PT em escândalos de corrupção tendem a ser maiores, pois demonstram uma fragilidade do discurso do partido, que se colocava como uma alternativa “ao jogo sujo” da política brasileira (AVRITZER, 2016; DEMIER, 2017, AMORIM NETO, 2016).

Percebe-se, portanto, que a associação do PT à corrupção ofereceu os enquadramentos analíticos sobre a crise brasileira (TATAGIBA, 2018). Isso significa que na interpretação dada pelo antipetismo, a corrupção é identificada como o problema do Brasil, cujas causas estão atreladas aos governos petistas e sua solução, portanto, está no afastamento do partido do poder (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

O antipetismo foi, nesse sentido, um fenômeno sociopolítico com forte capacidade mobilizadora (SANTOS, 2019). Foi a rejeição e o ódio ao PT que levou milhares de pessoas às ruas e “que permitiu aos manifestantes, a maioria deles sem experiência prévia em protestos, construir-se como coletividades” (TATAGIBA, 2018, pag. 123). Nesse sentido, percebe-se que foi o antipetismo que organizou coletivamente as manifestações que desestabilizaram o governo de Dilma.

No próximo tópico, discutimos a alteração do padrão institucional, no qual o Judiciário desponta como elemento chave na política nacional, em detrimento dos poderes Legislativo e Executivo.

---

<sup>16</sup> Os governos do PT produziram duas importantes contribuições ao combate à corrupção. O primeiro deles foi a expansão da Controladoria- Geral da União (CGU), órgão de controle interno do Governo Federal, responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão. Já a segunda contribuição trata sobre a ampliação das investigações da Polícia federal, que passou a atuar de forma integrada com outros órgãos como Ministério Público e Receita Federal.

## 2.4 A atuação do judiciário

É justamente com a perda de legitimidade que assolava às instituições políticas brasileiras, que surge o Poder Judiciário como um segundo elemento de *checks and balances*<sup>17</sup>, dotado de fortes prerrogativas e envolvido em momentos estratégicos da crise (AVRITZER, 2016)<sup>18</sup>. Os vários esquemas de corrupção que abalaram a imagem pública de deputados, senadores e ministros do governo, as estratégias utilizadas para impedir a cassação do mandato do presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha<sup>19</sup>, a insatisfação com o governo de Dilma etc., comprometeram fortemente a legitimidade política do Legislativo e do Executivo (TATAGIBA, 2018).

A esse respeito, vale ressaltar que, o arranjo político brasileiro se organiza, desde a Constituição de 1988, a partir da relação estabelecida entre os poderes Executivo e Legislativo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). As duas casas representam o centro de debate e de tomada de decisões políticas no país. Em outras palavras, é onde o jogo – político – é jogado (AVRITZER, 2016). Acontece que a partir da divulgação das investigações do Mensalão<sup>20</sup> e, posteriormente, da Lava Jato, aumentam as desconfianças da população com relação às instituições políticas. Nesse cenário, o Poder Judiciário, sobretudo o Supremo Tribunal Federal (STF), torna-se protagonista e sua atuação é apresentada como o fim da impunidade no país.

O holofote dado ao Poder Judiciário representa uma reorganização das instituições políticas, em detrimento de órgãos de caráter jurídico e constitucional (TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). A partir do Mensalão a atuação do STF tem influenciado o ambiente de negociações políticas, principalmente, porque esta levou à criminalização de toda a atividade política no Brasil (DAMGAARD, 2015).

---

<sup>17</sup> Também conhecido como Freios e Contrapesos, o termo foi empregado por Montesquieu em sua teoria da Separação dos Poderes, na qual o autor defende a autonomia dos Poderes como pressuposto do Estado Democrático.

<sup>18</sup> É importante lembrar que foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o responsável por decidir a legalidade das contas da campanha eleitoral de 2014, coube ao Tribunal de Contas da União (TCU) reprovar as contas do governo de 2014, sem mencionar a centralidade do Supremo Tribunal Federal (STF) nas investigações e condenações de membros do sistema político.

<sup>19</sup> Eduardo Cunha era uma liderança que agregava inúmeras forças políticas no Congresso Nacional, bem como, foi um ator importante na articulação do processo de impeachment de Dilma.

<sup>20</sup> O Mensalão é o nome popular dado à Ação Penal 470, encarregada de investigar a compra de votos de parlamentares, em troca de apoio à projetos de interesse do Executivo.

“A reconfiguração na balança de poder em movimento desde o Mensalão deu visibilidade e legitimidade à esfera jurídica, ao mesmo tempo em que submeteu as sentenças à pressão da opinião pública e à lógica de dramatização de heróis e vilões” (SANTOS, 2019, pag. 119).

Por conta do desgaste das instituições políticas ocorreu um aumento nas prerrogativas do Judiciário, em detrimento das instituições constituídas pelo voto popular (SANTOS, 2019). Deste modo, houve uma judicialização da crise no sentido de que foram indivíduos sem mandato – mas que possuíam legitimidade das instituições judiciais – que decidiram sobre a continuidade do impeachment de Dilma (AVRITZER, 2016; REIS, 2017; TATAGIBA, 2018). Segundo Avritzer: “Não é bom que conflitos desta ordem encontrem soluções judiciais, já que estas poderiam eventualmente comprometer o equilíbrio entre os poderes.” (AVRITZER, 2016, pag. 117). Portanto, a preponderância do Poder Judiciário em detrimento dos poderes Executivo e Legislativo, é problemática, no sentido de que, compromete não só o andamento do jogo político, como também, a própria organização do Estado brasileiro<sup>21</sup> (TATAGIBA, 2018).

Outro elemento problemático na atuação do Judiciário, diz respeito à forma como a Operação Lava Jato tem sido conduzida. A Lava Jato surgiu como um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, com o intuito de identificar e punir os envolvidos – políticos e empresários – nos esquemas de lavagem de dinheiro e pagamento de propina (AVRITZER, 2016; REIS, 2017). Com o avançar das investigações e à medida que os primeiros envolvidos foram presos, a operação adquiriu forte repercussão midiática e aprovação popular.

A operação representou, portanto, o fim de um ciclo de impunidade que assolava o país (AVRITZER, 2016). Embora ela tenha deixado um saldo positivo incalculável para a política brasileira, sua atuação é marcada por contradições e desrespeito às leis, que apontam, justamente, para os problemas da proeminência do Judiciário na política (TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). Já no primeiro semestre de 2015 começavam a ficar evidentes as primeiras consequências políticas da atuação do Judiciário (SANTOS, 2019). Vazamento seletivo de informações, abuso de prisões preventivas e das delações, desestabilizaram ainda mais o campo político (TATAGIBA, 2018).

---

<sup>21</sup> A teoria da separação dos três poderes de Montesquieu afirma a distinção entre Executivo, Legislativo e Judiciário, no qual, cada um é um poder independente e coeso, bem como, especifica as limitações mútuas entre os três poderes.

A partir de 2016 esses problemas são ainda mais agravados, “Em função de uma falsa concepção de eficiência no processo de investigação, foram relativizados importantes elementos do tramite judicial.” (AVRITZER, 2016, pag. 136). Esses e outros elementos –as conduções coercitivas televisionadas, divulgação de conversas gravadas pela equipe da operação, notoriedade midiático dada aos juízes responsáveis por julgar, em primeira instância, os crimes identificados pela operação– apontam para a politização da operação (AVRITZER, 2016; REIS, 2017).

Isso significa que além de cumprir os objetivos legais, próprios da investigação, a Lava Jato cumpriu, principalmente, objetivos políticos ao interferir diretamente na dinâmica do jogo político brasileiro (SANTOS, 2019). O risco da politização do Judiciário é que tais prerrogativas não sejam utilizadas para fortalecer a democracia e estabelecer um equilíbrio entre as instituições, e sirva, na verdade, como um poder individual e seletivo à disposição dos atores que compõem o Judiciário (AVRITZER, 2016; REIS, 2017). “O resultado foi apenas a perda de legitimidade do judiciário, cuja atuação passou a não ser mais vista de forma politicamente neutra.” (AVRITZER, 2016, pag. 137).

Nesse sentido, a judicialização da crise e, posteriormente, a politização do Judiciário, aliados à perda de legitimidade das instituições políticas e à insatisfação popular manifestada nas ruas, foram componentes centrais para o agravamento da crise que resultou no impeachment de Dilma (AVRITZER, 2016; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019). Por fim, a combinação desses três elementos, enfraqueceu a capacidade do governo de negociar e de estabelecer alianças com o Congresso, tão importantes para assegurar sua governabilidade (AMORIM NETO, 2016). No final de seu mandato, Dilma estava praticamente isolada na política, sendo poucos os partidos que haviam permanecido em sua base de apoio (TATAGIBA, 2019).

## **2.5 Conclusão**

A discussão realizada nessa seção procurou identificar os componentes principais da crise política brasileira, na qual, os custos crescentes do presidencialismo de coalizão, a perda da hegemonia da esquerda sobre a participação popular, a construção do antipetismo e a atuação do Poder Judiciário, são entendidos como os elementos que contribuíram com a aprovação do impeachment de Dilma. Discutir tais questões, portanto, nos ajuda a

compreender como o Brasil conseguiu sair dos anos de glória– estabilidade política e econômica, aprovação de políticas sociais, diminuição dos indicadores da desigualdade, estabilização da moeda, prestígio internacional – e entrar em um ciclo de instabilidade política e econômica (AMORIM NETO, 2016; AVRITZER, 2016; TATAGIBA, 2018; SANTOS, 2019).

Os elementos mobilizados nesta discussão para analisar a origem da crise brasileira, não esgotam as explicações sobre as causas da instabilidade política. Outras abordagens apontam a personalidade centralizadora da presidenta como fator que contribuiu para o surgimento da crise (AMORIM NETO, 2016). Abordar de forma detalhada todos os elementos que influenciaram o surgimento da crise, extrapola os interesses desse trabalho. Por essa razão, procuramos concentrar nossos esforços nos elementos que, segundo a literatura, foram responsáveis por intensificar a crise, ou seja, que fizeram com que ela adquirisse a força que expressa hoje (AVRITZER, 2016; AMORIM NETO, 2016; REIS, 2017).

Apresentada as considerações sobre a crise brasileira que tornou possível a provação do impeachment de Dilma, podemos avançar para a discussão teórica sobre o papel das organizações midiáticas na construção da opinião pública e no desenrolar dos processos políticos. No próximo capítulo, apresentamos a discussão teórica elaborada pelos trabalhos da Comunicação política e do Jornalismo, que abordam o papel das instituições de comunicação nas democracias modernas.

### **3. Organizações de comunicação e o campo político: considerações iniciais**

#### **3.1 O poder das organizações midiáticas e sua relação com a política**

Embora o advento da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação tenha impulsionado uma crescente proliferação de mídias alternativas, vale ressaltar que as instituições de comunicação tradicionais ainda preservam uma centralidade sobre a construção do debate público (CANECA; 2018). A constante ascensão dos canais de informação alternativos, como blogs, redes sociais, Youtube, entre outros, não indica, necessariamente, uma queda na popularidade das empresas tradicionais. Na verdade, o que se percebe é uma reconfiguração nos espaços de comunicação (MESQUITA, 2011). As empresas tradicionais, além de estarem nos espaços já conhecidos, como a televisão, rádio e jornais impressos, expandem seu alcance agora para os novos palcos de debate, ocupando também os meios alternativos (CASTELLS, 2005; MÉDOLA, 2006).

Em sociedades globalizadas e altamente digitais, as organizações de comunicação possuem papel central na construção do debate público e na disseminação de valores simbólicos (MIGUEL, 2002). No contexto atual, em que se verifica um número infundável de fenômenos todos os dias, são as instituições da mídia e os profissionais do jornalismo, os responsáveis por selecionar os fatos que vão se tornar notícia. Assim, para se tornar público, ou seja, para chegar ao conhecimento de todos, os acontecimentos precisam ganhar visibilidade na cobertura midiática (MIGUEL, 2001; LIMA, 2006). Isso significa que o debate público é hoje em dia mediado e determinado, em certo sentido, pelas organizações de comunicação, que são as responsáveis por mobilizar as questões e informações relevantes que irão compor a agenda pública (EILDERS, 1999; GOMES, 2004; TRAQUINA, 2005; CARVALHO, 2013).

Nesse sentido, a centralidade das instituições midiáticas origina-se no:

(...) poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana (...) e, em particular da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire significado. (LIMA, 2006, p. 55).



Como são as empresas de comunicação as responsáveis por determinar os acontecimentos que serão noticiados, são estas também que oferecem as bases teóricas e conceituais a partir das quais são construídas as opiniões e os valores simbólicos dos indivíduos (MÁXIMO, 2008; MANTOVANI, 2009). Sendo assim, o entendimento que as pessoas possuem sobre os fenômenos da sociedade são construídos a partir das narrativas e interpretações oferecidas pelas instituições de comunicação (EILDERS, 1999; CARVALHO, 2013). Ou seja, as organizações midiáticas são as responsáveis por orientar o posicionamento dos atores em um determinado debate (EILDERS, 1999; MIGUEL, 2003; GOMES, 2004).

Isso não significa que dentro deste processo comunicativo mediado, os espectadores sejam agentes passivos e teleguiados, que absorvem os produtos do jornalismo quase que em um processo de osmose, tal qual, “uma esponja absorve água” (THOMPSON, 1998, pag. 31). John Thompson (1998) argumenta que a recepção deve ser vista, na verdade, como uma atividade hermenêutica, a partir da qual os indivíduos atribuem significado às notícias (THOMPSON, 1998). Entretanto, não podemos perder de vista que o processo de reelaboração dos significados se dá em um contexto em que as informações são disponibilizadas pelas empresas de comunicação.

Por mais que ele [o indivíduo] reelabore as informações, a matéria-prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios. E mesmo os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa (MIGUEL, 2001, pag. 44).

Outro ponto importante diz respeito às transformações que as empresas de comunicação provocaram sobre a estrutura de interação social, modificando os padrões de socialização existentes (THOMPSON, 1998). Se antes o contato face a face, situado em um contexto específico, era fundamental para estabelecer um processo comunicativo, hoje em dia este processo torna-se menos dependente do contato direto e cada vez mais é mediado por instituições de comunicação. O que se percebe é um cenário em que tais organizações alteraram radicalmente os modos de produção, armazenamento e de circulação das formas simbólicas, fazendo surgir novas formas de interação social.

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais - formas

que são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana. Ele faz surgir uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo [...] com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 1998, pag. 77).

Em seu livro *A mídia e a modernidade*, John Thompson analisa a modernidade a partir das principais transformações provocadas pelo desenvolvimento de uma comunicação de massa. Segundo o autor, desde o surgimento da indústria da imprensa nos séculos XV e XVI na Europa, até a emergência dos meios eletrônicos nos séculos XIX e XX, a estrutura de interação social modificou-se radicalmente.

Para apresentar seu argumento Thompson destaca três formas de interação. A primeira, a interação face a face, acontece em uma situação de co-presença, na qual os indivíduos situados em um contexto específico, compartilham uma série de bens simbólicos e informações. No segundo tipo, a interação mediada, os indivíduos não compartilham do mesmo referencial de tempo e espaço, e as mensagens são transmitidas a partir do uso de meios técnicos (cartas, telefonemas, etc). A terceira, é a quase-interação mediada, forma específica criada pela comunicação de massa, na qual o contato não está mais restrito a um contexto específico, e muito menos, aos atores situados em tal espaço (THOMPSON, 1998).

Como a quase-interação mediada é produto das instituições de comunicação de massa, a sua organização social exige uma apresentação mais detalhada. Segundo Thompson (1998), a primeira grande transformação provocada pela quase-interação mediada é que nesta predomina uma experiência espaço-temporal descontínuo. Isso significa que a mensagem é produzida em um contexto determinado e é reproduzida para múltiplos contextos, cada um com suas próprias demarcações e estruturas interativas. Nesse sentido, em contextos de quase-interação mediada as mensagens são divulgadas para um número indeterminado de receptores.

Em primeiro lugar, os participantes de uma interação face a face ou de uma interação mediada são orientados para outros específicos, para quem eles produzem ações, afirmações, etc.; mas no caso da quase-interação mediada, as formas simbólicas são produzidas para um

número indefinido de receptores potenciais. (THOMPSON, 1998, pag. 79).

Outra novidade introduzida pela quase-interação mediada é que nesta a comunicação tem um caráter monológico, pois as mensagens são produzidas em um único sentido (THOMPSON, 1998). Os indivíduos envolvidos no processo de criação das formas simbólicas não exigem respostas dos receptores de suas mensagens. A capacidade de diálogo de mão-dupla é, praticamente, esvaziada, pois como as mensagens são produzidas para um número indeterminado de receptores, situados em contextos diversos, estes perdem a capacidade de influenciar e de interagir no processo comunicativo (THOMPSON, 1998).

Se as modificações no processo interativo são questões chaves para compreender as alterações provocadas pela comunicação de massa, Thompson argumenta que os *mass media* modificaram também a natureza da visibilidade criando uma forma de “publicidade mediada” (THOMPSON, 1998). O conceito de publicidade é definido pelo autor enquanto aquilo que está “visível” ao público, que se torna conhecimento de um amplo número de receptores. Assim, se em tempos anteriores, como na Europa medieval, um evento se tornava público quando este acontecia diante de uma pluralidade de indivíduos reunidos em um mesmo contexto, como no caso das execuções públicas, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o caráter público dos fenômenos não está mais atrelado à presença em um lugar comum (THOMPSON, 1998).

Como a comunicação de massa aumentou a disponibilidade das mensagens e possibilitou sua distribuição em escala global, alcançando indivíduos separados no tempo e no espaço, estes não precisam mais estar reunidos em um mesmo contexto para tomar conhecimento de um determinado fenômeno. Isso significa que “Uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou de ouvi-la.” (THOMPSON, 1998, pag. 116). Dessa forma, o desenvolvimento das organizações midiáticas fez surgir uma forma de publicidade mediada que está associada, sobretudo, à ampla capacidade que esta possui de cobrir e noticiar fenômenos em escala global (THOMPSON, 1998; GOMES, 2004).

Com o desenvolvimento de novos meios de comunicação — começando com a imprensa, mas incluindo também as mais recentes formas de comunicação eletrônica — o fenômeno da publicidade se separou da idéia de conversação dialógica em espaços compartilhados, e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia (especialmente a televisão). THOMPSON, 1998, pag. 119).

Se por um lado, a publicidade mediada amplia a capacidade de visibilidade e de conhecimento sobre um determinado fenômeno, por outro, esta impõe novos desafios aos agentes políticos das sociedades modernas. Antes do surgimento da comunicação de massa, os líderes políticos tinham maior controle sobre sua visibilidade, estes podiam restringi-la a círculos fechados de sua confiança (THOMPSON, 1998). Com o desenvolvimento dos governos representativos, que têm como princípio básico a tomada de decisões após debate e discussões, as instituições modernas precisaram adotar uma postura mais aberta, nas quais decisões são tomadas em assembleias que devem ser de conhecimento do público (MANIN, 1997)<sup>22</sup>.

Se a necessidade de tornar público os acontecimentos políticos, está enraizada na própria concepção dos governos representativos, tal capacidade é ampliada e ganha novos contornos com o desenvolvimento das empresas de comunicação de massa (THOMPSON, 1998). Antes de seu desenvolvimento a visibilidade dos agentes políticos estava restrita às pessoas com quem estes possuíam interação face a face. Como as instituições de comunicação ampliaram a capacidade interativa, quebrando as barreiras de tempo e espaço, os atores políticos precisam agora se preocupar com uma visibilidade mediada, que está disponível a uma ampla audiência separada fisicamente (THOMPSON, 1998).

Segundo a argumentação de Thompson (1998) as organizações de comunicação aparecem como uma arena aberta, da qual os líderes políticos não possuem total controle. Isso porque nelas podem circular não só questões positivas sobre o agente político, como também, podem ser um espaço usado, pelas forças de oposição, para fazer críticas e divulgar opiniões contrárias. Nesse sentido, torna-se necessário pensar, cada vez mais,

---

<sup>22</sup> Segundo Manin (1997) o governo representativo pressupõe que: a) Os representantes sejam eleitos pelos governados; b) Os representantes conservem uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; c) O princípio da liberdade de opinião e de manifestação; e por fim, d) As decisões políticas precisam ser tomadas após debate em assembleias.

em estratégias de controle dessa visibilidade, para que as informações veiculadas não comprometam a imagem do agente político frente ao grande público (THOMPSON, 1998).

Na argumentação de Thompson (1998) é possível perceber que as instituições de comunicação alteraram não só a estrutura interativa da vida social, como também, modificaram as regras do jogo político. Essa última questão pode ser dividida em duas partes, a primeira delas trata sobre as capacidades eleitorais que foram ampliadas pelo desenvolvimento da mídia. Os agentes políticos valeram-se da capacidade das empresas de comunicação, de alcançarem um número extenso de receptores, para construir sua estratégia eleitoral. Assim, as organizações midiáticas são utilizadas não só para divulgar as plataformas de campanha, como também, são essenciais para a construção da imagem do político frente ao eleitor<sup>23</sup>. Assim, a administração da visibilidade dos políticos torna-se uma parte importante das campanhas eleitorais (THOMPSON, 1998). Este fato pode ser percebido, por exemplo, na condução da campanha de Richard Nixon em 1968:

Depois de perder a eleição de 1960 para Kennedy, durante a qual se saíra muito mal num debate televisivo muito discutido, Nixon decidiu que não tinha outra alternativa senão a de usar a televisão como meio de criar uma nova imagem e apresentá-la ao eleitorado. Ele concorreu às eleições de 1968 assessorado por uma equipe de técnicos de comunicação que conheciam muito bem as técnicas de propaganda e estavam bem sintonizados com o uso político da televisão. Através de spots comerciais e painéis de debates cuidadosamente preparados, eles conseguiram transmitir uma imagem de Nixon como um líder estadista procurando se comunicar com o povo, enquanto ao mesmo tempo o protegiam dos danos causados por uma excessiva exposição às entrevistas jornalísticas. (THOMPSON, 1998, pag. 124).

---

<sup>23</sup> O uso eleitoral da mídia fica evidente também no documentário *Arquitetos do poder* que apresenta a lógica das campanhas políticas brasileiras, desde a década de 60 até o ano de 2006. Na obra podemos ver como as imagens produzidas pela mídia são essenciais para determinar o sucesso eleitoral dos candidatos. Isso fica evidente, por exemplo, na eleição de 1994 quando a imagem do candidato Fernando Henrique Cardoso girou em torno do “Pai do Plano Real”, bem como, na fala do Marqueteiro de Lula em 2002, Duda Mendonça, que afirma que a campanha daquele ano teve como objetivo romper com a resistência das pessoas que desejavam uma mudança, mas tinham um certo temor de votar em Lula. Nesse sentido, procurou-se desmistificar a imagem agressiva do candidato, suavizando seu discurso e criando uma imagem de um Lula “paz e amor”.

“A construção da imagem passa pelo veículo onde ela está sendo construída [...] de Getúlio Vargas à Lula existe apenas uma adequação à linguagem do meio.” Fala do publicitário Luís Antônio A. Vieira retirada do documentário *Arquitetos do poder*, de 2010.

Embora a capacidade eleitoral das empresas de comunicação seja um elemento bastante destacado por Thompson (1998), o autor argumenta que a necessidade de administrar a visibilidade dos atores políticos não se restringe à períodos eleitorais, e faz parte, na verdade, de toda a condução do governo. Essa questão relaciona-se ao segundo polo das alterações provocadas pelas organizações de comunicação sobre a política. Como os atores políticos não possuem total controle da arena midiática, estes precisam lidar com uma esfera aberta, da qual podem insurgir conflitos que tendem a comprometer o andamento do governo. Por essa razão, Thompson entende a administração da visibilidade como algo que faz parte “da própria arte de governar” (THOMPSON, 1998, pag. 124). Isso significa que a incapacidade de controlar as empresas de comunicação, cria uma nova estrutura de fragilidades e problemas com os quais os líderes políticos precisam lidar todo o tempo.

A falta de controle sobre a visibilidade mediada é uma faca de dois gumes. Por um lado, esta pode ser entendida como uma contribuição positiva ao próprio jogo democrático, pois consegue impor certas restrições ao exercício do poder político que, por acontecer em uma arena permanentemente aberta à visão do público, precisa manter uma responsabilidade maior perante os eleitores (THOMPSON, 1998; MANIN, 1997; MIGUEL, 2002). Por outro lado, a visibilidade mediada expõe a esfera política a uma série de fragilidades provocadas pela divulgação de tensões e escândalos. Nesse sentido, ao descortinar os bastidores da política e trazer ao público os problemas e transgressões, que muitas vezes estão presentes no processo político, as organizações de comunicação criam um ambiente instável, que pode dificultar o processo decisório e comprometer o andamento do jogo político (THOMPSON, 1998; MIGUEL, 2002; PRIOR, 2015).

Governos golpeados por escândalos, líderes políticos lutando para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos: estas não são as condições sob as quais uma decisiva liderança política pode prontamente se mostrar. Elas são, pelo contrário, as condições que pouco a pouco vão enfraquecendo os governos e paralisando as atividades políticas, e que podem alimentar a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje com relação aos políticos e às instituições políticas estabelecidas. (THOMPSON, 1998, pag. 131-132).

É nesse sentido que se revela o paradoxo da cobertura das instituições de comunicação sobre os escândalos políticos. Apesar da cobertura jornalística se revelar um instrumento

importante de fortalecimento dos mecanismos de transparência e prestação de contas, sua cobertura contribui com a disseminação da desconfiança e rejeição à política e suas instituições (THOMPSON, 1998; PRIOR, 2015). Sobre esse ponto, Luís Felipe Miguel (2003) argumenta que a desconfiança sobre as instituições políticas, associada ao declínio do comparecimento eleitoral, e ao esvaziamento dos partidos políticos, são três evidências de que os modelos democráticos enfrentam hoje uma crise de representação.

As conclusões do autor partem de uma concepção ampliada do próprio entendimento da representação política. Para Miguel (2003) embora a eleição seja um momento fundador da representação, pois consiste na escolha e autorização de outros para agir em nome do povo, bem como, é o momento de efetivação da *accountability*<sup>24</sup>, esta não esgota as dimensões do processo de representação (MIGUEL, 2003). Uma dimensão importante trata sobre o acesso à construção da agenda e do debate público. Isso significa que uma pluralidade de grupos e atores da sociedade competem para colocar em pauta os temas que entrarão na agenda pública. Entretanto, como já foi argumentado ao longo deste capítulo, as empresas de comunicação tornaram-se o principal instrumento de mediação do debate público (EILDERS, 1999; TRAQUINA, 2005; MARQUES; MIOLA, 2010). “Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas.” (MIGUEL, 2003, pag. 132).

É a partir desta dimensão que Miguel (2003) argumenta que as organizações de comunicação assumem uma função de representação. Diante da impossibilidade do debate direto, estas tornam-se responsáveis por projetar e divulgar os diferentes discursos e vozes da sociedade (MIGUEL, 2003). Devido ao seu alcance, as instituições de comunicação possuem centralidade na construção da agenda pública, pois são estas que, diante dos diversos fatos e acontecimentos que ocorrem diariamente, estabelecem as prioridades e os temas que estarão em debate (EILDERS, 1999; TRAQUINA, 2005).

Nas sociedades contemporâneas, eles [meios de comunicação] detêm o quase-monopólio da difusão de informações, de discursos e de representações simbólicas do mundo social; são a fonte, direta ou

---

<sup>24</sup> *Accountability* pode ser entendida como a prestação de contas que os representantes devem fazer de seus atos para os eleitores

“[...] a eleição como momento do veredicto popular, da realização da *accountability*. Os eleitores vão julgar o comportamento passado de seus representantes e a base para tal julgamento é o registro das posições assumidas quando estavam em questão pontos polêmicos.” (MIGUEL, 2003, pag. 131).

indireta, da esmagadora maioria das informações de que os cidadãos dispõem para compreenderem o mundo social em que vivem. Na medida em que o debate público não se limita a fóruns formais como o parlamento, mas deve alcançar o conjunto da sociedade, é evidente que a mídia passa a desempenhar uma função-chave (MIGUEL, 2003, pag. 132).

Isso significa que para uma efetivação da representação política, é preciso que as empresas de comunicação apresentem as vozes dos diferentes grupos políticos da sociedade, permitindo que os espectadores tenham acesso aos valores e opiniões em competição, para que, de forma equilibrada, possam formar suas próprias posições (MIGUEL, 2003; PAIXÃO, 2018)). Embora o princípio do pluralismo midiático seja condição fundamental para o bom funcionamento dos regimes democráticos, este é ainda hoje, um objetivo a ser perseguido. Isso porque o debate produzido pelas organizações de comunicação é antes um debate situado, influenciado pelos interesses dos proprietários das empresas, dos grandes anunciantes, dos profissionais do jornalismo, etc. (BOURDIEU, 1997; MIGUEL, 2002; MIGUEL, 2003; TRAQUINA, 2005).

Se, como diz Nadia Urbinati, “na democracia representativa a exclusão política toma a forma de silêncio”, esse silêncio não é apenas a ausência de um representante no parlamento. É a ausência de voz na disputa pelas representações do mundo social, que se trava nos meios de comunicação. (MIGUEL, 2002, pag. 163).

Como as instituições de comunicação não conseguem reproduzir bem a diversidade social, percebe-se que a construção da sociedade que estas apresentam é, na melhor das hipóteses, uma construção enviesada e excludente (MIGUEL, 2003; MIGUEL, 2014). Desta forma, é fundamental que as estratégias de fortalecimento da representação política pensem em mecanismos de ampliação dos canais de comunicação, tornando possível o acesso das múltiplas vozes ao debate público (PAIXÃO, 2018).

A partir da exposição feita até aqui, algumas questões vêm à baila. A centralidade da mídia na construção do debate público – e sua função representativa nas sociedades democráticas contemporâneas – apontaria para uma dominação da política pelas organizações de comunicação? Neste sentido, seria o jogo político determinado pelos princípios jornalísticos? Por outro lado, a interação entre a esfera política e da comunicação seria uma relação de mão única, em que somente a primeira sofreria interferências da segunda? As respostas para tais questões talvez se tornem mais



convincentes quando analisamos a interconexão entre estas esferas, admitindo-se que não se trata de uma submissão da política às organizações de comunicação, ou vice-versa, mas na verdade:

Há um processo permanentemente tensionado de embate entre as lógicas do campo midiático e do campo político, que necessita ser observado em detalhe e dentro de sua complexidade. Decretar que a política “se curvou” à mídia é tão estéril quando negar a influência desta sobre a primeira. (MIGUEL, 2002, pag. 180).

Nesse sentido, para analisar a relação entre a esfera política e a comunicação em sua complexidade, recorre-se ao conceito de campo de Pierre Bourdieu para identificar os elementos marcadores de tal interação. O conceito de campo é uma ferramenta conceitual importante para analisar a interação entre as organizações de comunicação e a política, pois nos ajuda a compreender as regras internas de cada campo específico – o da comunicação e o da política – e a identificar de que forma estes interferem na lógica do outro, durante o processo de interação (MIGUEL, 2002; GOMES, 2003; PENA, 2006).

De maneira sucinta, a noção de campo corresponde a uma rede ou sistema de relações objetivas e de posições hierarquizadas, que estabelece as regras e normas legítimas aos agentes que dele participam (PENA, 2006). Estes agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, pois incorporam suas disposições, avaliações e categorias de funcionamento – que Bourdieu chama de *habitus*<sup>25</sup>. O campo deve ser entendido, portanto, como um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social, que possui lógica específica de funcionamento, leis, avaliações e posições que lhes são próprias (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2011).

Embora os campos da política e da comunicação<sup>26</sup> sejam entendidos como esferas que

---

<sup>25</sup> O *habitus* pode ser entendido como princípio gerador de nossas práticas, de nossas ações no mundo, ou seja, são sistemas de disposições, esquemas de percepção, apreciação e ação adquiridos, que orientam a conduta humana, dando certa regularidade às suas ações. Embora o *habitus* confira certa previsibilidade às ações, este é “maleável e suscetível de ser convertido em *habitus* ajustado (...), aberto à possibilidade de uma reestruturação” (BOURDIEU, 2001, p. 121). Cada campo possui um *habitus* específico, ou seja, certas disposições compartilhadas entre os membros do campo que formam um modo de pensamento específico ao microcosmo (BOURDIEU, 2001).

<sup>26</sup> O campo midiático, ou mais especificamente o campo jornalístico, funciona a partir de uma estrutura homóloga à dos outros campos. Embora também possua suas regras e avaliações próprias, não podendo ser explicado a partir de fatores externos, o universo do jornalismo sofre “pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura.”

obedecem às suas próprias leis, o que sintetiza a autonomia de cada campo, Bourdieu (2011) argumenta que tal autonomia encontra certos limites quando se considera a maneira como estes interagem entre si. No livro *Sobre a televisão* (1997) o autor chama atenção para a forma como o campo jornalístico tem interferido cada vez mais sobre os demais campos de produção cultural (político, literário, artístico e científico), que estão sujeitos à lógica de funcionamento desse primeiro.

Um “bom historiador” é alguém de quem os bons historiadores dizem que é um bom historiador [...], mas a heteronomia começa quando alguém que não é matemático pode intervir para dar sua opinião sobre os matemáticos, quando alguém que não é reconhecido como um historiador (um historiador de televisão, por exemplo) pode dar sua opinião sobre os historiadores, e ser ouvido. Com a “autoridade” que lhe confere a televisão, o sr. Cavada lhes diz que o maior filósofo francês é o sr. X. (BOURDIEU, 1997, pag. 82).

A heteronomia denunciada por Bourdieu (1997) pode ser percebida, principalmente, sobre o campo político. Em sua teoria geral do campo, o autor argumenta que cada microcosmo possui um capital específico, próprio de seu universo. O capital político, por exemplo, é um capital simbólico que depende da confiança e reconhecimento fornecidos pelos membros do campo (BOURDIEU, 2007; THOMPSON, 1998). Este é fundamental para a aquisição de poder simbólico, entendido como “[...] poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo – e em particular, do mundo social” (BOURDIEU, 2007, pag. 8). Dessa forma, percebe-se que a produção do capital político está cada vez mais atrelada às organizações de comunicação, no sentido de que, são estas as responsáveis pela difusão e consolidação das formas simbólicas (THOMPSON, 1998).

A legitimidade de um ator do campo político é componente fundamental para a produção e reprodução do seu capital político. A imagem que este possui e suas ações precisam estar de acordo com as normas estabelecidas dentro do campo, compartilhadas entre seus pares (PENA, 2006). Entretanto, como as organizações de comunicação possuem a capacidade de propagar informações em larga escala, a imagem de determinado grupo ou

---

(BOURDIEU, 1997, pag. 77). Por sua vez, campo político é segundo Bourdieu “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (BOURDIEU, 2007, pag. 164).

agente está, muitas vezes, relacionada às informações divulgadas pelas empresas de comunicação. São estas que possuem “poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública” (BOURDIEU, 1997, p. 66). Dessa forma, a produção do capital político não está atrelada apenas à confiança e reconhecimento que o agente possui dentro do campo político, mas, sobretudo, depende das imagens construídas pelas empresas de comunicação (THOMPSON, 1998; BOURDIEU, 2007). Nesse sentido:

[...] o homem político torna-se comprometido com o jornalista, o especialista do campo jornalístico: sua vulnerabilidade está proporcionalmente ligada à imagem que o campo jornalístico pode construir ou destruir através de denúncias, calúnias ou escândalos que possam ameaçar a confiança e a crença que fundamentam o capital simbólico do político (MIGUEL, 2002, pag. 187-188).

A limitação da autonomia do campo político pode ser percebida também na centralidade que o campo jornalístico possui sobre o funcionamento do processo eleitoral. As democracias modernas têm como elemento fundamental a escolha de representantes políticos a partir da votação popular (MANIN, 1997; MIGUEL, 2003). Isso significa que periodicamente a população vai às urnas para escolher os líderes políticos que agirão em seu nome, e que representarão seus interesses. Acontece que como a participação nos espaços institucionais está, em certa medida, restrita aos atores políticos, as pessoas não conseguem acompanhar boa parte das discussões feitas nas assembleias. Dessa forma, as avaliações que os sujeitos constroem sobre a conduta de seus representantes, se dá a partir das informações veiculadas pelas empresas de comunicação (THOMPSON, 1998; EILDERS, 1999; MIGUEL, 2003; GOMES, 2004; MARQUES; MIOLA, 2010).

Embora a autonomia do campo político possua certos limites na interação com o campo jornalístico, isso não indica uma fragilidade das instituições democráticas que estariam totalmente dominadas pela comunicação (MIGUEL, 2002; GOMES, 2003). É importante lembrar que as instituições de comunicação e a política formam campos distintos, cada um com suas normas e leis, e que, portanto, esta relação não acontece de forma passiva, sem que os agentes do campo político reajam a tal interferência. Se olharmos para as regras de funcionamento do microcosmo político, entendido como “[...] lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BOURDIEU,

1997, pag. 162) percebe-se que a atuação neste espaço está, de muitas formas, condicionada pela aquisição do capital político. Nesse sentido:

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. (BOURDIEU, 2011, pag. 195).

Tomando o campo político como exemplo, percebe-se, portanto, que este impõe restrições às possíveis interferências que venham de fora do campo. Embora figuras excepcionais consigam exercer funções parlamentares, graças ao prestígio e popularidade que tinham construídas nas organizações de comunicação, percebe-se que para alcançar bons frutos dentro do campo político, precisam, antes de tudo, se adequar às regras do “jogo jogado ali” (MIGUEL, 2002; PENA, 2006). Isso significa que é preciso planejar uma modificação, uma readequação ao campo, no sentido de desvincular-se da fonte original de prestígio, que é desvalorizada dentro do universo político (BOURDIEU, 2011).

Embora a discussão levantada até aqui esteja voltada para a análise das interferências do campo jornalístico sobre o campo político, é importante ressaltar que a relação entre estes dois microcosmos não acontece de forma unilateral, e varia de acordo com a posição que o ator político ocupa dentro do campo (MIGUEL, 2002). Lembremos que os políticos, muitas vezes aqueles que estão em posição de destaque, ou seja, que possuem prestígio diante de seus companheiros, são a fonte de informação dos profissionais do jornalismo. Dessa forma, como os jornalistas estão sempre interessados no “furo”, o agente do campo político consegue estabelecer vantagem na relação com o repórter, uma vez que, na condição de fonte, consegue interferir no rumo do noticiário (MANTOVANI, 2009).

As tensões originadas a partir da relação entre a esfera política e a da comunicação são complexas e exigem um esforço que ultrapassam os interesses deste trabalho. Por hora é preciso ressaltar que tal interação não acontece de forma linear e sem resistência dos atores de ambos os lados (MIGUEL, 2002; BOURDIEU, 2011). A interferência do campo jornalístico sobre os demais campos reside, justamente, na sua capacidade de construir a realidade social. Segundo Bourdieu (1997) “os jornalistas têm óculos especiais a partir

dos quais vêm certas coisas e não outras; e vêm de certa maneira as coisas que veem. (BOURDIEU, 1997, p. 25). Dessa forma, a centralidade das organizações de comunicação está na sua capacidade de estabelecer o contexto que dará sentido aos assuntos perante o público (EILDERS, 1999). No próximo tópico, pretende-se apresentar alguns mecanismos utilizados pelas empresas de comunicação para produzir as narrativas e discursos predominantes sobre um determinado fenômeno, reunidos nos estudos sobre a Teoria da agenda-setting e no conceito de enquadramento.

### **3.2 A teoria da agenda-setting e o conceito de *framing***

As análises sobre o papel das organizações de comunicação têm se direcionado a compreender os impactos que estas produzem sobre a formação da opinião pública. O ponto de partida dos estudos dos *media effects*, como são conhecidos, é a relevância que as empresas de comunicação assumem como espaço simbólico, a partir do qual as pessoas tomam conhecimento sobre a realidade (THOMPSON, 1998; MIGUEL, 2003; MARQUES; MIOLA, 2010). Diante da impossibilidade de conhecer todos os fatos que acontecem diariamente, as pessoas necessitam do conteúdo selecionado pela mídia para acessar os fenômenos do mundo (EILDERS, 1999). É a partir desta centralidade do campo midiático, como responsável por determinar os fatos que chegarão ao conhecimento do público, que as pesquisas sobre agenda-setting procuraram identificar seus possíveis efeitos sobre a opinião pública (THOMPSON, 1998).

Embora tais estudos partam do mesmo ponto – compreender os impactos que a cobertura jornalística produz sobre os receptores – seus resultados apresentaram variação ao longo do tempo. As primeiras abordagens sobre o assunto atribuíram poder determinante às organizações de comunicação. A Teoria da Agulha Hipodérmica, por exemplo, ressaltou os efeitos fortes das notícias e tratou os indivíduos como reprodutores passivos de suas mensagens, ou seja, “[...] se o alvo é alcançado, a propaganda obtém o êxito que se propõe” (WOLF, 2010, pag. 09). Essa abordagem foi mais tarde questionada pelos estudos de Paul Lazarsfeld, que durante a campanha presidencial dos Estados Unidos em 1940, identificou que os aspectos psicológicos e culturais dos indivíduos, bem como, suas experiências cotidianas foram decisivas para a tomada de posição dos eleitores,

concluindo, assim, que as notícias possuíam efeitos limitados (GUTMANN, 2006; AZEVEDO, 2004; WOLF, 2010)<sup>27</sup>.

A partir da década de 70 desenvolveu-se os primeiros estudos preocupados em testar a hipótese de agendamento da organizações de comunicação, mais tarde associados à Teoria da agenda-setting. A pesquisa pioneira foi a desenvolvida por Maxwell E. McCombs E Donald L. Shaw durante a eleição presidencial dos Estados Unidos em 1968 (WOLF, 2010). Os autores tinham como objetivo testar a proposição levantada por Cohen que afirmava que “a imprensa pode não ter sucesso, na maioria das vezes, em dizer às pessoas o que pensar, mas é absolutamente bem-sucedida ao dizer aos leitores sobre o que pensar”. Os resultados apresentados por McCombs e Shaw (1972) apontavam para um alto grau de correlação entre os assuntos que os eleitores identificaram como relevantes (agenda pública), com os temas frequentemente abordados pelas organizações de comunicação (agenda midiática)<sup>28</sup>.

Os primeiros estudos sobre a agenda-setting estavam interessados em compreender a relação entre a agenda das organizações de comunicação e a agenda pública, procurando estabelecer, dessa forma, pontos de convergência entre as duas (EILDERS, 1999; GUTMANN, 2006; WOLF, 2010). Esses estudos partiram do pressuposto de que as empresas de comunicação detêm o monopólio da seleção e apresentação dos acontecimentos e são, portanto, a fonte principal de informação das pessoas (EILDERS, 1999). Nesse sentido, tais pesquisas procuravam identificar correlações entre os assuntos que o público apontava como mais relevantes, com aqueles que a agenda jornalística enfatizava em suas noticiais (CERVI *et al.*, 2012).

Os resultados das primeiras pesquisas sobre agenda-setting, apontavam para um agendamento positivo, uma vez que, os assuntos colocados em pauta pelas empresas de comunicação coincidiam com os assuntos que o público identificava como mais

---

<sup>27</sup> Para mais detalhes ver: WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fuentes, 2010.

<sup>28</sup> A pesquisa tinha como objetivo investigar a capacidade de definição da agenda dos meios de comunicação de massa durante a campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos. O estudo procurou identificar similaridades entre os temas que os eleitores de Chapel Hill disseram que eram questões-chave da campanha, com o conteúdo publicado pelos meios de comunicação durante o período eleitoral. Os autores concluíram uma forte relação entre a agenda midiática e a agenda pública.

importantes (MCCOMBS; SHAW, 1972; ROSSETO; SILVA, 2012; AZEVEDO, 2004).

(...) os media são persuasivos em direcionar a atenção pública para eventos, assuntos e pessoas específicas e em determinar a importância que as pessoas conferem aos assuntos públicos. A teoria do agenda-setting diz que por causa de jornais, televisões e outros news media, as pessoas estão alertas ou não, prestam atenção ou negligenciam, aumentam ou diminuem o destaque a questões específicas da cena pública. As pessoas tendem a incluir ou excluir cognitivamente o que os media incluem ou não em seu conteúdo. As pessoas também tendem a atribuir uma importância para o que eles incluem que se assemelha de perto com a ênfase dada a eventos, assuntos e pessoas pelos mass media (SHAW, 1979, p. 96, apud PESSOA, 2016)<sup>29</sup>.

Além de demonstrar que as organizações de comunicação conseguem interferir na agenda pública, uma vez que, obtêm sucesso em direcionar a opinião dos receptores para os temas abordados em suas notícias, a pesquisa de McCombs e Shaw (1972) chama atenção para o fato de que a saliência dada a um assunto na cobertura jornalística, é refletida na percepção que o público possui sobre este. Os autores mostram, por exemplo, que no caso dos temas sobre política externa, lei e ordem e a política fiscal, os julgamentos dos eleitores, quanto à sua relevância, estava relacionado com a frequência e a ênfase que estes receberam da cobertura jornalística durante o período eleitoral (CAPELLA et al., 2016)<sup>30</sup>.

Como as organizações de comunicação atuam como mediadoras da realidade social, pois são as responsáveis por publicitar os fatos, estas conseguem direcionar a atenção do público aos fenômenos colocados em pauta em seus noticiários (EILDERS, 1999). A Teoria da agenda-setting, portanto, ao comprovar a relação entre a agenda jornalística e os assuntos destacados como relevantes pelo público, demonstra a função de agendamento que as organizações de comunicação assumem nas sociedades contemporâneas (MCCOMBS; SHAW, 1972). Se nesse primeiro momento as pesquisas

---

<sup>29</sup> Texto original: “(...) the media are persuasive in focusing public attention on specific events, issues, and persons and in determining the importance people attach to public matters. The agenda-setting theory says that because of newspapers, television, and other news media, people are aware or not aware, pay attention to or neglect, play up or downgrade specific features of the public scene. People tend to include or exclude from their cognitions what the media include or exclude from their content. People also tend to assign an importance to what they include that closely resembles the emphasis given to events, issues, and persons by the mass media”. (SHAW, 1979, p. 96, apud PESSOA, 2016).

<sup>30</sup> Para medir o grau de relevância dos temas abordados pelas mídias selecionadas no estudo, os autores utilizaram os critérios de espaço e posição, para a mídia impressa, e o tempo utilizado na cobertura, para a mídia digital (televisão).

sobre agenda-setting concentraram-se na ideia de que as empresas de comunicação eram bem-sucedidas em dizer sobre o que as pessoas devem pensar, estudos mais recentes apontam para uma ampliação da capacidade de agendamento, que corresponde à sua função de agendamento de atributos (ROSSETO; SILVA, 2012).

O refinamento da hipótese original tem como base a ideia de que a seleção e apresentação de um tema, vêm acompanhadas de um recorte nos atributos e características que irão compor sua imagem perante o público (AZEVEDO, 2004). Ou seja, o processo de construção da notícia envolve necessariamente recorte e organização dos assuntos, o que significa que, os temas abordados pelas empresas de comunicação passam por um “filtro” no qual algumas características são enfatizadas e outras negligenciadas (McCOMBS, 2009; ROSSETO; SILVA, 2012). Nesse segundo momento, as pesquisas sobre agenda-setting preocuparam-se em identificar em que grau e intensidade as organizações de comunicação, ao salientar certos atributos, conseguem influenciar a percepção das pessoas sobre o tema abordado (AZEVEDO, 2004).

Esses trabalhos procuraram comparar “(...) a ordem dos atributos da mídia com a ordem dos atributos das imagens que o público tem do mundo.” (MCCOMBS, 2005, pag. 546 apud PESSOA, 2016). A partir dessa comparação, percebeu-se que a empresas de comunicação, ao selecionar os atributos dos fenômenos, conseguem não só dizer sobre “o que” as pessoas devem pensar, mas também são eficientes em dizer “como” estas devem pensar sobre determinado assunto (McCOMBS, 2009).

Ao identificar o segundo nível de agendamento das organizações de comunicação, os estudos sobre agenda-setting dão um salto importante, pois revelam como as notícias podem ser um instrumento importante para a construção da opinião pública (MIGUEL, 2003; GOMES, 2004). Ao enfatizar determinados temas, ao ressaltar algumas características em detrimento de outras, ou ao dar saliência a um aspecto específico, a instituições de comunicação oferecem uma “moldura” sobre os acontecimentos, que será utilizada pelo público para construir suas posições e avaliações sobre os temas colocados em evidência (AZEVEDO, 2004; TRAQUINA, 2005)<sup>31</sup>. Isso significa que “Os critérios

---

<sup>31</sup> O autor Fernando Azevedo sintetiza os principais elementos da Teoria da agenda-setting: “a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre



utilizados pela mídia para selecionar os aspectos que serão noticiados podem orientar a forma como o indivíduo “vê” e julga determinado assunto [...]” (MANTOVANI, 2009, pag. 45).

A organização dos atributos é explorada pelos jornalísticas de formas diversas, mas segundo McCombs (1995 apud ROSSETO; SILVA, 2012) os elementos afetivos e substantivos destacam-se pela sua eficiência em alcançar a atenção do receptor da mensagem. A dimensão afetiva são as estratégias invocadas pela notícia para produzir sensações e reações emocionais na audiência. Já os elementos substantivos referem-se “[...]àquelas características de notícias que ajudam a estruturá-las cognitivamente e discerni-las entre vários tópicos.” (ROSSETO; SILVA, 2012, pag. 105), construindo, assim, uma imagem mais ordenada do fato apresentado. O segundo nível da agenda-setting, portanto, demonstra que quando uma notícia apresenta um objeto está também diz algo sobre este, valendo-se de representações que irão estruturar sua imagem pública (GUTMANN, 2006).

Alinhadas às pesquisas sobre o agendamento de atributos das organizações de comunicação, um outro conceito tem sido bastante utilizado para preencher algumas lacunas deixadas pela Teoria da agenda-setting<sup>32</sup>. A noção de *framing* ou enquadramento têm sido uma ferramenta utilizada por muitos autores para demonstrar como as empresas de comunicação formatam a opinião das pessoas, ou seja, como a agenda jornalística consegue intervir na construção da agenda pública (PORTO, 2004; ROSSETO; SILVA, 2012). Embora seja bastante utilizado nos estudos dos *media effects*, o conceito de enquadramento tem origem e definições diversas, importando aqui os usos do conceito nas pesquisas de investigação do impacto das organizações da comunicação sobre a opinião pública.

---

outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo;” (AZEVEDO, 2004, pag. 52)

<sup>32</sup> Wolf considera que estudos sobre agenda-setting, não dão conta de explicar como os atributos são incorporados pelas pessoas. Para o autor “o aspecto mais negligenciado [...] concerne às modalidades de passagem, de transformação de uma agenda em outra (WOLF, 2010, pag. 167).

Baseada nos estudos de Erving Goffman, a socióloga Gaye Tuchman (1978) no livro *Making News*, argumenta que “as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade” (PORTO, 2004, pag. 79). Nos anos seguintes surgiram novas pesquisas interessadas em identificar o modo como os enquadramentos estruturam a produção das notícias. O estudo de Todd Gitlin (1980) sobre a cobertura da mídia norte-americana sobre o movimento Student for a Democratic Society (SDS), contrário à Guerra do Vietnã, demonstra que os enquadramentos noticiosos (polarização, ênfase em disputas internas, marginalização, entre outros), conseguiram neutralizar as mensagens e reivindicações do movimento, desviando o foco para questões secundárias como a construção da imagem de seus líderes (PORTO, 2004; MANTOVANI, 2006). Segundo o autor:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, pag. 7 apud PORTO, 2004).

No entendimento de Gitlin (1980) os enquadramentos são ferramentas de organização da notícia, que utilizando de certos recursos como, por exemplo, a seleção, ênfase e exclusão de informações, consegue atribuir uma interpretação específica ao objeto (PORTO, 2006). Quem também apresenta uma definição do conceito de *framing* semelhante à de Gitlin, é o autor Robert Entman (1994), que ao realizar uma sistematização dos estudos sobre enquadramento, argumenta que:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, pag. 294 apud PORTO, 2004)

Segundo Entman (1994) a produção da notícia se dá a partir do “recorte” do fenômeno, que estrutura sua apresentação, bem como, sua avaliação perante os receptores da mensagem (PORTO, 2004). A organização dos acontecimentos noticiados opera um enquadramento que “moldura” e constrói a “imagem” pública do fato e a sua “realidade”,

uma vez que, em muitos casos, as pessoas dependem das notícias para acessar estes acontecimentos (TRAQUINA, 2005). Nesse sentido, a forma como determinado assunto é pautado pelas notícias é processada e utilizada também pela audiência para discutir e pensar sobre este mesmo objeto (PORTO, 2004; GUTMANN, 2006; ROSSETO; SILVA, 2012; TRAQUINA, 2000).

Embora a comunicação de massa seja um dos principais recursos utilizados pelas pessoas para tomar conhecimento sobre os fatos, as pesquisas sobre *framing* ressaltam que a efetivação dos enquadramentos produzidos pelas organizações de comunicação, e a sua capacidade de agendamento da opinião, não se dão de maneira uniforme – atingem igualmente todas as pessoas – nem tampouco de forma direta (PORTO, 2006; WOLF, 2010; MCOMBS, 2009). Em outras palavras, a capacidade das empresas de comunicação de influenciar a opinião pública varia de acordo com a centralidade do assunto tratado e com a relação que as pessoas possuem com este.

Quanto menor for a experiência direta das pessoas em relação a uma determinada área temática, mais ela dependerá da mídia para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área. As pessoas não precisam dos meios de comunicação de massa para experimentar o aumento dos preços. Essas condições, quando existem, invadem a vida cotidiana das pessoas”. (ZUCKER, 1978, p. 227, apud WOLF, 2005, p. 155).

Isso significa que quanto mais a pessoa for dependente das organizações de comunicação para acessar determinado assunto, mais suscetível aos temas e enquadramentos produzidos por estas ela está (PORTO, 2004). O formato da notícia também é um elemento que deve ser levado em conta quando se pretende analisar os impactos dos *framings* noticiosos. Segundo Wolf (2010) os jornais impressos apresentam uma capacidade de interferência na opinião pública maior do que a televisão, isso porque, este primeiro consegue apresentar uma organização do objeto de forma mais completa, conseguindo indicar a relevância do assunto abordado, enquanto que a televisão precisa projetar uma informação mais limitada e fragmentada. Nesse sentido:

[...] os vários meios de comunicação de massa possuem uma capacidade diferenciada de estabelecer a ordem do dia dos argumentos publicamente relevantes. A televisão parece ser menos influente do que a informação impressa” (WOLF, 2010, pag. 150)

Sobre esse ponto Thompson (1998) argumenta que o processo de recepção da mensagem jornalística precisa ser entendido, em primeiro lugar, como uma atividade situada. Uma atividade, pois representa uma prática na qual o indivíduo percebe e trabalha o material simbólico emitido, e situada, pois este mesmo indivíduo está sempre inserido em contextos sociais específicos (THOMPSON, 1998). Em segundo lugar, o autor argumenta que a apropriação do conteúdo da mídia é envolvida é um processo ativo e criativo de interpretação, e é incorporada à estrutura de conhecimento que este possui (THOMPSON, 1998).

[...] a recepção dos produtos da mídia é um processo mais ativo e criativo do que o mito do assistente passivo sugere [...] o sentido que os indivíduos dão aos produtos da mídia varia de acordo com a formação e as condições sociais de cada um, de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos (THOMPSON, 1998, pag. 42).

As questões apresentadas até aqui indicam a centralidade das organizações de comunicação para a construção da agenda pública. As discussões sobre a relação entre o campo político e campo jornalístico apontam as convergências e tensões existentes em tal relação. Já os estudos sobre agenda-setting e *framings* revelam as nuances existentes no processo de agendamento e de construção da opinião pública a partir dos *media*.

Feitas essas considerações, na próxima seção discutiremos sobre a necessidade de analisar as especificidades da atividade jornalística. O Jornalismo é entendido como um campo autônomo, que possui suas próprias normas de funcionamento (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2011; TRAQUINA; 2005; PENA, 2006). Por essa razão, qualquer trabalho interessado em compreender a cobertura jornalística, precisa analisar os princípios, normas e rotinas que orientam a atividade dos profissionais da comunicação (TRAQUINA, 2005; PENA, 2006; MARQUES et al., 2019).

### **3. 3 A atividade jornalística e as especificidades do campo**

Embora não possamos falar de uma única teoria para explicar a atividade jornalística, podemos reconhecer que a partir da década de 1970, emerge um novo paradigma que reconhece o jornalismo como construção social (VIZEU, 2003; TRAQUINA, 2005;

PENA, 2006). A Teoria Construcionista, como ficou conhecida, surge como uma crítica à Teoria do Espelho, que defendia que as notícias são uma reprodução fiel da realidade (TRAQUINA, 2005). Ao afirmar que o Jornalismo é responsável por ordenar os fatos e transformá-los em notícia, a Teoria Construcionista defende que este participa ativamente no processo de construção da realidade (TRAQUINA, 2005; CORREIA, 2011; PAIXÃO, 2018).

Reconhecer o produto do jornalismo – as notícias – como uma construção social, significa dizer que estas foram produzidas a partir de um processo de interação simbólica entre fonte, jornalista e audiência (TRAQUINA, 2005). Os jornalistas responsáveis por noticiar os fatos constroem as matérias a partir de um esquema interpretativo compartilhado com os demais integrantes do campo, que molda as percepções e a forma de apresentar os acontecimentos (TRAQUINA, 2005; PENA, 2006). Isso não quer dizer que as notícias sejam uma ficção, um falseamento da realidade. A credibilidade do Jornalismo contemporâneo está assentada, justamente, em um acordo tácito com a audiência, que determina que as matérias não são uma invenção dos jornalistas, ou seja, elas precisam fazer referência à realidade (TRAQUINA, 2005). Nesse sentido:

A relação que existe entre a imprensa e a realidade é parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real (ABRAMO, 2004, pag. 45 apud PAIXÃO, 2018, pag. 103).

Uma das mudanças introduzidas pelo paradigma construcionista, é a necessidade de olhar para as rotinas e para os aspectos que ordenam o dia-a-dia nas redações (VIZEU, 2003). Isso significa que, para um melhor entendimento do campo, é fundamental investigar as regras compartilhadas pelos jornalistas, bem como, suas atividades especializadas, e os princípios que norteiam a produção das matérias (TRAQUINA, 2005; PENA, 2006; FIRMSTONE, 2008; MARQUES et al., 2019).

Abordar o Jornalismo como atividade específica, significa reconhecer as singularidades da profissão. Por essa razão, é insatisfatório mobilizar modelos que explicam a atividade apenas a partir de fatores externos, sem se preocupar com as regras internas do campo

(FIRMSTONE, 2008; PESSOA, 2016; MARQUES et al., 2019). Para compreender “por que as notícias são como são”, é preciso analisar as regras compartilhadas pelos membros do campo jornalístico e quais são os aspectos que condicionam a produção de seus textos (PENA, 2006).

[...] nosso pressuposto é o de que a compreensão dos gêneros jornalísticos e de suas extensões só tem sentido se inseri-los no ambiente que lhes é peculiar, ou seja, os suportes tecnológicos e as engrenagens produtivas que permitem o fluxo das mensagens concebidas, produzidas e difundidas pela corporação jornalística, o que inclui evidentemente os mecanismos de interação com o público-alvo – leitores, radiouvintes, telespectadores, internautas etc. (MELO; ASSIS, 2016).

Dessa forma, analisando as singularidades do Jornalismo, conseguimos identificar a identidade profissional, os valores e a cultura compartilhados pelos membros do campo (TRAQUINA, 2005). Investigar os contextos e as rotinas jornalísticas nos leva a identificar, com maior precisão, quais elementos estruturam a construção das matérias (TRAQUINA, 2005; PENA, 2006).

Apesar de reconhecermos suas singularidades, isso não significa que o Jornalismo esteja totalmente livre de amarras. Este é ainda uma atividade condicionada pelo tempo, pelos formatos, pela política editorial do jornal, entre outros fatores (TRAQUINA, 2005). Segundo o autor Nelson Traquina (2005) o Jornalismo possui uma “autonomia relativa”. Isso significa que apesar do jornalista possuir poder de participar ativamente na construção da realidade, este precisa se ater a certos elementos que condicionam sua atividade. Os interesses dos patrocinadores, a política editorial do jornal, o desejo da audiência, são alguns dos elementos que influenciam a prática jornalística (EILDERS, 1999; TRAQUINA, 2005).

Uma pergunta permanente é precisamente até que ponto um jornalista é livre [...] O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite. (TRAQUINA, 2005, pag. 25).

Entretanto, entendemos que qualquer estudo interessado em investigar o Jornalismo, precisa considerar as rotinas e as regras estabelecidas por cada instituição de comunicação. Apesar dos jornalistas compartilharem regras gerais e próprias do seu campo, cada jornal possui autonomia para determinar sua rotina de produção (MELO; ASSIS, 2016; FIRMSTONE, 2008). Isso significa que é preciso analisar os procedimentos e as normas definidas por cada veículo para compreender as práticas e os padrões que os jornalistas seguem para produzir as matérias (PESSOA, 2016; MARQUES et al., 2019).

Para compreendermos as regras estabelecidas por cada jornal, podemos analisar os manuais de redação, que são textos que especificam as normas e os procedimentos que os jornalistas devem considerar no momento de produzir as notícias (MELO; ASSIS, 2016). Embora em seu início tais manuais tenham especificado apenas as normas de estilo gramatical, com o passar dos anos, estes passam a apresentar os princípios éticos e a política editorial<sup>33</sup> dos jornais (VIZEU, 2003; MELO; ASSIS, 2016) – entendida como os princípios políticos e as normas organizacionais que determinam o modo como os fatos serão noticiados (PAIXÃO, 2018).

No Brasil, por exemplo, o primeiro manual que apresentava explicitamente os princípios e a política editorial do jornal aos seus leitores, foi o da Folha de S. Paulo publicado em 1984 (PAIXÃO, 2018). O Projeto Folha apresentava o jornal como uma organização apartidária, pluralista e independente (PAIXÃO, 2018). Esses princípios não são exclusividade da FSP, e faz parte, na verdade, da tradição jornalística adotada no Brasil. Aqui o modelo de comunicação que se desenvolveu tem como inspiração o modelo predominante nos Estados Unidos, que defende o desenvolvimento de uma imprensa imparcial e objetiva (TRAQUINA, 2005; FIRMSTONE, 2008; PAIXÃO, 2018).

As organizações de comunicação que se baseiam no modelo americano, trazem em seu discurso os princípios da objetividade e neutralidade, como estratégia de defesa do

---

<sup>33</sup>O termo política editorial apresenta significados divergentes. Alguns autores (BELTRÃO, 2006; MARQUES DE MELO, 2003; NEVEU, 2006) definem política editorial como conjunto de princípios que ditam a forma como as notícias serão produzidas em cada empresa de comunicação. Esses princípios são estabelecidos pela direção do jornal, e influencia o que será noticiado e como será noticiado. Um segundo grupo de autores (VENÂNCIO, 2009; LAGE, 2017; BRONOSKY, 2017), entendem a política editorial como algo mais geral, que faz referência à ideologia do veículo – liberal ou conservador. Já o termo linha editorial é utilizado para representar os efeitos práticos que a política editorial produz (PAIXÃO, 2018).

pluralismo jornalístico (PAIXÃO, 2018). Isso significa, principalmente, se colocar como porta-voz dos mais variados discursos e opiniões da sociedade (VIZEU, 2003). Nesse sentido, ao defender sua independência em relação aos demais grupos, o Jornalismo se apresenta como ator autorizado a ordenar e apresentar os fatos. Tais princípios são, portanto, uma maneira dos jornalistas preservarem a legitimidade de sua profissão (VIZEU, 2003; TRAQUINA, 2005; PAIXÃO, 2018).

Além de apresentar o veículo de comunicação à audiência, os manuais de redação têm o papel de diferenciar os textos jornalísticos e de orientar a prática de seus profissionais (PAIXÃO, 2018). São os manuais que definem os formatos e características que os jornalistas precisam respeitar durante a produção dos textos (MELO; ASSIS, 2016). A página que o editorial será publicado, o estilo da escrita dos artigos de opinião, o tamanho das reportagens, entre outras coisas, são especificadas nos manuais de redação, de acordo com o estilo e política editorial da empresa. O jornalista, por sua vez, precisa dominar os procedimentos e princípios estabelecidos nos manuais, em todo o processo de construção das matérias (PAIXÃO, 2018).

Com o intuito de sistematizar o modelo de classificação dos textos jornalísticos, os autores Melo e Assis (2016) identificaram cinco gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário, cada um subdividido em vários formatos. A diferenciação dos textos jornalísticos em gêneros e formatos, além de ter um caráter de organização da atividade, é, também, uma estratégia que os jornalistas utilizam para separar aquilo que pensam daquilo que relatam (VIZEU, 2003).

Tomemos, por exemplo, os gêneros mais predominantes no jornalismo brasileiro, o informativo e o opinativo, e percebemos que estes representam bem a separação entre opinião e fato (MELO; ASSIS, 2016). O primeiro é responsável por apresentar os fatos ocorridos de forma clara e objetiva, já o segundo, apresenta posições e opiniões, seja do jornalista que o escreve, seja da empresa de comunicação, como é o caso do editorial (VIZEU, 2003; MELO; ASSIS, 2016; MARQUES et al., 2019).

Apesar das organizações de comunicação brasileiras se apresentarem como praticantes de um jornalismo independente, percebemos que a presença do gênero opinativo compromete, em certo sentido, o princípio de neutralidade defendido por tais veículos



(PAIXAO, 2018). O editorial é um exemplo evidente de que as instituições de comunicação, não só possuem opiniões, como utilizam de um formato específico para expressá-las e defendê-las (FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019; EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2019).

O editorial é um formato distinto, pois é o único espaço no qual o jornal é autorizado a defender seus interesses e posições (FIRMSTONE, 2008). Por essa razão, nos parece que ao invés de se colocar como instituições neutras, tais veículos deveriam evidenciar os procedimentos utilizados em sua cobertura noticiosa, como estratégia de defender a legitimidade de sua profissão (PAIXÃO, 2018).

Embora as empresas de comunicação façam distinção entre os textos opinativos e informativos, poucas são as evidências que demonstram que esta separação seja suficiente para evitar que a agenda de notícias seja contaminada pelas posições apresentadas nos formatos opinativos (FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019; EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2019). Em artigo publicado em 1999, Christiane Eilders investiga o grau de sincronização existente entre a agenda de notícias e a agenda editorial nos cinco principais jornais alemães.

Como resultado, a autora percebeu que apesar de existir um alto grau de sincronização, quando são levadas em conta todas as temáticas abordadas, esse número tende a ser bem menor, quando são considerados apenas as principais questões (EILDERS, 1999). Apesar dessa variação, a autora conclui que existe uma convergência entre as agendas de notícia e os editoriais, uma vez que, estes faziam referência às mesmas temáticas.

Eilders (1999) argumenta que sua pesquisa tratou apenas de um primeiro nível de sincronização, que diz respeito ao agendamento temático. A autora diz que para determinar a homogeneidade da cobertura jornalística, é preciso ainda investigar as avaliações que os jornais constroem sobre esses assuntos. Ou seja, os jornais falam sobre as mesmas questões, mas pesquisas futuras precisam analisar se estes apresentam avaliações semelhantes sobre essas temáticas (EILDERS, 1999).

Ainda sobre a sincronização das agendas, o trabalho elaborado por Marques et al. (2019) trata sobre a relação entre a agenda de notícia e a agenda editorial, nos dois principais

jornais impressos do Brasil, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. Os resultados da pesquisa são bastantes reveladores, pois comprometem a crença de que a cobertura jornalística no país é homogênea (MARQUES et al., 2019). A pesquisa mostrou que apesar das seções de notícias do OESP e da FSP darem visibilidade à temática “Política e Estado”, verificou-se em cada jornal uma variação entre os subtópicos dessa questão. Isso significa que a convergência da agenda noticiosa de ambos os veículos, foi confirmada apenas parcialmente (MARQUES et al., 2019).

Quando se trata da convergência entre as agendas internas dos jornais, a pesquisa mostrou que existe uma variação maior entre as temáticas abordadas na seção de notícias da Folha de S. Paulo e em seus editoriais. Já O Estado de S. Paulo apresenta maior convergência entre sua agenda de notícias e seus editoriais, uma vez que, ambas as seções abordam o mesmo subtópico, Jogo Político (MARQUES et al., 2019).

Tanto a pesquisa de Eilders (1999) quanto o trabalho de Marques et al. (2019), procuram investigar as lacunas ainda encontradas no campo de investigação sobre o Jornalismo. Ambos os trabalhos analisam em que medida pode-se defender a existência de uma homogeneidade na cobertura jornalística, que caracterizaria o descumprimento do princípio da pluralidade, tão defendido pelas instituições de comunicação. Mais pesquisas precisam ser elaboradas, mas os resultados apresentados pelos autores indicam que, pelo menos em certo sentido, os jornais mantêm uma diferenciação em sua cobertura (EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2019).

A investigação da prática jornalística é um campo de pesquisa aberto, que pode nos levar a um melhor entendimento sobre a atuação do Jornalismo nos dias atuais. Apesar de existir alguns estudos sobre os valores noticiosos (TUCHMAN, 1972, 1973), que analisam as regras em que os jornalistas se baseiam para selecionar um fato em detrimento de outro, poucas são as evidências empíricas que demonstram que tais valores, possam ser aplicados aos editoriais, por exemplo, que são um formato opinativo singular.

O estudo elaborado por Julie Firmstone (2008), sobre União Europeia na cobertura editorial dos dez principais jornais britânicos, procurou estabelecer quais valores motivam a publicação do editorial sobre esta temática. A autora identificou quatro fatores comuns que influenciavam a publicação das peças: avaliação da atualidade das notícias,

nível de importância editorial, impacto nos leitores e no Reino Unido e, por fim, a relevância no amplo debate da mídia<sup>34</sup> (FIRMSTONE, 2008).

Apesar dos resultados da pesquisa apresentarem evidências relevantes sobre a publicação do editorial no Reino Unido, a autora destaca que tais valores editoriais não podem ser generalizados, uma vez que, dependem de um conjunto dinâmico de circunstâncias específicas de cada sistema de comunicação (FIRMSTONE, 2008). É preciso considerar ainda que a pesquisa de Firmstone (2008) analisou a cobertura editorial de uma temática específica, por essa razão, os valores editoriais identificados pela autora, precisam ser testados na cobertura editorial mais abrangente (FIRMSTONE, 2008).

As considerações apresentadas até aqui, demonstram que a pesquisa sobre a prática jornalísticas, principalmente no que se refere à publicação dos editoriais, é ainda um campo de conhecimento aberto (EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019; MARQUES et al., 2019). Como foi dito anteriormente, o editorial é um formato distinto, pois representa a opinião das organizações de comunicação. Uma vez que, os editoriais representam a posição política do jornal, estes permitem que as instituições de comunicação reajam a eventos políticos, bem como, abordem fatos que não entraram na agenda de notícias, constituindo assim uma agenda de assuntos autônomos (EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008).

Ao selecionar e apresentar questões de acordo com sua própria agenda, livre da obrigação de ser objetiva, a função editorial permite que os jornais assumam um papel ativo nas deliberações públicas da política. Isso levanta questões sobre quais questões os jornais escolhem apresentar como importante, e como decidem apresentar suas avaliações das questões, nesse papel independente. (FIRMSTONE, 2008, pag. 213 tradução própria).

Por ser um texto singular, o estudo sobre os editoriais deve ser considerado como um campo de pesquisa distinto (FIRMSTONE, 2019). Os trabalhos sobre Jornalismo,

---

<sup>34</sup> O primeiro valor editorial encontrado, diz respeito à atualidade da notícia, boa parte dos editores entrevistados disseram que a atualidade de uma questão, é o fator principal que influencia o jornal a publicar um editorial. A respeito do nível de importância editorial, os entrevistados responderam que leva-se em conta os interesses organizacionais do veículo de comunicação, ou seja, a política editorial e os interesses da audiência de editorial. O terceiro fator, impacto nos leitores e no Reino Unido, aborda os interesses da audiência sobre determinado assunto. Isso significa que, quanto mais for de interesse dos leitores, mais chances tem a questão de ser comentada na seção editorial. Por fim, a relevância no amplo debate da mídia, demonstra que os jornais prestam atenção ao que falam seus concorrentes (FIRMSTONE, 2008).

precisam analisar as normas, rotinas e características específicas do editorial. No próximo tópico, apresentamos algumas características peculiaridades da peça, principalmente no que diz respeito à sua função de comunicar a postura e a opinião política do jornal.

### **3.4 Editoriais: o lugar de fala das empresas de comunicação**

As edições dos jornais são formadas por diferentes formatos textuais, como reportagens, entrevistas, editoriais, crônicas, artigos de opinião, colunas, etc. (MELO; ASSIS, 2016). Apesar de alguns desses textos se enquadrarem na categoria opinativa, apenas o editorial representa a opinião oficial da empresa jornalística. Justamente por ser o porta-voz da instituição, o editorial é um dos textos de maior relevância, e ocupa um espaço privilegiado na diagramação do jornal (EILDERS, 1999; GRADIM, 2000; FIRMSTONE, 2008; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015; MELO; ASSIS, 2016; MARQUES et al., 2019) Passemos então para a discussão de algumas funções assumidas pelo editorial.

Como dissemos anteriormente, a função principal do editorial é transmitir a opinião oficial da empresa de comunicação (GRADIM, 2000). Uma vez que, o jornal comunica seus interesses através da agenda editorial, o veículo acaba tendo maior liberdade para selecionar os fatos que serão comentados. Nesse sentido, os textos publicados na seção editorial, não precisam, necessariamente, atender aos critérios de noticiabilidade da agenda de noticiais. Portanto, a organização de comunicação dispõe de maior liberdade para escolher os assuntos sobre os quais irá comentar (EILDERS, 1999; GRADIM, 2000; FIRMSTONE, 2008).

Os editoriais oferecem, assim, uma chance não apenas de reagir passivamente a eventos políticos, mas de estabelecer ativamente uma agenda de assuntos autônomos. Ao estabelecer uma hierarquia de questões políticas, a mídia tornar-se ator participante do processo político (EILDERS, 1999, pag. 303 tradução própria).

Em muitos casos, o editorial é um texto de responsabilidade da direção do jornal, que não vem assinado, justamente para representar seu caráter coletivo (MELO; ASSIS, 2016). Diferente dos demais textos opinativos, que representam apenas a opinião de quem a emite, o editorial “exprime a opinião e a cultura da empresa como um todo” (GRADIM,

2000, pag.81). Como editorial representa a voz da empresa de comunicação, este serve como um instrumento de construção da imagem do jornal perante sua audiência. Este é, portanto, o espaço que o periódico tem à sua disposição, para diferenciar-se de outros jornais, e de delimitar a posição social da empresa (FIRMSTONE, 2008; FAUSTO NETO, 2008; PESSOA, 2016).

Outra questão importante é que, para além de representar a opinião do jornal, o editorial cumpre uma das principais funções da qual o jornalismo se investe, que é a de pautar o debate público (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015). Ao fazer o recorte dos eventos que serão comentados, ao selecionar os aspectos e características que irão definir tal evento, e ao se posicionar sobre este, o jornal apresenta um recorte da realidade. Em outras palavras, “Ao colocar os temas em pauta e posicionar-se sobre eles, o jornal apresenta uma versão da realidade, bem como uma forma de compreendê-la.” (PESSOA, 2016, pag. 64).

Os editoriais ainda assumem o papel de representar a função política assumida pelos jornais. O periódico ao se posicionar sobre os determinados assuntos, principalmente sobre aqueles que estão relacionados ao mundo da política, tem como objetivo orientar o Estado sobre seus interesses (EILDERS, 1999). Isso significa que os editoriais são o espaço no qual os jornais fazem política e pressionam o poder público para atender os interesses dos setores que o jornal representa (AZEVEDO, 2016; MELO, 1985 apud PESSOA, 2016). Segundo Melo (1985, p. 80):

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam (apud PESSOA, 2016, pag. 68).

Nesse sentido, os jornais atuam enquanto agentes interessados, que através dos editoriais tomam partido no jogo político (MARQUES; MIOLA, 2010; EILDERS, 1999). Além de pressionar o poder público, os jornais valem-se dos editoriais para fiscalizar os agentes políticos, orientar os leitores sobre os fatos e convocá-los à ação (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015).

Diante do que foi exposto, percebe-se a centralidade que os editoriais têm para o periódico. Essa centralidade, por sua vez, nos revela opiniões privilegiados do jornal sobre os fenômenos, pois é a posição oficial do jornal e os seus interesses que serão apresentados. Por esta razão, a presente pesquisa concentra seus esforços sobre a análise dos editoriais publicados pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo<sup>35</sup>. Nas próximas seções, apresentamos algumas considerações sobre a história dos jornais, para em seguida, discutir a abordagem metodológica adotada pela pesquisa.

### **3.5 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal O Estado de S. Paulo**

O Estado de S. Paulo foi criado em 4 de janeiro de 1875, com o nome de A Província de S. Paulo, e é o mais antigo dos jornais do estado que ainda está em circulação (PILAGALLO, 2012). O periódico nasceu atrelado aos interesses de um grupo de republicanos, liderado por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que tinha como objetivo criar um diário republicano de combate à monarquia e a escravidão (PONTES, 2015). Em 1885 Júlio César Ferreira de Mesquita ingressou na redação do jornal, onde mais tarde, em 1902, se tornaria o seu proprietário exclusivo (PONTES, 2015).

O final do século XIX, período de transição de regimes políticos – passagem da Monarquia para a República – é marcado pela desenvolvimento industrial e modernização da imprensa. Nesse período o jornalismo que antes era praticado de modo artesanal, passou a ser uma iniciativa de grupos empresariais, com fins mercadológicos (SPANNENBERG; BARROS, 2016). Nesse sentido, o jornal tinha como principal fonte de renda os anúncios e assinaturas (PESSOA, 2016). Após o fim da Monarquia, o jornal passa a se chamar O Estado de S. Paulo, em 1890.

---

<sup>35</sup> As considerações feitas por Camila Mont’Alverne no artigo *A agenda de pesquisa sobre editoriais jornalísticos*, de 2017, chamam atenção para como o estudo sobre editoriais no Brasil ainda é pouco explorado, constituindo-se, dessa forma, um campo de investigação em aberto. Após pesquisa na base de dados do Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Ibtct, a autora identificou apenas 110 trabalhos, entre artigos, dissertações e teses, que de alguma forma tratavam sobre editoriais.

Em 1932 o jornal, que antes havia apoiado a Aliança Liberal, que levou Getúlio Vargas à presidência, adere à Revolução Constitucionalista, deflagrada no dia 9 de julho daquele ano. Com a derrota da revolução paulista, os principais nomes do jornal, Júlio de Mesquita Filho – filho do antigo proprietário – Francisco Mesquita, Antônio Mendonça e Paulo Duarte foram exilados e só retornaram ao país em 1934 (PILAGALLO, 2012).

Diante do golpe do Estado Novo, em 1937, o jornal manteve-se em oposição à Getúlio Vargas, o que levou à prisão e, depois exílio, de Júlio de Mesquita Filho, que partiu para a França na companhia de Armando Sales (PILAGALLO, 2012; AZEVEDO, 2018; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009<sup>36</sup>). Em 1940 OESP teve sua sede invadida pela polícia, sob recomendação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A partir daquele ano o jornal passaria por um período de censura, no qual, todo o conteúdo diário era revisado pelo DIP (PILAGALLO, 2012; PONTES, 2015). A censura encerrou-se após a deposição de Vargas, em 1945, quando OESP é restituído ao seu antigo dono.

No período democrático que antecede a ditadura, o jornal posicionou-se contrário às candidaturas de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (PONTES, 2015, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009). A oposição a João Goulart foi adotada explicitamente pelo jornal, em 1964, quando OESP apoiou o golpe militar que consolidou sua deposição (MAYRINK, 2015). A partir de 1966 o periódico começa a mudar sua posição com o regime militar, e rompe de vez, em 1968, após a promulgação do Ato Institucional de n.º 5<sup>37</sup> (MAYRINK, 2015; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009). Com a morte de Júlio de Mesquita Filho, assume a direção do jornal Júlio de Mesquita Neto.

Após o AI 5, O Estado de S. Paulo, teve seu conteúdo censurado pela ditadura militar, durante os anos de 1968 a 1975 (MAYRINK, 2015; AZEVEDO, 2018). Nesse período, o jornal produzia suas reportagens normalmente, mas era obrigado a enviar os textos antes de sua publicação, para que os censores avaliassem seu conteúdo. Para indicar os trechos

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>>. Acessado em: 29 de agosto de 2020.

<sup>37</sup> “O AI 5 declarou suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e de *habeas-corpus*, atribuiu ao presidente da República o poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, confiscar bens, decretar o estado de sítio sem audiência do Congresso, demitir e reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares e, por fim, promulgar decretos-leis e atos complementares destinados a garantir a continuidade do movimento de 1964”.

e reportagens proibidos pela censura, OESP optou por publicar poemas de Gonçalves Dias, Castro Alves, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e, principalmente, de Luís de Camões, no lugar das notícias vetadas. (PILAGALLO, 2012; AZEVEDO, 2018).

Com o início da redemocratização no país, o jornal passa a dar visibilidade aos movimentos das Diretas Já, que pediam o restabelecimento das eleições para a presidência da República (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009). Após a retomada das eleições presidenciais, OESP endossa a campanha de Fernando Collor de Melo, mas ainda no início do governo, o jornal rompe com o presidente por discordar do seu plano de estabilização financeira (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009). Em 1992 quando se inicia o processo de impeachment contra Collor, sob acusação de envolvimento em esquemas de corrupção e tráfico de influência, OESP se posiciona a favor do processo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Nas eleições de 1994 e 1998, o jornal apoiou a campanha do candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso nas duas eleições (PILAGALLO, 2012). Em 2002 OESP apoia a candidatura de José Serra, do PSDB, que concorria contra Luís Inácio Lula da Silva, do PT (PILAGALLO, 2012). Na ocasião o petista saiu vitorioso. O apoio às candidaturas do PSDB é reiterado nas eleições seguintes, nas quais Lula e Dilma Rousseff foram eleitos (PESSOA, 2016).

Atualmente O Estado de S. Paulo é um dos principais jornais do país, com uma circulação média de 242. 374 exemplares, segundo os dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) do ano de 2019<sup>38</sup>. Considerando-se a plataforma digital, criada em 2000, o jornal apresentou crescimento em 2020, passando de uma circulação digital de 138.206, no ano passado, para 148.419 nesse ano<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Acessar: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/01/21/circulacao-dos-maiores-jornais-do-pais-cresce-em-2019.html>> Acessado em 29 de agosto de 2020.

<sup>39</sup> Acessar: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/05/05/circulacao-digital-dos-jornais-cresce-no-trimestre.html>> Acessado em 29 de agosto de 2020.



### 3.6 Alguns apontamentos históricos sobre o jornal Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo, jornal paulista de circulação diária, possui este nome desde a década de 1960. A história do jornal está atrelada a de outros três periódicos, criados entre os anos de 1921 a 1925, nomeados Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã. O primeiro deles foi criado em 1921, quando Olival Costa e Pedro Cunha, decidem montar um pequeno jornal informativo, voltado aos assuntos urbanos (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008; PILAGALLO, 2012). A partir de 1925, surge o segundo periódico, Folha da Manhã, direcionado aos pequenos comerciantes e os profissionais liberais (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009<sup>40</sup>).

As características marcadamente paulistas do jornal levaram os dois periódicos a se opor à Revolução de 1930, que fez de Getúlio Vargas presidente da República (PILAGALLO, 2012). Como retaliação, o jornal teve sua sede depredada (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009). Aos poucos a Folha aderiu ao governo, e em 1931, foi comprada pelo fazendeiro e comerciante Octaviano Alves de Lima, que traçou uma nova linha editorial para o jornal, voltando-se para o setor rural paulista (PILAGALLO, 2012; FOLHA DE S. PAULO, 2016<sup>41</sup>).

Na década de 1960, o jornal passa por mudanças significativas. A primeira delas foi a mudança de nome para Folha de S. Paulo, que unificou os outros três periódicos (AZEVEDO, 2018). Outra questão significativa, foi a mudança de direção (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009; FOLHA DE S. PAULO, 2016). Em 1962 Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho compram a empresa, conseguem sanear as contas do jornal e ampliar seus rendimentos (FOLHA DE S. PAULO, 2016).

A partir de então, o jornal adotou uma campanha contrária à João Goulart, e apoiou os movimentos que levaram à ditadura em 1964 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009; AZEVEDO, 2018). Se no início o golpe militar foi apoiado de forma discreta, à medida que o regime se consolida, a FSP adere ao governo de forma mais explícita

---

<sup>40</sup> Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>>. Acessado em 30 de agosto de 2020.

<sup>41</sup> Disponível em:< <https://m.folha.uol.com.br/asm/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml?mobile>>. Acessado em 30 de agosto de 2020.

(PILAGALLO, 2012; AZEVEDO, 2018). Mesmo após a edição do Ato Institucional de nº 5 em 1968, o jornal evitou fazer oposição aberta ao governo, o que explica o fato de que seu conteúdo não sofreu censura prévia (PILAGALLO, 2012). Em 1974, por exemplo, o jornal publicou artigos nos quais defendia abertamente o governo do general Ernesto Geisel, que acabara de assumir a presidência da República (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

No final da década de 1970, o jornal inicia uma reforma editorial. Essa reforma, liderada pelo secretário geral, Otávio Frias Filho, foi consolidada com a implementação do Projeto Folha, em 1984. O Manual Geral da Redação, era mais que um texto técnico, destinado aos jornalísticas do jornal, “o manual da Folha de S. Paulo se constituiu um manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à Folha em particular, ocupar na nova democracia brasileira” (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008; PAIXÃO, 2018).

O distanciamento do governo militar, torna-se mais evidente, com o surgimento das manifestações das Diretas Já (PILAGALLO, 2012). O movimento que pedia a retomada das eleições diretas para a presidência da República, foi apoiado pela FSP, e recebeu destaque em sua cobertura. O jornal foi o primeiro que se dedicou a cobrir as manifestações e até reservou um espaço em suas publicações, que recebeu o nome de Roteiro das diretas, que era específico para tratar sobre o movimento (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009; PILAGALLO, 2012).

Diferente do O Estado de S. Paulo, a FSP pratica um jornalismo mais informativo, e evita endossar abertamente campanhas eleitorais em seus textos (PESSOA, 2016). Nesse sentido, desenvolveu-se no jornal uma prática investigativa, que culminou na divulgação de uma série de escândalos de corrupção envolvendo políticos brasileiros. Os mais conhecidos foram a compra de votos para aprovação da emenda da reeleição de FHC, o mensalão no governo Lula, e a Lava Jato durante o governo de Dilma (PILAGALLO, 2012; PESSOA, 2016).

Atualmente a Folha de S. Paulo é o líder no ranking de circulação de exemplares no país. Na forma impressa o periódico registrou uma média mensal de 328.438 exemplares em

2019, de acordo com os dados do IVC. Na plataforma digital, a FSP registrou 250.324 exemplares nos três primeiros meses de 2020.

#### 4. Abordagem metodológica

A *Grounded Theory*, ou Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), surgiu a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos sociólogos Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss. Na pesquisa qualitativa sobre o processo de morte em hospitais nos Estados Unidos, os autores começam a desenhar as diretrizes da *Grounded Theory*, como um método de descoberta a partir dos dados. Em uma época em que a pesquisa quantitativa ganhava cada vez mais espaço na Sociologia, os autores propuseram estratégias e enunciados para a elaboração de pesquisa qualitativa (CHARMAZ, 2009; LAPERRÈRE, 2016).

Mas o que seria uma Teoria Fundamentada nos Dados? A abordagem metodológica desenvolvida por Glaser e Strauss (1967) propõe que a pesquisa qualitativa deve basear-se em uma investigação sistemática da realidade, a fim de produzir teorias empiricamente validadas. Os autores propuseram uma forma de reunir conhecimento sobre o mundo social a partir dos dados, sistematicamente reunidos e analisados (GLASER; STRAUSS, 1967). Em outras palavras, Glaser e Strauss (1967) tinham como objetivo “deslocar a investigação qualitativa para além dos estudos descritivos, e em direção à esfera dos arranjos teóricos explanatórios e, com isso, produzir compreensões abstratas e conceituais dos fenômenos estudados (CHARMAZ, 2009).

Para produzir teoria a partir dos dados é preciso que o pesquisador “deixe os dados falar”. Isso significa que o ponto de partida da TFD é sempre os dados, e não teorias e conceitos pré-existentes (CHARMAZ, 2009). O pesquisador adepto da *Grounded Theory* desenvolve teoria a partir da análise sistemática dos dados, que fornecem a estrutura conceitual para a explicação do fenômeno estudado. Isso não significa cair na ilusão de que os teóricos da TFD são tabuas rasas que vão a campo despidos de impressões. Ao contrário, a própria construção do objeto de pesquisa parte de conhecimentos e interesses já existentes.

O que os autores da TFD argumentam é que essas noções e conhecimentos não podem jamais limitar a pesquisa, mas devem ser entendidos como o ponto de partida, o início da investigação do fenômeno. Nesse sentido, tais noções devem ser entendidas como

conceitos sensibilizadores<sup>42</sup>, “como ferramentas provisórias para desenvolverem as ideias sobre os processos definidos nos dados [...] Não forçamos ideias preconcebidas e teorias diretamente sobre os nossos dados” (CHARMAZ, 2009, pag. 34-35).

Embora os estudos desenvolvidos por Glaser e Strauss tenham obtido bons frutos, os autores passam a defender perspectivas distintas para a TFD, desenvolvendo assim, cada um à sua maneira, novas diretrizes para a *Grounded Theory*. Nesse sentido, Glaser se manteve fiel aos pressupostos originais, prezando pelo empirismo objetivo e restrito, no qual as categorias são reveladas a partir dos dados (SANTOS et al., 2016).

Strauss, por outro lado, deslocou o método para a verificação e, juntamente com Juliet M. Corbin, procurou dar ênfase a novos procedimentos técnicos (CHARMAZ, 2009). Com o rompimento dos autores clássicos, surgem novas abordagens da TFD, como a perspectiva construtivista. Segundo a autora Kathy Charmaz, a perspectiva construtivista “oferece um retrato interpretativo do mundo estudado e não um quadro fiel dele” (CHARMAZ, 2009, pag. 25), em outras palavras, os significados e conceitos construídos a partir dos dados oferecem uma construção da realidade (SANTOS et al., 2018)

[...] somos parte do mundo o qual estudamos e dos dados os quais coletamos. Nós construímos as nossas teorias fundamentadas por meio dos nossos envolvimento e das nossas interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas de pesquisa, tanto passados e como presentes. (CHARMAZ, 2009, pag. 24-25).

Embora tenha se desenvolvidos abordagens distintas para a *Grounded Theory*, os pesquisadores adeptos a essa metodologia têm como diretrizes básicas a codificação, a redação de memorandos e a amostragem para o desenvolvimento de teoria. Sobre essa discussão é importante lembrar o questionamento feito por Kathy Charmaz (2009), sobre a flexibilidade das ferramentas da Teoria Fundamentada nos Dados. Para a autora, as diretrizes da TFD demonstram as etapas da pesquisa e oferecem um caminho para esse processo. Entretanto, tais diretrizes não devem ser encaradas como um manual rígido a

---

<sup>42</sup> “De acordo com a descrição de Blumer (1969) dos conceitos sensibilizadores, os pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada seguidamente iniciam os seus estudos com determinados interesses de pesquisa e com um conjunto de conceitos gerais. Esses conceitos fornecem ideias a serem investigadas e sensibilizam o pesquisador no sentido de realizar determinados tipos de perguntas sobre o tópico em questão [...] em resumo, os conceitos sensibilizadores e as perspectivas disciplinares fornecem um ponto para começar, não para concluir.” (CHARMAZ, 2009, pag. 34)

ser seguido. Na verdade, elas servem para orientar o pesquisador ao longo de seu trabalho, podendo este adaptá-las aos diferentes objetos de pesquisa (CHARMAZ, 2009, CLARKE, 2003). Nesse sentido, embora essas vertentes apresentem pontos de desacordos e de diferenciação, todas elas mantêm a ideia central da TFD clássica, sobre a primazia dos dados como ponto de partida para a construção da teoria.

A atenção dada aos dados inicia-se desde a sua coleta, e estende-se por todo o processo criativo. Segundo Charmaz (2009) o pesquisador precisa estabelecer critérios bem definidos, que estejam de acordo com o problema de pesquisa, para que os dados coletados sejam relevantes para o trabalho. Para ela “A forma como você coleta os dados afeta quais serão os fenômenos que você verá, como, onde e quando irá analisá-los, e qual sentido você produzirá a partir deles.” (CHARMAZ, 2009, pag. 32). Não existe uma fórmula pronta para determinar qual técnica será seguida durante a coleta dos dados, o melhor método é aquele que melhor se adequa ao objeto de pesquisa (CHARMAZ, 2009; GLASER; STRAUSS, 1967; STRAUSS; CORBIN, 2008).

Uma vez que os dados estejam coletados, inicia-se a etapa de análise desse material. Aqui cabe uma observação, embora as diretrizes da TFD estejam sendo apresentadas como etapas a serem seguidas, vale ressaltar que tal processo não acontece de forma linear. Strauss e Corbin (2008) argumentam que mesmo durante a coleta dos dados, o pesquisador já realiza a análise, e que durante a análise talvez seja preciso que novos dados sejam coletados. Dessa forma, o desenvolvimento de uma pesquisa se assemelha muito mais a um processo complexo e circular do que a um passo a passo linear. Essa observação vale para todas as etapas da Teoria Fundamentada nos dados.

Esclarecida essa questão, passemos então para a apresentação da análise. Segundo Strauss e Corbin (2008), a TFD tem como objetivo construir teoria empiricamente fundamentada. Como teoria os autores entendem “um conjunto de categorias bem desenvolvidas “[...] que são sistematicamente inter-relacionadas através de declarações de relação para formar uma estrutura teórica que explique alguns fenômenos relevantes sociais [...]” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 35). Para que isso ocorra, o pesquisador precisa realizar uma microanálise dos dados, ainda no início da investigação. Esse processo de microanálise pode ser entendido como uma análise minuciosa, na qual o pesquisador examina

informações específicas dos dados, para construir as categorias, suas dimensões e propriedades (STRAUSS; CORBIN, 2008).

A microanálise é composta por diferentes processos de codificação<sup>43</sup>. O primeiro deles, a codificação aberta consiste em separar os dados, para examinar suas partes isoladamente e de forma minuciosa, com o intuito de identificar similaridades e diferenças (STRAUSS; CORBIN, 2008). A partir da codificação aberta pretende-se identificar os conceitos que representam o fenômeno. Para tanto deve-se “abrir o texto e expor pensamentos, ideias e significados que ele contém.” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pág. 54). Os dados já divididos em informações menores devem ser comparados, nomeados, classificados e reagrupados segundo suas características, dimensões e diferenças. Esse processo corresponde à construção das categorias provisórias (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

Como técnica para construir as categorias provisórias, Strauss e Corbin (2008) orientam que os pesquisadores utilizem a técnica de rotular os dados. Isso significa que à medida que a microanálise começa é preciso criar rótulos para as informações relevantes que vão surgindo. “Uma coisa rotulada é algo que pode ser localizado, colocado em uma classe de objetos similares ou classificado” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 54). Com o desenrolar da análise, os rótulos vão se acumulando e se repetindo, exigindo que o pesquisador identifique aqueles que podem ser classificados como categorias. Outra técnica destacada pelos autores são os memorandos, que correspondem a anotações analíticas que devem ser elaboradas durante todo o percurso da pesquisa.

A redação dos memorandos constitui um método crucial da teoria fundamentada, porque ela o incentiva a analisar os seus dados e códigos no início do processo de pesquisa. Redigir memorandos sucessivos em todas as partes do processo de pesquisa o mantém envolvido na análise, bem como o ajuda a elevar o nível de abstração de suas ideias [...] os memorandos captam os seus pensamentos, apreendem as comparações e conexões que você faz, e cristalizam as questões e as direções a serem buscadas (CHARMAZ, 2009, pag. 105).

---

<sup>43</sup> “Codificação: os processos analíticos por meio dos quais os dados são divididos, conceitualizados e integrados para formar a teoria.” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 15).

Nesse sentido, os autores argumentam que a redação dos memorandos se torna uma técnica fundamental, pois auxilia os pesquisadores durante a codificação aberta, facilitando, dessa forma, o processo de construção das categorias primárias. Esses memorandos podem, mais tarde, ser utilizados como parte do texto final ou até mesmo, em artigos e trabalhos posteriores (CHARMAZ, 2009).

Uma vez que o pesquisador já identificou algumas categoriais provisórias, pode-se dar início ao segundo tipo de codificação da microanálise, que é a codificação axial. Basicamente, a codificação axial é utilizada para aprimorar e elevar as categorias a um nível abstraído mais rebuscado (STRAUSS; CORBIN, 2008). Esse processo tem como objetivo reagrupar os dados “que foram divididos durante a codificação aberta. Na codificação axial, as categorias são relacionadas às suas subcategorias para gerar explicações mais precisas e completas sobre os fenômenos.” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 64). Isso significa que as categorias previamente elaboradas na codificação aberta são aperfeiçoadas segundo suas características e dimensões.

Finalizada a microanálise o pesquisador possui à sua disposição uma estrutura de categorias preliminares (STRAUSS; CORBIN, 2008). Os dados foram divididos na codificação aberta, foram reagrupados e classificados na codificação axial, agora é o momento de retornar ao mundo empírico para dar sustentação às categorias. Para tanto, é preciso realizar aquilo que os autores chamam de amostragem teórica<sup>44</sup>, que é a coleta de dados conduzida a partir dos conceitos derivados dos próprios dados. O objetivo da amostragem teórica é ampliar as oportunidades de comparação, para determinar como uma categoria varia e, principalmente, para ajustar a teoria emergente aos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

A amostragem teórica frequentemente causa confusão nos pesquisadores menos habituados à TFD. É comum que a amostragem teórica seja confundida com a amostragem utilizada pelos pesquisadores quantitativos. A amostragem teórica não é mobilizada para fazer inferências estatísticas, pelo contrário, seu objetivo é desenvolver

---

<sup>44</sup> “Amostragem teórica: coleta de dados conduzida por conceitos derivados da teoria evolutiva e baseada no conceito de “fazer comparações”, cujo objetivo é procurar locais, pessoas ou fatos que maximizem oportunidades de descobrir variações entre conceitos e de tornar densas categorias em termos de suas propriedades e de suas dimensões” (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 99).



e dar solidez às categorias já construídas (CHARMAZ, 2009). A amostragem teórica é diferente também daquela realizada no início da pesquisa.

Na amostragem inicial, o pesquisador está interessado em gerar o máximo possível de categorias; dessa forma, ele coleta dados em um vasto leque de áreas pertinentes. Uma vez que o analista tenha algumas categorias, a amostragem se volta para o desenvolvimento, a densificação e a saturação dessas categorias (STRAUSS; CORBIN, 2008, pag. 100).

As categoriais estarão consolidadas – classificadas e aprimoradas a partir dos dados – quando alcançaram a saturação teórica, ou seja, quando atingirem um ponto de desenvolvimento no qual os novos dados não são capazes de despertar novos insights teóricos (CHARMAZ, 2009).

Uma vez que as categoriais alcançaram a saturação teórica, a próxima etapa da TFD é a codificação seletiva, que marca o aperfeiçoamento da teoria emergente (STRAUSS; CORBIN, 2008). A integração das principais categorias faz surgir um esquema teórico mais abstrato, que vão assumindo a forma de teoria. Nesse sentido, a codificação seletiva avança mais um passo em direção à integração e refinamento dessas categorias (STRAUSS; CORBIN, 2008).

O primeiro passo para se desenvolver a codificação seletiva, é identificar a categoria central, aquela que representa e condensa o tema da pesquisa. Segundo Strauss e Corbin (2008, pag. 146) “A categoria central tem poder analítico. O que dá a ela esse poder é sua capacidade de reunir outras categorias para formar um todo explanatório”. Isso significa que as demais categorias irão se relacionar e se ajustar logicamente à categoria central (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

Uma vez que o pesquisador conseguiu captar a essência de sua pesquisa, estabelecendo o esquema de relações entre as categoriais e a categoria central, chegou o momento de refinar a teoria, procurando as consistências e as possíveis lacunas do modelo teórico (STRAUSS; CORBIN, 2008). Nesse momento, o pesquisador precisa “voltar-se para dentro” do seu esquema teórico, rever seus memorandos, avaliar as definições das

categorias, analisar a forma como estas se relacionam, tudo isso com o intuito de verificar se o modelo teórico construído dá conta de explicar os dados (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

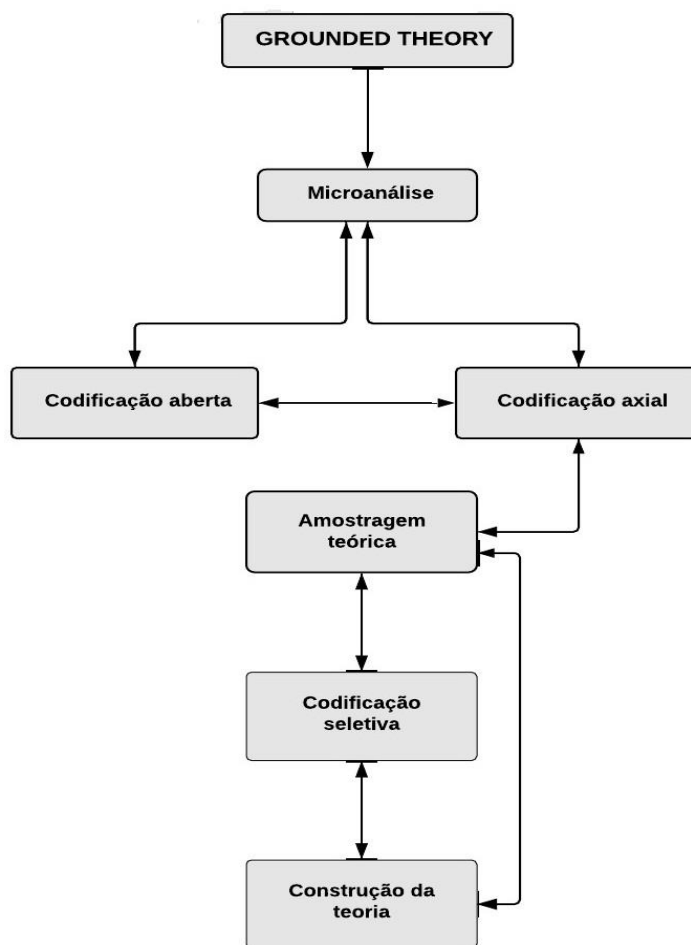
Segundo Strauss e Corbin (2008) aprimorar os memorandos construídos ao longo da pesquisa, e criar diagramas<sup>45</sup> para representar visualmente as categorias e suas relações, é um artifício importante que pode facilitar não só a apresentação da teoria, como também o seu refinamento, pois podem “mostrar imagens concretas de nossas ideias” (CHARMAZ, 2009, pag. 162).

A partir da elaboração do modelo teórico, o pesquisador pode revisitar as teorias já existentes para, de forma comparada, analisar de que maneira sua teoria colabora ou refuta os conceitos já estabelecidos. Apesar deste aspecto não ser abordado pela TFD de Strauss e Corbin, a autora Kathy Charmaz (2009), argumenta que essa etapa pode ser crucial para a elaboração de trabalho e artigos, considerando-se a revisão bibliográfica é uma das principais exigências estabelecidas pela academia.

Para finalizar as discussões sobre as diretrizes da Teoria Fundamentada nos Dados, apresenta-se a seguir um diagrama que ilustra o processo e etapas que orientam a construção de uma teoria empiricamente fundamentada. É importante notar que, mais do que etapas fixas, lineares e rígidas, os processos apresentados desenvolvem-se de forma circular e relacional. Isso significa que muitas vezes quando o pesquisador “avança” para a etapa seguinte, os dados determinam que este dê um passo atrás para repensar e aprimorar suas categorias. Essa é uma característica intrínseca da TFD, para a qual os pesquisadores precisam estar atentos (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009).

---

<sup>45</sup> Os autores da Teoria Fundamentada nos Dados, orientam os pesquisadores a utilizar diferentes modelos de diagramas, como mapas, gráficos e figuras, pois esses ajudam a visualizar e extrair as relações das categorias, enquanto a análise é desenvolvida.

**Figura 1-** Diagrama de desenvolvimento da TFD

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.1 Percurso metodológico

Realizada a discussão sobre as diretrizes da TFD, podemos avançar para a apresentação do processo metodológico adotado para a presente pesquisa. A abordagem utilizada foi a dos métodos mistos, que consiste na combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa (PARANHOS et al., 2016). A triangulação das abordagens quali e quanti está presente em todas as etapas da pesquisa, desde o procedimento de coleta até a análise (CRESWE; PLANO CLARK, 2013). O pressuposto central utilizado a favor dos métodos mistos é que estes oferecem melhores possibilidades analíticas sobre o fenômeno estudando (KUCKARTZ, 2014).

As técnicas quantitativas adotadas pela pesquisa, combinadas às diretrizes qualitativas da TFD, permitem identificar as subjetividades e os significados que os sujeitos atribuem ao fenômeno estudado – a partir da construção das categorias – bem como, a forma como cada categoria varia ao longo do tempo e com o desenrolar do fenômeno. Os próprios autores da TFD ressaltam a importância de compreender o processo, de perceber as alterações do objeto empírico e captá-las através das categorias (CHARMAZ, 2009). Nesse sentido, a escolha pelos métodos mistos combinada aos interesses da pesquisa, ampliam as possibilidades de investigação e análise do objeto estudado (PARANHOS et al., 2016).

A escolha por trabalhar com OESP e com a FSP baseia-se no fato de que ambos os periódicos apresentam tiragem entre as mais altas do país. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em 2019 a Folha de S. Paulo registrou um aumento de 6,4 % em sua tiragem, se comparada com o ano anterior. Embora O Estado de S. Paulo tenha apresentado uma queda de 0,8 %, o periódico teve um aumento de 5,5 % em suas assinaturas digitais, comparado com o ano de 2018<sup>46</sup>. A seguir apresentamos a circulação média desses veículos, segundo o IVC.

**Figura 2-**Circulação dos principais jornais do Brasil.

Jornal	Média (2018)	Média (2019)
Folha de S. Paulo	308.685	328.438 ↗
O Globo	301.490	323.172 ↗
O Estado de S.Paulo	244.834	242.374 ↘
Super Notícia	187.224	193.105 ↗
Zero Hora	181.183	163.594 ↘

Fonte: Instituto Verificador de Comunicação, 2019.

A escolha pelo OESP e pela FSP justifica-se ainda pelo fato de que ambos os jornais são direcionados aos extratos mais altos do país, constituindo, portanto, uma espécie de elite

<sup>46</sup> Ver:<<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/01/21/circulacao-dos-maiores-jornais-do-pais-cresce-em-2019.html>> Acessado em 08 de julho de 2020.

no jornalismo brasileiro (AZEVEDO, 2006). Isso significa que os periódicos formam um núcleo da imprensa brasileira, que exerce influência não só o debate político nacional, como também possui capacidade de agendamento de temas e de interpretações em outros veículos de comunicação (AZEVEDO, 2006; ITUASSU, 2011). Trabalhar com dois dos principais veículos de comunicação do Brasil, permite, portanto, analisar de forma comparativa a construção do impeachment na mídia brasileira, identificando as convergências e especificidades sobre a temática no debate jornalístico do país.

O *corpus* da pesquisa foi constituído por 229 editoriais do OESP e 107 editoriais da FSP, somando um total de 336 textos, publicados durante o período de março de 2015 a agosto de 2016. A escolha do marco temporal se dá pelo fato de que em março de 2015 aconteceram as primeiras grandes manifestações contrárias ao governo Dilma. Já agosto de 2016 é o mês no qual se encerra o processo de impeachment, com a sua aprovação pelo Senado Federal. Os textos que serão analisados estão disponíveis no acervo digital dos periódicos<sup>47</sup>.

A primeira etapa da pesquisa consistiu, portanto, em baixar os editoriais, utilizando a técnica conhecida por raspagem de dados ou *webscraping*. Basicamente, essa técnica se refere à extração automatizada de informações disponíveis na internet. As técnicas de raspagem de dados “nos possibilitam poupar um tempo precioso que podemos dedicar a outros aspectos da pesquisa”, bem como, “evita a possibilidade de erros por distração, cansaço [...]” (NASCIMENTO, 2017, pag. 04).

Para coletar os editoriais de forma automática, utilizamos *scripts* em linguagem de programação em R (R Development Core Team)<sup>48</sup> e Python<sup>49</sup>. Os *scripts* têm como função acessar os sites dos jornais e coletar as informações determinadas pelo pesquisador (NASCIMENTO, 2017). Apesar de serem pacotes disponibilizados prontos, os *scripts* podem – e devem – ser editados segundo as necessidades da pesquisa. Dessa forma, os

---

<sup>47</sup> Disponível em:< <https://acervo.estadao.com.br/>>

Disponível em:< <https://acervo.folha.com.br/index.do>>

<sup>48</sup> R é um programa computacional de código aberto, e uma linguagem de programação criada nos anos 1980, especializado em manipulação, análise e visualização gráfica de dados. (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2011).

<sup>49</sup> É uma linguagem de programação orientada a objeto e de código aberto, lançada por Guido van Rossum em 1991. Cf. <https://www.python.org/> acessado em 18 jan. 20.

*scripts* criados acessaram os sites dos jornais e realizaram o *download* em massa dos arquivos, que foram salvos em uma pasta segura no computador. Foram extraídos, portanto, todos os editoriais do jornal O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo, publicados durante o período de março de 2015 a agosto de 2016, que mencionaram pelo menos uma vez o termo “impeachment”.

Uma vez que os editoriais foram baixados, demos início à etapa de verificação dos dados. Apesar de “treinar” os *scripts* para fazer o *download* dos documentos que apenas interessam à pesquisa, por falhas no código fonte dos sites, ou no próprio *script*, muitas vezes, são baixados materiais que não se adequam ao trabalho. Nesse sentido, realizamos uma primeira verificação para excluir os editoriais que não se enquadravam no recorte temporal e as duplicadas. Ao final da verificação sobraram 229 e 107 editoriais do jornal O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo, respectivamente. Dessa forma, o universo da pesquisa é composto por um total de 336 editoriais.

Após a consolidação do banco de dados da pesquisa, realizamos o segundo momento de verificação, responsável por modificar o formato dos arquivos baixados. Assim que são baixados os editoriais vem em um formato de imagem (JPG). Como essa extensão impede que o arquivo seja comentado, optamos por converter os editoriais para o formato de PDF (*Portable Document Format*), utilizando o *software ABBYY Fine Reader*<sup>50</sup>. Após a conversão, os editoriais encontravam-se em boa qualidade e pronto para serem analisados.

As etapas anteriores foram responsáveis por “preparar o terreno” para uma das principais fases da pesquisa, a criação das categoriais analíticas que vão compor o modelo teórico emergente. Como foi explicado no tópico sobre as diretrizes da TFD, a microanálise é um momento crucial do trabalho, pois é a partir dela que começa a se formar o modelo teórico da pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008). É nesse momento que o pesquisador inicia o contato mais profundo com os dados (CHARMAZ, 2009).

---

<sup>50</sup> O ABBYY Fine Reader é um programa de reconhecimento ótico de caracteres (OCR), desenvolvido pela empresa ABBYY, que permite converter diferentes tipos de documentos, arquivos PDF ou imagens, em dados editáveis e pesquisáveis.

Para dar início ao processo de codificação criamos amostragens aleatórias dos editoriais utilizando o Excel. A amostragem inicial tem como objetivo criar uma parte representativa dos dados, para que o pesquisador possa iniciar a construção de seus códigos (STRAUSS; CORBIN, 2008). A amostragem do OESP é composta por 144 editoriais, já a da FSP possui 77 editoriais. A partir da análise minuciosa dos editoriais que compõe a amostragem inicial, nosso objetivo é reunir o maior número de informações sobre os dados para, dessa forma, construir as categorias analíticas. Na próxima seção, apresentamos o processo de codificação dos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

#### 4.2 Codificação e análise empírica dos jornais FSP e OESP

Os 144 editoriais que compõem a amostragem do OESP foram divididos em sete rodadas de leitura, cada uma com, em média, vinte e quatro editoriais. Nessa etapa, procuramos desenvolver a amostragem aberta para, através da leitura sistemática e minuciosa dos editoriais, construir as primeiras impressões sobre os dados.

Para cada editorial analisado, criou-se um memorando para registrar os comentários, as descrições e os rótulos criados a partir da leitura. Os rótulos são anotações pertinentes sobre os dados criados pelo pesquisador para definir e/ou classificar o material analisado (CHARMAZ, 2009). Dessa forma, eles são o primeiro passo de codificação dos editoriais. A seguir apresentamos um modelo de memorando criado durante uma das rodadas de codificação da amostragem.

**Figura 3-** Memorando de codificação-OESP

<b>MEMORANDO INDIVIDUAL</b>	
Segunda rodada	-O governo impopular de Dilma enfrenta uma <b>crise política</b>
Identificação do editorial: <b>2015-12-29_terca-feira-pagina-a3-edicao-nacional</b>	- <b>O impeachment</b> aparece como " <b>um recurso constitucional</b> que se oferece a uma sociedade livre e democrática ...como <b>um meio para atingir objetivos maiores</b> "
Título: Corrupção, impeachment e reforma	-Dilma cometeu crime capitulado em lei
O impeachment é tema central	- <b>Dilma é um obstáculo ao combate à crise</b>
O editorial apesar de ter o impeachment como tema central, não se restringe a falar apenas do	-A crise é fruto da "irresponsabilidade populista, do sectarismo ideológico e da absoluta incompetência de Dilma"

<p>processo político contra Dilma. O jornal faz avaliação da crise, caracterização do país, e sugere possíveis soluções para recuperação da economia.</p>	<p>-Entende os esquemas de corrupção como "uma <b>estrutura criminoso</b> montada na administração pública para garantir os recursos <b>necessários à realização do "projeto de poder" do PT.</b>" -O PT não ousou fazer uma reforma política para combater os problemas estruturais--&gt; adotou a política do toma lá dá cá</p>
---	---

Fonte: Elaboração própria.

O memorando acima representa a forma como foi desenvolvido o processo de codificação e criação das categorias. A primeira coluna do memorando contém as informações sobre o editorial, como nome do arquivo, título, a rodada de leitura em que foi analisado e algumas anotações mais gerais sobre o texto. A segunda coluna trata sobre as informações mais específicas, trechos importantes retirados do editorial, e os rótulos criados para identificar os comentários mais pontuais. Os trechos destacados em negrito são rótulos que servem para destacar possíveis categorias. Como foi dito anteriormente, para cada editorial analisado foi criado um memorando semelhante ao apresentado acima.

A criação dos memorandos foi fundamental para o processo de elaboração das categorias. Uma vez que as nossas impressões iniciais, rótulos e avaliações sobre o texto estavam registradas nos memorandos, conseguimos retornar a esse material para organizar a codificação. Nesse sentido, à medida que os rótulos foram se acumulando, e que percebemos que estes começavam a se repetir, retornamos aos memorandos criados para iniciar a organização dos códigos. Esse momento ocorreu por volta da quarta rodada de leitura da amostragem. Com o avançar da análise, foi possível notar que os argumentos, as valorações e a caracterização do impeachment, apresentadas pelo jornal OESP, começaram a se repetir. Foi então que decidimos rever nossas anotações para organizar as informações já existentes.

Para facilitar o processo de codificação retornamos aos memorandos individuais, para organizar os rótulos já identificados. Esse processo de revisão é importante, pois auxilia o pesquisador a perceber quais rótulos têm maior incidência nos textos, bem como, permite identificar algum rótulo novo, que não tenha sido destacada no processo de leitura anterior. Dessa forma, fizemos a revisão dos memorandos individuais e criamos um segundo tipo de memorando, responsável por registrar os rótulos que apareceram na



leitura da amostragem aberta. A seguir apresentamos este modelo de memorando.

**Figura 4-** Memorando de codificação-OESP.

<b>MEMORANDO GERAL</b>		
<p><b>Rótulos:</b></p> <p>Dilma é hoje uma alma penada;            As instituições funcionam bem;            A crise é resultado da soberba e sensação de impunidade do PT;            Salve-se quem puder;            Argumento malandro de que é vítima de um golpe;            Sua permanência no cargo já é moralmente insustentável;            O impeachment está dentro das normais legais e respeita o rito estabelecido pelo judiciário            Onda nacional favorável ao afastamento de uma presidente;            Resposta aos anseios do povo;            Dilma apresenta propostas delirantes movidas pelo desespero;            O País está sem governo;            Os brasileiros reclamam com urgência um recomeço;            Criatura do chefão petista;            O impeachment será uma mensagem muito clara a todos os políticos de que o cargo público deve ser exercido de acordo com a lei;            O País ficará paralisado;            Reafirma a solidez das instituições brasileiras;            Grito de indignação;            Dilma é uma página virada na História;            O afastamento de Dilma significa a remoção de um obstáculo;</p>	<p><b>Grupo 1: argumento legal</b></p> <p>OESP apresenta em seus editoriais uma defesa do impeachment a partir de argumentos que ressaltam a legitimidade do processo. Em diversas passagens, o jornal se preocupa em mostrar que o impeachment é um processo previsto em lei, que este está seguindo os ritos definidos pelo Congresso, que o impeachment é uma punição aos crimes cometidos por Dilma, e que os parlamentares têm autoridade para julgar o impeachment, pois foram eleitos democraticamente.</p> <p><b>Grupo 2: argumento moral</b></p> <p>OESP apresenta em seus editoriais uma preocupação com os casos de corrupção que marcam a política brasileira. Em diversas passagens, o jornal argumenta que os casos de corrupção comprometem a administração pública, e compromete o sistema político brasileiro. Por essa razão, o impeachment é um processo fundamental para retomarmos o bom funcionamento da política no país, pois punirá uma presidente corrupta.</p> <p><b>Grupo 3: argumento pessoal</b></p> <p>OESP apresenta em seus editoriais uma imagem de Dilma como presidenta pouco preparada, que não possui as qualidades necessárias para ocupar o cargo da presidência. Em diversas passagens o jornal argumenta que Dilma é autoritária, não tem experiência administrativa, e que apenas obedece às ordens do ex-presidente Lula.</p>	<p><b>Comentários:</b></p> <p>1. O argumento do jornal vai em duas direções: 1. procura reforçar a base legal do impeachment (as pedaladas fiscais e os decretos que liberaram recursos sem aprovação do congresso), 2. demonstra a necessidade política de atender a demanda popular. Ao afirmar que o impeachment é um processo eminentemente político, pois acontece no congresso, o jornal constrói um argumento de que a casa legislativa, uma vez que, é eleita para representar o povo, precisa estar atenta aos anseios da maioria da população, que pede o impeachment de Dilma. É interessante notar que o jornal ao mesmo tempo que procura reforçar a legitimidade do impeachment, ao afirmar que este é previsto na Constituição, coloca como ponto central a característica política do processo. --&gt; <u>Ver se a defesa do impeachment se baseia mais na necessidade do congresso de atender as demandas do povo, do que em mostrar a veracidade das acusações dos crimes de responsabilidade praticados pela presidenta</u></p>

Fonte: Elaboração própria.

Por questões de organização, optamos por apresentar apenas um recorte do memorando geral, uma vez que, este é extenso, pois reúne todos os rótulos de maior incidência nos

textos. Esse memorando foi utilizado não só para organizar os rótulos que apareceram nos memorandos individuais, como também, nos permitiu avançar um pouco mais no processo de análise, pois conseguimos estabelecer as primeiras impressões sobre os rótulos. A partir da criação do memorando geral conseguimos, por exemplo, organizar os rótulos em grupos e definir suas características.

Uma vez criados, os memorandos gerais foram revisados para que pudéssemos iniciar a classificação e definição dos códigos. Esse momento tem como objetivo analisar as informações destacadas do texto, para identificar os padrões e repetições dos dados. É a etapa na qual realizamos “o processo de definição sobre o conteúdo dos dados [...] Codificar significa nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente, categoriza, resume e representa cada parte dos dados.” (CHARMAZ, 2009, pag. 68). Nesse sentido, procuramos identificar as definições e classificações dos rótulos, para transformá-los em códigos provisórios. Esses códigos ainda não tinham valor de categoria, pois ainda não foi possível elaborar uma conceituação sólida para os mesmos. Foi preciso, portanto, retomar a leitura da amostragem para aperfeiçoar os códigos provisórios.

A seguir apresentamos um trecho do memorando que registrou a conceituação inicial dos códigos. A partir do memorando de códigos, conseguimos aperfeiçoar as percepções sobre os dados. Nesse sentido, uma vez que, tínhamos os códigos organizados em torno de categorias provisórias, conseguimos notar, por exemplo, que o jornal argumenta que a recuperação da economia brasileira depende da aprovação do impeachment, pois este vai encerrar um governo que comprometeu as contas públicas. Portanto, a legitimidade do impedimento de Dilma está na sua eficiência em superar a crise brasileira.

**MEMORANDO DE CÓDIGOS**

**Grupo 4: argumento econômico:**

**Um bem necessário:** A permanência de Dilma na presidência compromete a aprovação de medidas essenciais à recuperação da economia. Isso significa que, a crise econômica não será superada enquanto Dilma estiver no cargo. Nesse sentido, o impeachment aparece como forma de remover um empecilho da recuperação e do desenvolvimento do país.

**O fim do lulopetismo:** Para o jornal, as políticas adotadas a partir de 2003 com a chegada do PT ao poder, e perpetuadas durante os mandatos de Dilma, são políticas populistas que utilizam uma falsa ideia de “bem-estar social” para promover o aumento das despesas públicas. Tais medidas, além de serem pouco eficientes, ainda comprometeram a estabilidade fiscal do país. Os editoriais definem que Dilma adotou a irresponsabilidade fiscal como modo de governar, levando o Brasil a uma instabilidade econômica gravíssima. Nesse sentido, o impeachment torna-se um processo para colocar fim a um ciclo de irresponsabilidade fiscal e de aumento das despesas públicas.

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que tínhamos uma lista com os códigos, a leitura da amostragem passou a ser realizada com dois objetivos. O primeiro, continuava sendo a percepção de novos rótulos e códigos importantes sobre os dados, então foi preciso manter os ouvidos atentos ao que o texto falava. O segundo objetivo foi o de aprimorar os códigos já existentes, construindo uma conceituação e elevando-os ao nível de categoria. Nessa etapa, foram elaborados comentários mais específicos, anotações das principais características dos códigos, bem como, começamos a estabelecer comparações entre eles. No final desse processo, tínhamos uma lista de categorias provisórias.

Segundo as diretrizes da Teoria Fundamentada nos dados, o próximo passo indicado seria a codificação axial. Embora não tenhamos realizado a codificação axial nos mesmos moldes sugeridos por Strauss e Corbin (2008), nos preocupamos em analisar as categorias criadas de forma isolada, procurando possíveis lacunas que pudessem comprometer sua conceituação. Analisamos suas características, definições, comparamos as categorias umas com as outras, e então chegamos a um esquema analítico com categoriais bem definidas.

Antes de avançarmos para a apresentação das categorias elaboradas, vale ressaltar que o processo de codificação e construção das categoriais foi realizado exclusivamente pela autora do trabalho e, por essa razão, carregam as subjetividades da mesma. O processo de categorização individual, portanto, está atrelado às interpretações particulares que a

autora elaborou dos dados. Apesar de ser uma classificação situada, as categorias construídas possuem valor conceitual, pois foram elaboradas a partir de técnicas e processos metodológicos bem definidos, a partir da leitura sistemática dos dados empíricos. A seguir são apresentados trechos do dicionário de codificação, que exemplificam o esforço metodológico da pesquisadora, para elaborar categorias analíticas empiricamente referenciadas. O dicionário de codificação foi criado, portanto, para registrar as definições e características das categorias.

Foram criadas três classes para organizá-las. A primeira são categorias iniciais, responsáveis por identificar o editorial como, por exemplo, a data de publicação, a centralidade do impeachment no texto etc. A segunda delas trata especificamente dos argumentos utilizados pelo O Estado de S. Paulo para abordar o processo de impedimento de Dilma. O terceiro grupo de categorias, foi criado para identificar quais as fontes utilizadas pelo jornal para embasar seus argumentos. Sobre a primeira classe de categorias apresentamos aquelas que tratam sobre a centralidade do impeachment no texto:

**Tabela 1-** Classificação do impeachment quanto a centralidade.

<b>Central</b>	O editorial trata explicitamente do impeachment, suas características, fases, justificativas etc.
<b>Secundário</b>	O editorial aborda de forma indireta o impeachment, mas suas considerações inspiram algum tipo de valoração em relação ao processo, não importa o tamanho, nem quantas vezes o termo aparece.
<b>Apenas citado</b>	O termo impeachment aparece de modo único, deslocado em relação ao tema do editorial, de forma que, este não apresente nenhuma informação pertinente sobre o processo.

Fonte: Elaboração própria.

O próximo grupo de categorias foi criada para classificar os argumentos mobilizados pelo OESP para caracterizar o processo de impeachment. A análise minuciosa dos dados mostrou que o jornal faz uso de palavras e termos que atribuem um significado positivo ao impedimento de Dilma. Outro ponto identificado é que a defesa pela aprovação do processo, era feita a partir de uma argumentação que atribuía legitimidade à cassação do mandado de Dilma. Nesse sentido, criamos uma categoria central denominada

**Impeachment Já**<sup>51</sup>, que reúne os argumentos mobilizados pelo OESP para legitimar o processo de impeachment. Foram criadas cinco subcategorias nomeadas de argumento político, legal, social, econômico e moral, que representam as avaliações mobilizadas pelo jornal para legitimar a aprovação do impeachment. A seguir apresentamos a conceituação e a estrutura de relação existente entre elas.

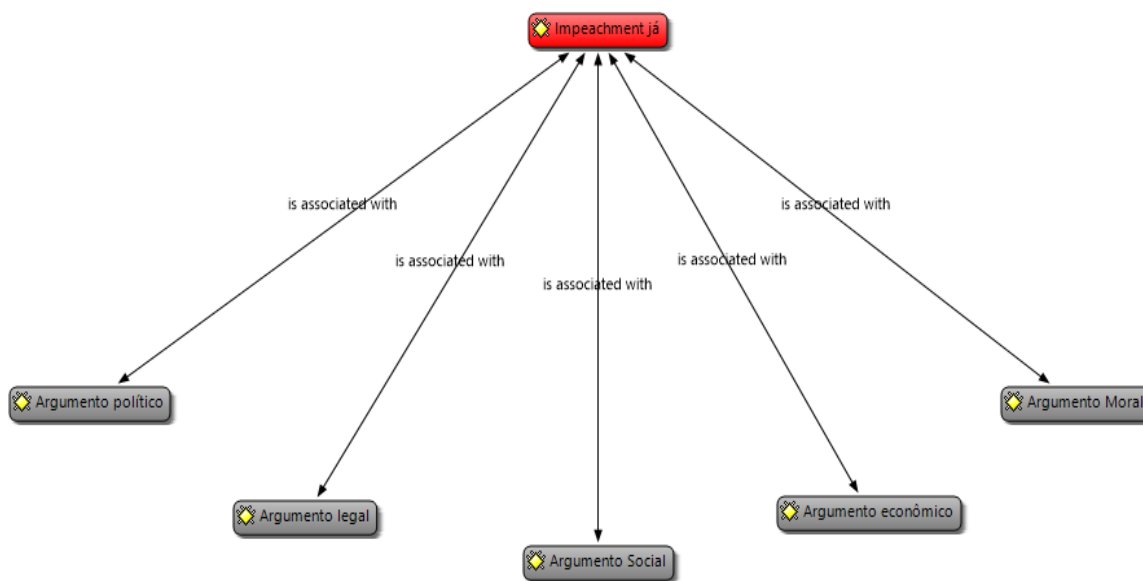
**Tabela 2-** Conceituação dos argumentos sobre o impeachment.

<b>Argumento político</b>	Todo e qualquer trecho do editorial que entende o impeachment como elemento central para a estabilização da política brasileira. Todo e qualquer trecho que defende que o impeachment organizará as forças políticas do país encerrando o ciclo de polarização e instabilidade política.
<b>Argumento legal</b>	Todo e qualquer trecho que mencionar que o impeachment segue os ritos processuais previstos na Constituição. Todo e qualquer trecho que defende que as instituições brasileiras cumpriram seu papel no andamento do impeachment. Todo e qualquer trecho que argumentar que o impeachment é um mecanismo para punir os crimes de responsabilidade fiscal cometidos por Dilma.
<b>Argumento social</b>	Todo e qualquer trecho do editorial que mencionar que o impeachment é uma resposta aos anseios do povo brasileiro. Todos os trechos que argumentarem que a maioria da população brasileira é a favor do impeachment, pois está insatisfeita com o governo.
<b>Argumento econômico</b>	Todo e qualquer trecho do editorial que defender que o impeachment é a solução para encerrar um ciclo de irresponsabilidade fiscal, e de comprometimento das despesas públicas. Todo e qualquer trecho que entende o impeachment como elemento necessário para a recuperação econômica do país.
<b>Argumento moral</b>	Todo e qualquer trecho do editorial que defender que o impeachment é um mecanismo para colocar fim aos crimes de corrupção no Brasil. Todos os trechos que caracterizam o governo Dilma e/ou o governo Lula como corruptos, e defendem que o impeachment representa um saneamento na política nacional.

Fonte: Elaboração própria.

<sup>51</sup>Termo utilizado como título do comunicado feito pelo setor empresarial, no qual exigiam que os deputados e senadores aprovassem o impeachment de Dilma.

**Figura 6-** Estrutura de relação dos argumentos sobre o impeachment.



Fonte: Elaboração própria.

A última classe de categorias corresponde aos recursos argumentativos utilizados pelo jornal, para embasar suas avaliações sobre o impeachment. Essa categoria, denominada de **Fonte**, tem como objetivo identificar se o jornal procura alinhar suas observações com as de outros atores externos. Mapear as fontes nos permite identificar, portanto, os atores e grupos com os quais o OESP dialoga ao construir suas posições. Dessa forma, conseguimos perceber se avaliações externas aparecem nos editoriais do periódico. A seguir apresentamos quais fontes foram identificadas nos textos.

**Figura 7-** Fontes mencionadas no Editorial

Pesquisas de opinião
Estudos específicos
Opinião de especialistas/pesquisadores
Elemento legal-jurídico
Figura ou personalidade política
Outros

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que tínhamos concluído a microanálise do OESP, o próximo passo consistia em iniciar o processo de codificação dos editoriais da FSP. Semelhante ao que foi feito anteriormente, utilizamos os pressupostos da Teoria Fundamentada nos Dados como guia para o processo de codificação dos editoriais da Folha. A partir da leitura sistemática da

amostragem aleatória, pretendemos identificar os padrões sobre o impedimento de Dilma presentes na cobertura do jornal. Estes serão, por sua vez, organizados em torno de categoriais e subcategorias que captem os sentidos e significados atribuídos ao impeachment pelo jornal.

Por motivos de organização da pesquisa, optamos por realizar primeiro a codificação dos editoriais do OESP, para em seguida iniciarmos a codificação da FSP. Uma vez que, o processo de codificação exige leitura aprofundada dos editoriais, utilizamos essa estratégia para assegurar que os códigos captem aspectos particulares de cada jornal. Por isso optamos por realizar a codificação dos jornais separadamente. Em seguida, tentou-se cotejá-lo buscando perceber semelhanças e/ou diferenças entre eles.

Para dar início à codificação da FSP, organizamos os 77 editoriais de sua amostragem aleatória em cinco pastas, cada uma com, em média, 15 textos. Cada um dos editoriais foi lido e analisado de forma detalhada, para que pudéssemos estabelecer as primeiras impressões dos textos. Com o auxílio dos memorandos, mais uma vez, realizamos a amostragem aberta e registramos as informações e os rótulos que iam aparecendo à medida que a leitura avançava. A seguir apresentamos dois exemplos de memorando individuais, que registraram as informações, os rótulos e a caracterização de cada um dos textos.

**Figura 8-** Memorando de codificação-FSP.

<b>MEMORANDO INDIVIDUAL</b>	
Primeira rodada Identificação: 2015-10-08_6004155.pdf Título: Acossada O impeachment é tema central	-O editorial comenta as perdas de Dilma: <u>reprovação de suas contas pelo TCU e a abertura de investigação sobre as eleições de 2014 no TSE</u> ; -Segundo o jornal, tais prejuízos demonstram a <u>fragilidade política de Dilma</u> ; -Comenta que <u>as manifestações contra o governo, que acontecem desde o início do ano de 2015, ganham agora um reforço legal</u> ; - <u>A decisão do TCU dá embasamento formal para o pedido de impeachment</u> ;

Fonte: Elaboração própria.

**Figura 09-** Memorando de codificação-FSP.

<b>MEMORANDO INDIVIDUAL</b>	
<p>Terceira rodada</p> <p>Identificação: 2016-05-12_06023416.pdf</p> <p>Título: O fim e o princípio</p> <p>O impeachment é tema central</p>	<p>-O afastamento de Dilma é uma consequência de seus erros;</p> <p>-Não se trata apenas do afastamento de Dilma. <u>O impeachment coloca fim a um sistema político, ideológico e administrativo que afundou o país nos últimos anos;</u></p> <p>-O embasamento legal do impeachment contou menos, sendo considerado mais, na verdade, a situação política e econômica do país --&gt; Aqui percebe-se que <u>o jornal apresenta um entendimento do impeachment que extrapola suas prerrogativas legais.</u> O processo serviu para colocar fim a um governo com desempenho inadequado;</p>

Fonte: Elaboração própria.

Os memorandos acima registraram as informações pertinentes do texto, as ideias defendidas pelo jornal, bem como, as percepções sobre o editorial. Esse modelo de memorando é uma etapa importante da análise, pois organiza o processo de codificação dos textos. Conforme avançamos na leitura da amostragem, por volta da terceira rodada, percebemos que os rótulos dos textos estavam se acumulando, por isso era preciso revisar os memorandos individuais, para organizá-los em um outro modelo de memorando de codificação. A seguir apresentamos um trecho desse memorando.

**Figura 10-** Memorando de codificação-FSP.

<b>MEMORANDO GERAL</b>		
<b>Rótulos:</b>	<b>Argumentos</b>	<b>Comentários</b>
<p>-<u>As instituições funcionaram adequadamente;</u></p> <p>- A crise foi gerada pelas sandices do governo Dilma;</p> <p>-O impeachment é um processo essencialmente político;</p> <p>- Aumentam as chances de aprovação do impeachment;</p> <p>-O governo está isolado;</p> <p>- <u>O processo avança dentro dos ritos legais, sob fiscalização do STF;</u></p> <p>-A crise foi gerada por erros administrativos do governo Dilma;</p> <p>-<u>Os políticos responsáveis pelo julgamento do impeachment são</u></p>	<p>-Argumento legal;</p> <p>-Argumento político;</p> <p>-Argumento social;</p> <p>-Argumento econômico;</p>	<p>A organização dos rótulos de maior incidência na FSP, indicou uma aproximação com os argumentos elaborados na análise dos editoriais do OESP. Com exceção do argumento moral, que ainda não foi identificado, percebemos uma aproximação entre os dois jornais.</p>



<p><u>representantes do povo, escolhidos através do voto;</u>  - Mais um passo se dá na liquidação do governo de Dilma Rousseff;  - A delação de Delcídio Amaral compromete ainda mais o governo;  - O impeachment aparece como algo certo;  - <u>A confirmação do impeachment aumentará as chances do governo temer de propor ajustes das despesas públicas;</u>  - Dilma é a responsável pela grave crise que prejudica a economia do país;  - <u>Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal;</u>  - Fragilidade política de Dilma;  - <u>O impeachment colocará um fim ao impasse político;</u>  - <u>O afastamento de Dilma é uma consequência de seus erros;</u>  - O impeachment coloca fim a um sistema político, ideológico e administrativo que afundou o país nos últimos anos;  - <u>É de interesse de toda a sociedade que o impeachment se resolva logo;</u>  - A nomeação de Lula reacende a insatisfação popular;  - <u>A decisão do STF confere legitimidade ao processo;</u>  - Dilma e o PT são responsáveis pela crise do país;  - <u>O impeachment trouxe estabilidade política ao país;</u>  - <u>O impeachment melhora as expectativas do mercado;</u></p>		<p>Seguir com a leitura da amostragem, para identificar se tal aproximação se confirma. É preciso ficar atento à incidência de novos códigos.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Com a organização dos rótulos no memorando geral, conseguimos estabelecer uma visão mais geral dos dados. Foi nessa etapa que revisamos as anotações sobre os editoriais e conseguimos perceber, por exemplo, que os rótulos identificados na Folha de S. Paulo se aproximavam dos argumentos do jornal O Estado de S. Paulo. Isso significa que os dados apontaram para uma convergência na cobertura dos dois jornais. A partir dessa avaliação preliminar elaboramos a leitura da amostragem, com o intuito de verificar se tal aproximação se confirmava e se novos códigos iriam surgir. Para isso, elaboramos outro memorando de codificação para registrar as características dos argumentos identificados anteriormente. O objetivo era comparar os argumentos da FSP com os do OESP, a fim de, perceber se estes apresentavam as mesmas características.

**Figura 11-** Memorando de codificação-FSP.

<b>MEMORANDO GERAL</b>
<p><b>Argumento legal:</b> as instituições funcionaram bem, o STF definiu os ritos processuais do impeachment, os parlamentares têm legitimidade para conduzir o impeachment de Dilma, o impeachment é um instrumento previsto na constituição brasileira, Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal;</p> <p><b>Argumento político:</b> Dilma está isolada politicamente, o governo não tem base para aprovar suas medidas, a oposição não está disposta a dialogar com o governo, o impeachment trouxe estabilidade política ao país;</p> <p><b>Argumento econômico:</b> a crise foi provocada pelos erros do governo Dilma, o aumento das despesas públicas comprometeu a economia do país, a economia só voltará a crescer se Dilma sair da presidência, Dilma não está disposta a adotar medidas impopulares para recuperar as contas públicas, é preciso acabar com o projeto intervencionista do governo Dilma.</p> <p><b>Argumento social:</b> dois a cada três brasileiros estão insatisfeitos com o governo, as manifestações de rua pedem o impeachment da presidenta, os parlamentares precisam atender a demanda do povo, Dilma não tem condições de governar sem o apoio da população.</p>

Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura direcionada e com o auxílio do memorando acima, percebeu-se que as características dos argumentos identificados na Folha, coincidiam com a conceituação das categoriais do jornal O Estado de S. Paulo. Com a finalização da amostragem aberta da FSP, conseguimos notar, por exemplo, que o jornal também faz uso de termos para legitimar o impeachment, e que tais argumentos se aproximavam daqueles identificados na cobertura do OESP. Nesse sentido, concluímos que seria pertinente utilizar a estrutura de categoriais do OESP, apresentada no início desta seção, para analisar os editoriais da Folha de S. Paulo.

É importante ressaltar que, apesar de utilizarmos a mesma estrutura de categorias para analisar a FSP e OESP, esta escolha ocorreu a partir da constatação de que a cobertura jornalística dos dois veículos possuía argumentos similares. Deste modo, trata-se de uma estratégia encontrada a partir dos dados, e que está, portanto, de acordo com os pressupostos da *Grounded Theory*. Ainda que não tenhamos percebido a presença de argumentos morais nas matérias da FSP, optamos por incluí-lo mesmo assim, para verificar na amostragem teórica se este elemento aparece ou não.

Concluída a microanálise de ambos os jornais, o próximo passo da pesquisa consistiu em aprimorar as categorias a partir dos dados, realizando aquilo que a *Grounded Theory*

chama de amostragem teórica. Isso significa que retornamos todos os editoriais da pesquisa, para analisá-los e, desta forma, identificar a prevalência das categoriais em cada um dos textos. Cada um dos editoriais foi analisado de forma individual e detalhada, para que pudéssemos identificar as categorias presentes no texto.

A esse respeito, ressaltamos que um editorial pode apresentar mais de um argumento para legitimar o impeachment de Dilma. Isso porque é comum que em um mesmo texto o jornal mobilize mais de uma questão para reforçar seu argumento. Identificar todos os argumentos mobilizados pelo editorial, e não apenas aquele que se destacou no texto, é uma forma de preservar o estilo argumentativo utilizado pelos jornais. Dessa forma, todos os argumentos mobilizados no editorial foram codificados no processo de análise.

Para analisar os 336 editoriais que compõem o banco de dados da pesquisa, de forma eficiente e rápida, utilizamos os softwares ATLAS.ti e Sphinx. Os editoriais de cada jornal foram analisados em momentos distintos, para que pudéssemos captar a incidência das categoriais e suas variações, em cada um dos periódicos. Apesar de termos realizado a amostragem teórica dos jornais separadamente, adotamos o mesmo processo de análise, com o auxílio do ATLAS.ti e do Sphinx.

O ATLAS.ti foi utilizado para analisar qualitativamente os editoriais. Dessa forma, adicionamos todos os editoriais (os documentos primários) em uma Unidade Hermenêutica (HU), que consiste em um arquivo que contém todos os dados da pesquisa. Em seguida, criamos os códigos que correspondem às categorias do nosso modelo teórico. O programa oferece a função de criar *memos* e comentários, no qual conseguimos registrar os insights ou ideias que surgiram durante o processo de análise do editorial. À medida que íamos analisando os textos, o ATLAS.ti criava as citações ou *quotations*, que são os trechos do texto nos quais apareceram alguma das categorias. Essas *quotations* ficam registradas no programa e são organizadas de acordo com a categoria à qual pertencem, podendo ser acessadas a partir da funcionalidade *Outputs*, que gera relatórios de todos os códigos criados no ATLAS.ti. A seguir apresentamos um trecho do relatório (*Output*) disponibilizado pelo programa.

**Figura 12-** Exemplo de relatório oferecido pelo Atlas.ti- OESP.

**P93:2016-04-05\_terca-feira-pagina-a3-edicao-nacional.pdf-93:2 [Trocando em miúdos, com o PT n..] (1:3072-1:3235) (Super)**

Trocando em miúdos, com o PT no poder, a economia não será saneada e a política continuará a esbórnica que tem sido. Ou seja, a moralidade não se restaurará

Codes: [Argumento econômico] [Argumento moral]

Fonte: Dados da pesquisa (ATLAS.TI, 2020).

**Figura 13-** Exemplo de relatório oferecido pelo Atlas.ti- FSP.

**P75: 2016-04-20\_06021578.pdf - 75:2 [Cada dia que passa é um dia a ..] (1:2587-1:2867) (Super)**

Cada dia que passa é um dia a mais de atraso na adoção de medidas imprescindíveis para começar a sair do abismo econômico em que o calamitoso governo Dilma nos projetou. E um dia a mais para o debate público envenenar- se com impropérios e farisaísmo

Codes: [Argumento econômico]

Fonte: Dados da pesquisa (ATLAS.TI, 2020).

As figuras acima mostram o modelo dos *Outputs* gerados pelo ATLAS.ti. Nele podemos identificar a numeração do editorial, a data de publicação, o trecho codificado e as categorias que estão associadas ao texto. Essa função, e as demais oferecidas pelo *software*, torna o processo analítico mais organizado, bem como, permite que o pesquisador faça comparações e descrições dos dados tornando a análise mais eficiente (FRIESE, 2014; FORTE et al., 2017).

De forma conjunta com o ATLAS.ti, utilizamos também o software Sphinx, no qual foi criado um questionário para registrar quantitativamente os dados da pesquisa. A partir do questionário transportamos a nossa estrutura de categorias para o programa, e conseguimos perceber, por exemplo, qual a centralidade do impeachment nos editoriais, bem como, quantas vezes as categorias aparecem no texto. A seguir apresentamos a estrutura do questionário criado no Sphinx, utilizada para analisar tanto os editoriais do O Estado de S. Paulo, quanto os da Folha de S. Paulo.

**Figura 14-** Estrutura do questionário no Sphinx.

<b>Classificação</b>
Identificação da matéria
Data de publicação
título
<b>Análise</b>
Temática do impeachment: central, secundário, apenas citado;

Argumento utilizado para legitimar o Impeachment: Argumento político; Argumento legal; Argumento social; Argumento econômico; Argumento moral; Outros;
Recursos argumentativos: Pesquisas de opinião; Estudos específicos; Opinião de especialistas/pesquisadores; Elemento legal-jurídico; Figura ou personalidade política; Outros;
<b>Conclusão</b>
Comentários;

Fonte: Elaboração própria.

Preenchidos os questionários conseguimos acessar uma das principais funções do Sphinx, que disponibiliza gráficos e tabelas sobre os dados. Dessa forma, o *software* não só registra quantitativamente os dados, como também, produz relatórios e gráficos sobre as informações coletadas. Graças às funções disponibilizadas pelo Sphinx conseguimos acompanhar as variações das categorias, à medida que a amostragem teórica avançava.

Podemos perceber que o ATLAS.ti e o Sphinx são ferramentas úteis à pesquisa acadêmica. Apesar de já possuírem ferramentas estabelecidas, não significa que estes engessam a análise, pois ambos os *softwares* são adaptáveis aos interesses do estudo. Isso significa que o pesquisador tem liberdade para mobilizar as funções do programa de acordo com os objetivos de seu trabalho. Outro ponto que deve ser considerado é que nem o ATLAS.ti nem o Sphinx conseguem substituir o papel do pesquisador. Apesar de úteis, pouco diz, por exemplo, os gráficos gerados pelo Sphinx, se não tiver o pesquisador para interpretá-los (FORTE et al., 2017; NASCIMENTO, 2017).

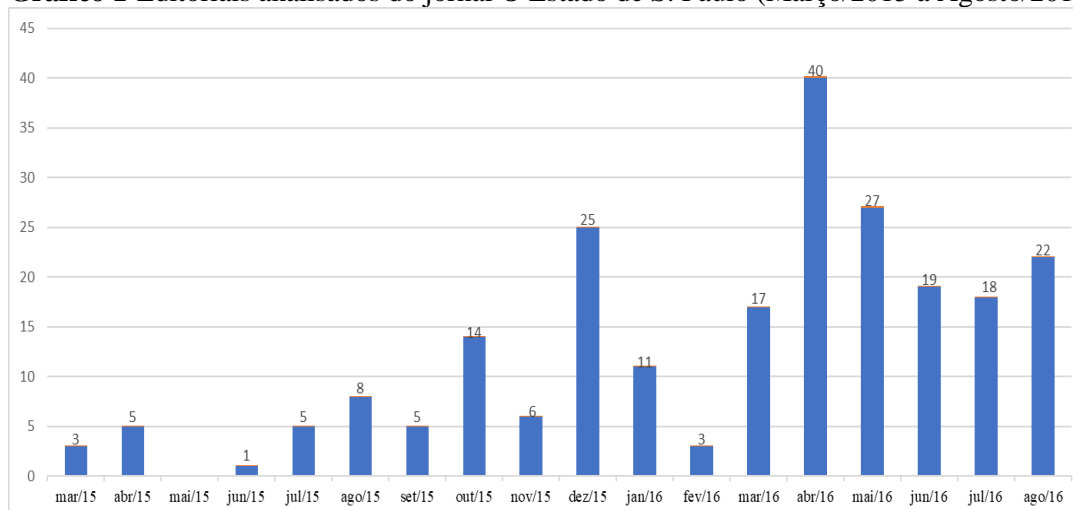
Esse tópico tratou de apresentar o percurso metodológico adotado pela pesquisa. Apresentamos as técnicas e estratégias utilizadas para guiar o processo de codificação e criação das categorias dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Nesse sentido, a microanálise dos dados possibilitou identificar padrões e regularidades nos editoriais, que foram codificados e classificados em torno de categorias e subcategorias. Já a amostragem teórica possibilitou aprimorar as categorias existentes, a partir da análise de todos os editoriais da pesquisa. A próxima seção apresenta a discussão dos dados feita a partir da análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Primeiro, iremos analisar comparativamente os dados dos dois periódicos, para em seguida, discutir individualmente os argumentos agendados nos editoriais de cada um dos jornais.

## 5. Resultados da pesquisa: análise e discussão dos dados

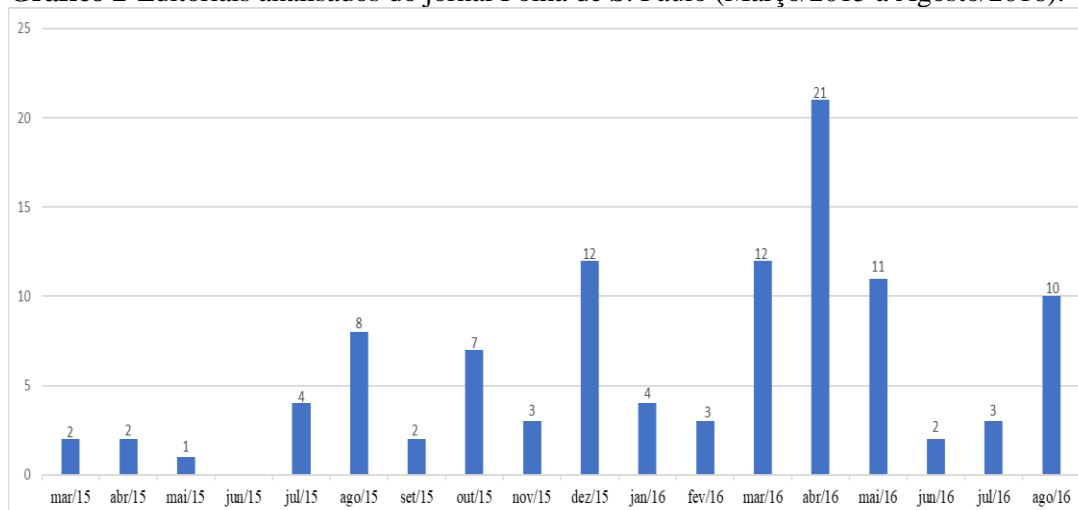
Esta seção inicia-se com a análise comparativa dos dados, na qual, procuramos estabelecer relações entre o modo como cada um dos periódicos abordou o impeachment em seus editoriais. A análise comparativa tem como objetivo identificar as semelhanças e as divergências existentes entre as instituições de comunicação e no tratamento que estas deram à temática do impeachment.

A respeito da quantidade de editoriais publicados durante o período recortado, que mencionaram pelo menos uma vez o termo impeachment, o jornal OESP publicou um total de 229 textos, sendo que a FSP publicou 107 editoriais. Essa diferença pode ser explicada pelo número de editoriais que os periódicos publicam diariamente. A Folha de S. Paulo geralmente publica dois textos por dia, na página A2 – em alguns momentos foi publicado apenas um editorial mais extenso. Já O Estado de S. Paulo publica regularmente três editoriais na seção A3. Os gráficos a seguir mostram o número de editoriais publicados ao longo dos meses analisados.

**Gráfico 1**-Editoriais analisados do jornal O Estado de S. Paulo (Março/2015 a Agosto/2016).



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 2**-Editoriais analisados do jornal Folha de S. Paulo (Março/2015 a Agosto/2016).

Fonte: Elaboração própria.

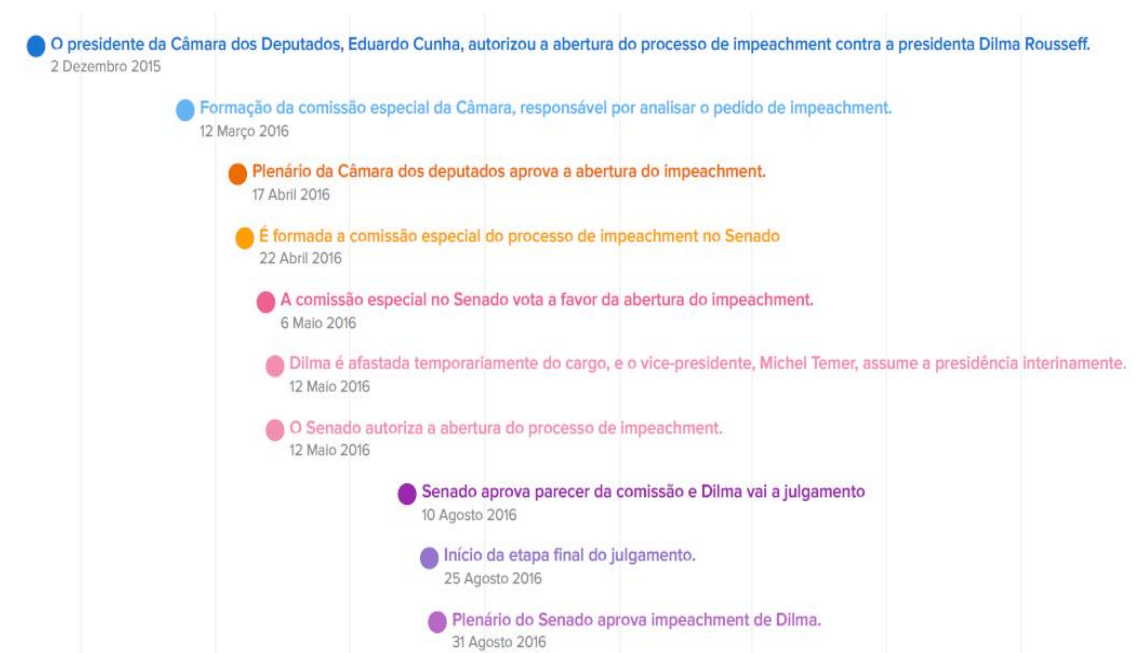
Analisando os gráficos acima, percebemos que a partir de dezembro de 2015 os jornais apresentam um aumento na quantidade de editoriais publicados. Essa questão fica mais evidente no jornal OESP que, a partir de março de 2016, passa a publicar mais de dezessete textos por mês. Já a FSP tem um aumento de publicação em meses específicos, em dezembro de 2015, e em março, abril, maio e agosto de 2016. Essa questão pode ser relacionada com o avanço institucional do processo de impeachment. À medida que o impeachment avança no ambiente político e que surgem novos elementos jurídicos sobre, aumenta o interesse público sobre o tema. Nesse sentido, é esperado que as instituições de comunicação passem a agendar com maior frequência o impeachment em seus editoriais.

A esse respeito é interessante comparar a linha do tempo institucional do impeachment, com a linha de tempo das publicações dos editoriais, para verificar se existe uma aproximação entre as duas. A seguir, apresentaremos os principais momentos que marcaram o cronograma do impeachment no Congresso Nacional. Essa linha do tempo foi elaborada a partir da síntese de trabalhos e de publicação em sites, que trataram sobre o desenvolvimento institucional do processo<sup>52</sup>.

**Figura 15**-Linha do tempo do impeachment de Dilma no Congresso Nacional.

<sup>52</sup> Ver MARQUES et al. 2018, pag. 232.

Acessar:< <https://www.dw.com/pt-br/a-cronologia-do-processo-de-impeachment/g-18994855>>. Acessado em 15 de março de 2020.

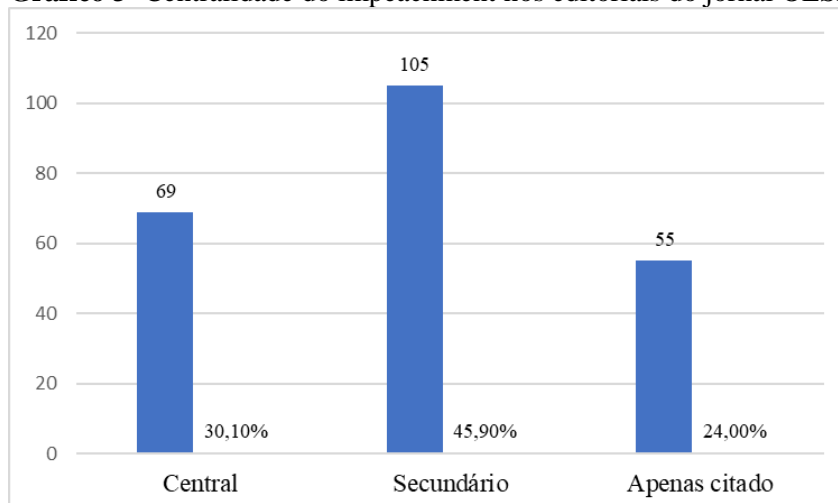


Fonte: Elaboração própria.

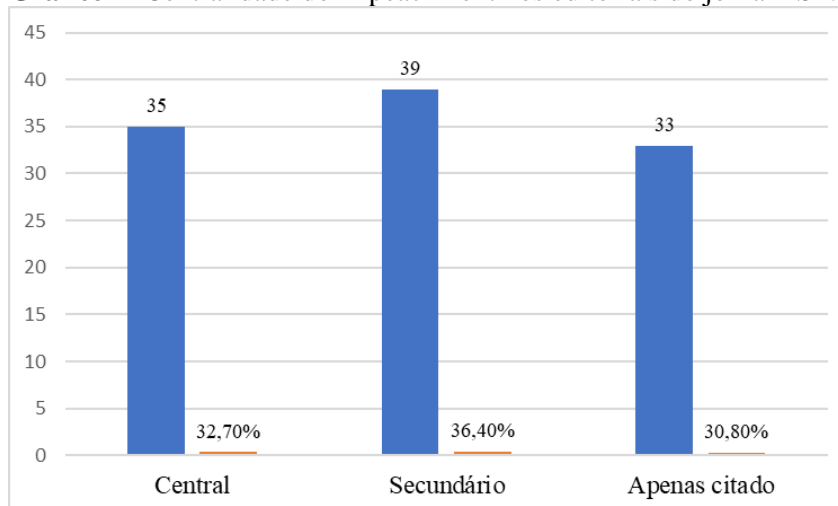
A análise dos gráficos acima indica que dezembro de 2015, e nos meses de março, abril, maio e agosto de 2016, correspondem aos momentos decisivos do impeachment no Congresso. Comparada aos gráficos anteriores, percebemos, portanto, uma relação entre a quantidade de editoriais publicados nos dois jornais e o avanço institucional do processo. Apesar de ambos os periódicos agendarem a temática do impeachment antes mesmo da abertura do processo, esse agendamento cresce à medida que o impeachment avança no Congresso.

Outro ponto a ser considerado é a centralidade do impeachment nos editoriais. A partir dessa análise conseguimos identificar a atenção que os jornais deram ao impedimento de Dilma. A respeito dessa questão, vale ressaltar que os editoriais nos quais o impeachment é classificado como temática central, são aqueles que os jornais abordam diretamente o tema. Já a temática secundária, é quando o impeachment aparece atrelado a uma outra questão, mas, ainda assim, os jornais fazem algum comentário pertinente sobre o processo. Por fim, tem os editoriais que apenas mencionam o impeachment no texto. Os gráficos 3 e 4 a seguir, apresentam a classificação do impedimento de Dilma nos editoriais do O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo.



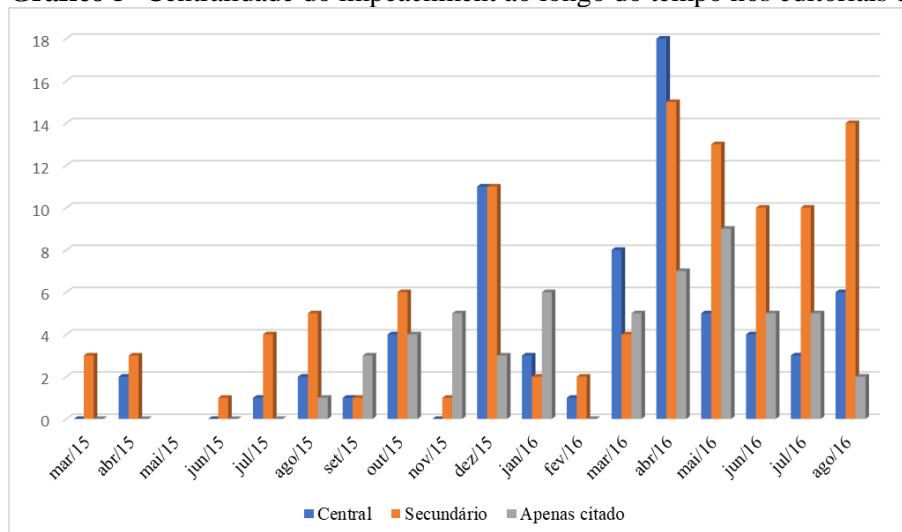
**Gráfico 3-** Centralidade do impeachment nos editoriais do jornal OESP.

Fonte: Elaboração própria.

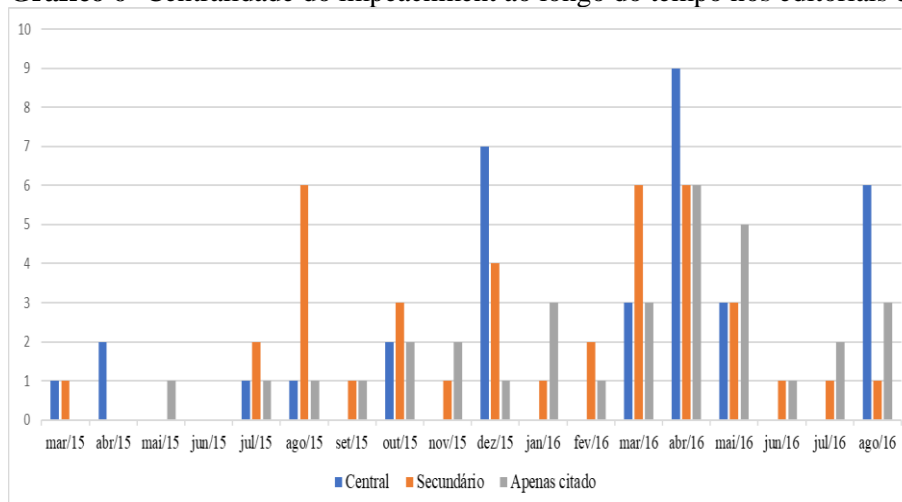
**Gráfico 4-** Centralidade do impeachment nos editoriais do jornal FSP.

Fonte: Elaboração própria.

A leitura dos gráficos acima indica que dos 229 editoriais analisados do jornal OESP, 76% têm o impeachment como temática central ou secundária, o que corresponde a 174 textos. Já na FSP dos 107 editoriais analisados, o impeachment aparece como tema central ou secundário em 69%, o que corresponde a 74 publicações. Podemos concluir, portanto, que em ambos os periódicos o impeachment possui relevância, uma vez que, em sua maioria, os editoriais apresentaram o processo como assunto principal. Para identificar se há alteração no modo como o impeachment é retratado nos editoriais, à medida que o processo avança institucionalmente, analisamos sua classificação ao longo do tempo. Os gráficos a seguir mostram a relevância do impeachment nos textos do OESP e da FSP.

**Gráfico 5-** Centralidade do impeachment ao longo do tempo nos editoriais do OESP.

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 6-** Centralidade do impeachment ao longo do tempo nos editoriais da FSP.

Fonte: Elaboração própria.

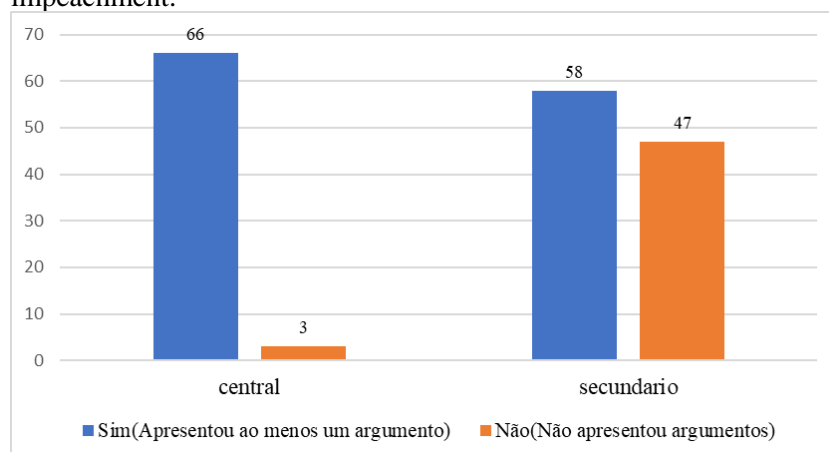
Os dados acima mostram que desde o início o impeachment é tratado como assunto principal nos editoriais dos dois periódicos. No jornal O Estado de S. Paulo, apenas nos meses de novembro de 2015 e janeiro de 2016, as publicações que apenas citavam o impeachment foram maiores que aquelas na qual o processo era assunto central ou secundário. Já na Folha de S. Paulo, percebe-se que nos meses de maio e novembro de 2015, e em janeiro e julho de 2016, a classificação *Apenas citado* superou aquelas que o impeachment aparece como assunto central ou secundário.

Nesse sentido, não conseguimos perceber uma alteração na relevância que os jornais atribuem ao impeachment, à medida que o processo começa a ser pautado no Congresso.

Apesar de existir um aumento de editoriais classificados como central e secundário, esse crescimento se justifica mais pelo fato de que os periódicos passaram a publicar mais editoriais sobre o tema. Isso significa que, apesar de existir uma relação entre o ritmo de publicação e o desenrolar institucional do impeachment, a relevância que os jornais atribuem à temática não se alterou. Em outras palavras, desde o início de sua cobertura jornalística o impeachment é classificado como assunto principal na FSP e no OESP.

Seguindo com a apresentação, passemos então para a discussão dos argumentos identificados nos editoriais, que foram mobilizados para legitimar o processo de impeachment. Como explicamos na seção anterior, durante o processo de construção das categorias, percebemos que os jornais utilizavam termos e expressões que atribuíam legitimidade ao impedimento de Dilma. Esses termos foram conceituados em torno de cinco argumentos legitimadores<sup>53</sup>, que representam as categorias analíticas da pesquisa. Para essa análise, é importante mencionar que iremos considerar apenas os textos nos quais o impeachment é classificado como assunto central ou secundário. Isso porque os textos que apenas mencionam o processo não apresentaram informações que pudessem contribuir com a análise. Os gráficos a seguir mostram o número de editoriais que mencionaram, pelo menos uma vez, alguns dos argumentos.

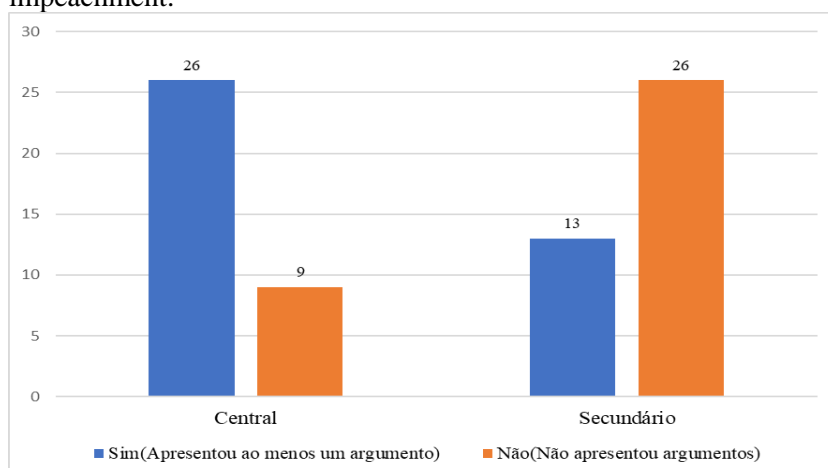
**Gráfico 7-** Número de editoriais do OESP que apresentam argumentos para legitimar o impeachment.



Fonte: Elaboração Própria.

<sup>53</sup> Tomamos emprestada a terminologia adotada por MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018;

**Gráfico 8-** Número de editoriais da FSP que apresentam algum argumento para legitimar o impeachment.



Fonte: Elaboração própria.

Os gráficos revelam que no jornal O Estado S. Paulo, dentre as 174 publicações que têm o impeachment como temática central ou secundária, 124 mencionaram (71%), pelo menos uma vez, alguns dos argumentos que legitimavam o impeachment. Entre aqueles que o impeachment é temática central, apenas 3 textos não fizeram menção aos argumentos, o que representa 4,3 %. Na Folha de S. Paulo dos 74 editoriais nos quais o impedimento de Dilma é assunto central ou secundário, 39 (52%) mobilizaram argumentos para legitimar o processo, enquanto que 35 (47%) publicações não o fizeram. Na FSP entre os editoriais centrais, 9 não utilizaram nenhum argumento para legitimar o impeachment, o que representa 25, 71% dos textos.

Os dados indicam que no jornal OESP os editoriais centrais e secundários, que não mencionaram nenhum argumento para legitimar o impeachment representam 28,73 % das publicações, na FSP essa porcentagem é de 47, 29 %. Ou seja, o jornal O Estado de S. Paulo publicou mais editoriais com argumentos legitimadores do que a Folha de S. Paulo. Essa diferença acontece porque em diversos textos a FSP priorizou uma cobertura institucional do impeachment. O periódico cobriu o desenvolvimento do processo no Congresso Nacional, e dedicou-se a explicar quais as etapas precisariam ser seguidas, bem como, o quórum das votações, as regras para formação das comissões especiais, etc.

Isso não significa que OESP não tenha se preocupado em explicar as características institucionais do impeachment, o jornal o fez, e como vimos anteriormente, os dois periódicos intensificaram a publicação de editoriais à medida que o impeachment

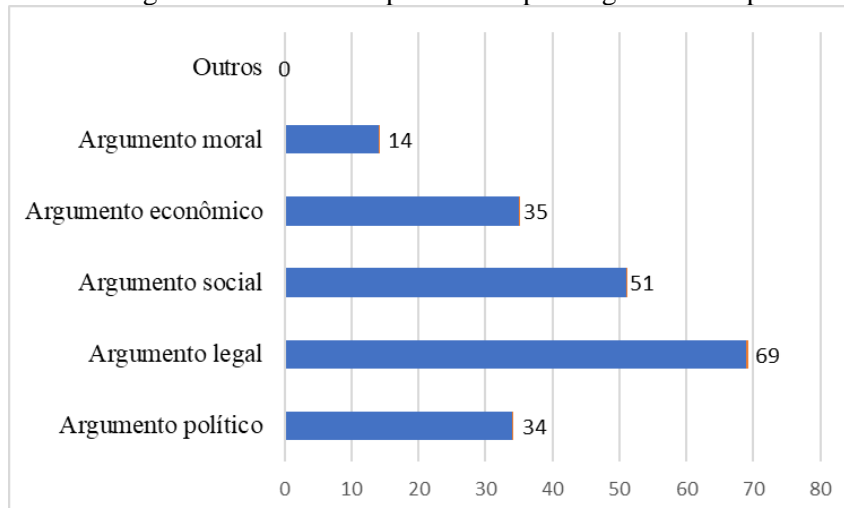
avançava no Congresso. Por outro lado, a cobertura institucional adotada pela Folha de S. Paulo mostra que nos textos em que o jornal se dedicou a explicar as características e regras do impeachment, os argumentos para legitimar o processo apareceram com menor frequência.

Essa questão indica que apesar do editorial fazer parte da seção opinativa e ser encarregado de apresentar o ponto de vista e interesses da instituição (FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019; EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2019), a FSP adotou, em algumas peças, uma cobertura semelhante a aquela praticada nas seções informativas<sup>54</sup>. Analisando os editoriais centrais e secundários, que não mencionam argumentos legitimadores percebemos que o periódico aborda as seguintes questões: informa quais os atores envolvidos no impeachment, discute a lei que trata sobre o processo e quais os dispositivos estabelecidos nesta lei, fala sobre o papel dos poderes Legislativo e Executivo para o desenrolar do impeachment, apresenta as negociações que oposição e governo estabeleceram na discussão sobre o impedimento, entre outras questões. Portanto, foram editoriais que tiveram mais o caráter de informar o leitor do que de apresentar, de fato, a opinião do jornal sobre a questão.

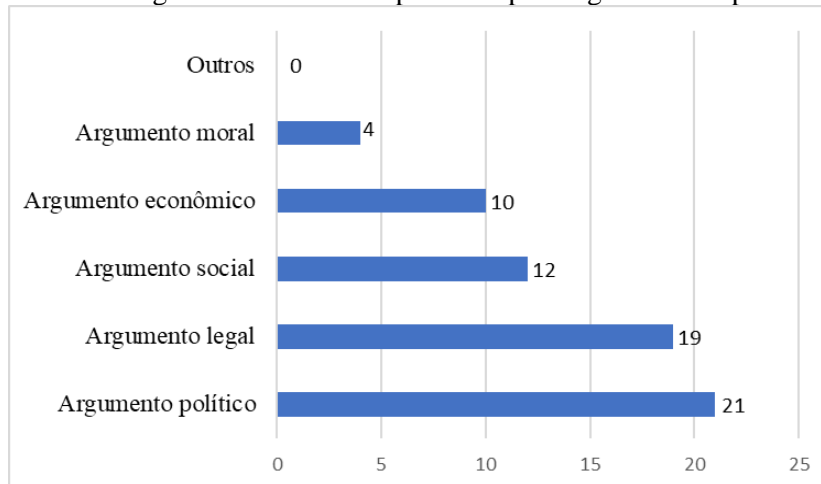
Seguindo com a apresentação dos dados, passemos então para a incidência dos argumentos nos editoriais da FSP e do OESP. Vale ressaltar que em um editorial podem estar presentes mais de um argumento, isso porque é comum que o jornal mobilize mais de uma questão para embasar seu ponto de vista. Os gráficos 9 e 10, a seguir, apresentam a ocorrência dos argumentos em cada um dos jornais.

---

<sup>54</sup> Diferente das publicações opinativas, os textos produzidos na seção informativa, são produzidos em linguagem simples e objetiva, e tem como princípio central transmitir informações sobre algo, sem interferência das opiniões ou valores. Ver (GRADIM, 2000).

**Gráfico 9-**Argumentos utilizados pelo OESP para legitimar o impeachment.

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 10-**Argumentos utilizados pela FSP para legitimar o impeachment.

Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 09 apresenta a ocorrência dos argumentos nos editoriais do OESP. Percebe-se que o argumento que mais aparece nos textos do jornal é o argumento legal, que foi utilizado em 69 textos. Em segundo lugar aparece o argumento social, com 51 ocorrências, seguido pelo argumento econômico utilizado em 35 peças. O argumento político apareceu em 34 editoriais do OESP. Por fim, o argumento que menos apareceu foi o argumento moral, citado apenas em 14 publicações.

O segundo gráfico trata sobre a ocorrência dos argumentos na FSP. Diferente do OESP, o argumento político foi o que mais apareceu nos editoriais da Folha de S. Paulo, citado em 21 publicações. Em segundo lugar o jornal utilizou o argumento legal, que apareceu em 19 textos, seguido pelo argumento social que teve 12 ocorrências. O argumento

econômico foi citado em 10 peças do jornal. Por fim, o argumento que menos apareceu na FSP foi o argumento moral mencionado apenas em 4 publicações.

Analisando de forma comparada os dados percebe-se que o argumento legal, que aparece em primeiro lugar nos editoriais do O Estado de S. Paulo, está em segundo lugar na FSP. Já o argumento político que possui maior ocorrência na Folha de S. Paulo aparece em quarto lugar nos editoriais do OESP. Outro fato que chama atenção, é que o argumento moral, que apresentava o impeachment como elemento central para o combate a corrupção, aparece em quinto lugar, sendo o argumento menos utilizado pelos dois jornais.

A partir dessas questões, pode-se concluir que a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, não compartilharam das mesmas preferências sobre a temática do impeachment. Enquanto OESP deu maior evidência ao aspecto legal do processo, a FSP focou mais na questão política. Como o editorial é o espaço no qual são emitidas as vozes das instituições de comunicação, é esperado que cada um dos periódicos apresente ao leitor aquilo o aspecto que possui maior relevância para o jornal (FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019; EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2019). Isso explica o fato de que a FSP e OESP utilizaram questões diferentes como argumento legitimador principal.

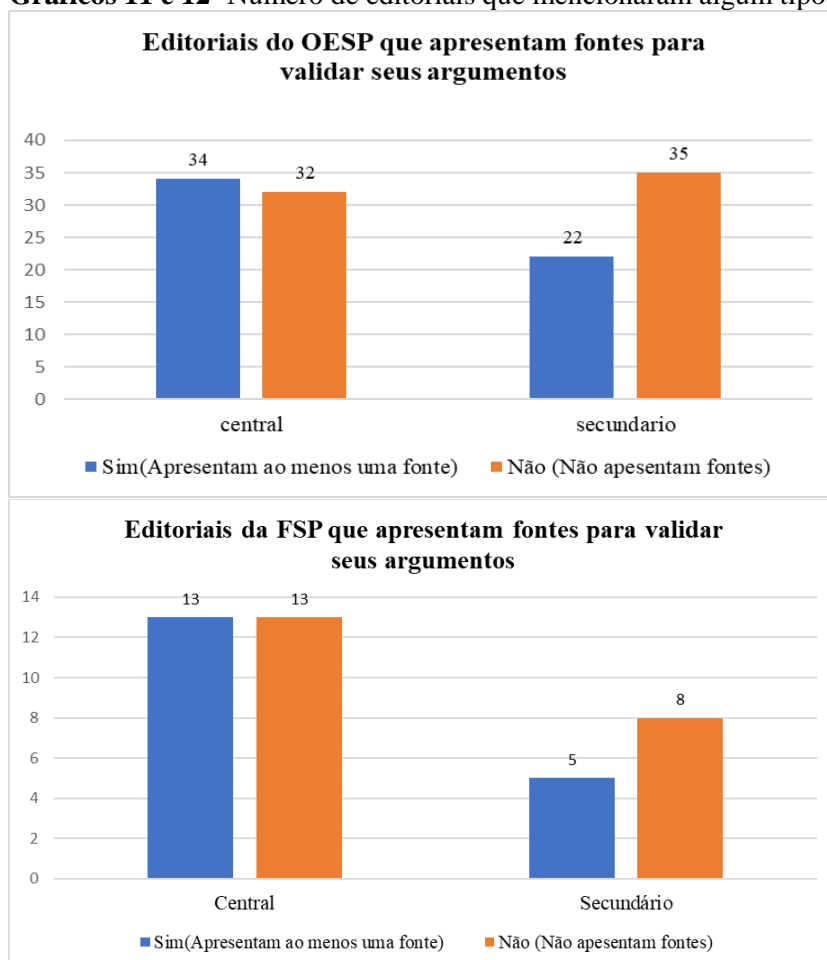
Chama atenção ainda o fato de que ambos os periódicos não deram destaque à discussão econômica. O Argumento econômico aparece em terceiro e quarto lugar, no OESP e na FSP, respectivamente. Essa questão é ainda mais peculiar no caso do O Estado de S. Paulo, pois diversos estudos apontam a discussão econômica como uma das pautas mais abordadas nos editoriais do jornal (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2013; PESSOA, 2016; MARQUES *et al.*, 2018).

Isso porque o periódico é definido como simpatizante das ideias liberais clássicas, que defendem o livre mercado e se opõe à intervenção do Estado e, por essa razão, utiliza a seção editorial para discutir a política econômica do país (FONSECA, 2005; AZEVEDO, 2018; GUILHERME, 2018). Nesse sentido, chama atenção o fato de que na discussão sobre o impeachment de Dilma, o Argumento econômico tenha aparecido apenas em 35 publicações do OESP. O que indica, portanto, que esse padrão editorial – que tem a

discussão econômica como pauta principal – não se repetiu na cobertura editorial sobre o impeachment.

Foram mapeados também as principais fontes e recursos argumentativos mencionados nos editoriais. Esta questão é importante, pois nos permite compreender um pouco mais sobre o processo de produção editorial, em dois dos principais jornais brasileiros. Como se sabe o editorial é a seção opinativa na qual o jornal está autorizado a se posicionar (EILDERS, 1999; GRADIM, 2000; FIRMSTONE, 2008). Identificar as fontes citadas pela FSP e pelo OESP nos permite, portanto, compreender a partir de quais recursos argumentativos os periódicos construíram suas opiniões, e com quais agentes e grupos da sociedade estes dialogam. Os gráficos a seguir, apresentam o número de textos de cada um dos jornais que utilizaram algum tipo de fonte para validar seus argumentos.

**Gráficos 11 e 12-** Número de editoriais que mencionaram algum tipo de fonte.

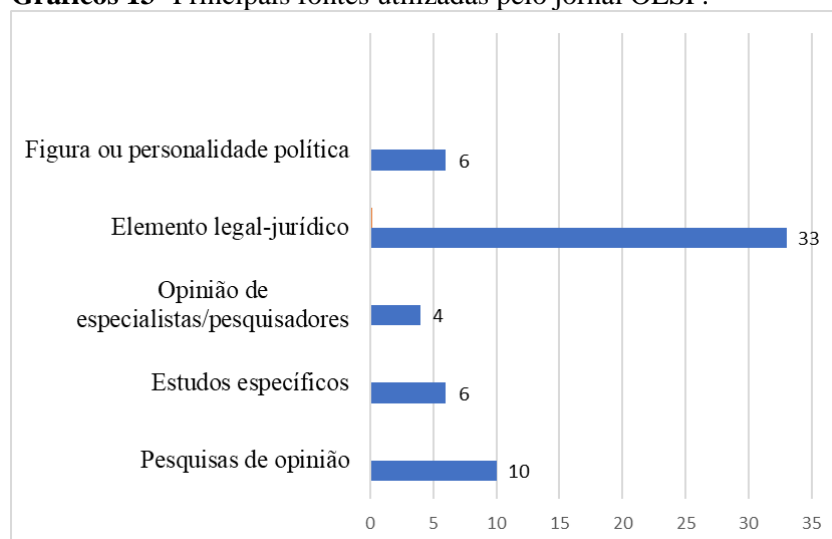


Fonte: Elaboração própria.



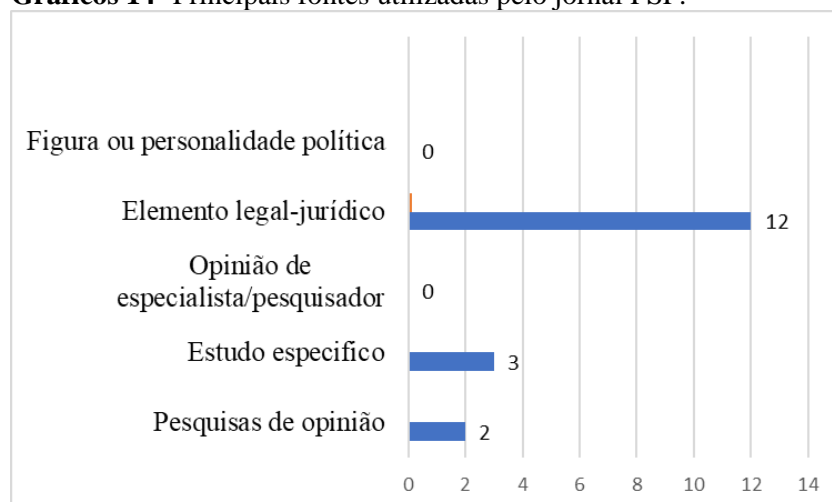
Os gráficos acima demonstram que tanto OESP quanto a FSP utilizaram fontes externas para embasar seus argumentos. No jornal O Estado de S. Paulo, entre os 124 editoriais que apresentaram argumentos para legitimar o impeachment de Dilma, as fontes apareceram em 56 textos, o que é equivalente a 45%. Na Folha de S. Paulo entre os 39 textos que mobilizaram argumentos legitimadores, 18 utilizaram algum recurso argumentativo, o que representa 46 % das peças. Os dados indicam que apesar dos jornais terem mencionado recursos argumentativos para validar sua posição, isto acontece em menos da metade dos textos analisados. Os gráficos abaixo apresentam quais recursos argumentativos foram identificados nos editoriais.

**Gráficos 13-** Principais fontes utilizadas pelo jornal OESP.



Fonte: Elaboração própria.

**Gráficos 14-** Principais fontes utilizadas pelo jornal FSP.



Fonte: Elaboração própria.

Nos dados acima, chama atenção o fato de que nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, a fonte que mais aparece é o Elemento legal/jurídico. O periódico utilizou essa fonte em 33 publicações (58%). Pesquisas de opinião que aparece em segundo lugar, foram mencionadas em 10 textos (17%), já Estudos específicos e Figura ou personalidade política aparecem, cada um, em 6 editoriais (10%). Por fim, o recurso argumentativo menos utilizado pelo jornal foi Opinião de especialistas/pesquisadores, que aparece em apenas 4 peças (7 %).

Analisando a fonte que mais apareceu nos editoriais do OESP, Elemento legal/jurídico, comparado ao argumento legitimador de maior frequência, Argumento legal, percebe-se uma coerência entre as duas questões. Pelo caráter formal do Argumento legal, que exige uma referência à normas e leis, é esperado que o periódico tenha recorrido a estes dispositivos para dar embasamento às suas posições. Sobre esta questão, o elemento jurídico mais citado por O Estado de S. Paulo, foi o Supremo Tribunal Federal (STF). A instituição estabeleceu os ritos e etapas do processo de impeachment, o que fez com que esta fosse utilizada pelo jornal como a salvaguarda do impedimento de Dilma.

Analisando o gráfico sobre as fontes na Folha de S. Paulo, percebe-se que o Elemento legal/jurídico é também o recurso argumentativo que mais aparece, mobilizado em 12 editoriais (66%). Em segundo lugar aparece Estudo específico, citado em 3 peças (16%), e em terceiro, Pesquisas de opinião, com 2 menções (11%). As fontes Figura ou personalidade política e Opinião de especialistas/pesquisadores não foram mencionadas em nenhum texto do jornal. O recurso argumentativo Outros apareceu em 1 editorial (5%), e cita o valor do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do ano de 2015. Uma questão que chama atenção é que apesar da FSP ter utilizado o Argumento político como principal questão para legitimar o impeachment, o jornal não fez nenhuma menção a figuras ou personalidades políticas em suas publicações.

Para concluir a apresentação dos dados, vale a pena destacar que Opinião de especialista/pesquisador é o recurso argumentativo menos utilizado por O Estado de S. Paulo, e que não aparece em nenhum dos editoriais da Folha de S. Paulo. Isso indica que os especialistas ou pesquisadores tiveram menor influência na construção das posições dos jornais sobre o impeachment de Dilma.

Feita a apresentação comparativa dos dados, podemos dar início à discussão dos editoriais que mobilizaram os argumentos para legitimar o impeachment. Estas seções apresentarão os trechos dos textos nos quais os argumentos apareceram e que trouxeram contribuições analíticas para a trabalho. Para tornar a leitura mais agradável, apresentamos na próxima seção a análise dos textos do OESP, e em seguida, a dos editoriais da FSP.

## **5.1 Análise dos argumentos legitimadores no jornal OESP.**

Durante os meses de março de 2015 a agosto de 2016, O Estado de S. Paulo publicou 124 editoriais que possuíam alguns dos argumentos utilizados para legitimar o impeachment de Dilma. Nos próximos tópicos são explorados os textos considerados mais significativos para a pesquisa, por terem apresentado elementos que contribuíram com a discussão dos argumentos no periódico. Portanto, para organizar a apresentação dos dados e tornar a leitura mais agradável, iremos explorar os cinco argumentos legitimadores separadamente, cada um em uma seção.

### **5.1.1 Análise do Argumento Legal**

O Argumento legal foi o que mais apareceu nos textos do jornal O Estado de S. Paulo. Este foi mencionado em 69 editoriais.

O primeiro texto que será explorado nesta seção foi publicado no dia 07 de julho de 2015. Intitulado *Sobre o ‘despudor democrático’*, a peça discute os comentários feitos pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que afirmou que a oposição estaria promovendo o golpismo e o revanchismo eleitoral. Na ocasião o jornal rebate a fala de Cardozo, e afirma que:

As condições para que a discussão sobre eventual afastamento da presidente da República tenha entrado na agenda política não foram dadas pela oposição, mas pela própria Dilma Rousseff e pela incompetência de seu governo, que têm sido alvo de duros ataques até mesmo por parte do ex-presidente Lula. [...] É o Tribunal de Contas da União (TCU), e não a oposição, que acha que as “pedaladas” fiscais de

Dilma atentam contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e por isso ameaça reprovar as contas, o que abriria a possibilidade de, neste caso, o Congresso cassar-lhe o mandato. (O Estado de S. Paulo, 07 de jul. de 2015, pag. A3).

O jornal diz que as forças de oposição são responsáveis por propor um novo rumo para o país, uma vez que, aumentam, a cada dia, as chances de que Dilma seja afastada do cargo.

Para O Estado de S. Paulo, Dilma está preocupada com a possibilidade de sofrer um impeachment, e vem se dedicando arduamente para preservar seu mandato. O editorial publicado em 11 de outubro de 2015, mostra que a pauta principal da reunião ministerial convocada pelo governo, era a permanência da petista na presidência. Na ocasião Dilma teria manifestado preocupação com as manobras da oposição para caçar seu mandato, classificando tal atitude como golpe. Segundo o jornal, a atitude da presidenta é uma demonstração de desespero.

Com isso, Dilma quer desmoralizar qualquer forma de processo contra si e contra seu governo, mesmo que seja conduzido dentro do mais estrito respeito às normas democráticas e constitucionais. É, para dizer o mínimo, uma atitude autoritária. (O Estado de S. Paulo, 11 de out. de 2015, pag. A3).

No texto publicado no dia 12 de dezembro de 2015, o periódico critica a fala da presidenta, que teria afirmado, em cerimônia de entrega de casas do Programa Minha Casa Minha Vida, que o governo tem sido responsabilizado pelos projetos sociais que conseguiu aprovar. Para OESP o que está em discussão é, na verdade, se o governo teria infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enfim, é um bom momento para alguém explicar com cuidado e paciência à presidente Dilma Rousseff a decisão do TCU, o que poderá ajudá-la também a entender os fundamentos jurídicos do pedido de impeachment. Num clima como o atual, não é nada bom para Dilma ficar dando contínuas mostras de que ainda não entendeu como é grave um presidente da República desrespeitar a lei. (O Estado de S. Paulo, 12 de dez. de 2015, pag. A3).

A gravidade das pedaladas fiscais é uma discussão que continua nos editoriais do OESP. No texto do dia 02 de janeiro de 2016, intitulado *As pedaladas e a democracia*, o jornal critica a tese que defende que as pedaladas fiscais não são justificativas suficientes para

embasar um processo de impeachment contra a presidenta.

Tal argumentação cai por terra, no entanto, quando se analisam os fatos e a lei. A presidente Dilma Rousseff não é acusada de um mero descuido na gestão fiscal. O fundamento jurídico para o impeachment é a prática voluntária e reiterada de atos que ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal. (O Estado de S. Paulo, 02 de jan. de 2016, pag. A3).

O jornal afirma que não se pode mais tolerar ilicitudes na vida pública, e que não basta que o governo não coloque dinheiro público em seu bolso, mas que é preciso que este gere as finanças respeitando o que está determinado em lei.

O descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal está longe de ser um “crime menor”. Afinal, refere-se ao modo como os governantes devem gerir o dinheiro público. Dizer que as pedaladas fiscais não têm muita importância é o mesmo que defender uma gestão arbitrária dos recursos públicos, à revelia da lei. Além dos graves danos causados à economia do País - basta ver a atual recessão brasileira uma política fiscal irresponsável fere a democracia. (O Estado de S. Paulo, 02 de jan. de 2016, pag. A3).

Para O Estado de S. Paulo a defesa de Dilma consiste em argumentos que ignoram os fatos. Na peça editorial divulgada em 18 de janeiro de 2016, intitulada *A verdade sobre o impeachment*, o periódico diz que o documento divulgado nas redes sociais, com o objetivo de munir a militância petista, diz que o processo não tem legitimidade, pois nasceu da vontade vingativa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. OESP desmente esta versão e afirma que:

O pedido de impeachment atualmente em análise pelo Congresso Nacional tem sua origem nas evidências de que Dilma Rousseff infringiu consciente e repetidamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As pedaladas fiscais - cuja prática foi ampla e publicamente reconhecida pela própria presidente - são um claro desrespeito à legislação brasileira. (O Estado de S. Paulo, 18 de jan. de 2016, pag. A3).

O jornal OESP continua a criticar os argumentos da defesa de Dilma. Na peça publicada no dia 27 de março de 2016, que recebe o título de *Apenas a lei*, o jornal afirma que a presidenta está desesperada para salvar seu mandato, e que por isso, preocupa-se apenas

em acusar de golpistas aqueles que defendem seu impeachment.

Trata-se de evidente malandragem, cujo único objetivo é confundir a opinião pública. O processo de impeachment, se levado adiante e tiver como desfecho o afastamento de Dilma, terá cumprido seu papel exatamente como prevê a Constituição: é instrumento legítimo que se presta a punir o governante que for flagrado no cometimento de crime de responsabilidade. (O Estado de S. Paulo, 27 de mar. de 2016, pag. A3).

Ainda nesta ocasião, o jornal cita as falas dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, que afirmaram que o processo de impeachment é previsto na Constituição e nas leis brasileiras. O STF volta a ser citado pelo jornal, no editorial do dia 01 de abril de 2016. A instituição é utilizada como elemento que confere legitimidade ao impedimento de Dilma.

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff seguirá seu curso estritamente conforme o que está previsto na Constituição e na forma estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, quem quer que questione a legitimidade desse rito estará, em última análise, questionando as instituições democráticas [...]. (O Estado de S. Paulo, 01 de abr. de 2016, pag. A3).

O texto publicado no dia 13 de abril de 2016, comenta a derrota que Dilma sofreu na Comissão Especial do Impeachment na Câmara. Para o jornal ficou evidente que a presidenta infringiu a lei.

Nem é preciso mencionar os crimes que ela cometeu ao autorizar as pedaladas fiscais, maquiando as contas públicas para enganar o País e ganhá-lo a reeleição no grito, pois esses delitos são os que constam no processo de impeachment ora em curso e são bastante conhecidos. (O Estado de S. Paulo, 13 de abr. de 2016, pag. A3).

O jornal afirma que o placar de 38 votos a 27 pela continuidade do processo contra Dilma, não deixa dúvidas de que o impeachment segue respeitando a Constituição, mesmo com todas as tentativas do governo de protelar o andamento do processo. Segundo OESP, o Congresso precisa evitar que as manobras governistas comprometam a democracia brasileira.

A lista das afrontas de Dilma à Constituição, portanto, é extensa. A esta altura, o País já sabe muito bem quem está atentando contra as instituições. Cabe ao Congresso não permitir que tal golpe triunfe, impedindo que os aventureiros petistas, liderados por Dilma e Lula, instituem a jurisprudência do berro e, com isso, destruam os pilares da democracia brasileira. Para isso, basta que os parlamentares, ao avaliarem o processo de impeachment, sigam o que está previsto na lei. (O Estado de S. Paulo, 13 de abr. de 2016, pag. A3).

No dia seguinte, o jornal publica uma peça editorial chamada *Ignorância e ousadia*. O texto critica a fala do secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Ernesto Samper. Em nota o secretário afirmou que o impeachment de Dilma, por ausência de provas, compromete a segurança jurídica do Brasil e toda América Latina. O periódico afirma que Samper desrespeitou as regras do organismo que dirige, ao interferir em assuntos internos do Brasil.

Realmente, melhor papel faria o secretário da Unasul se tivesse permanecido calado. Em primeiro lugar, todos os passos dados no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff vêm seguindo rigorosamente a legislação. Além disso, para que não pairasse qualquer dúvida, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), em seu papel de intérprete da Constituição, definiu o rito a ser cumprido no processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. (O Estado de S. Paulo, 14 de abr. de 2016, pag. A3).

O jornal diz ainda que o secretário parece desconhecer a legislação brasileira, e a forma como o processo de impeachment tem sido conduzido no país.

Ora, se é esse o conhecimento que o sr. Almagro tem da situação brasileira é melhor demitir-se do cargo que ocupa. Há meses o País inteiro discute os crimes de responsabilidade imputados à presidente Dilma Rousseff que, além de ferirem gravemente a legislação nacional - em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal -, causaram uma atroz crise econômica, que tolhe a esperança e as oportunidades de milhões de brasileiros. (O Estado de S. Paulo, 14 de abr. de 2016, pag. A3).

Dias depois, no editorial publicado em 20 de abril de 2016, o jornal comenta mais uma vez os argumentos utilizados por Dilma para se defender do processo que tenta cassar seu mandato. Para O Estado de S. Paulo, no pronunciamento divulgado em rede nacional, após a sessão da Câmara que aprovou abertura de seu processo de impeachment, a presidenta teria cometido atentado contra o Estado de Direito. Dilma convocou as

entidades sociais comandadas pelo PT para ir as ruas e barrar o que ela chama de golpe de Estado. Na peça OESP diz que a presidenta não se preocupa mais em se defender dos crimes de que é acusada – os quais praticou, segundo o jornal – apenas proclama discurso acusatório contra aqueles que julgam o impeachment.

Para O Estado de S. Paulo, a tentativa do governo de questionar na justiça a legitimidade do impeachment contra Dilma, consiste num desesperado recurso, que comprova sua derrota no plano político. No texto publicado no dia 26 de abril de 2016, o jornal afirma que a tese de que a petista é vítima de um golpe, é uma tentativa descabida para tentar salvar seu mandato.

A tese monocórdica da defesa da presidente é que a tentativa de impeachment é um “golpe” por não ter fundamento constitucional. Os crimes de responsabilidade de que ela é acusada “não existem” - mentira insistentemente repetida pelos petistas na esperança de torná-la verdade - tanto no que se refere às “pedaladas” fiscais quanto à emissão de decretos para liberar recursos sem autorização prévia do Legislativo. (O Estado de S. Paulo, 26 de abr. de 2016, pag. A3).

Na peça, o periódico defende que a legalidade do impeachment foi atestada por diversas instituições e entidades brasileiras.

Antes de ser votado pelos deputados, o pedido de impeachment teve o apoio do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. E vários ministros do STF reconheceram que, previsto na Constituição, o processo de impeachment segue, até o momento, o rito definido pela própria Suprema Corte. (O Estado de S. Paulo, 26 de abr. de 2016, pag. A3).

O editorial intitulado *Inépcia, déficit e recessão*, do dia 02 de maio de 2016, afirma que a situação econômica do país está cada dia pior, e tende a continuar assim, pois a Presidente da República se preocupa apenas com a manutenção de seu mandato. O jornal discute o relatório do Banco Central que indica que, pela primeira vez, desde o começo da série em 2001, as contas públicas do primeiro trimestre de 2015, foram fechadas com déficit primário de R\$ 5,77 bilhões. Para OESP está situação se deu por conta dos excessos nas contas do governo.

O orçamento brasileiro é muito rígido, com excesso de despesas obrigatórias, e além disso o governo federal, comprometido com bandeiras populistas e eleitoreiras, normalmente hesita em cortar os



gastos e em racionalizar seus programas. As pedaladas fiscais, tema central do processo de impeachment, decorreram dessa incapacidade de cuidar com responsabilidade e prudência das finanças públicas. (O Estado de S. Paulo, 02 de mai. de 2016, pag. A3).

Para o jornal, portanto, o modo de governar de Dilma elevou as despesas, o que a obrigou a adotar as pedaladas fiscais para assegurar o pagamento de projetos sociais. Estas por sua vez, representam claro desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, e são o embasamento jurídico do processo de impeachment.

Na peça publicada no dia 06 de maio de 2016, o jornal volta a comentar sobre a forma de governo adotada pelos presidentes petistas. O texto que recebeu o título de *Populismo desmoralizado*, afirma que a administração do PT tem passado por cima do equilíbrio orçamentário. Segundo OESP foi o desprezo pelo ajuste fiscal que levou o governo a cometer os crimes de responsabilidade fiscal, que hoje justificam o processo de impeachment de Dilma.

As pedaladas fiscais e os créditos suplementares com os quais Dilma deu um chapéu no Legislativo - crimes que vão afastá-la do poder - comprovam a obsessão lulopetista pela administração dos recursos públicos em benefício próprio: a maior parte das verbas envolvidas nessas operações se destinou a projetos tocados por grandes empresas nacionais e até mesmo de interesse de governos estrangeiros aliados do governo petista. (O Estado de S. Paulo, 06 de mai. de 2016, pag. A3).

No dia seguinte, em 07 de maio de 2016, foi publicado o editorial *O populismo no banco dos réus*, no qual o periódico comenta a decisão da Comissão Especial de Impeachment no Senado, que deu parecer favorável ao relatório do senador Antônio Anastasia. O jornal defende que a decisão da comissão, que votou pela admissibilidade do processo contra Dilma, coloca em julgamento o modo de governo irresponsável adotado pela petista.

Pois foi exatamente a irresponsabilidade, política e fiscal, de uma chefe de governo autoritária e convencida de que a promoção dos “interesses populares” está acima da lei- ou seja, de que os fins justificam os meios -, que resultou nas ilicitudes que embasam o pedido de seu impeachment: as “pedaladas” com as quais tentou maquiagem as contas do governo e a edição de decretos de liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso. (O Estado de S. Paulo, 07 de mai. de 2016, pag. A3).

O editorial publicado no dia 11 de maio de 2016, *Depois do desastre, o esquecimento*, faz previsões sobre qual será o resultado da votação no Senado sobre a admissibilidade do impeachment de Dilma. Para OESP tudo indica que a presidenta será afastada temporariamente e irá para julgamento. As pedaladas são novamente discutidas pelo jornal, que afirma que “A base legal para o processo que permite o impedimento de Dilma são as “pedaladas” fiscais e os decretos que liberaram recursos sem autorização prévia do Congresso” (O Estado de S. Paulo, 11 de mai. de 2016, pag. A3).

O Senado dará prosseguimento hoje a um processo eminentemente político que prosperou porque tem lastro jurídico suficiente, apesar dos protestos de Dilma e seus cada vez mais escassos seguidores. O fato é que, se o governo estivesse sendo bem-sucedido, Dilma não teria tido a necessidade de cometer os crimes das “pedaladas” e dos decretos ilegais com os quais tentou mascarar a falência fiscal do País. (O Estado de S. Paulo, 11 de mai. de 2016, pag. A3).

Em 23 de maio é publicado o editorial *Dever de esclarecer*, no qual o jornal se propõe a comentar as manifestações que classificam o impeachment de Dilma como golpe. Segundo OESP é preciso esclarecer os fatos sobre o processo, para evitar que a imagem do país seja prejudicada.

Não há golpe no País. No momento está em curso um processo de apuração de graves denúncias contra a presidente Dilma Rousseff, a respeito do qual a Constituição Federal prevê, para um isento funcionamento das instituições, o afastamento do cargo da Presidência da República por até 180 dias. (O Estado de S. Paulo, 23 de mai. de 2016, pag. A3).

Ainda no texto, o periódico comenta que as manifestações que foram feitas em organismos institucionais, e até mesmo em espaços que têm pouca relação com a política – se referindo ao Festival de Cannes, quando artistas aproveitaram o lançamento de um filme brasileiro para denunciar o golpe contra a democracia no País – são responsáveis por difundir temores sobre as instituições brasileiras, que pouco têm de verdade. Para OESP são justamente estas instituições que asseguram a legitimidade do impeachment de Dilma.

A normalidade institucional do atual processo de impeachment foi exposta de forma solene pelo decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, que atestou o pleno cumprimento da Constituição Federal e do rito definido pela Suprema Corte. (O Estado de S. Paulo, 23 de mai. de 2016, pag.

A3).

No início do mês de junho, o editorial intitulado *As pedaladas de 2015 e o TCU*, a administração de Dilma volta a ser comentada pelo jornal. Para O Estado de S. Paulo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta várias irregularidades praticadas pelo governo da petista.

As violações cometidas, segundo os técnicos, na gestão fiscal do ano passado são essencialmente um prosseguimento das infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal praticadas em 2014. O processo de impeachment é baseado, formalmente, na acusação de irregularidades ocorridas em 2015, mas a separação entre os fatos de 2014 e os do ano passado é artificial. (O Estado de S. Paulo, 04 de jun. de 2016, pag. A3).

Outro ponto defendido pelo jornal é que as pedaladas fiscais não representam apenas incompetência administrativa. O caso do governo Dilma representou um grave e repetido desrespeito às leis fiscais. Por isso a presidenta está sendo julgada, defende OESP.

Não se pode cassar o mandato de um governante apenas por incompetência, têm dito críticos do processo de impeachment. O argumento seria mais digno de atenção, agora, se o desastre das contas públicas brasileiras fosse apenas efeito de uma notável incompetência. Mas a história é mais complicada: à incapacidade administrativa acrescentou-se, no caso da presidente Dilma Rousseff, uma indisfarçável e repetida agressão à lei. Essa agressão foi caracterizada pelas pedaladas e pela edição de decretos irregulares. Houve, sim, crime de responsabilidade, uma figura prevista na Constituição, e esta é a base do processo de impeachment. (O Estado de S. Paulo, 04 de jun. de 2016, pag. A3).

Segundo O Estado de S. Paulo a sessão da Comissão Espacial do impeachment no Senado, que ouviu as testemunhas de acusação, ficou evidente que Dilma infringiu a Lei de Responsabilidade Fiscal de forma consciente. Na peça editorial divulgada em 10 de junho de 2016, intitulada *As pedaladas em detalhes*, o jornal afirma que cai por terra os argumentos da defesa.

Ainda que óbvio, esse ponto é importante porque contesta a falaciosa defesa de Dilma Rousseff, que afirma que ela não era responsável pela gestão das finanças públicas do País. Como esclareceu o coordenador do Copec, as ordens para atuar de forma contrária à Lei de Responsabilidade Fiscal vinham da equipe econômica da presidente. Abundantes, os fatos mostram que a presidente Dilma Rousseff, ao infringir conscientemente a legislação orçamentária, cometeu crime de responsabilidade. Ficar repetindo que há golpe é mais que ignorância - é má-fé. (O Estado de S. Paulo, 10 de jun. de 2016, pag. A3).

No editorial de 22 de junho de 2016, *A tática da procrastinação*, OESP concorda com a declaração do secretário executivo do Programa de Parceria em Investimentos (PPI), Moreira Franco, que afirmou que o impeachment de Dilma se alongou mais do que o necessário, levando o país a enfrentar o aprofundamento da crise econômica. Para o jornal é preciso respeitar as normas institucionais, o que o impeachment já vem fazendo, bem como, garantir a segurança e estabilidade para o país.

A tramitação do processo de impeachment no Congresso Nacional obedece a rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal com o objetivo de assegurar que o processo decisório de uma questão política de extrema importância e gravidade obedeça rigorosamente aos dispositivos constitucionais pertinentes e, sobretudo, garanta à presidente afastada o mais amplo direito de defesa. É preciso levar em conta, no entanto, que, [...] essas garantias sejam aplicadas na justa medida e não acabem se transformando, por extrapolação, no “fator de insegurança e instabilidade” para a vida nacional. (O Estado de S. Paulo, 22 de jun. de 2016, pag. A3).

Percebe-se, portanto, que para O Estado de S. Paulo é importante que o processo de impeachment se resolva logo.

Passando para o mês de agosto, o editorial do dia 11, intitulado *Quando a instituição prevalece*, diz que após a sessão plenária do Senado Federal, na qual Dilma Rousseff tornou-se ré do processo de impeachment, está mais perto o desfecho do processo contra a petista. Para OESP apesar das tentativas do governo de tentar comprometer o andamento do processo, afirmando que Dilma era vítima de um golpe, ficou evidente o respaldo institucional do impeachment ora em curso.

Este lamentável episódio do impeachment completa três meses desde o afastamento provisório da Presidência da “mulher honesta” que começa a ganhar visibilidade na Operação Lava Jato. É uma nódoa que só será extinta com o tempo e a união dos brasileiros em torno do enorme desafio de tirar o País da crise em que foi jogado por Dilma e seu mestre e criador arrependido. Menos mal que o Brasil ainda pode contar com instituições sólidas, como ficou demonstrado na histórica sessão do Senado de terça-feira. (O Estado de S. Paulo, 11 de ago. de 2016, pag. A3).

Para O Estado de S. Paulo as investidas da defesa da presidenta que defendem a tese de que o impeachment é golpe, mostra uma tentativa desesperada para salvar o mandato de

Dilma. A peça editorial publicada no dia 19 de agosto de 2016, intitulada *O parto da montanha*, afirma que não restam dúvidas que o Senado confirmará que a base legal do impeachment – as pedaladas fiscais e os decretos suplementares – desrespeitaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As pedaladas fiscais e a liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso objetos do processo não são fatos isolados nem corriqueiros. Foram violações flagrantes da lei que constituem, na verdade, o *modus operandi* de um governo autoritário que desprezava o papel constitucional e as finalidades precípua do Parlamento como órgão da soberania nacional e de representação do povo. (O Estado de S. Paulo, 19 de ago. de 2016, pag. A3).

Os editoriais apresentados nesta seção, procuraram legitimar o impeachment de Dilma utilizando o Argumento legal. A principal questão defendida pelo jornal O Estado de S. Paulo está ligada à comprovação de que as pedaladas fiscais e os decretos suplementares, sem aprovação previa do Congresso, foram medidas que desrespeitaram a Lei de Responsabilidade Fiscal. O impeachment seria, portanto, uma punição às infrações cometidas pelo governo Dilma. Outro ponto defendido pelo periódico é o fato de que o STF esclareceu quais os ritos deveriam ser seguidos no desenrolar processo. Por essa razão, o impeachment de Dilma tem respaldo institucional.

Na próxima seção, serão discutidas as principais peças editoriais do jornal OESP, que citaram o Argumento social para legitimar o impeachment de Dilma.

### **5.1.2 Análise do Argumento social**

O Argumento social foi o segundo argumento mais utilizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, para legitimar o impeachment de Dilma. Este aparece em 51 publicações do periódico.

O primeiro texto que será discutido foi publicado no dia 14 de abril de 2015. Intitulado *O não a Dilma persiste*, a publicação analisa o impacto das manifestações realizadas, em todo o Brasil, contra o governo. Para O Estado de S. Paulo a pesquisa Datafolha, que revela que 6 em cada 10 brasileiros repudiam o governo Dilma, e 63% aprovam seu impeachment, está alinhada com os protestos que pediram o impeachment de Dilma.

OESP afirma que para cassar o mandato de um presidente, é preciso obedecer aos princípios definidos na Constituição. Entretanto, segundo o jornal, o apoio popular é um elemento importante para que o processo tenha legitimidade.

Por se tratar, no entanto, de uma medida inquestionavelmente traumática, mesmo que rigorosamente enquadrada nos preceitos e ritos legais, o impeachment do presidente da República exige também, para garantia da estabilidade institucional, claro apoio popular. O que significa que nem sempre a existência de base legal é suficiente para que um processo de impeachment progrida, já que o respaldo popular é complemento indispensável para legitimar de fato a medida. (O Estado de S. Paulo, 14 de abr. de 2015, pag. A3).

No texto *Otimismo irresponsável*, publicado no dia 01 de agosto de 2015, OESP diz que Dilma mente para os brasileiros ao afirmar que seu governo tem chances de superar a crise. Em reunião com os governadores, a presidenta teria dito que seu governo não passa por problemas e que logo a economia brasileira voltará a crescer. Para o jornal está é apenas uma desculpa para disfarçar o verdadeiro motivo pelo qual a reunião foi convocada, que é garantir o apoio dos governadores contra o impeachment. Segundo O Estado de S. Paulo:

Dilma tem todos os motivos para se preocupar com a possibilidade do impeachment. Se isso vier a acontecer, será em função de razões constitucionalmente objetivas relacionadas a fatos consumados. Mas só acontecerá num ambiente político favorável, com indiscutível apoio popular. (O Estado de S. Paulo, 01 de ago. de 2015, pag. A3).

Para OESP Dilma perdeu a legitimidade popular que adquiriu nas urnas. Na peça editorial publicada no dia 11 de agosto de 2015, o periódico afirma que o diálogo que o governo quer adotar como estratégia para superar a crise política que viabiliza o processo de impeachment, não será bem recebida pelo Congresso e sociedade. Isso porque enquanto esteve ocupando a presidência, Dilma se preocupou mais em garantir a hegemonia política do PT, diz o jornal. Por essa razão, OESP afirma que a tentativa de diálogo não será suficiente para recuperar o apoio popular necessário para barrar o processo de impeachment.

Também no que diz respeito à questão essencial do relacionamento entre governo e sociedade, o diálogo não vai resolver nada, por outra razão simples e óbvia: Dilma Rousseff perdeu a credibilidade entre os brasileiros, entre os quais, nunca é demais repetir, 7 em cada 10

desaprovam seu governo e 2 em cada 3 são a favor da abertura do processo de impeachment. (O Estado de S. Paulo, 11 de ago. de 2015, pag. A3).

No editorial *PSDB cumpre seu papel*, o jornal analisa a decisão do PSDB que se posicionou a favor da cassação do mandato de Dilma. Segundo O Estado de S. Paulo já estava mais do que na hora, do principal partido de oposição ao governo, de alinhar seus interesses aos manifestados pela maioria dos brasileiros.

Na quinta-feira passada, a direção do partido fechou questão a favor do afastamento da chefe do governo. Ninguém esperava, na verdade, que o PSDB assumisse atitude diferente. Afinal, hoje apenas um em cada dez brasileiros apoia o governo petista e dois em cada três pedem o afastamento da presidente. Não faria sentido, portanto, um partido de oposição manter-se alheio ao sentimento majoritário dos cidadãos. (O Estado de S. Paulo, 12 de dez. de 2015, pag. A3).

Ainda na publicação, o jornal argumenta que pela característica política do processo, a decisão do PSDB e o apoio dos brasileiros, criaram o consenso político necessário para a que a cassação do mandato de Dilma seja aprovada.

O impeachment é um processo essencialmente político e é nesses termos que precisa se viabilizar. O posicionamento oficial do PSDB é um passo à frente a favor da medida. Mas a inteira viabilização política do processo, cumpridos os requisitos mínimos para seu enquadramento legal, depende essencialmente de apoio popular. Foi assim que aconteceu no caso do presidente Collor, que já estava debilitado pela ausência de apoio político-partidário, mas caiu de vez quando os “caras pintadas” tomaram as ruas em todo o País exigindo sua deposição. (O Estado de S. Paulo, 12 de dez. de 2015, pag. A3).

A decisão do PSDB, de apoiar o impeachment de Dilma, volta a ser discutida no editorial publicado no dia 17 de dezembro de 2015. No texto o periódico afirma que a tese defendida pelo governo, que acusa a oposição de praticar golpe de Estado, é um argumento infundado quando se considera a vontade da maioria dos brasileiros. Foi com esse argumento que o PSDB justificou sua decisão.

A base do impeachment não está um partido político, mas a voz de milhões de brasileiros.” Com esta frase a direção nacional do PSDB - que na semana passada fechou questão a favor do impeachment- repeliu a tentativa de Dilma Rousseff de responsabilizar os tucanos - a quem acusou de serem aliados de Eduardo Cunha - pela onda nacional favorável ao afastamento de uma presidente da República cujo sectarismo ideológico e incompetência gerencial e política estão

destruindo a economia brasileira e provocando o retrocesso nas conquistas sociais. (O Estado de S. Paulo, 17 de dez. de 2015, pag. A3).

Para O Estado de S. Paulo a tentativa de Dilma de caracterizar o processo de cassação de seu mandato como golpe à democracia, revela a característica autoritária de seu governo, que confunde os interesses de um partido com os do Estado brasileiro. Segundo o jornal, o apoio popular ao impeachment demonstra que os brasileiros estão cansados desse modo de governar.

Quanto à decisão mais do que tardia do PSDB de declarar-se favorável ao impeachment, é claro que o PT não poderia aceitá-la como o exercício de uma prerrogativa - no caso, mais do que isso, um dever - do maior partido da oposição. Depois que chegaram ao poder, os petistas têm tentado abolir o contraditório na vida política, a começar pela recusa de admitir a existência de “oposicionistas”, que transformaram em “inimigos”. Menos mal que os brasileiros estão mostrando que são capazes de identificar quem é quem nessa pútrida história. (O Estado de S. Paulo, 17 de dez. de 2015, pag. A3).

A importância do apoio popular para garantir a legitimidade do impeachment de Dilma, volta a ser discutida pelo OESP na publicação do dia 28 de fevereiro de 2016. No editorial *O peso do PMDB e das ruas*, o jornal afirma que a aprovação do impeachment depende da posição do PMDB e da intensificação do apoio popular ao processo. “[...]o avanço do processo de impeachment no Congresso e, certamente em menor escala, o da cassação no TSE dependem muito do claro apoio popular à ideia do afastamento de Dilma Rousseff.”. (O Estado de S. Paulo, 28 de fev. de 2016, pag. A3). Para O Estado de S. Paulo, esse apoio popular, já registrado pelas pesquisas de opinião, que indicam que o governo Dilma tem a maior rejeição da história do país, deve ser expressado, principalmente, nas ruas.

Mas pesquisas de opinião e indicadores econômicos e sociais são dados frios, por si sós incapazes de mudai' a história política de um país. Esse poder está reservado à inequívoca vontade popular livre e claramente expressa nas urnas e nas ruas, neste último caso quando legitimamente amparada pelos necessários procedimentos constitucionais. (O Estado de S. Paulo, 28 de fev. de 2016, pag. A3).

No editorial *Política, Justiça e bom senso*, publicado no dia 12 de março de 2016, o jornal afirma que o apoio popular ao impeachment demonstra que os brasileiros estão preocupados com o futuro do Brasil, caso Dilma continue a governar o país. “A inquestionável maioria dos brasileiros já está convencida de que é preciso acabar com o



ciclo de poder lulopetista antes que o governo Dilma acabe com o País.” (O Estado de S. Paulo, 12 de mar. de 2016, pag. A3). Para OESP é evidente que os brasileiros deixaram de aprovar a administração petista, e agora, temendo pelo futuro do país, manifestam apoio à cassação do mandato de Dilma, que será determinante para que o processo se concretize com legitimidade.

Há nos meios políticos um crescente consenso de que o governo Dilma agoniza pela falta de sustentação política, que se toma maior a cada dia, da mesma forma que se acredita que a maciça participação da população nas manifestações de amanhã será determinante para a aceleração do processo de impeachment. (O Estado de S. Paulo, 12 de mar. de 2016, pag. A3).

No dia seguinte, no editorial *Chegou a hora de dizer: basta!* o periódico analisa a importância das manifestações contra o governo, marcadas para aquele dia 13 de março. Segundo o jornal os protestos servirão como um impulsionador para a aprovação do impeachment.

A maioria dos brasileiros, conforme atestam há tempos as pesquisas de opinião, exige que a petista Dilma Rousseff deixe a Presidência da República. A oportunidade de expressar- concretamente essa demanda e, assim, impulsionar a máquina institucional responsável por destituí-la, conforme prevê a Constituição, será oferecida hoje, nas manifestações populares programadas Brasil afora. (O Estado de S. Paulo, 13 de mar. de 2016, pag. A3).

Outra questão defendida pelo OESP, é que os protestos representarão a voz da maioria dos brasileiros, que não admitem mais que a administração petista continue a prejudicar o país.

Sem nenhuma vocação nem para a política nem para a administração, Dilma não teve forças para resistir ao sequestro de seu governo por oportunistas de variados naipes. É a eles que o País está entregue hoje e é contra eles todos - Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos - que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas. (O Estado de S. Paulo, 13 de mar. de 2016, pag. A3).

Segundo O Estado de S. Paulo, as manifestações a favor do impeachment já mostram resultado, uma vez que, a ala governista convocou seus aliados para também ir às ruas. O periódico argumenta que os protesto organizados pelos movimentos sociais, pelo MST e

CUT, a favor de Dilma, são uma tentativa de demonstrar que o governo da petista ainda detém alguma legitimidade popular. Para OESP, esses protestos não têm expressividade diante da vontade da maioria da população brasileiro.

Já ficou claro, no entanto, que esse punhado de irresponsáveis nada pode contra a maioria dos brasileiros honestos. Suas bravatas destemperadas nada são diante da resolução do povo, agora mais do que nunca convencido de que o País não suporta mais tanta corrupção e tanta incompetência. (O Estado de S. Paulo, 13 de mar. de 2016, pag. A3).

No editorial publicado no dia 17 de abril de 2016, o jornal volta a comentar sobre o desejo da maioria dos brasileiros, de ver Dilma afastada de seu cargo. O texto divulgado no dia em que o plenário da Câmara, decidia sobre a admissibilidade do processo de impeachment, OESP afirma que a presidenta deve ter seu mandato cassado, não só por ter praticado as pedaladas fiscais, mas, principalmente, porque os brasileiros não reconhecem mais seu governo como legítimo.

Dilma deverá ter seu mandato cassado não apenas pelas “pedaladas” que efetivamente praticou, desrespeitando normas fiscais, ou por ter criminosamente autorizado despesas públicas à revelia do Parlamento. Dilma também será apeada do poder porque a esmagadora maioria dos brasileiros está revoltada com a corrupção endêmica na gestão da coisa pública, estimulada por um ex-presidente que se apresenta como defensor dos fracos e oprimidos enquanto confraterniza com empresários poderosos e corruptos. (O Estado de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A3).

Para O Estado de S. Paulo, a decisão dos deputados que, por 367 votos a favor e 137 contra, autorizou abertura do processo de impeachment, demonstra como os parlamentares estão atentos à vontade popular. No texto *Depois do desastre, o esquecimento*, o jornal afirma que do mesmo modo se comportarão os senadores. “É claro que essa ampla maioria de deputados refletiu o sentimento também majoritário dos brasileiros, do mesmo modo que estarão se comportando hoje, e certamente se comportarão no julgamento final, os senadores da República.” (O Estado de S. Paulo, 11 de mai. de 2016, pag. A3).

Dias depois, na publicação *A missão de Temer*, o periódico afirma que caberá ao presidente interino Michel Temer, guiar o país de volta à recuperação. O Estado de S. Paulo diz que Temer, poderá contar com a maioria dos brasileiros que apoiam o

impeachment de Dilma, e que desejam que o Brasil se veja livre “do nefasto domínio do populismo irresponsável que provocou a maior crise política, econômica, social e moral da história republicana” (O Estado de S. Paulo, 13 de mai. de 2016, pag. A3).

O jornal argumenta que o presidente interino precisa estar cercado de bons aliados políticos, para conseguir atender as expectativas dos brasileiros. Para OESP “a expectativa da enorme maioria dos brasileiros que saíram às ruas contra o governo petista e acabaram criando as condições políticas para o impeachment de Dilma é de que seja promovida agora uma faxina na administração federal.” (O Estado de S. Paulo, 13 de mai. de 2016, pag. A3). Percebe-se, portanto, que o periódico atribui à participação popular, papel central no desenrolar do processo contra Dilma.

Na publicação do dia 12 de junho de 2016, OESP afirma que os brasileiros foram às ruas, porque o governo Dilma deu sérios motivos para isso.

A presidente Dilma Rousseff deu vários e sérios motivos - sua irresponsabilidade fiscal, sua desastrosa política econômica, a conivência com o esquema de corrupção revelado pela Lava Jato, além de sua inabilidade política e sua incapacidade administrativa - para que a população fosse às ruas clamar por seu impeachment. (O Estado de S. Paulo, 12 de jun. de 2016, pag. A3).

O trecho apresentado acima, demonstra bem a forma como O Estado de S. Paulo mobiliza os argumentos para legitimar o impeachment. No texto, o jornal argumenta que foram os erros administrativos, os esquemas de corrupção e sua incapacidade administrativa, que levou os brasileiros a pautar o processo de impeachment. Percebe-se, portanto, que o periódico associa o Argumento social aos argumentos político, econômico e moral, para legitimar a cassação do mandato de Dilma.

O Estado de S. Paulo defende que Dilma não tem mais legitimidade para continuar a governar o país, uma vez que, dois em cada três brasileiros condena sua administração. Para o jornal, foi graças aos erros cometidos pela petista, que os brasileiros passaram a desejar a cassação de seu mandato. Nesse sentido, por ter perdido o apoio popular, Dilma deve ser afastada da presidência, afirma OESP.

Legitimamente eleita em outubro de 2014, ela perdeu a legitimidade

conquistada nas urnas no momento em que a esmagadora maioria dos brasileiros se deu conta de sua clamorosa incompetência política e gerencial e das mentiras a que recorreu para haver o segundo mandato. Dilma, portanto, é uma página virada da História, como deverá ser confirmado até o fim de agosto com a aprovação definitiva do impeachment pelo Senado. Mas ela finge não saber disso. (O Estado de S. Paulo, 01 de jul. de 2016, pag. A3).

O último editorial que será analisado foi publicado no dia 06 de agosto de 2016. No texto *Uma chance para Dilma*, OESP defende que a renúncia de Dilma teria poupado muitos transtornos aos brasileiros, ansiosos por seu afastamento definitivo. Na peça, o periódico afirma que todas as previsões apontam para a aprovação do impeachment de Dilma, principalmente porque os parlamentares brasileiros demonstraram estar atentos às reivindicações das ruas. Segundo OESP, graças ao apoio popular, o impeachment colocará um fim ao ciclo de governos petistas.

Na próxima terça-feira, os 81 senadores decidirão, por maioria simples, se deve ser iniciada, no plenário da Casa, a fase final do julgamento do impeachment. Mais uma vez, confirma-se a sintonia do Senado com o inquestionável desejo da maioria dos brasileiros de ver encerrado o catastrófico ciclo de mais de 13 anos de poder do lulopetismo. (O Estado de S. Paulo, 06 de ago. de 2016, pag. A3).

Os editoriais analisados nesta seção apresentam a forma como O Estado de S. Paulo mobiliza o Argumento social para legitimar a cassação do mandato de Dilma. Uma questão evidente ao longo dos textos, é que o periódico defende a aprovação do impeachment, pois este representa uma resposta aos anseios do povo. O jornal argumenta que a maioria da população brasileira está insatisfeita com a administração de Dilma e, principalmente, com a política econômica adotada pelo seu governo. Os graves erros cometidos por ela, causaram indignação no povo, que viu na pauta do impeachment a oportunidade de encerrar o seu mandato. Nesse sentido, OESP argumenta que a legitimidade do processo de impeachment, reside no fato de que este é uma pauta defendida pela maioria da população brasileira.

Outro ponto defendido pelo jornal é que os altos índices de reprovação do governo, indicam que a presidenta perdeu a legitimidade necessária para continuar a governar o país. Para O Estado de S. Paulo, apesar da petista ter sido reeleita legitimamente em 2014, seus graves erros levaram a população a reprovar seu governo. Por tanto, os índices de

rejeição de Dilma são entendidos, pelo OESP, como um sintoma de que a presidenta não tem mais respaldo popular. Nesse sentido, a legitimidade da cassação do mandato de Dilma, está no fato de que este encerraria um governo que não possui apoio popular.

A próxima seção deste trabalho, apresentará os principais editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, que mobilizaram o Argumento econômico para legitimar o impeachment de Dilma.

### 5.1.3 Análise do Argumento econômico

O Argumento econômico foi citado em 35 peças editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, sendo o terceiro argumento mais utilizado pelo periódico para legitimar o impeachment de Dilma Rousseff.

O primeiro editorial que iremos analisar, foi publicado no dia 03 de dezembro de 2015. O texto *O medo vence a esperança*, O Estado de S. Paulo afirma que a abertura do processo de impeachment, preocupa o governo, pois a economia, que é um elemento importante para sua avaliação positiva, está de mal a pior. Nesse sentido, o jornal afirma que por conta da crise econômica, a cassação do mandato de Dilma tem chances de acontecer.

O comando político do governo está convencido de que a instauração de um processo de impeachment resultará, inevitavelmente, no bilhete azul para Dilma Rousseff. A bem da verdade, essa avaliação é perfeitamente realista. A economia -que pesa decisivamente na avaliação de um governo - vai de mal a pior. Na terça-feira, o IBGE deu mais uma péssima notícia: o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,7% no último trimestre, o que ocorre pela sexta vez consecutiva. Ou seja: há exatamente 18 meses - um ano e meio - a economia brasileira vem encolhendo, o que leva analistas a preverem o prolongamento da recessão pelo menos até meados de 2017. (O Estado de S. Paulo, 03 de dez. de 2015, pag. A3).

No editorial do dia 24 de dezembro de 2015, OESP afirma que para superar a crise econômica que o Brasil enfrenta, é preciso adotar medidas de reformulação das despesas federais para equilibrar as contas públicas. Entretanto, o governo Dilma já demonstra que

não conseguirá lidar com tal crise, principalmente após a mudança do Ministro da Fazenda – Joaquim Levy foi demitido e Nelson Barbosa assumiu o cargo.

E a crise econômica que o governo demonstra ser incapaz de enfrentar e que, ao que tudo indica, tenderá a piorar na medida em que o novo ministro da Fazenda, o “desenvolvimentista” Nelson Barbosa, começa a exercitar seus talentos. Dilma é o maior obstáculo à recuperação moral, política e econômica do País. É impossível combater uma crise grave como a atual se o governo não tiver a coragem de adotar o remédio amargo de medidas impopulares. (O Estado de S. Paulo, 24 de dez. de 2015, pag. A3).

Para OESP a ideologia partidária de Dilma tem impedido a recuperação das contas públicas, e por essa razão, sua permanência como presidente dificulta o restabelecimento da economia brasileira.

O jornal defende que, diante da incapacidade de Dilma de adotar medidas que reestruturem a economia, as forças políticas de oposição precisam se mobilizar para dar seguimento à pauta do impeachment. No editorial *A força do PMDB e PSDB*, OESP defende que os dois partidos possuem força política para levar o impeachment de Dilma à diante. Segundo o jornal, o PMDB e o PSDB precisam mobilizar-se para que o processo avance, pois é disto que a economia brasileira depende para voltar a crescer. “Não é pouco o que podem fazer. Diante da gravidade da atual crise, já é passada a hora de os dois partidos perceberem que detêm os meios para pôr-lhe cobro. Basta usá-los.”. (O Estado de S. Paulo, 12 de mar. de 2016, pag. A3).

Na peça editorial publicada no dia 29 de março de 2016, intitulada *Espírito público e coragem*, OESP afirma que a decisão do PMDB de romper com o governo, produz um cenário favorável para a cassação do mandato de Dilma, que, por sua vez, permitirá a correção dos erros administrativos e retomada do crescimento econômico.

A se confirmar a decisão do PMDB de se afastar de um governo que dois em cada três brasileiros querem ver pelas costas, estará aberto o caminho para o impeachment constitucional de Dilma Rousseff e o fim da nefasta era petista, cujo populismo irresponsável jogou o País no impasse político, no desastre econômico, na falência moral e na frustração social. (O Estado de S. Paulo, 29 de mar. de 2016, pag. A3).

No dia seguinte, o periódico publica o editorial *Fim de feira*, no qual critica as negociações feitas por Dilma para tentar conseguir apoio contra o processo de impeachment. Para o jornal, o apego da petista ao poder, tem feito com que ela distribua cargos e verbas federais para quem se dispuser a apoiá-la. O vale tudo adotado pela ala governista, compromete ainda mais a economia do país, afirma O Estado de S. Paulo.

Dilma também resolveu mostrar-se disposta a entregar de vez a chave dos depauperados cofres do Estado aos inimigos da racionalidade econômica, satisfazendo a agenda suicida dessa turma de irresponsáveis em troca de apoio. Essa situação torna o afastamento de Dilma ainda mais urgente: é preciso que a petista seja destituída o quanto antes, para que ela não tenha condições de ampliar a ruína do País. (O Estado de S. Paulo, 30 de mar. de 2016, pag. A3).

Percebe-se, portanto, que o periódico defende que a cassação do mandato de Dilma é condição fundamental para encerrar o período de recessão econômica que o Brasil enfrenta.

No texto publicado no dia 04 de abril de 2016, nomeado como *A paciência acabou*, o jornal afirma que Dilma promoveu a destruição dos fundamentos da economia, para sustentar seu projeto de poder. Foi esse o motivo que levou o setor empresarial do país reivindicar o seu impeachment.

As principais associações empresariais do País exigiram publicamente que o Congresso aprove a destituição constitucional da presidente Dilma Rousseff. Em anúncio veiculado na terça-feira, sob o título “Impeachment Já”, os representantes do setor produtivo deixaram claro que a paciência com a incompetência da petista acabou. Mais do que isso: o propósito parece ser o de afirmar ao Brasil que, para os empresários, a crise econômica não será superada enquanto Dilma estiver no cargo. (O Estado de S. Paulo, 04 de abr. de 2016, pag. A3).

O jornal se aproxima da posição adotada pelos empresários. Para OESP a ideologia partidária de Dilma, caracterizada como intervencionista, impede a reorganização da economia nacional. Por essa razão, o periódico afirma que a permanência da petista na presidência compromete ainda mais a situação econômica do país.

Quando o setor produtivo se deu conta de que o governo de Dilma não era capaz de entregar o pão, restando apenas o circo da irresponsabilidade fiscal, veio a ruptura. De um lado, Dilma passa dia e

noite a gritar “golpe!”; de outro, indústrias fecham aos milhares, investimentos são adiados e os endividados consumidores de baixa renda, que acreditaram na fantasia da “nova classe média”, estão aflitos. Essa situação tende a se agravar se Dilma permanecer no cargo, e o País corre o risco de ver a crise se tornar crônica e duradoura. (O Estado de S. Paulo, 04 de abr. de 2016, pag. A3).

No editorial *Um dia decisivo*, publicado no dia em que o plenário da Câmara decidia sobre a admissibilidade do processo de impeachment, o jornal afirma que Dilma será afastada de seu cargo, por conta da sua administração incompetente que levou a economia do país à falência.

Dilma deverá ser afastada da Presidência da República porque sua gestão arrogante e inepta resultou na inflação que corrói os rendimentos da população de baixa renda e na recessão que rouba os empregos, igualmente, de chefes de família e de jovens. A perversa combinação de inflação e recessão resultou na absoluta falta de confiança no governo central por parte dos agentes econômicos, sem cujo concurso é simplesmente impossível promover o crescimento econômico e a criação de riquezas que beneficiem o conjunto da sociedade. (O Estado de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A3).

Segundo O Estado de S. Paulo, a irresponsabilidade fiscal e política, marcas dos governos petistas, comprometeram o equilíbrio das finanças públicas. O relatório produzido pelo senador Antônio Anastasia, comprova que foi a administração intervencionista e populista de Dilma, que levou a presidenta a desrespeitar as normas fiscais, ao praticar as pedaladas que justificam seu impeachment, diz OESP.

[...] o relatório demonstra que esses delitos evidenciam a prática sistemática de ilícitudes que, entre outras coisas, são responsáveis pelo descontrole fiscal que está na raiz da grave crise econômica que infelicitou o País. Razão política suficiente, portanto, para que a ampla maioria dos brasileiros já tenha condenado Dilma Rousseff e esteja pedindo seu afastamento do governo. (O Estado de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A3).

No editorial *Por que Dilma não pode voltar*, OESP comenta a entrevista que Dilma concedeu ao jornal Folha de S. Paulo. Na ocasião, a então presidenta defende seu mandato e diz estar sendo vítima de um golpe, por uma oposição que quer acabar com os programas sociais criados pelos governos do PT. Para OESP falta humildade à Dilma para reconhecer seus graves erros, e diz que foram estes erros que criaram as condições políticas para a cassação de seu mandato.



“Temos que defender o nosso legado”, disse à Folha de S. Paulo a presidente responsável por recessão econômica, desemprego crescente, inflação acima da meta e contração da atividade, do consumo e do investimento, além de um rombo obscuro nas contas públicas. Foi essa herança, maldita em todos os sentidos, que criou o consenso político em tomo do qual o Congresso faz avançar o impeachment. (O Estado de S. Paulo, 31 de mai. de 2016, pag. A3).

Percebe-se que para O Estado de S. Paulo, o impeachment de Dilma é condição necessária para que a economia brasileira volte a crescer. Na peça publicada no dia 03 de julho de 2016, intitulada *Metas para o pós-Dilma*, o jornal concorda com a afirmação do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que teria dito que após o afastamento definitivo de Dilma, o Brasil voltaria a crescer. Segundo OESP para aprovar as medidas necessárias de recuperação da economia, Temer precisará dispor de todo o aparato político para negociar com o Congresso, e isto só acontecerá, de fato, quando seu governo superar a condição de interinidade. Por essa razão, o periódico defende que o impeachment de Dilma é um pressuposto vital para a retomada do crescimento.

Toda aposta séria na retomada do crescimento econômico depende, hoje, de uma hipótese crucial: a transformação do governo provisório em definitivo. O impeachment da presidente Dilma Rousseff é parte do cenário básico, embora essa condição nem sempre seja explicitada pelos analistas do mercado ou mesmo por membros da nova equipe econômica. (O Estado de S. Paulo, 03 de jul. de 2016, pag. A3).

Um mês depois, no editorial *A indústria reage*, OESP comemora os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam sinais de recuperação do setor industrial. Para o jornal, esta recuperação se justifica, principalmente, pela recuperação de confiança dos empresários. Isso significa que o setor empresarial está mais alinhado às medidas econômicas propostas por Temer, por essa razão, a troca de governos incentivou uma melhora nos índices econômicos. Para que essa confiança se mantenha, é preciso manter a estabilidade política, alcançada com a aprovação do impeachment de Dilma.

Apesar da melhora, o caminho da recuperação ainda será longo e o ritmo dependerá da confiança de empresários e consumidores e, naturalmente, das condições políticas. A conclusão do processo de impeachment, com o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, é um pressuposto de todas as projeções mais otimistas. (O Estado de S. Paulo, 03 de ago. de 2016, pag. A3).

O editorial publicado no dia 06 de agosto de 2016, OESP afirma que a provação do impeachment de Dilma é dada como certa, considerando-se o resultado da votação da comissão Especial do Impeachment no Senado, que por 14 votos a 5, deu parecer favorável ao relatório do senador Antônio Anastasia. No texto, o periódico volta a afirmar que o afastamento definitivo de Dilma, concretizará o governo Temer, que já vem apresentando bons resultados econômicos.

Mais uma vez se manifesta o anseio de que o País passe a dispor com urgência de um governo definitivo capaz de avançar com segurança nos campos em que, em menos de três meses, começa a apresentar resultados positivos: a pacificação política para acabar com a cizânia imposta pelo lulopetismo e as medidas de natureza fiscal e econômica capazes de estimular a retomada do crescimento e o conseqüente desafogo das dificuldades cada vez maiores que enfrentam hoje os brasileiros, principalmente os de menor poder aquisitivo. (O Estado de S. Paulo, 06 de ago. de 2016, pag. A3).

Segundo o jornal, uma vez que, Temer assuma definitivamente o comando do governo, nos 28 meses restantes de mandato, o peemedebista terá condições para negociar com o Congresso, a aprovação das medidas elaboradas por sua equipe econômica, para combater a crise.

A decretação da perda do mandato de Dilma Rousseff fará com que o vice-presidente Michel Temer se torne presidente da República de pleno direito. A partir de então, removida a atual dificuldade política representada pela interinidade, o chefe do governo poderá dedicar-se, com a prioridade que o assunto exige, à implementação das medidas necessárias ao saneamento das contas públicas, indispensável à retomada dos investimentos em projetos estruturantes, bem como à reconquista da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros na retomada do crescimento econômico. (O Estado de S. Paulo, 09 de ago. de 2016, pag. A3).

No editorial publicado no dia 19 de agosto de 2016, intitulado, *A herança do desemprego*, O Estado de S. Paulo analisa as conseqüências deixadas pela administração petista. O encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento da inflação e a alta do desemprego, são resultados de uma política populista adotada durante os governos do PT. Essa administração irresponsável dos recursos federais, levou Dilma a adotar as pedaladas, que são a justificativa legal do impeachment, diz OESP. Para o jornal:

A recessão, o desarranjo das contas públicas, a inflação elevada, a recessão e o desemprego são os efeitos - previsíveis e previstos por vários analistas - desse tipo de política. Não se pode cassar um

governante pelo conjunto de sua obra, disse a presidente afastada Dilma Rousseff. Não há, no entanto, como separar pedaladas e decretos ilegais desse conjunto. (O Estado de S. Paulo, 19 de ago. de 2016, pag. A3).

Para o periódico, foi a política econômica de Dilma, portanto, que a levou a sofrer um processo de impeachment. Apesar do cenário caótico deixado pela petista, a previsão de seu afastamento definitivo, já deixa sinais de recuperação econômica.

As melhores notícias, por enquanto, indicam tendência à estabilização. Em julho, a indústria paulista demitiu 6 mil pessoas. A queda do emprego, de 1,5% com ajuste sazonal, é menos intensa e tende a se esgotar, comentou o diretor do departamento econômico da Fiesp, Paulo Francini. Com o impeachment, pode-se acrescentar, a recuperação deverá ser mais fácil. (O Estado de S. Paulo, 19 de ago. de 2016, pag. A3).

Segundo OESP, após o afastamento definitivo de Dilma da presidência, Temer terá que se comprometer com a reorganização das finanças. Para isto, o peemedebista precisará estar atento, para não ceder aos interesses fisiológicos que contaminam a política nacional, bem como, não se deixar confundir com os interesses populistas de setores da sociedade. Para o periódico, o impeachment de Dilma representará o fim de uma política econômica que custou a estabilidade da economia do país.

Se todas as previsões se confirmarem, o Brasil entrará no mês de setembro com um governo livre da incômoda condição de provisório e presumivelmente mais apto a enfrentar politicamente o enorme desafio de propor, ver aprovadas pelo Congresso quando for o caso, e implantar com eficácia tanto medidas necessárias ao saneamento das contas públicas e ao equilíbrio fiscal como outras, de caráter estruturante, destinadas a corrigir desvios da gestão pública e a criar condições para a retomada do crescimento econômico com os consequentes benefícios sociais, como a redução do desemprego, a mais amarga herança social do ciclo lulopetista. (O Estado de S. Paulo, 25 de ago. de 2016, pag. A3).

Os editoriais discutidos nesta seção, apresentam a forma como o jornal O Estado de S. Paulo mobiliza o Argumento econômico para legitimar o impeachment de Dilma. Percebe-se que ao longo dos textos, o periódico faz duras críticas à política econômica adotada não só por Dilma, como também, pelo seu antecessor, o ex-presidente Lula. Para OESP foi essa política econômica que levou ao descontrole das contas públicas e

interrompeu o crescimento econômico do país. Portanto, para O Estado de S. Paulo o impeachment de Dilma encerrará um período de descontrole fiscal e recessão econômica.

Outro ponto defendido pelo jornal é que o embasamento legal do impeachment – as pedaladas fiscais e os decretos suplementares – é resultado da política populista de Dilma. Para OESP a petista teve que infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque precisava garantir os pagamentos do Plano Safra<sup>55</sup>. Em outras palavras, o jornal afirma que a política econômica da petista é o pano de fundo do processo de impeachment. Portanto, a cassação do mandato de Dilma é entendida como uma forma de tirar a presidência das mãos de uma pessoa pouco qualificada e que, por suas visões ideológicas, não conseguiu adotar as medidas de ajuste fiscal.

O próximo tópico deste trabalho apresentará a discussão das peças editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, que mobilizaram o Argumento político para legitimar a cassação do mandato de Dilma.

#### **5.1.4 Análise do Argumento político**

O Argumento político aparece em quarto lugar nos editoriais do O Estado de S. Paulo, citado em 34 publicações.

O primeiro editorial analisado, foi publicado no dia 07 de agosto de 2015, e recebeu o título de *O País à matroca*. O jornal afirma que a base aliada de Dilma no Congresso, que dava sustentação ao seu governo, chegou ao fim. Com a saída de partidos aliados como o PDT e PTB, o texto reagiu com preocupação diante da situação política do país.

[...] a base de apoio ao Planalto no Congresso Nacional desintegrou-se, ao que tudo indica de modo irreversível, a ponto de o habitualmente cauteloso vice-presidente Michel Temer proclamai- que “é preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar” o País, deixando mais que óbvia a convicção de que a presidente da República não tem condições de fazê-lo. (O Estado de S. Paulo, 07 de ago. de 2015, pag. A3).

---

<sup>55</sup> É um conjunto de políticas de atendimento ao Agronegócio. Através do Banco do Nordeste, o governo federal presta assistência a produtores rurais de todos os portes, com recursos direcionados para operações de custeio, investimento, comercialização linhas de financiamento.

No editorial, *Um cenário mesquinho*, publicado no dia 27 de agosto de 2015, OESP comenta a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que aceitou o recurso do PSDB que questiona a legitimidade dos mandatos de Dilma Rousseff e Michel Temer. Para o periódico a decisão do TSE e o relatório do TCU, que avalia a rejeição das contas de 2014, são indicativos da crise política que o país enfrenta. Segundo OESP esta crise surgiu como resultado da incompetência administrativa do governo. “Um governo assim, incapaz de se fortalecer politicamente, não tem condições de propor e coordenar uma saída para a crise. Só consegue ganhar tempo - e cada vez menos.” (O Estado de S. Paulo, 27 de ago. de 2015, pag. A3).

O periódico volta a comentar a fragilidade política de Dilma, no editorial do dia 09 de outubro de 2015, intitulado *Os efeitos da decisão do TCU*. OESP afirma que a decisão do TCU de rejeitar as contas do governo de 2014, abrem novas perspectivas sobre o processo de impeachment. O TCU escancarou a incapacidade de Dilma de continuar a governar o país, e seu impedimento aparece, portanto, como uma solução para os impasses políticos.

Por maior que seja a impopularidade da chefe do Executivo, seu afastamento significará apenas a remoção de um obstáculo, um meio para permitir uma recomposição de forças políticas capaz de assumir a responsabilidade de propor e executar as medidas, muitas delas inevitavelmente impopulares, necessárias para reparar os estragos causados nas contas públicas pela ganância irresponsável das administrações petistas e, a partir daí, promover a retomada do crescimento econômico e a continuidade e o aperfeiçoamento dos programas sociais, inclusive aqueles que o PT propagandeou e não tem conseguido sustentar. (O Estado de S. Paulo, 09 de out. de 2015, pag. A3).

O jornal comenta que ao se defender, Dilma disse que não poderia ser acusada por crime nenhum, pois não fez nada. Para OESP a presidenta deixou evidente que não governa o país faz tempo. O periódico afirma que o país era governado pelos subalternos, e por Lula, caracterizado como o mestre de Dilma.

“Não posso pagar pelo que não fiz”. A ser verdade o que alega a criatura de Lula, engana-se quem imagina que só agora, quando foi forçada por seu criador a abrir mão do comando político do governo, a presidente deixou de governar. Ela acaba de confessar: não governa desde sempre. Pois as decisões de governo foram sempre tomadas, à sua revelia, por subalternos atrevidos, e por isso ela não pode ser acusada de nada. A não ser de ter enganado o País por tanto tempo vendendo a imagem de

“gerentona” atenta, eficaz e centralizadora e de continuar pensando de acordo com a cabeça torta de seu mestre, para quem todo brasileiro é idiota. (O Estado de S. Paulo, 09 de out. de 2015, pag. A3).

Dias depois, OESP comenta que a 90 % da população brasileira não confia mais em Dilma como presidente, por essa razão, ela perdeu a legitimidade como governante. O texto de 14 de outubro de 2015, *Tudo sob o império da lei*, diz que os parlamentares precisam ocupar-se da discussão sobre as saídas para a crise política, econômica e moral que o Brasil enfrenta. Para OESP as forças políticas do Congresso precisam se unir e traçar um novo caminho para o país, no qual o impeachment de Dilma é o primeiro passo que deve ser tomado.

Dessa perspectiva, o impeachment de Dilma não pode ser um fim em si mesmo, mas apenas um primeiro passo para o consenso mínimo que reúna lideranças capazes de traçar um roteiro seguro para novos tempos. E esse meio não pode ser obtido ao arrepio da lei. (O Estado de S. Paulo, 14 de out. de 2015, pag. A3).

No editorial publicado no dia 10 de dezembro de 2015, o jornal demonstra preocupação com a possibilidade de Dilma sair vencedora do processo de impeachment. Para OESP a petista não possui mais uma sólida base de apoio no Congresso, ou seja, caso saia vitoriosa, terá que governar um projeto de recuperação do país sem aliados. O periódico diz que esta tarefa é impossível, pois qualquer governante precisa de apoio para aprovar suas medidas.

Além disso, o enfrentamento dessa crise depende da soma de apoios que até agora Dilma Rousseff e seu governo se revelaram incapazes de garantir, por serem refratários a parcerias estáveis - como o episódio com Michel Temer acaba de mostrar. Assim, se Dilma salvar-se do impeachment é provável que a cena política continue gravemente conturbada pela incontrolável gana de vendeta dos petistas. (O Estado de S. Paulo, 10 de dez. de 2015, pag. A3).

O texto publicado no dia 22 de dezembro de 2015, comenta a decisão do STF que estabeleceu o tipo de votação, que irá decidir a comissão especial do impeachment na Câmara e no Senado. OESP diz que apesar de ser questão controversa, pois a determinação da Corte pode configurar interferência em áreas específicas dos congressistas, a decisão do STF não recai sobre o julgamento do processo em si.

O que importa, de todo modo, é que do desfecho do processo de impeachment de Dilma Rousseff, a ser alcançado na área estritamente política, depende a superação do impasse que mantém o governo paralisado, agravando a crise econômica. (O Estado de S. Paulo, 22 de dez. de 2015, pag. A3).

No texto, o jornal defende que além de ter que enfrentar o processo de impeachment, o país precisa lidar com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acusado de envolvimento em esquemas de corrupção. OESP defende que para solucionar o impasse político é preciso que tanto Dilma quanto Cunha percam seus mandatos.

Há um consenso nacional de que é indispensável pacificar urgentemente o campo político e que duas questões vitais precisam ser resolvidas: o impeachment de Dilma e a controvérsia criada na Câmara pela delicada situação de seu presidente, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). (O Estado de S. Paulo, 22 de dez. de 2015, pag. A3).

Outro ponto defendido pelo jornal é que a renúncia de Dilma evitaria o agravamento da crise política. No texto publicado no dia 08 de março de 2016, intitulado *A vassalagem de Dilma a Lula*, OESP afirma que “Dilma não existe mais como presidente. Sua insistência em permanecer nesse cargo, para o qual nunca teve aptidão e já não tem legitimidade, apenas piora uma situação já de si muito grave.” (O Estado de S. Paulo, 08 de mar. de 2016, pag. A3). Para O Estado de S. Paulo, a visita de Dilma feita ao ex-presidente Lula, utilizando um avião e helicóptero oficial, foi inapropriada e demonstra que a presidenta está mais preocupada com o seu mestre, na época alvo da operação Lava Jato, do que com o futuro do país.

Ao usar o avião e o helicóptero presidenciais para fazer uma visita particular a seu padrinho e ao aparecer em público em clima de comício, com o braço erguido, ao lado de Lula, suspeito de chefiar uma grande quadrilha de corruptos que assaltaram o País, Dilma fez sua opção: decidiu ficar contra a maioria absoluta dos brasileiros, incompatibilizando-se de vez para o exercício da Presidência. (O Estado de S. Paulo, 08 de mar. de 2016, pag. A3).

OESP defende que é preciso encerrar com o ciclo de governo petista, antes que Dilma leve o país a situações política, econômica e social ainda piores. Na peça editorial de 12 de março de 2016, *Política, Justiça e bom senso*, o jornal defende que é preciso que as forças políticas se reúnam em prol de um projeto político para o Brasil, uma vez que, a

presidenta já não consegue mais governar.

Trata-se agora [...] de construir o caminho, necessariamente balizado pelos preceitos constitucionais, para transferir o poder o mais rapidamente possível ao mais parecido possível com uma aliança de salvação nacional que promova as correções de rumo que o governo do PT não deseja nem tem competência para implantar. (O Estado de S. Paulo, 12 de mar. de 2016, pag. A3).

O periódico afirma que a insatisfação com a administração de Dilma, que cresce cada vez mais na sociedade, se faz presente também nos espaços políticos.

Há nos meios políticos um crescente consenso de que o governo Dilma agoniza pela falta de sustentação política, que se toma maior a cada dia, da mesma forma que se acredita que a maciça participação da população nas manifestações de amanhã será determinante para a aceleração do processo de impeachment. (O Estado de S. Paulo, 12 de mar. de 2016, pag. A3).

No dia seguinte, OESP publica um outro editorial sobre as frustrações com o governo Dilma. O texto *Chegou a hora de dizer: basta!*, afirma que a presidenta é o maior entrave político para a recuperação do país. O periódico defende que desde o primeiro mandato já era possível identificar a incapacidade política de Dilma, mas graças às mentiras contadas durante a campanha, a petista conseguiu se reeleger. Como resultado disso, o país enfrenta o pior período recessivo e uma aguda crise política.

Sem nenhuma vocação nem para a política nem para a administração, Dilma não teve forças para resistir ao sequestro de seu governo por oportunistas de variados naipes. É a eles que o País está entregue hoje e é contra eles todos - Dilma, Lula e os demais condôminos desse indecente edifício construído à base de corrupção e de mentiras nos últimos 13 anos - que os brasileiros erguerão hoje sua voz nas ruas. (O Estado de S. Paulo, 13 de mar. de 2016, pag. A3).

O trecho acima é bastante revelador, pois apresenta a forma como o jornal OESP costuma construir sua argumentação. Percebemos que o editorial apresenta não só o Argumento político, elemento discutido nesta seção, como também, mobiliza o Argumento social para reforçar a legitimidade do processo contra Dilma. Ainda nesta peça o periódico retoma a tese de que a renúncia da presidenta iria encurtar o período de instabilidade política do país.



Tudo isso poderia ter sido evitado se Dilma tivesse tido a grandeza de renunciar ao cargo. Na undécima hora, ela enfim revelaria algum traço da estadista que Lula prometeu para o País. Esse gesto serviria para evitar o sempre traumático impeachment, agora praticamente inevitável, e aceleraria a urgentíssima transição para um governo munido da legitimidade indispensável para reunificar o País e conduzi-lo para longe da tormenta. (O Estado de S. Paulo, 13 de mar. de 2016, pag. A3).

No editorial publicado no dia 03 de abril de 2016, O Estado de S. Paulo critica as manobras feitas pela ala governista, que tem oferecido cargos em troca de votos contra o impeachment. Para o jornal, a aproximação de Dilma com a ala de baixo clero do Congresso, demonstra que a presidenta está disposta a perder sua dignidade para salvar seu mandato. O grande problema, entretanto, é que caso o impeachment não seja aprovado, o país estará entregue a uma administração composta por políticos corruptos e pouco qualificados, afirma o jornal.

O problema é que, uma vez vitoriosa, Dilma terá de governar com essa equipe de desqualificados e, principalmente, com minoria no Congresso. A presidente, sustentada apenas por oportunistas e por chefes de “movimentos sociais” transformados em milícias, não terá nenhuma condição de aprovar o que quer que seja no Congresso [...] O País ficará paralisado. (O Estado de S. Paulo, 03 de abr. de 2016, pag. A3).

No editorial do dia seguinte, intitulado *A paciência acabou*, OESP reitera, mais uma vez, a importância da aprovação do impeachment, para que o país supere os impasses políticos.

Parece óbvio, portanto, que o impeachment é quase uma imposição dos fatos, que vão além da constatação de que Dilma cometeu crime de responsabilidade. Ante a perspectiva de colapso, o Brasil precisa urgentemente de um governo. (O Estado de S. Paulo, 04 de abr. de 2016, pag. A3).

Para O Estado de S. Paulo não resta dúvidas de que, diante da inabilidade política da presidenta, que não consegue tirar o país da crise no qual o colocou, o impeachment é o melhor caminho a ser seguido. O texto do dia 07 de abril, que recebe o título *Impeachment é o melhor caminho*, afirma que o processo é o remédio constitucional para crise política no Brasil.

Diante das incertezas provocadas pela grave crise política, econômica e moral que projeta gravíssimas consequências sociais sobre o País, uma coisa é absolutamente certa: do jeito que está não pode continuar. Este governo, inviabilizado por uma presidente da República inábil e inepta, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início à reconstrução nacional. (O Estado de S. Paulo, 07 de abr. de 2016, pag. A3).

No dia em que a Câmara de deputados iria decidir sobre a admissibilidade do processo de impeachment, o jornal publicou um editorial comentando seu texto do dia 07 de abril. Na peça, OESP volta a defender o afastamento do atual governo para que se dê início à reconstrução nacional. O periódico afirma que Dilma deve ter seu mandato cassado não só por ter desrespeitado as normas fiscais, mas, principalmente, por ter traído os interesses do país para impor a hegemonia lulopetista.

Existem fundamentos jurídicos em abundância para respaldar o pedido de impeachment. A eles se soma a avassaladora razão de natureza política que se traduz, em resumo, pela traição aos reais interesses do País, patente a partir do momento em que o governo petista escancarou a opção por seu projeto de perpetuação no poder com a prática de um populismo irresponsável que mergulhou o Brasil na mais grave crise moral e econômica do último quarto de século. (O Estado de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A3).

O editorial *Uma corrida contra o tempo*, publicado no dia 19 de abril de 2016, afirma que a admissibilidade do impeachment, pela Câmara, se deu pela constatação de que o governo Dilma acabou.

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff tem um significado subjacente que não pode deixar de ser considerado pelo Senado Federal, a quem caberá agora decidir sobre o mérito do pedido de afastamento da presidente da República: o governo Dilma acabou de fato, atado às contradições insanáveis do projeto lulopetista de perpetuação no poder e atordoado pela arrasadora falta de apoio político e pela paralisia da máquina governamental decorrente da inépcia política e administrativa da presidente. (O Estado de S. Paulo, 19 de abr. de 2016, pag. A3).

A crise política precisa ser considerada pelo Senado, quando chegar sua vez de julgar o processo. OESP discute que diante do calendário definido para o impeachment de Dilma, é provável que seu afastamento definitivo só acontecerá no mês de novembro. Para o jornal, é tempo demais para esperar uma solução, e recomenda que os ritos processuais

do processo sejam abreviados o tanto quanto for possível.

O País está sem governo e assim permanecerá até que se encontre a saída legal para o impasse. Exatamente por essa razão, é imprescindível que o Senado dê ao processo do impeachment a tramitação mais rápida possível, de modo a abreviar esse período crítico de vacância de fato no comando do Poder Executivo. (O Estado de S. Paulo, 19 de abr. de 2016, pag. A3).

No editorial do dia 27 de maio de 2016, o jornal volta a pedir celeridade ao processo de impeachment. Segundo OESP é preciso concretizar o afastamento de Dilma, para que Michel Temer possa sair da condição interina e consiga, de fato, negociar a aprovação das medidas necessárias para o restabelecimento da política e dos costumes.

Reduzir ao menor tempo possível a interinidade do governo Michel Temer, sem comprometer as garantias do rito processual definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é medida que atende plenamente ao melhor interesse nacional, na medida em que, sem as inconveniências inerentes à transitoriedade, o presidente da República terá maior poder político para negociar com o Congresso e a sociedade a implementação de medidas de austeridade necessárias ao restabelecimento urgente do equilíbrio fiscal e à recuperação da economia em bases sustentáveis. (O Estado de S. Paulo, 27 de mai. de 2016, pag. A3).

Para OESP a condenação de Dilma é fato dado como certo. No texto *O julgamento*, publicado no dia 25 de agosto de 2016, que marcava o início do julgamento da petista no Senado, o periódico afirma que o conturbado processo de impeachment estava próximo do seu fim, e que logo o país poderia contar, novamente, com um período de estabilidade política.

Aproxima-se de seu desfecho, assim, o conturbado processo que, ao permanecer rigorosamente dentro dos parâmetros legais e do rito estabelecido pelo Poder Judiciário para a adoção da medida extrema da cassação de um mandato eletivo, reafirma a solidez das instituições democráticas brasileiras e abre perspectiva para a criação de um novo consenso para a reconstrução nacional. (O Estado de S. Paulo, 25 de ago. de 2016, pag. A3).

O último editorial do jornal O Estado de S. Paulo, que mencionou o Argumento político para legitimar o processo de impeachment, foi publicado no dia 31 de agosto de 2016, quando ocorreu a decisão do Senado de afastar definitivamente Dilma da presidência. No texto intitulado *O fim do torpor*, o jornal afirma que o impeachment representa, principalmente, um ponto final no “lulopetismo” que tanto causou mal ao país. O

periódico defende, portanto, que “O impeachment da presidente Dilma Rousseff será visto como o ponto final de um período iniciado com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, em que a consciência crítica da Nação ficou anestesiada.” (O Estado de S. Paulo, 31 de ago. de 2016, pag. A3).

Os editoriais discutidos nesta seção apresentam o Argumento político para legitimar o processo de impeachment de Dilma Rousseff. A partir da análise percebe-se que o jornal defende em seus argumentos a ideia de que a presidenta não tinha capacidade de continuar governando o país. O periódico argumenta que a falta de habilidade política e o autoritarismo de Dilma, deixaram-na isolada politicamente, e colocou o país em uma das mais severas crises. Por ter perdido apoio no Congresso a mesma não conseguiria propor as medidas necessárias para tirar o Brasil da crise. O Estado de S. Paulo defende que na ausência de um bom governo, o impeachment seria a solução para reorganizar as forças políticas em torno de um projeto de recuperação.

Em alguns momentos a crítica do jornal ao governo Dilma é mais intensa. O periódico afirma que a petista nunca governou de fato, apenas ocupou simbolicamente a presidência, para que seu antecessor, Lula da Silva, continuasse a comandar o país. O Estado de S. Paulo defende a tese de que o impeachment corresponde não só à cassação do mandato de Dilma, mas encerra também, um ciclo de governos petistas que, para perpetuar seu projeto de poder, colocou a estabilidade política do Brasil em risco.

No próximo tópico iremos analisar os editoriais do O Estado de S. Paulo que mencionaram o Argumento moral para legitimar o impedimento de Dilma.

### **5.1.5 Análise do Argumento Moral**

O Argumento moral aparece em quinto lugar no O Estado de S. Paulo, sendo o menos citado nos editoriais do jornal. Este foi mobilizado em 14 publicações do periódico.

O primeiro editorial do OESP no qual o Argumento moral é mencionado, foi publicado no dia 07 de julho de 2015. No texto *Sobre o ‘despudor democrático’*, o jornal comenta as falas do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que acusou o ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso e toda a oposição do governo, de tentar aplicar um golpe de Estado contra Dilma. Para O Estado de S. Paulo, as acusações do ministro não passam de puro equívoco. Sobre o avanço do processo de impeachment o jornal diz:

Se isso vier a ocorrer terá sido o resultado não de um golpe, como querem os defensores da presidente, mas da aplicação das medidas constitucionais destinadas a garantir a estabilidade das instituições republicanas, hoje ameaçadas - nunca é demais repetir - pela corrupção apascentada por eminentes líderes do PT e aliados, pela incompetência gerencial e pela desastrada ação política da chefe do governo, que resultaram na ampla reprovação popular a seu desempenho. (O Estado de S. Paulo, 07 de jul. de 2015, pag. A3).

Neste trecho, podemos perceber como OESP constrói sua argumentação para legitimar o impeachment de Dilma. O periódico mobiliza os argumentos legal, político e moral para demonstrar a legitimidade do processo. A respeito do Argumento moral, percebe-se que OESP afirma que o impeachment é um resultado da corrupção conduzida por políticos petistas. Nesse sentido, o processo contra Dilma surge como elemento de combater com a corrupção do governo.

Para OESP Dilma favoreceu a corrupção em seu governo. No texto publicado no dia 04 de dezembro de 2015, intitulado *Uma luz no fim do túnel*, o periódico comemora a aceitação do processo de impeachment, por acreditar que esta representa “o banimento da vida pública” de dois políticos que têm contribuído com a corrupção no Brasil, Dilma Rousseff e Eduardo Cunha. Com a aceitação do processo, Dilma será julgada por seus crimes, e Cunha perde a barganha que tinha para se livrar da investigação no Conselho de Ética. Segundo o jornal, a faxina política teve seu início com a aceitação do processo de impeachment.

O que o Brasil espera agora é que uma faxina política exemplar seja feita a partir do afastamento de Dilma e de Cunha da vida pública. Isso depende do Congresso, que é o foro constitucionalmente adequado para decidir, politicamente, uma questão essencialmente política. E certamente será levada em conta a vontade amplamente majoritária dos brasileiros, que sabem ser necessária a restauração da moralidade para que os outros graves problemas do País se resolvam. (O Estado de S. Paulo, 04 de dez. de 2015, pag. A3).

OESP mobiliza o Argumento social para reforçar a limpeza moral promovida pelo impeachment. Para o periódico a corrupção promovida pelos governos petistas, contaminou a vida política do país, causando indignação nos brasileiros.

O editorial *O 'povo' que apoia Dilma*, publicado no dia 18 de dezembro de 2015, volta a associar os argumentos moral e social. A peça afirma que as manifestações, contra o impeachment, são, na verdade, “organizações fora da lei que servem como massa de manobra do PT”, e que não representam a população brasileira que está cansada com os esquemas de corrupção promovidos pelo partido. Segundo o jornal, o impeachment de Dilma é uma forma de pôr fim à corrupção.

[...] basta ver a mais recente pesquisa do Ibope sobre a aprovação do governo Dilma. Diz a enquete que 70% dos eleitores consideram a administração da petista “ruim” ou “péssima”, enquanto apenas 9% entendem que c “ótima” ou “boa”. Além disso, 82% disseram desaprovam a maneira como Dilma governa, contra 14% que aprovam. Por fim, 78% afirmaram não confiar na presidente, enquanto só 18% confiam. São números que deveriam desautorizar qualquer pretensão dos petistas e de seus sequazes de se julgarem apoiados pelos brasileiros - cuja maioria, a esta altura, está cansada da roubalheira, da incompetência e do colapso moral que marcam a passagem do PT pela Presidência. (O Estado de S. Paulo, 18 de dez. de 2015, pag. A3).

No texto publicado no dia 24 de fevereiro de 2016, nomeado como *O conselheiro da presidente*, O Estado de S. Paulo afirma que a prisão do marqueteiro João Santana, em nova fase da Operação Lava Jato, atinge o núcleo de governo e traz nova evidencia do envolvimento de Dilma com a corrupção. Para o jornal, a prisão de um ator diretamente ligado à presidenta, aumentam as chances de que seu mandato seja cassado.

É claro que esse novo e espetaculoso episódio do processo de saneamento a que a Operação Lava Jato e congêneres estão submetendo a administração pública será como lenha na fogueira do impeachment de Dilma Rousseff, seja por crime de responsabilidade, seja por violação das regras eleitorais. (O Estado de S. Paulo, 24 de fev. de 2016, pag. A3).

Dias depois, no editorial *O homem que sabe demais*, o jornal volta a comentar sobre os investigados da Lava Jato que possuem relação com Dilma. Em delação o senador petista, Delcídio Amaral, ex-líder do governo no Senado, disse que a presidenta tinha conhecimento dos esquemas de corrupção e que tentou interferir na CPI dos bingos, pois

esta revelaria o caixa 2 da campanha da petista em 2010. Segundo o jornal, a delação “É a revelação de um escândalo de proporções inauditas mesmo para os padrões lulopetistas e que justificaria com sobras um processo de impeachment.” (O Estado de S. Paulo, 04 de mar. de 2016, pag. A3). OESP afirma que por conta dos vários escândalos de corrupção revelados nos últimos dias, Dilma não tem mais condições de permanecer na presidência.

Mais do que nunca a Nação tem o direito de exigir dela uma explicação clara e convincente. O problema é que as revelações de Delcídio, pelo pouco que se conhece delas, já deixam claro que a presidente não conseguirá produzir esse tipo de esclarecimento. Sua permanência no cargo já é moralmente insustentável. (O Estado de S. Paulo, 04 de mar. de 2016, pag. A3).

No editorial do dia 08 de março de 2016, intitulado *A vassalagem de Dilma a Lula*, o jornal afirma que Dilma confunde os interesses do país com os seus interesses individuais, e faz uso político-partidário do aparato presidencial. Segundo o jornal “Do ponto de vista legal e moral, o caminho trilhado por Dilma não tem volta.” (O Estado de S. Paulo, 08 de mar. de 2016, pag. A3). Para O Estado de S. Paulo o combate ao fisiologismo criado pelos governos do PT, depende do afastamento de Dilma da presidência. “Trocando em miúdos, com o PT no poder, a economia não será saneada e a política continuará a esbórnia que tem sido. Ou seja, a moralidade não se restaurará” (O Estado de S. Paulo, 05 de abr. de 2016, pag. A3).

Diante de todo prejuízo que a corrupção tem provocado ao país, OESP defende que é preciso que as forças políticas do Congresso agilizem o processo do impeachment, o quanto for possível. “O Brasil não pode permanecer parado enquanto os protagonistas da cena política decidem como lhes convém promover a faxina exigida pela maioria absoluta dos brasileiros.” (O Estado de S. Paulo, 19 de abr. de 2016, pag. A3). O jornal entende o impeachment de Dilma como um passo importante para a purgação da política brasileira. No editorial do dia 25 de abril de 2016, nomeado como *Impeachment não é o epílogo*, o periódico afirma que as revelações da Lava Jato indicam que o processo será um dos capítulos do combate à corrupção.

Nem bem terminou a sessão da Câmara que aprovou o prosseguimento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o País foi informado de que, na Operação Lava Jato, surgiram mais indícios de crimes que teriam sido cometidos pela própria Dilma e por outras figuras de proa da República. Ao que parece, o impeachment, por mais

dramático que seja, será apenas um capítulo, e não o epílogo, da purgação da política nacional. (O Estado de S. Paulo, 25 de abr. de 2016, pag. A3).

O texto comenta a delação de Diogo Ferreira, ex-chefe de gabinete do senador Delcídio Amaral. Ferreira informou aos investigadores que Dilma pretendia interferir no STF para livrar réus da Operação Lava Jato. Outro nome citado foi o do senador Renan Calheiros que segundo a delação, recebeu propina de um dos operadores do esquema. Para OESP o envolvimento de políticos do alto escalão, em esquemas ilícitos, como os citados pelo depoente, mostra o quanto é grave a situação moral da política brasileira. O periódico defende que apesar de não ser a resolução de todos os males, o impeachment de Dilma é o início do enfrentamento à corrupção.

No texto *Decência e competência*, publicado em 28 de abril de 2016, O Estado de S. Paulo recomenda ao presidente interino, Michel Temer, que ao escolher as forças políticas que irão compor sua base no Congresso, não se deixe levar pelo fisiologismo implantado pelo PT. Segundo o jornal, foi por não romper com tal esquema, que Dilma está enfrentando um processo de impeachment.

Dilma está caindo por dois motivos principais: sua incompetência, que contaminou todo o aparelho estatal, e o fato de os brasileiros exigirem o fim da corrupção generalizada, consentida e praticada pelo lulopetismo há quase 14 anos como forma de consolidar seu projeto de poder. Parte considerável desta formidável corrupção se ancorou na distribuição fisiológica do governo e suas agências aos “aliados” da base parlamentar. (O Estado de S. Paulo, 28 de abr. de 2016, pag. A3).

O jornal volta a se referir à temática do saneamento da política nacional, no editorial A remoção necessária, publicado no dia 03 de junho de 2016. Na peça, o periódico afirma que o combate a corrupção deu um passo importante com o afastamento de Dilma, mas que para continuar com a faxina moral, é preciso investigar e afastar o deputado Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos deputados.

A remoção do entulho do atraso e da corrupção que colocam em perigo o futuro do País teve um avanço significativo com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, mas o saneamento da política nacional estará ainda longe de ser alcançado enquanto o nefasto deputado Eduardo Cunha - em má hora guindado à presidência da Câmara - não for expurgado da vida pública. (O Estado de S. Paulo, 03



de jun. de 2016, pag. A3).

Para OESP Dilma Rousseff e Eduardo Cunha são colocados lado a lado, como os principais representantes da corrupção. O jornal os define como “o entulho do passado recente que têm obstruído o processo político”. Por essa razão, ambos precisam ser afastados dos cargos que ocupam.

O definitivo afastamento de ambos da vida pública, mediante a cassação de seus mandatos, terá ainda o efeito simbólico de uma vitória dos brasileiros sobre a corrupção disseminada por ambos, cada uma a seu modo: Dilma na condição de chefe de um governo comprometido com o objetivo duplo de beneficiar com o desvio de recursos públicos um projeto partidário de poder e também enriquecer seus principais líderes e aliados. Eduardo Cunha, no comando da Câmara dos Deputados, responsável pela cooptação de companheiros de mandato para acumular poder e, assim, beneficiar-se de recursos públicos. (O Estado de S. Paulo, 10 de jul. de 2016, pag. A3).

No texto *O entulho começa a ser removido*, O Estado de S. Paulo questiona a honestidade de Dilma. O jornal afirma que apesar de não suspeitas formais de que a petista tenha se envolvido com a corrupção, o periódico afirma não acreditar que Dilma tenha saído ileso de um governo mergulhado em escândalos.

O fundamento do pedido de seu impeachment são crimes de responsabilidade no exercício do mandato presidencial. Mas como acreditar que seja “uma mulher honesta” quem passou mais de seis anos na chefia de um governo que surge como o mais corrupto de que se tem notícia na História do Brasil?. (O Estado de S. Paulo, 10 de jul. de 2016, pag. A3).

No mês de agosto, O Estado de S. Paulo publica dois editoriais que citam o Argumento moral para legitimar a cassação do mandato de Dilma. O primeiro deles, publicado no dia 03, recebeu o título de *O samba do partido doido*. No texto, o jornal critica os argumentos da defesa de Dilma, por se resumirem a meros ataques. Os argumentos apresentados na Comissão Especial do Impeachment no Senado, esqueceram de fazer a defesa da acusada, e concentraram-se apenas nas acusações de que Dilma é vítima de Golpe. Segundo o jornal, a fraqueza dos argumentos da presidenta, não deixa dúvidas de que ela deve ter seu mandato cassado.

Há carradas de razões para que se consuma o impeachment da presidente Dilma Rousseff, desde as arroladas no processo ora em curso no Senado até as que fizeram do quase acabado governo da petista o mais irresponsável e corrupto da história nacional. (O Estado de S. Paulo, 03

de ago. de 2016, pag. A3).

O último texto do OESP que menciona o Argumento moral, foi publicado no dia 09 de agosto de 2016, e recebeu o título de *O impeachment a um passo*. Na peça editorial o jornal argumenta que apesar das questões legais que dão embasamento ao processo de impeachment, Dilma está sendo julgada, principalmente, pelo conjunto da obra.

De resto, a “tecnicidade” jurídica que está condenando Dilma, na verdade, apenas compõe o tenebroso “conjunto da obra” da presidente afastada. O que está sendo julgado agora pelo Senado, como já o foi pela Câmara dos Deputados e pela grande maioria dos brasileiros, é também o catastrófico desempenho de um governo que, além de incompetente, se revela profundamente comprometido com a corrupção endêmica que corrói as entranhas da administração pública. (O Estado de S. Paulo, 09 de ago. de 2016, pag. A3).

Nesse sentido, ao se referir ao conjunto da obra, OESP está falando da corrupção do governo Dilma, que é composto por políticos corruptos e capazes de corromper.

A partir da análise dos editoriais apresentados neste tópico, percebe-se como o Argumento moral é utilizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, para legitimar o impeachment. Para o periódico o processo é uma forma de combater a corrupção implementada no governo Dilma. Outro ponto que chama atenção, é a forma como OESP caracteriza os governos presidências do PT. Para o jornal, nos 13 anos em que o partido ocupou a presidência desenvolveu-se uma relação política baseada no vale tudo. É por conta dessa “roubalheira e colapso moral que marcaram o governo do PT”, que o processo de o impeachment foi instaurado. Percebe-se, portanto, que o processo não julga apenas as ações adotadas enquanto Dilma era presidente, mas sim, todo o conjunto da obra.

Nos editoriais do O Estado de S. Paulo, percebe-se ainda a ideia de que o impeachment representa uma faxina na política brasileira. Para o jornal, boa parte dos políticos brasileiros possuem uma conduta de se apropriar da coisa pública para satisfazer interesses partidários ou individuais. Em diversos textos, OESP atribuiu essa prática à Dilma, afirmando que a petista utilizava a presidência a favor de seu partido, no intuito de perpetuar seu projeto de poder. Nesse sentido, o Argumento moral é mobilizado pelo jornal, para mostrar que o impeachment realizaria um saneamento na política nacional, representando, portanto, um passo importante para o fim da corrupção generalizada.

Esta seção encerra a análise dos argumentos legitimadores no jornal O Estado de S. Paulo. Os próximos tópicos, irão apresentar esta discussão nos editoriais da Folha de S. Paulo.

## **5.2 Análise dos argumentos legitimadores no jornal FSP**

No período de março de 2015 a agosto de 2016, a Folha de S. Paulo publicou 39 editoriais que citaram, pelo menos uma vez, algum dos argumentos para legitimar o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Semelhante ao que foi exposto nas seções anteriores, os próximos tópicos desta pesquisa apresentarão os textos mais significativos para o trabalho, por terem apresentando elementos que contribuíram com a discussão dos argumentos legitimadores na FSP. Para organizar a apresentação, cada um dos argumentos será apresentado individualmente.

### **5.2.1 Análise do Argumento político**

O Argumento político foi o argumento mais utilizado pela Folha de S. Paulo, para legitimar o impeachment de Dilma Rousseff. O argumento apareceu em 21 publicações do jornal.

O primeiro editorial que será discutido nesta seção, foi publicado no dia 04 de março de 2016. No texto *Isolada e à deriva*, a Folha de S. Paulo afirma que a delação do senador Delcídio Amaral, compromete ainda mais a situação política do governo. Em depoimento o senador teria dito que a presidenta Dilma tinha conhecimento do esquema de corrupção instaurado na Petrobrás. Para o periódico, as novas revelações dão embasamento para o pedido de impeachment, e argumenta que “A presidente parece cada vez mais isolada e à deriva, sem condições de retomar o leme.”. (Folha de S. Paulo, 04 de mar. de 2016, pag. A2).

Para a FSP os ritos do processo de impeachment devem ser abreviados, para que o impasse político tenha logo uma solução. No texto do dia 08 de março, intitulado *Prensa, sem atropelo*, o periódico afirma que a prisão de João Santana, ex-marqueteiro das campanhas de Dilma, e a delação do senador petista Delcídio do Amaral, contribuíram

com a organização das forças de oposição a favor do impeachment de Dilma. Por essa razão, a FSP afirma que quanto antes o processo se resolver, mais rápido o país sairá da crise.

Acontecimentos dos últimos dias voltam a acelerar discussões sobre impeachment, que precisam se resolver quanto antes [...] em ritmo frenético, as peças se movem. Desde que não haja atropelos. é melhor assim. Seja qual for o desenlace, o Brasil não pode continuar refém da crise política. (Folha de S. Paulo, 08 de mar. de 2016, pag. A2).

A necessidade de agilizar o processo de impeachment, para a superação da crise política, volta a ser defendida pela Folha de S. Paulo, no texto do dia 11 de março de 2016. O periódico apresenta a fala do Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, que em sessão que definiu os ritos a serem seguidos pelo processo contra Dilma, afirmou que o país deseja que o impeachment se resolva logo. A FSP se aproxima da ideia defendida por Barroso.

Ocorre que, como salientou o ministro Luís Roberto Barroso, a questão é urgente. "Não sou eu, não é o governo, não é a oposição, é o país que tem pressa", afirmou. De fato, quanto antes o processo da presidente Dilma Rousseff (PT) seguir seu curso no Congresso, melhor. Pelo desenlace do impeachment, seja qual for seu resultado, há de passar a solução da crise política que deixa o país prostrado. (Folha de S. Paulo, 11 de mar. de 2016, pag. A2).

No texto *Liquidação no Planalto*, a FSP critica as negociações adotadas por Dilma, para tentar barrar o processo de impeachment. Segundo o jornal, a presidenta tem promovido um "saldão" de ministérios, ao oferecer o Ministério da Saúde como moeda de troca para garantir votos a seu favor. Para o jornal, a atitude do governo demonstra que Dilma se rendeu ao vale tudo político e, por essa razão, não tem condições de continuar a governar o país.

Dilma Rousseff só abre as portas do Palácio do Planalto para transformá-lo em palanque. Despiu-se dos escrúpulos remanescentes para converter a Presidência da República em aríete contra o derradeiro moinho de vento petista, vociferando a palavra de ordem "não vai ter golpe" sob aplausos da claque restante. Sem o menor pudor, Dilma Rousseff rifa o que lhe restou de governo para salvar a própria pele. A única coisa que comanda no presente é a liquidação do Planalto. (Folha de S. Paulo, 01 de abr. de 2016, pag. A2).

No editorial publicado no mesmo dia em que o plenário da Câmara, decidiria sobre a admissibilidade do processo de impeachment, a Folha de S. Paulo afirma que apesar do

processo não encerrar definitivamente a crise política do país, este representa o fim de um governo que há muito tempo já não governa. Para o jornal:

Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso- e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo Dilma Rousseff acabou. Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso. (Folha de S. Paulo, 01 de abr. de 2016, pag. A2).

No trecho acima é possível perceber que a FSP responsabiliza Dilma e o PT, pela crise que o Brasil enfrenta. Os erros cometidos pela presidenta, levou o seu governo ao fim. Outro ponto que merece comentário, é a forma como o periódico afirma que a constatação de que o governo Dilma chegou ao fim, é uma posição da maioria dos brasileiros. Percebe-se, portanto, que nesta passagem o jornal mobiliza os argumentos político e social, para reforçar a legitimidade do impeachment.

No dia seguinte, a Folha de S. Paulo publica o texto *O país tem pressa*, no qual afirma que, após a votação da Câmara, que por expressiva maioria, decidiu pela abertura do processo de impeachment de Dilma, não há mais razões para prolongar a crise política. Para a FSP no período existente entre a abertura do processo e o julgamento final no Senado, o país será governado por uma presidenta que não tem mais condições políticas de ocupar o cargo.

Abre-se agora um período de transição. Enquanto a análise do impeachment segue para o Senado, o país terá a sua frente um governo paralisado —ou consumido pelas patéticas barganhas a que, nestes dias, entregou-se em vão. É do interesse de toda a sociedade que esse período transcorra com a máxima presteza, respeitando-se sempre, por óbvio, o devido processo legal. Não há sentido em prolongar artificialmente a permanência de quem já não tem a menor condição de governar. (Folha de S. Paulo, 18 de abr. de 2016, pag. A2).

Por essa razão, é recomendado que o impeachment tenha seu final alcançado, o mais breve possível. Esta questão volta a ser discutida na peça editorial do dia 20 de abril de 2016, no qual a FSP afirma que não há razões que justifiquem a procrastinação dos ritos. "Mais que insuportável, é imprudente prolongar essa anomalia: o Brasil tem hoje dois presidentes e, de fato, não tem nenhum." (Folha de S. Paulo, 20 de abr. de 2016, pag. A2),

afirma o periódico, se referindo ao rompimento de Michel Temer com o governo, maior favorecido com o afastamento de Dilma.

No editorial *Contagem final*, a Folha de S. Paulo afirma que a provação do relatório favorável ao impeachment, pelo Senado, indica que a liquidação do governo Dilma está próxima. No texto, o jornal critica os argumentos da defesa da presidenta, que afirmam que esta é vítima de golpe. Para a FSP:

Dilma está sendo vítima, antes de tudo, da inabilidade, da incompetência e da obstinação no erro com que conduziu o seu governo. A mesma obstinação, agora inflamada por uma aposta na retórica do golpismo, levou-a a recusar a alternativa da renúncia. (Folha de S. Paulo, 09 de mai. de 2016, pag. A2).

Para a Folha de S. Paulo Dilma o impeachment de Dilma decorre dos erros cometidos por ela enquanto governava o país. No editorial *O fim e o princípio*, o periódico afirma que o processo de impeachment encerrará não só o mandato de Dilma, mas, principalmente, todo um sistema de governo que levou o país à crise.

Configurada a expressiva maioria de senadores favoráveis ao processo de impeachment, o governo Dilma Rousseff (PT) começa, a partir desta quinta-feira (12), a fazer parte do passado. Com a presidente, afasta-se do proscênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso. (Folha de S. Paulo, 12 de mai. de 2016, pag. A2).

Isso significa que para a FSP o impeachment não trata apenas de julgar a conduta de Dilma. Para o periódico, o processo recai sobre um modelo de governo adotado desde 2003, quando o PT assume a presidência. Portanto, o processo em curso no Congresso é, na verdade, um julgamento do sistema político e administrativo criado nos governos petistas.

Não se trata, em todo caso, de um simples julgamento de sua conduta. O modelo que Dilma representou com singular inabilidade provou-se contraditório: regressivo e cínico, enquanto se fazia de progressista e imaculado; imobilista e acomodaticio, enquanto se fazia de reformador e fiel a princípios. O retrato não corresponde apenas a Dilma Rousseff. É também o de Lula, é o do PT, é o de tantos que, desde o mensalão, adiaram seu encontro com a verdade (Folha de S. Paulo, 12 de mai. de 2016, pag. A2).

No editorial publicado no dia 15 de maio de 2016, a Folha de S. Paulo define o impeachment como um processo político com rastros legais. Para o jornal, como é o Congresso o responsável por julgar o conteúdo do processo, a aprovação do impeachment de Dilma depende mais das questões políticas, do que da comprovação de crimes de responsabilidade. Nesse sentido, a FSP defende que Dilma terá seu mandato cassado, primeiro, porque é responsável pela instabilidade política e, segundo, por ter levado o país a enfrentar uma das piores crises econômicas de sua história.

O impeachment é um juízo jurídico-político; foi este último aspecto que prevaleceu. Pelo descalabro econômico, pela profusão de escândalos comandados pelo PT, sobretudo pela perda de toda capacidade governativa, o afastamento de Dilma Rousseff surgia como pré-requisito de uma recuperação urgente. (Folha de S. Paulo, 12 de mai. de 2016, pag. A2).

Percebe-se, portanto, que para a Folha de S. Paulo a recuperação do país depende da cassação do mandato de Dilma.

Na peça editorial publicada no dia 17 de julho de 2016, intitulada *Algo melhor*, o jornal comenta que a confiança na retomada do crescimento econômico, tem crescido com o início do governo Temer. Segundo o jornal, apesar da pesquisa Datafolha indicar que a aprovação do governo ainda é pequena (14 % classificou como ótimo ou bom), percebe-se que a confiança na economia já se dissemina pela população como um todo. Para o jornal, isto se dá, principalmente, por conta da estabilidade política criada pelo governo. O jornal argumenta que:

A origem do governo Temer foi atribulada. Embora sobrassem motivos de interesse público para o impeachment, faltava um delito insofismável; as pedaladas fiscais pareceram a muitos tecnicidade invocada como mero pretexto. A pesquisa divulgada neste domingo pela Folha evidencia que cerca de um terço da população continua a negar legitimidade ao processo que gerou o novo governo. Ainda assim, ele vem exercendo um efeito estabilizador, condição necessária para o país emergir desta crise profunda e multifacetada. (Folha de S. Paulo, 17 de jul. de 2016, pag. A2).

No trecho acima, percebe-se que para a Folha de S. Paulo, o impeachment teve um efeito estabilizador da política nacional. O jornal reconhece que as pedaladas fiscais são elementos questionáveis, e que uma parte da população não reconhece legitimidade no

processo de impeachment de Dilma. Entretanto, para a FSP o efeito estabilizador produzido pelo processo, é fundamental para a superação da crise.

No editorial publicado no dia 25 de agosto de 2016, data em que se inicia a etapa final do julgamento de Dilma, a FSP afirma que o resultado final do impeachment já parece estar definido, e indica o afastamento definitivo da petista. Segundo o jornal, apesar da sessão ter sido marcada por tumulto, os senadores não desobedeceram às normas. A Folha de S. Paulo afirma que o processo de impeachment de Dilma foi marcado por desacordos sobre a gravidade das pedaladas fiscais e decretos suplementares. No entanto, a situação política na qual o país se encontra, será determinante para que seu afastamento seja aprovado.

O aspecto político torna insustentável a permanência de Dilma Rousseff, enquanto que, do ponto de vista jurídico, as argumentações de um lado e de outro permanecem abertas à dúvida e ao debate. A realidade política concreta, todavia, se impõe sobre a retórica e o desespero; é hora de o julgamento, e com ele a crise, chegar a um pacífico desfecho. (Folha de S. Paulo, 25 de ago. de 2016, pag. A2).

Percebe-se, portanto, que a FSP afirma que a realidade política do país é o elemento determinante e que legitima a cassação do mandato de Dilma. Esta questão volta a ser defendida pelo jornal, no texto publicado no dia 30 de agosto de 2016. Na peça, a Folha de S. Paulo argumenta que apesar das fragilidades jurídicas do processo, sobram motivos políticos para o afastamento definitivo de Dilma.

Ainda que haja farta base factual nas tais pedaladas fiscais, esteio principal da acusação, muitos dos que não estão familiarizados com as tecnicidades enxergarão aí a “frágil retórica jurídica” para cassar-lhe o mandato denunciada pela presidente afastada. No entanto, mesmo sendo questionáveis as alegações, não há como negar que os senadores estão plena e constitucionalmente investidos da autoridade para decidir se elas recaem sob a figura do crime de responsabilidade. Por isso se diz que o processo é a um só tempo jurídico e político. (Folha de S. Paulo, 25 de ago. de 2016, pag. A2).

Os editoriais discutidos nesta seção apresentam a forma como a Folha de S. Paulo utilizou do Argumento político para legitimar o impeachment de Dilma Rousseff. Nos textos, percebe-se que para o jornal, esta perdeu a capacidade de governar o país, uma vez que, sua base no Congresso está cada vez menor. Segundo o jornal, a petista está cada dia mais



isolada, sem condições de aprovar, portanto, as medidas necessárias para superar a crise. Outro ponto defendido pelo periódico é que Dilma não conseguia dialogar com os parlamentares, o que levava a política nacional a um estado de instabilidade e incertezas. Nesse sentido, o jornal entende o impeachment como um elemento estabilizador da política brasileira.

A Folha de S. Paulo defende que o impeachment é resultado dos erros administrativos cometidos durante os anos em que o PT esteve à frente da presidência do país. Nesse sentido, o periódico entende o impeachment como um processo que encerrará um sistema político e administrativo adotado pelos governos petistas. Por fim, a FSP defende que a situação de instabilidade e crise política, provocadas pelo governo Dilma, justificam a cassação de seu mandato, ainda que restem dúvidas sobre os elementos jurídicos do processo – as pedaladas fiscais e decretos suplementares.

No próximo tópico discutiremos os editoriais nos quais a Folha de S. Paulo utiliza o Argumento legal para legitimar o impeachment de Dilma.

### **5.2.2 Análise do Argumento legal**

O Argumento legal é a segunda questão mais utilizada pela Folha de S. Paulo, para legitimar o impeachment de Dilma. Este aparece em 19 peças editoriais do jornal.

O primeiro texto selecionado para ser discutido nesta seção, foi publicado no dia 15 de outubro de 2015, e recebeu o título de *A voz do STF*. No editorial a FSP analisa a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de encerrar, por ora, as discussões da oposição do governo, sobre o impeachment, até que se esclareçam todas as dúvidas sobre os ritos que devem ser respeitados no processo contra Dilma. Para o jornal, a interferência da Corte afastará quaisquer questionamentos que possam surgir sobre o processo.

No campo institucional, entretanto, o Supremo Tribunal Federal se mostra disposto a garantir que todos os ritos adotados sejam previsíveis, estritamente de acordo com a lei —o que é ótimo. Sobre eventual decisão de afastar um presidente da República, pelo que já tem de extraordinário e de traumático, não pode pairar a menor sombra de dúvida jurídica. (Folha de S. Paulo, 15 de out. de 2015, pag. A2).

A participação do STF no processo de impeachment – que decidiu, mais tarde, os procedimentos que deveriam ser adotados – é apresentada pelo jornal, como questão que garante legalidade ao processo. No texto *Prudência suprema*, a Folha de S. Paulo afirma que o país espera que sobre o impeachment de Dilma, não perdue dúvidas quanto à sua legalidade. Nesse sentido, a decisão do STF é um passo importante para que as leis sejam respeitadas.

Tratava-se, como assinalou o ministro, de evitar “atos que eventualmente poderão ser invalidados pelo Supremo” e “apresentar respostas céleres aos questionamentos suscitados”, a fim de dar ao caso maior segurança jurídica. Nada mais necessário, e não só porque está em questão uma sanção tão extrema quanto o afastamento da presidente da República. (Folha de S. Paulo, 10 de dez. de 2015, pag. A2).

Essa questão volta a ser discutida, no editorial do dia 20 de dezembro de 2015. Na peça intitulada *Rito organizado*, a FSP afirma que a decisão do STF de estabelecer as regras para o processo de impeachment de Dilma, assegurou transparência e legitimidade às decisões que serão tomadas no campo político.

Foi sobretudo uma vitória da transparência e da institucionalidade o resultado do julgamento sobre o ritual do impeachment no Supremo Tribunal Federal[...] Tratava-se de garantir curso claro e legítimo a um conjunto de eventos que a retórica petista insiste, sem nenhuma razão, em classificar como tentativa de golpe contra o governo Dilma Rousseff (PT). (Folha de S. Paulo, 20 de dez. de 2015, pag. A2).

Percebe-se, portanto, que a participação do STF no processo de impeachment, é utilizada pela FSP, para rebater a tese defendida pelo governo, de que Dilma estaria sendo vítima de um golpe.

O jornal critica a argumentação adotada por Dilma para se defender do processo de impeachment. Segundo a Folha de S. Paulo, ao dizer que o processo significa um golpe à democracia, a presidenta demonstra que não só desconhece as leis do país, como também, evidencia que está disposta a tudo para permanecer no cargo. Para rebater a tese do governo, a FSP apresenta as falas do advogado Carlos Ayres Britto, e dos ministros do STF, Cármen Lúcia e Dias Toffoli, que teriam afirmado que por ser recurso capitulado em lei, o impeachment não pode ser classificado como golpe. Nesse sentido, o periódico afirma que:

É embaraçoso que a presidente do Brasil se permita, por puro apego ao cargo, arranhar a imagem do país no exterior. Ela sabe, ou deveria saber, que seu eventual afastamento pelo Congresso representará somente o fim de um ciclo de poder, e não uma fratura da Constituição. (Folha de S. Paulo, 27 de mar. de 2016, pag. A2).

No editorial do dia 20 de abril de 2016, a FSP volta a criticar os argumentos da defesa de Dilma. Novamente o jornal volta a afirmar que a tese do golpe não tem fundamentos, uma vez que, o processo está previsto nas leis brasileiras, e segue os procedimentos estabelecidos pelo STF.

A presidente se permitiu afirmar a jornalistas estrangeiros que o processo em curso representa uma "fraude jurídica e política". Se tivesse mais apreço pela verdade e pela imagem do país, poderia lançar suspeitas contra muitos deputados e questionar suas motivações, mas jamais difundir a falácia de que as instituições nacionais se acham violentadas. Todo o roteiro seguido até aqui foi acompanhado pelo Supremo Tribunal Federal, e em nenhum momento houve desrespeito à Constituição. (Folha de S. Paulo, 20 de abr. de 2016, pag. A2).

A FSP defende, portanto, que as instituições brasileiras funcionam dentro da normalidade, e vêm cumprindo seu papel no desenrolar do processo de impeachment. No texto publicado no dia 15 de maio de 2016, por exemplo, o periódico afirma que "Todo o processo vem ocorrendo de forma constitucional, sob supervisão de uma suprema corte insuspeita e assegurando-se amplo direito de defesa à presidente afastada." (Folha de S. Paulo, 15 de mai. de 2016, pag. A2).

Na peça do dia 17 de agosto de 2016, o jornal afirma que apesar de Dilma estar sendo julgada oficialmente pelos crimes de responsabilidade, existe um conjunto da obra que também não pode deixar de ser considerado. Para a FSP apesar de existir questionamentos a respeito da gravidade das pedaladas fiscais, não se pode ignorar sua existência.

Os motivos legais do impeachment, debatidos à exaustão, revelaram-se tão questionáveis quanto relativamente pequenos diante do que se conhece de irregularidade e corrupção na política brasileira. Não foram inexistentes, contudo. A manipulação abusiva das finanças nacionais, em período pré-eleitoral, reveste-se de gravidade própria. Terá sido, de todo modo, a ponta visível de um novelo gigantesco de erros, escândalos e imprudências que seria tolo ignorar. (Folha de S. Paulo, 17 de ago. de 2016, pag. A2).

No trecho acima, percebe-se que a FSP defende que as pedaladas fiscais, são a justificativa legal, para um processo que analisa “o conjunto da obra” do governo Dilma, que segundo o periódico, é marcado por erros e corrupção. Nota-se ainda a presença do Argumento moral como um reforço ao Argumento legal, para legitimar o processo de cassação do mandato de Dilma.

Ainda no texto, a FSP volta a defender a tese de que o impeachment não pode ser caracterizado como golpe, pois respeitou-se todos os procedimentos definidos em lei. Segundo o jornal “A democracia mantém-se intocada desde que, em votação amplamente majoritária na Câmara, aceitaram-se os argumentos pela continuidade do impeachment. Golpe não houve;” (Folha de S. Paulo, 17 de ago. de 2016, pag. A2).

Por fim, o último texto a ser discutido, foi publicado no dia 28 de agosto de 2016. Na publicação a Folha de S. Paulo afirma que Dilma está sendo julgada pela violação de normas que especificam o uso dos recursos públicos. Na peça editorial *Pedaladas em questão*, o jornal afirma que após longo debate, não restaram dúvidas de que a petista tenha participado diretamente das manobras contábeis praticadas em seu governo.

Após longo período de debates na Câmara e no Senado, as acusações são mais que conhecidas. Afirma-se que a administração de Dilma, ao praticar as agora notórias pedaladas fiscais em volumes inéditos, tomou empréstimos de bancos públicos -iniciativa proibida pela Constituição e pela lei dos crimes de responsabilidade. (Folha de S. Paulo, 28 de ago. de 2016, pag. A2).

Por essa razão, o periódico afirma que a cassação do mandato de Dilma é a punição legítima para tais infrações.

Os editoriais apresentados neste tópico, discutem o Argumento legal nas publicações da Folha de S. Paulo. Nos textos, percebeu-se que a legalidade do impeachment de Dilma, reside no fato de que o processo seguiu as normas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal. A contribuição do STF, portanto, garantiu transparência à cassação do mandato da petista, argumenta o jornal. Outro ponto defendido pelo periódico, é que o impeachment é o dispositivo legal para punir crimes de responsabilidade fiscal. Nesse sentido, a FSP afirma que ao constatar-se que Dilma praticou, de fato, infração à lei, ao

adotar as pedaladas e decretos suplementares, fica evidente que a perda de mandato é a punição adequada e prevista nas normas brasileiras.

No próximo tópico discutiremos os editoriais da Folha de S. Paulo, que utilizaram o Argumento social para legitimar o processo de impeachment de Dilma.

### **5.2.3 Análise do Argumento social**

O argumento social foi mencionado em 12 textos da Folha de S. Paulo, sendo o terceiro argumento mais utilizado pelo jornal, para legitimar o impeachment de Dilma Rousseff.

O primeiro editorial que iremos discutir, foi publicado no dia 08 de outubro de 2015. No texto intitulado *Acossada*, o periódico aborda a fragilidade do governo de Dilma. Para a FSP as derrotas sofridas pela petista – rejeição das contas de 2014 pelo TCU e abertura de ação no TSE, para analisar possíveis irregularidades na eleição de 2014 – evidenciam que a pauta do impeachment, até então proclamada nas ruas, começam a ganhar um contorno institucional. “Após a onda de manifestações que, desde o começo do ano, reivindica o afastamento de Dilma, canaliza-se agora nos tribunais, portanto, a pressão sobre a continuidade de seu mandato.” (Folha de S. Paulo, 08 de out. 2015, pag. A2). Percebe-se, portanto, que para o jornal, o impeachment representa uma reivindicação dos brasileiros.

Segundo a FSP, as manifestações terão papel decisivo para o desenrolar do processo de impeachment. No texto do dia 15 de dezembro de 2015, o jornal reitera a fala de deputados e senadores, para afirmar que os protestos de ruas irão exercer pressão nos parlamentares, para que estes votem a favor do processo. Nesse sentido, “[...] a chamada voz das ruas terá papel importante na formação da maioria necessária (ao menos 342 votos) para o processo de afastamento chegar ao Senado.” (Folha de S. Paulo, 15 de dez. 2015, pag. A2).

No texto *A comissão e as ruas*, a Folha de S. Paulo argumenta que apesar das justificativas legais, que dão embasamento ao processo de impeachment, é a vontade da maioria dos brasileiros, que deve contar, de fato, para a cassação do mandato de Dilma. No texto, o

periódico argumenta que a população está indignada com a situação econômica do país, e com os escândalos de corrupção envolvendo políticos do governo. Dessa forma, foram essas questões que levaram os brasileiros a apoiarem o impeachment.

O pedido de impeachment, contudo, fundamentava-se sobretudo nas irregularidades cometidas pela presidente na gestão do orçamento público, as chamadas pedaladas fiscais -tema que parece hoje chamar menos a atenção da expressiva maioria de brasileiros que defende o afastamento de Dilma. Agora, o conjunto da obra, por assim dizer, oferece gama de motivos muito maior, e bem mais palpável, para a indignação popular. (Folha de S. Paulo, 20 de mar. de 2016, pag. A2).

Para a FSP o apoio popular ao impeachment de Dilma, é um dos elementos que conferem legitimidade ao processo. Essa questão é defendida na peça *O país tem pressa*, publicada no dia 18 de abril de 2016. No texto, o periódico mobiliza os argumentos legal e social, para legitimar o processo de cassação do mandato de Dilma. Segundo a Folha de S. Paulo, o impeachment segue todos os ritos processuais definidos na Constituição, e representa a vontade da população brasileira. Por essa razão, não sobram motivos para contestar sua legitimidade.

Seja como for, nem pela via jurídica, nem pelas ruas cabe contestar o resultado, legítimo do ponto de vista constitucional e político. Reflete a vontade da maioria da população, e deriva de uma ação conduzida conforme regras sancionadas pelo Supremo Tribunal Federal. (Folha de S. Paulo, 18 de abr. de 2016, pag. A2).

Dias depois, o jornal volta a utilizar o Argumento social e o Argumento legal, para legitimar o processo de impeachment. No texto do dia 20 de abril de 2016, a FSP afirma que não há razões para procrastinar a cassação do mandato de Dilma, uma vez que, o processo segue respeitando a lei, e é defendido pela maioria da população. O periódico defende que não se admite procrastinação, “que só importa ao PT, à presidente e aos seus aliados. Ao país interessa que o impasse se resolva tão logo quanto possível, respeitado o devido processo legal.” (Folha de S. Paulo, 20 de abr. 2016, pag. A2).

A Folha de S. Paulo afirma que ainda que fique comprovado que Dilma não agiu de má fé, a petista deve ser afastada, pois isto é o que deseja a maioria dos brasileiros. Portanto, percebe-se que para o jornal, é em respeito à vontade dos brasileiros, que o impeachment de Dilma deve ser aprovado.

Ressalte-se que o afastamento legal de um presidente da República comporta duas dimensões, a jurídica e a política. Conceda-se a Dilma Rousseff, em benefício da dúvida, que tenha agido de boa-fé quando praticou fraude orçamentária: ainda assim, seu calamitoso governo foi repudiado por dois terços da população e deposto em processo que seguiu os devidos trâmites constitucionais. (Folha de S. Paulo, 18 de abr. de 2016, pag. A2).

Os editoriais discutidos nesta seção, trataram sobre a forma como o jornal Folha de S. Paulo legitima o impeachment, a partir da questão social. O periódico mobiliza o Argumento social, para reforçar a ideia de que a cassação do mandato de Dilma, é uma pauta popular defendida pela maioria da população brasileira. É esse componente social, portanto, que legitima o afastamento da petista.

No próximo tópico, discutiremos os editoriais da Folha de S. Paulo que mobilizaram o Argumento econômico para legitimar o impeachment de Dilma.

#### **5.2.4 Análise do Argumento econômico**

O argumento em questão aparece em 10 editoriais do jornal Folha de S. Paulo, sendo o quarto argumento mais utilizado pelo periódico, para legitimar a cassação do mandato de Dilma.

O primeiro texto que será discutido nesta seção, foi publicado no dia 06 de dezembro de 2015. Na peça a FSP afirma que as medidas do governo que impõe um novo limite de gastos, não terá efeito significativo para melhorar a situação econômica do país. Segundo o jornal, o governo Dilma não tem condições de propor, e ver aprovadas pelo Congresso, medidas mais duras que geram impacto positivo na economia.

Ou seja, tanto no que diz respeito às contas do governo quanto no que tange à atividade econômica, não havia confiança na capacidade do Planalto de reverter a crise e alcançar um mínimo consenso para aprovar mudanças de monta. (Folha de S. Paulo, 06 de dez. de 2015, pag. A2).

Na peça editorial publicada no dia 22 de dezembro de 2015, a FSP critica a decisão do Congresso Nacional de aprovar recesso, enquanto se discute a pauta do impeachment de Dilma Rousseff. Para o jornal, é de interesse de todo o país que este impasse se resolva o

mais rápido possível, pois dele depende a solução para a crise econômica.

A incerteza quanto ao encaminhamento da crise econômica e política em que o país vem mergulhado, assim, se prolongará por longas e desnecessárias seis semanas. Os parlamentares agem como se não estivesse em pauta nenhum “caso de urgência ou interesse público relevante”, premissas previstas na Constituição para convocar de forma extraordinária o Congresso. (Folha de S. Paulo, 06 de dez. de 2015, pag. A2).

Para a Folha de S. Paulo, apesar do Brasil ainda viver uma de suas piores recessões, percebe-se uma melhora nessa condição. Segundo o jornal, o aumento dos preços dos ativos brasileiros, a valorização do real e a queda dos juros de longo prazo, indicam que a economia brasileira dá sinais de recuperação. A FSP afirma que a explicação dessa melhora, se dá pelo fato de que o avanço das discussões sobre o impeachment de Dilma, cada vez mais provável que aconteça, deu ânimo ao setor empresarial, que acredita que será possível adotar uma agenda de reformas. Portanto, o afastamento de Dilma abre caminho, para as medidas necessárias de superação da crise econômica brasileira, afirma a FSP.

A degradação das condições econômicas, combinada com as recentes revelações da Lava Jato, eleva a insatisfação popular com o governo Dilma Rousseff (PT); as chances de a presidente sofrer impeachment também aumentam nesse cenário. Certa ou errada, predomina a visão de que eventual mudança no Planalto destravaria decisões e abriria caminho para uma agenda mínima de reformas. Daí por que a percepção de um desenlace da crise política impulsiona as cotações. (Folha de S. Paulo, 15 de mar. de 2016, pag. A2).

Para a FSP os ritos processuais do impeachment de Dilma, se estenderam além da conta. No texto *Presidência anômala*, o periódico afirma que não dá mais para adiar uma questão, que é crucial para a retomada do crescimento econômico.

Cada dia que passa é um dia a mais de atraso na adoção de medidas imprescindíveis para começar a sair do abismo econômico em que o calamitoso governo Dilma nos projetou. E um dia a mais para o debate público envenenar-se com impropérios e farisaísmo. (Folha de S. Paulo, 20 de abr. de 2016, pag. A2).

Nesse sentido, o periódico defende que os parlamentares decidam logo pelo afastamento definitivo de Dilma.



O jornal argumenta que a situação econômica do país é o fator decisivo para a cassação do mandato de Dilma. Segundo a Folha de S. Paulo, foram os erros administrativos cometidos pelo governo, que levou o país à recessão e crise econômica. Nesse sentido, o periódico afirma que “Cercado de questionamentos técnicos, e sem incidir sobre a honorabilidade pessoal de Rousseff, o embasamento do impeachment contou menos do que a situação econômica e política do país” (Folha de S. Paulo, 12 de mai. de 2016, pag. A2). Percebe-se, portanto, que apesar de reconhecer que o fundamento legal do impeachment é passível de questionamento, a FSP afirma que o processo deve ser aprovado, por conta da condição econômica do país.

A melhora nos indicadores econômicos, volta a ser comentada pela Folha de S. Paulo, no editorial do dia 16 de agosto de 2016. No texto, o periódico afirma que os piores momentos da crise, já passou, e que o setor industrial vê com bons olhos os sinais de recuperação.

A recessão iniciada em abril de 2014 parece já ter deixado para trás seu pior momento. O avanço do impeachment de Dilma Rousseff (PT) coincidiu com a melhora dos índices de confiança de empresários e consumidores, e os primeiros sinais de recuperação surgem no setor industrial. (Folha de S. Paulo, 20 de abr. de 2016, pag. A2).

A partir das questões expostas neste tópico, percebe-se que os editoriais da Folha de S. Paulo, entendem o impeachment de Dilma Rousseff como um elemento necessário para a retomada do crescimento econômico. Nos textos, o jornal argumenta que o governo Dilma promoveu a degradação do ambiente econômico, e levou o país a um período de forte recessão. Por essa razão, a FSP defende que o afastamento da petista, abre caminho para que possam ser adotadas as medidas necessárias para reverter a crise.

Outro ponto defendido pelo jornal é que a situação econômica do país, justifica a aprovação do impeachment. Para a FSP, a política econômica do governo Dilma deixou o país em uma situação delicada. Por essa razão, ainda que se possa questionar as justificativas legais do processo de impeachment, Dilma deve ter seu mandato cassado, pois é a responsável pela crise. Nesse sentido, a Folha de S. Paulo afirma que a crise econômica é o elemento que justifica a cassação do mandato de Dilma.

No próximo tópico, discutiremos os editoriais da Folha de S. Paulo, nos quais o Argumento moral é utilizado para legitimar o processo.

### 5.2.5 Análise do Argumento moral

O argumento em questão, aparece em 4 peças editoriais da Folha de S. Paulo, sendo o argumento menos utilizado pelo jornal, para legitimar o impeachment de Dilma.

O primeiro a ser analisado neste tópico, foi publicado no dia 17 de março de 2016. No editorial intitulado *É o fim*, a Folha de S. Paulo afirma que ao nomear Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, Dilma deu novos motivos para que seu impeachment seja aprovado. Para o jornal, a nomeação tratou-se uma tentativa de blindar Lula da prisão em primeira instância, oferecendo-lhe um cargo com foro privilegiado. Segundo o jornal, a manobra dos líderes petista representa um artifício para manter a corrupção impune. Por essa razão, Dilma deve ter seu mandato cassado, afirma a FSP.

Imprudência, portanto: às voltas com iminente pedido de impeachment, a presidente dá novos e escandalosos fundamentos a uma possível ação contra seu mandato. Provocação, acima de tudo. Dias depois de um protesto com dimensões jamais registradas na história do país, Dilma e Lula se associam para acender, de forma provavelmente irreversível, uma indignação popular ainda mais intensa. (Folha de S. Paulo, 17 de mar. de 2016, pag. A2).

Em *A comissão e as ruas*, publicado no dia 20 de março de 2016, a Folha de S. Paulo afirma que, após várias tentativas de procrastinação, por parte da ala governista, finalmente a Comissão Especial do Impeachment na Câmara, votará o relatório sobre o impedimento de Dilma. O periódico argumenta que por conta dos últimos escândalos e pelo conjunto da obra, tudo indica que a petista terá seu mandato finalizado.

Agora, o conjunto da obra, por assim dizer, oferece gama de motivos muito maior, e bem mais palpável, para a indignação popular. Da nomeação do ex-presidente Lula para o Ministério da Casa Civil, não sem razão vista como subterfúgio para evitar que ele caísse nas malhas da primeira instância judicial, até os recentes episódios da delação premiada do ex-líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (MS) o que se vê é a derrocada moral e política de todo o sistema petista. (Folha de S. Paulo, 20 de mar. de 2016, pag. A2).

Nesse sentido, percebe-se para a FSP a aprovação do impeachment de Dilma se dá pelo sistema de governo, adotado pela petista, marcado por escândalos e casos de corrupção. A temática da corrupção volta a ser discutida pelo jornal, no editorial de 17 de abril de

2016. No dia em que a Câmara dos deputados decidia sobre a admissibilidade do processo, a FSP afirma que o governo Dilma tinha chegado ao fim, por conta de sua incompetência política e econômica, mas, principalmente, pelo “o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder.” (Folha de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A2). Por essa razão, o periódico defende a aprovação do impeachment de Dilma.

Sem dúvida uma vitória do impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições. (Folha de S. Paulo, 17 de abr. de 2016, pag. A2).

A partir dos elementos expostos nesta seção, percebe-se que para a Folha de S. Paulo o afastamento definitivo de Dilma da presidência representava o fim de um sistema político baseado na corrupção. Para o jornal, o impeachment é entendido, portanto, como uma punição à corrupção desenvolvida durante o governo de Dilma.

No capítulo seguinte, serão discutidos os principais achados da pesquisa.

## 6. Discussão sobre os achados da pesquisa

A discussão dos editoriais apresentada no capítulo anterior revela uma cobertura jornalística interessada em legitimar o impeachment de Dilma Rousseff. Tanto a Folha de S. Paulo quanto O Estado de S. Paulo publicaram editoriais que reforçaram a legitimidade do processo, e que, abordaram o impeachment como temática central.

Os gráficos apresentados anteriormente sugerem que, dentre os editoriais analisados, o número de textos que tinham o impeachment de Dilma como tema central ou secundário, ou seja, que apresentaram alguma discussão pertinente sobre o processo, foi de 76% no OESP e 69% na FSP. Nesse sentido, percebe-se que os jornais deram destaque ao impeachment, uma vez que, abordaram o processo como temática principal. Quando é considerada a classificação do impeachment ao longo do tempo, percebe-se que a relevância que os jornais atribuem ao processo não se altera, pois, desde março de 2015 até agosto de 2016, este é tratado como assunto principal em suas publicações.

Uma das questões que podem explicar a relevância que os jornais atribuíram ao impeachment de Dilma, é o seu frequente interesse por questões políticas, que movimentam o debate institucional. Em trabalho publicado recentemente, Marques et al. (2019) mostra que os assuntos sobre Política e Estado são os que mais aparecem nas seções editoriais da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo. Nesse sentido, como o processo de impeachment de Dilma foi uma das principais pautas discutidas pelo Congresso nacional, nos anos de 2015 e 2016, é compreensível que este apareça como assunto principal na seção editorial dos periódicos.

A análise dos editoriais revelou uma cobertura jornalística interessada em legitimar a cassação do mandato de Dilma. Essa questão pode ser percebida, a partir da quantidade de textos que mencionaram alguns dos argumentos legitimadores. No jornal O Estado de S. Paulo, das 174 publicações que têm o impeachment como temática central ou secundária, os argumentos legitimadores aparecem em 124 textos (71%). Na Folha de S. Paulo, dos 74 editoriais nos quais o processo é assunto central ou secundário, 39 (52%) mobilizaram argumentos legitimadores.

Embora de modo geral, os dois periódicos tenham mobilizado argumentos para legitimar o impeachment de Dilma, percebe-se que no OESP, a porcentagem de textos que apresentaram os argumentos é bem maior do que na FSP. Essa questão está relacionada à linha editorial de cada um dos jornais, e ao tipo de jornalismo praticado por estes. Linha editorial é entendida como o posicionamento político do jornal, que interfere na seleção da informação que será noticiada e, principalmente, na forma como o jornal noticia essa informação (MARQUES DE MELO, 2003; NEVEU, 2006; PAIXÃO, 2018).

O Estado de S. Paulo é conhecido pela forma incisiva de se posicionar nos editoriais (AZEVEDO, 2018). O jornal defende suas opiniões nas peças e se coloca como uma referência para as decisões de seus leitores (CAPELATO; PRADO, 1980). A Folha de S. Paulo, por outro lado, apresenta-se como praticante de um jornalismo objetivo e imparcial (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008; PAIXÃO, 2018). Nesse sentido, como OESP procura influenciar o debate e as decisões do público de forma mais aberta, é esperado que os editoriais mobilizem com maior frequência os argumentos legitimadores, para reforçar as posições defendidas pelo periódico.

No caso da FSP, a ausência de argumentos legitimadores, em 48% dos textos, mostra que o periódico adotou um tom informativo em determinadas publicações. Deve-se considerar que os editoriais são o espaço no qual o periódico apresenta-se ao público, ou seja, é o texto no qual este constrói sua imagem perante a audiência (EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008; PESSOA, 2016; FIRMSTONE, 2019; MARQUES et al., 2019). Nesse sentido, a escolha por não se posicionar pode ser entendida como uma estratégia da FSP para reforçar a imagem de que adota um jornalismo desinteressado.

As noções de objetividade e neutralidade são utilizadas pelo Jornalismo como forma de defender a autoridade das instituições de comunicação (VIZEU, 2003; TRAQUINA, 2005; PAIXÃO, 2018). Ao se apresentar como independentes dos demais grupos da sociedade, principalmente dos grupos políticos, os jornais defendem a ideia de que estão autorizados a noticiar os fatos. Essa é, portanto, uma estratégia utilizada para defender a legitimidade da prática jornalística (TRAQUINA, 2005).

Apesar da cobertura editorial da Folha de S. Paulo, sobre o impeachment, apresentar, em alguma medida, um teor mais informativo sobre o processo, é importante ressaltar que o

periódico também mobilizou argumentos para legitimar a cassação do mandato de Dilma. Isso significa, portanto, que assim como fez O Estado de S. Paulo, a FSP também utilizou os editoriais para se manifestar sobre o processo de impeachment.

A respeito dos editoriais vale lembrar que, uma das suas características é identificar problemas e questões pertinente, bem como, oferecer ao público as avaliações e soluções para essas determinadas questões (MELO, 1985; GRADIM, 2000). A cobertura editorial da FSP e do OESP sobre o impeachment, aproximou-se dessa questão. Ambos os jornais fizeram uma avaliação da conjuntura brasileira, para afirmar que o Brasil enfrentava um período de crise, e propuseram o impeachment como solução.

Ao longo da codificação dos editoriais percebe-se que tanto a FSP quanto OESP defendiam a aprovação do impeachment de Dilma como solução para a crise econômica, política e moral que o país enfrentava. Para reforçar suas ideias, ambos os periódicos mobilizaram argumentos que legitimavam o processo. A categoria *Impeachment Já* foi elaborada, portanto, para organizar os argumentos legitimadores utilizados pelos jornais.

A avaliação da conjuntura e as sugestões elaboradas para resolver os problemas identificados, revela uma atitude propositiva de ambos os periódicos. A agenda editorial da FSP e do OESP apresentaram o impeachment como a solução para a crise brasileira. É preciso lembrar que as avaliações e sugestões apresentadas nos editoriais são uma forma dos periódicos pressionarem os atores políticos, sobre as questões que julgavam importantes (EILDERS, 1997).

Nesse sentido, quando a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo apresentam o impeachment como solução para os problemas que o Brasil enfrentava, estes estão se dirigindo não só aos seus leitores, mas, principalmente, aos agentes políticos responsáveis por julgar o processo. O tratamento dado ao impeachment na seção editorial dos periódicos é, portanto, uma maneira encontrada pelos jornais de tentar influenciar a agenda e as decisões do sistema político (EILDERS, 1997).

Ainda sobre esta questão, Eilders (1997) argumenta que o impacto da agenda editorial no sistema político depende do grau e do foco dado à determinada questão. Isso significa que

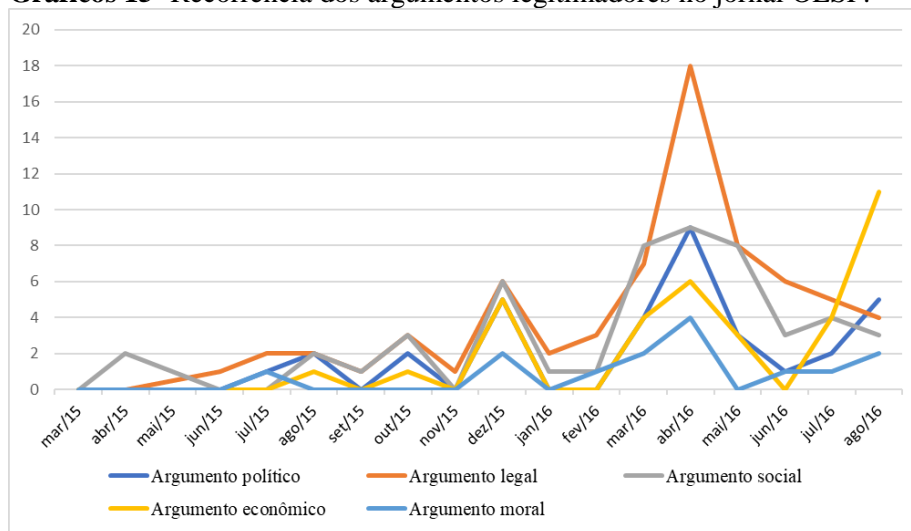
as chances de influenciar as decisões dos atores políticos aumentam à medida que os jornais apresentam uma mesma avaliação para as questões abordadas.

A opinião da mídia torna-se mais visível à medida que a mídia fala a “uma só voz” e, portanto, apresenta um fator unificado na comunicação política. Esperamos um maior grau de ressonância no sistema político, quanto mais os diferentes meios de comunicação focam nas mesmas questões e expressam opiniões semelhantes. (EILDERS, 1997, pag. 20 tradução própria).

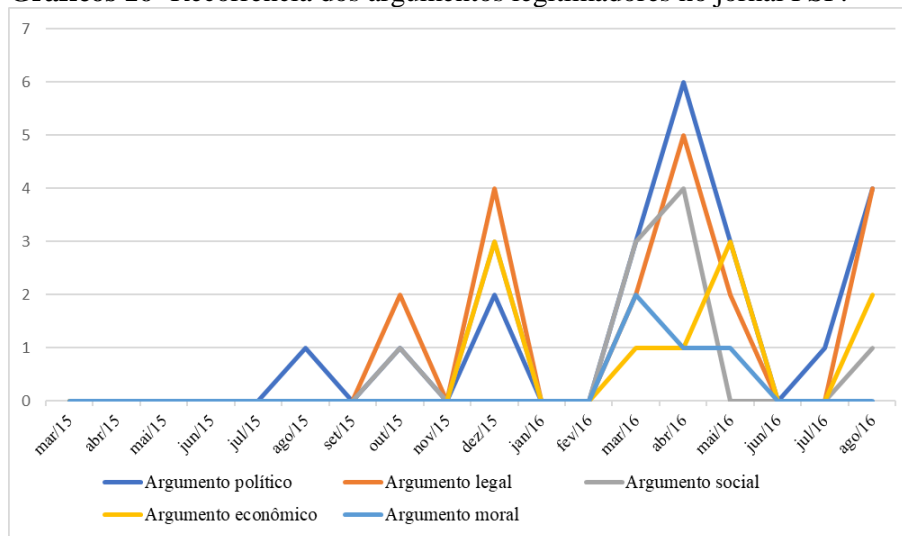
Nesse sentido, pode-se considerar que a respeito do impeachment de Dilma, a FSP e OESP exerceram uma pressão significativa no sistema político brasileiro, uma vez que, apresentaram avaliações semelhantes sobre o processo. Outro elemento que intensifica o poder de pressão dos periódicos, é a constância com que as questões são abordadas nos editoriais. Isso significa que as avaliações apresentadas na agenda editorial precisam manter-se contínuas (EILDERS, 1997).

A esse respeito, podemos analisar a incidência dos argumentos legitimadores ao longo do tempo estudado. Os gráficos a seguir apresentam a recorrência dos argumentos na FSP e no OESP durante o período estudado.

**Gráficos 15-** Recorrência dos argumentos legitimadores no jornal OESP.



Fonte: Elaboração própria.

**Gráficos 16-** Recorrência dos argumentos legitimadores no jornal FSP.

Fonte: Elaboração própria.

A leitura dos gráficos acima indica que os jornais mantêm uma regularidade na mobilização dos argumentos legitimadores. Apesar da FSP apresentar oscilações em sua cobertura editorial, percebe-se que, a partir de novembro de 2015, o jornal passa a utilizar, com maior frequência, os argumentos para legitimar o impeachment de Dilma. Os argumentos legitimadores aparecem com maior constância nos editoriais do OESP.

Considerando-se que, a relevância que os jornais atribuíram ao impeachment manteve-se constante, haja vista que, o processo foi abordado como assunto principal nos editoriais, e que os argumentos legitimadores foram mobilizados regularmente, pode-se concluir que a cobertura editorial da FSP e do OESP se manteve estável, o que aumenta as chances dos periódicos de influenciar as decisões dos atores políticos.

Para determinar o grau de influência que a agenda editorial dos jornais teve sobre a discussão política do impeachment de Dilma, é preciso analisar as decisões elaboradas pelos atores políticos brasileiros. Isso significa analisar de forma comparada a agenda editorial e a agenda política do processo (EILDERS, 1997). Entretanto, a análise elaborada por esta pesquisa indica que a FSP e OESP produziram, sobre a cassação do mandato de Dilma, uma agenda editorial constante, o que aumentam suas chances de pressionar o sistema político brasileiro.



Como vimos no capítulo anterior, o argumento legitimador mais utilizado variou entre os jornais. O Estado de S. Paulo mobilizou com maior frequência o *Argumento legal* para legitimar o impeachment, já na Folha de S. Paulo o *Argumento político* foi o mais citado. Os editoriais são os textos nos quais se apresentam a posição política/coletiva da instituição de comunicação (EILDERS, 1997; EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008; FIRMSTONE, 2019). É esperado, portanto, que os jornais discutam sobre as questões que julgam mais relevantes em suas peças (EILDERS, 1997). Nesse caso, percebe-se que os periódicos priorizaram aspectos diferentes do processo de impeachment.

Apesar do *Argumento legal* ocupar posições diferentes na cobertura editorial dos periódicos – no OESP aparece em primeiro lugar, enquanto que na FSP está em segundo – este foi um dos principais elementos utilizados pela FSP e por OESP para apresentar suas posições sobre o impeachment de Dilma. A defesa da legitimidade do impeachment, a partir de seu componente legal, passa pela afirmação de que Dilma cometeu crime capitulado em lei. Nos textos analisados, ambos os jornais fizeram referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, para afirmar que Dilma estava sendo julgada pelas infrações cometidas em seu governo.

Outra questão que está por trás do *Argumento legal*, é a participação que o Supremo Tribunal Federal (STF) teve no impeachment de Dilma. Os jornais argumentam que não era possível questionar a legalidade do processo, uma vez que, este seguia os ritos estabelecidos pela Suprema Corte. Dessa forma, a atuação do STF é apresentada pelos jornais, como comprovação de que o afastamento de Dilma estava de acordo com as leis brasileiras.

O fato dos periódicos terem defendido a legitimidade do impeachment, principalmente, a partir de seu componente legal, indica que estes discordavam da tese que apresentava o processo como golpe. Não só a ala governista, mas também atores diversos da sociedade levantaram a tese de que o impeachment de Dilma era golpe<sup>56</sup>. Essa questão foi bastante difundida, e até mesmo juristas de renome no país dedicaram um tempo para discutir o

---

<sup>56</sup> Ver: < <https://cartacampinas.com.br/2016/07/populacao-que-aprova-o-impeachment-de-dilma-caiu-de-61-para-48-diz-pesquisa/>>. Acessado em 02 de setembro de 2020.  
<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36779469>>. Acessado em 02 de setembro de 2020.

assunto<sup>57</sup>. Nesse sentido, percebe-se que para a FSP e para OESP demonstrar a legalidade da cassação do mandato de Dilma foi um dos aspectos principais em sua agenda editorial.

Ainda sobre o *Argumento legal*, chama atenção o fato de que o STF aparece como um dos principais atores citados nos editoriais dos periódicos. O jornalismo brasileiro tende a concentrar-se, principalmente, na cobertura dos poderes Executivo e Legislativo, e em menor medida, no Judiciário (BIROLI, 2012). Isso significa que os jornais dão preferência a cobrir as relações estabelecidas entre o Executivo e Legislativo, bem como, nos atores políticos que compõem seus quadros (PESSOA, 2016).

A preferência das instituições de comunicação pelo Executivo e Legislativo reflete a configuração do arranjo institucional brasileiro (BIROLI, 2012). A partir da Constituição de 1988, instituiu-se no país um arranjo político-institucional, no qual as relações entre os dois poderes, definidas a partir das grandes coalizões, são o centro das disputas políticas no Brasil (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; MELO, 2007; AVRITZER, 2016). Isso significa que os jornais brasileiros fazem uma cobertura jornalística, que se adapta ao arranjo político do país (BIROLI, 2012).

A respeito do impeachment, a análise dos editoriais da FSP e do OESP mostrou que, na verdade, o Poder Judiciário é quem aparece no centro das discussões. Ao utilizar a participação do STF, como elemento que assegurou a legalidade do impedimento de Dilma, os jornais apresentaram uma reconfiguração na cobertura editorial. Vale ressaltar que os atores políticos, de um modo geral, foram pouco citados— no OESP apareceram apenas em seis textos, e na FSP não foram utilizados. Isso significa que, a cobertura editorial sobre o impeachment, não teve o Executivo e Legislativo como foco, mas sim, o Judiciário representado pela figura do STF.

A respeito do *Argumento político*, a análise dos editoriais indicou que este foi o argumento mais utilizado pela FSP para legitimar o impeachment de Dilma Rousseff, enquanto que, no OESP, aparece em quarto lugar. Sobre o *Argumento político*, os periódicos construíram uma argumentação de que o governo Dilma havia se encerrado.

---

<sup>57</sup> Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/presidente-dilma-nao-cometeu-qualquer-crime-que-justifique-o-impeachment-afirmam-juristas>>. Acessado em 02 de setembro de 2020.

No início da cobertura, é possível perceber que os jornais manifestam preocupação com a capacidade do governo de negociar com o Congresso, a aprovação de medidas econômicas de redução de gastos. Segundo os jornais, Dilma não tinha mais condições políticas para continuar na presidência.

À medida que o processo de impeachment se torna pauta no Congresso, os jornais reforçam sua posição de que o governo está fragilizado, pois não possui mais base de apoio. Segundo a FSP e OESP o modo como Dilma conduziu seus mandatos, de forma autoritária e com pouco diálogo, levou os políticos a se afastarem da presidenta. Por essa razão, o país encontra-se dividido, e a permanência de Dilma compromete a recomposição das forças políticas. Percebe-se, portanto, que o impeachment é apresentado pelos jornais, como meio para alcançar determinado fim, que no caso, corresponde à estabilidade política.

A questão central por trás do *Argumento político* é a estabilização da política nacional. Ambos os jornais apresentam uma ideia de que, de modo geral, os governos do PT aprimoraram um estilo de governo, que exige muita negociação e troca de favores. No segundo mandato de Dilma, por exemplo, a crise econômica e os escândalos de corrupção fizeram com que os interesses do governo e dos parlamentares entrassem em conflito. Nesse sentido, OESP e a FSP argumentam que as grandes coalizões não são mais capazes de produzir bons resultados.

A perda da governabilidade gerou um caos político, que Dilma não consegue mediar. O impeachment é entendido, portanto, como o fim de um governo que, segundo os jornais, não governava fazia tempo. A crise econômica também aparece na argumentação da FSP e do OESP. Os periódicos entendem que para que as medidas de recuperação econômica sejam aprovadas, é preciso ter um cenário político estável, capaz de dialogar sobre essas questões. É por essa razão – pelo seu componente estabilizador da política – que a aprovação do impeachment de Dilma é legitimada pelos jornais.

Essa discussão ilustra bem a forma como a FSP e OESP construíram sua argumentação sobre o impeachment. A análise dos editoriais mostrou que os periódicos, na maioria das vezes, mobilizaram mais de um argumento para legitimar o processo. Ao apresentar a estabilidade política como condição para recuperação da economia, nota-se, por exemplo,

um paralelo entre os argumentos político e econômico. O entendimento mais complexo do impeachment, é uma característica que marcou a cobertura editorial. Embora os jornais tenham priorizado determinadas questões – OESP focou no aspecto legal, enquanto a FSP priorizou o político – estes não se limitaram a explorar apenas um aspecto do processo.

A respeito do *Argumento econômico*, os jornais apresentaram um descontentamento com a política econômica adotada por Dilma. Em diversas passagens, os periódicos afirmam que a economia brasileira foi comprometida, principalmente, por conta do aumento dos gastos públicos e dos erros administrativos cometidos pelo governo. Dessa forma, OESP e a FSP argumentam que o impeachment de Dilma representaria o fim de uma administração irresponsável, que levou o país à crise econômica.

As discussões sobre a importância do apoio popular para a aprovação do impeachment de Dilma, é uma das questões defendidas em ambos os jornais. A FSP e OESP mobilizam o *Argumento social* em seus editoriais, para afirmar que a viabilização do afastamento de Dilma, depende, principalmente, do apoio da maioria dos brasileiros. As manifestações de rua a favor do impeachment, por exemplo, são retratadas nos editoriais, como a representação da vontade do povo. Nesse sentido, os periódicos defendem que é a reivindicação da maioria dos brasileiros que dá legitimidade à cassação do mandato de Dilma.

Ainda sobre o *Argumento social* percebe-se que os jornais apresentam o impeachment como materialização da representação política. Nos editoriais que tratam sobre as votações da Câmara e do Senado, os jornais argumentam que o voto dos parlamentares, a favor do processo, indica que estes estão alinhados aos interesses do povo brasileiro. A FSP e OESP afirmam que as decisões dos representantes foram tomadas, a partir das reivindicações dos representados, e é nesse aspecto que reside a legitimidade do impeachment. Percebe-se, portanto, que em certa medida, os jornais reforçam fundamentos do regime democrático. Isso significa que, ambos os periódicos, utilizaram a representação política para defender que a aprovação do impeachment estaria de acordo com as reivindicações da maioria dos brasileiros.

Durante as etapas iniciais da pesquisa, algumas discussões indicavam que o combate a corrupção teria sido utilizado como retórica para defender o impeachment (AVRITZER,

2016; AMORIM NETO, 2016; REIS, 2017; SOARES; RECUERO, 2018; PRANDI; CARNEIRO, 2018). Segundo Soares e Recuero (2018) a corrupção aparece entre os principais conceitos utilizados pelos parlamentares, que votaram a favor da abertura do processo. Embora o combate a corrupção esteja atrelado à discussão sobre o impeachment de Dilma, percebe-se que, a FSP e OESP não deram destaque a esta questão.

*O Argumento moral* é o que menos aparece nos editoriais de ambos os periódicos. No OESP o argumento foi citado em 14 textos, já na FSP aparece apenas em 4 publicações. Nota-se, portanto, que o combate à corrupção foi o elemento que menos se destacou na cobertura editorial do impeachment. Nos textos em que o *Argumento moral* aparece, este é utilizado para defender a ideia de que a cassação do mandato de Dilma, colocaria fim a um sistema corrupto que se instalou na presidência durante os governos do PT.

Com relação às fontes, estas aparecem em 45% dos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, e em 46% na Folha de S. Paulo. Menos da metade das peças que mobilizaram os argumentos legitimadores utilizaram recursos argumentativos para embasar seu ponto de vista. Acerca do tipo de fonte utilizada, o *Elemento legal/jurídico* foi o que mais apareceu em ambos os periódicos. Em segundo lugar aparece *Pesquisas de opinião* no OESP e *Estudos específicos* na FSP.

Embora as fontes apareçam em menos da metade das peças editoriais, vale ressaltar a forma como estas foram mobilizadas pelos periódicos. Chama atenção os tipos de fontes que foram mencionadas nos textos. O uso do *Elemento legal/jurídico* justifica-se por conta da atenção dada ao aspecto legal do impeachment de Dilma. Como vimos anteriormente, a FSP e OESP defenderam a legitimidade do processo afirmando que este seguia as leis brasileiras, e respeitava os ritos definidos pelo STF. Nesse sentido, a menção às leis e às falas de juristas e ministros da Suprema Corte funcionaram como um reforço ao *Argumento legal* defendido pelos jornais.

As *Pesquisas de opinião* e os *Estudos específicos* – geralmente direcionados à análise da economia brasileira – apareceram em segundo lugar. Aqui chama atenção que esses recursos argumentativos se aproximam daqueles utilizados nas seções informativas, que têm como finalidade assegurar a objetividade do texto. Isso indica que, mesmo na seção editorial, que é o seu lugar de fala, os jornais tomam cuidado ao manifestar suas posições,

principalmente porque é a sua imagem que está em jogo perante a audiência (FIRMSTONE, 2008; FAUSTO NETO, 2008).

Outra questão importante é que *Figura ou personalidade política* foi pouco mobilizado pela FSP e por OESP. Considerando-se que os periódicos utilizam os editoriais para pautar o debate público e, principalmente, para pressionar o sistema político sobre suas preferências (EILDERS, 1997; EILDERS, 1999), chama atenção o fato de que os atores políticos praticamente não apareceram nos textos. Acredita-se que esta tenha sido uma estratégia, consciente ou não, dos jornais para tentar assegurar sua independência em relação aos atores políticos envolvidos no julgamento do impeachment. Não mencionar esses atores nas peças editoriais, é uma forma de garantir que a posição apresentada no texto, não seja associada à interesses de grupos ou atores políticos específicos.

Citar poucos políticos é uma forma de garantir que o jornal não seja associado diretamente aquele indivíduo, mostrando, dessa forma, que o jornalismo praticado pela instituição está a serviço do bem comum, e não de interesses particulares. Por fim, as noções de “opinião pública” e de “a vontade da maioria dos brasileiros”, bastante utilizadas nos editoriais sobre o impeachment, são, portanto, uma estratégia para justificar as posições defendidas pelos jornais (FONSECA, 2005). Dessa forma, a análise dos editoriais da FSP do OESP sobre o impeachment indica que, ambos os periódicos, se colocaram como representantes dos interesses não só de seus leitores, mas também, dos brasileiros de forma geral.

Neste capítulo, apresentamos os principais resultados da pesquisa. A análise do *corpus empírico* indicou que a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo produziram uma cobertura editorial sobre o impeachment voltada à legitimação do processo. Em ambos os jornais foi possível notar a presença de argumentos que legitimam o afastamento de Dilma. Outro ponto que chamou atenção foi o modo como os editoriais construíram sua narrativa sobre o processo. A FSP e OESP apresentaram uma cobertura editorial propositiva sobre o impeachment, entendido como a solução para os problemas que o Brasil enfrentava. Os periódicos construíram uma argumentação, que utilizava mais de um aspecto do processo, mobilizando de forma conjunta os argumentos legitimadores. Por fim, percebemos que os jornais priorizam questões diferentes do impeachment de Dilma, uma vez que, o argumento legitimador mais utilizado variou na Folha de S. Paulo e no O Estado de S. Paulo.

Na próxima seção, apresentaremos as considerações finais sobre os achados da pesquisa.

## 7. À guisa de conclusão

A análise elaborada por esta dissertação teve como objetivo investigar o debate jornalístico sobre o impeachment de Dilma Rousseff, nos editoriais da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo. Defende-se que a análise dos editoriais possibilita compreender as posições defendidas pelos jornais, acerca do processo, bem como, as estratégias utilizadas por estes para construir sua argumentação. Nesse sentido, a investigação das publicações apontou para uma cobertura editorial interessada em legitimar o afastamento de Dilma.

A mobilização dos argumentos para legitimar o impeachment de Dilma esteve atrelada à desconstrução da imagem da presidenta e de seu governo. Ao longo das publicações, os jornais construíram uma argumentação baseada, principalmente, nos erros econômicos cometidos por Dilma e na sua incapacidade de continuar à frente da presidência. Nesse sentido, a análise desta pesquisa sugere que o debate editorial feito pela Folha de S. Paulo e por O Estado de S. Paulo apresentou o impeachment de Dilma como uma solução institucional para os problemas do Brasil.

A esse respeito, vale comentar sobre o modo como os rumores e notícias falsas – ou *Fake News* –, divulgadas durante o processo, reforçaram a imagem do impeachment como solução. Segundo Silveira et al. (2017) na semana que antecedeu a abertura do impeachment, três das cinco notícias mais compartilhadas no Facebook eram falsas. Piaia (2018) argumenta que as organizações e grupos de direita do país apostaram na produção e circulação de *Fake News*, como ferramenta para deslegitimar Dilma e seu governo.

A discussão apresentada em ambos os trabalhos sugere que a divulgação das notícias falsas contribuiu com a desestabilização do governo e com o fortalecimento de um ambiente favorável ao afastamento de Dilma. Considerando-se ainda os argumentos utilizados pelos jornais ao discutir o processo, percebe-se a prevalência de uma estrutura comunicacional interessada em legitimar o impeachment de Dilma. Embora a pesquisa não tenha identificado o grau de influência do debate editorial sobre a agenda institucional do processo, esta sugere que, de modo geral, as peças reforçaram a imagem do impeachment como a solução para os problemas que o país enfrentava.



Vale ressaltar que, o estudo dos editoriais é um campo de discussão ainda pouco explorado pelas pesquisas em Comunicação Política. Como se sabe, as peças são responsáveis por apresentar os valores e as opiniões defendidas pelas instituições de comunicação. Justamente por representar a posição institucional dos periódicos, o estudo dos editoriais oferece condições analíticas, para compreender como os jornais se posicionam sobre os acontecimentos, bem como, a forma como os fenômenos políticos são retratados em sua cobertura.

É a partir deste entendimento, que a presente pesquisa foi elaborada. O estudo da cobertura editorial do impeachment de Dilma, na FSP e no OESP, permitiu identificar o tratamento dado ao processo e as interpretações mobilizadas pelos jornais, para caracterizar o seu afastamento. Considera-se que a análise elaborada por esta dissertação, contribuiu para o entendimento das estratégias utilizadas pelos jornais para se posicionar, sem que isto prejudique sua imagem perante os leitores. Se apresentar como representantes dos interesses da “opinião pública” ou da “maioria dos brasileiros”, é a tática que as instituições de comunicação utilizam para validar as posições defendidas nas peças editoriais.

Outro ponto de contribuição, diz respeito sobre as diferenças na cobertura editorial dos periódicos. Parte da literatura produzida sobre os jornais brasileiros aponta para uma homogeneização da cobertura jornalística (MIGUEL, 2003; AZEVEDO, 2018; ALBUQUERQUE, 2019). Segundo essa discussão, as organizações de comunicação brasileiras tendem a apresentar recortes semelhantes sobre os assuntos (ALBUQUERQUE, 2019). Os resultados desta pesquisa abrem caminho para a análise desta questão. Percebemos que embora a cobertura editorial da FSP e do OESP se aproximem, em certos sentidos, estas apresentam alguns pontos de distinção.

Os jornais deram prioridade a argumentos diferentes para legitimar o impeachment de Dilma, bem como, mobilizaram um teor distinto na hora de se posicionar. Isso indica que os periódicos utilizam estratégias diferentes em sua cobertura editorial. A investigação dos editoriais permite, portanto, identificar não só os pontos de aproximação, mas, principalmente, as diferenças entre os jornais. Dessa forma, o estudo sobre a cobertura editorial enriquece a discussão sobre o Jornalismo brasileiro, na medida em que, abre caminho para um melhor entendimento de como operam as empresas de comunicação.

A análise empírica foi fundamental para que se chegassem aos resultados da dissertação. Não trabalhar com categorias prévias permitiu que os dados fossem explorados de forma detalhada, e que as categorias analíticas fossem referenciadas pelo corpus empírico. Nesse sentido, defende-se que a *Grounded Theory* é uma abordagem metodológica que muito tem a contribuir com os estudos sobre jornalismo. Uma vez que, a compreensão do modo como atuam as instituições de comunicação, está atrelada à análise do material produzido por estas, percebe-se que, os pressupostos de investigação empírica, elaborados pela TFD contribui para que as aproximações e diferenças entre as coberturas sejam identificadas.

As considerações desta pesquisa podem ser exploradas de diversas maneiras, como, por exemplo, a análise sobre a influência da cobertura editorial do impeachment sobre as decisões dos parlamentares brasileiros. Para isso é necessário analisar comparativamente a agenda editorial dos jornais e agenda política do impeachment de Dilma. Outro ponto de análise, pode ser a comparação do editorial com outros formatos textuais, como, por exemplo, o texto informativo. Por fim, a inclusão de novos meios de comunicação, como as mídias sociais (Facebook, Instagram, Blogs, WhatsApp, entre outros), ofereceriam novas possibilidades de investigação sobre o debate público do impeachment de Dilma.

## Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão**: o dilema institucional brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, pag. 5- 34.

ALBUQUERQUE, Afonso de.; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. **COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONSUMO**. São Paulo, vol. 5 n. 14 pag. 149 – 170, nov. 2008.

ALBUQUERQUE, A. Protecting Democracy or Conspiring Against it ? Media and Politics in Latin America: A Glimpse from Brazil. **Journalism** 20 (7): pag. 906–923, 2019.

AMORIM NETO, Octavio. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais** [online]. 2016, n.52, pp.43-54. ISSN <1645-9199>.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 460 p.

**ARQUITETOS do poder**: história da comunicação política brasileira. Direção: Vicente Ferraz, Alessandra Aldé. Brasil: 2010. 100 min., p&b.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, 154 p.

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, pag. 88-113.

\_\_\_\_\_. Agendamento da política. In: RUBIM, A. (Ed.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. pag.41-71

\_\_\_\_\_. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Revista Eco-Pós**, v. 12, n. 3, p. 48-65, 2009.

\_\_\_\_\_. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270-290, 2018.

BELTRÃO, L. Teoria e prática do jornalismo. Adamantina (SP):FAI, 2006. 146 pag.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 21., 2012, Juiz de Fora (MG). **Anais...** Juiz de Fora: Compós, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, jan.-jul., 2011, pag. 193-216.

BRONOSKY, M. Entrevista concedida à Patrícia Paixão por e-mail e WhatsApp. 17 jul. 2017.

CAPELLA, Ana Cláudia N.; BRASIL, Felipe G.; ALVES, Renan do P.. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. *In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIENCIA POLÍTICA*, 10, 2016. **Anais...**Belo Horizonte: ABCP, 2016, n.p.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, R. V. A. **Campanhas eleitorais e comunicação midiática**: ciclos de mudança e continuidade. Fortaleza: Edições UFC, 2013. 377.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada. Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 237, 2012.

CHARMAZ, K. **A Construção da Teoria Fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 em São Paulo. **Teoria e debate**. N. 113, 27 jun. 2013. Disponível em:  
<<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>.

Clarke, A. E.. Situational analyses: *Grounded Theory* mapping after the postmodern turn. **Symbolic Interaction**, 2003, pag. 553-576.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**: Teorias e métodos. LabCom Books, 2011, 249 pag.

CRESWE, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Tradução: Magda França Lopes. 2ª ed. São Paulo: 2013.

DAMGAARD, Mads. Narrating the Mensalão Case: Configurations of Corruption. **Brasiliiana-Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, p. 197-234, 2015.

DEMIER, Filipe. A onda conservadora e o golpe: esgotamento do petismo, ódio de classe e ofensiva burguesa. In: **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. pag. 83- 93.

EILDERS, Christiane. **The impact of editorial content on the political agenda in Germany**: theoretical assumptions and open questions regarding a neglected subject in mass communication research. Berlin: WZB Discussion Papers, FS III, 1997.

Disponível em: < <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/49825/1/246100885.pdf>>.

Acessado em 01 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Synchronization of Issue Agendas In News and Editorials of the Prestige Press in Germany. *Communications* 24, 1999, pag. 301-328.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização”. **Matrizes**. São Paulo, ano 1, n° 1, 2008, pag. 89-105.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIRMSTONE, Julie. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards europeu. **Journalism Practice**, Vol. 2, No 2, 2008, pag. 2012-229.

\_\_\_\_\_. Editorial Journalism and Newspapers Editorial Opinions. **COMMUNICATION**, 2019, pag. 01- 24.

Folha de S. Paulo (2016). Disponível

em:<<https://m.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml?mobile>>. Acessado em 30 de ago. de 2020.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FORTE, E. C. N. et al. A Hermenêutica e o software Atlas.ti: união promissora. In: *Texto & amp.; Contexto - Enfermagem*, v. 26, n. 4, 2017.

FRIESE, S. **Qualitative Data Analysis with ATLAS. Ti**. [s.l.] SAGE, 2014.

\_\_\_\_\_. ATLAS.ti8 Windows - User Manual. Berlin, 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Verbete temático.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>.

Acessado em 29 de ago. de 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Verbete temático.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>.

Acessado em 30 de ago. de 2020.

GRADIM, A. Os gêneros. In: \_\_\_\_ **Manual de jornalismo**. Covilhã: Serviços gráficos da Universidade da Beira Interior, 2000. Cap. 5, pag. 57-102.

GOMES, W. S.. Sobre a transformação da comunicação e política na era da comunicação de massa. In: **XIII Encontro Anual da Compós**, 2004, S. Bernardo do Campo - SP. XIII Encontro Anual da Compós, 2004.11.

GOMES, W. S.. Negociação Política e Comunicação de Massa. In: XI Reunião Anual da Compós, 2003, Recife. **Anais da XI Reunião Anual da Compós**. Recife: Compós, 2003.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, pag. 199-223.

GUTMANN, J. F. Quadros Narrativos Pautados pela Mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? Contemporanea: **Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 4, n. 1, pag. 25-50, 2006.

ITUASSU, A. O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: uma análise das seções de opinião de O Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre (RS). **Anais...** Porto Alegre: Compós, 2011.

KUCKARTZ, Udo. **Qualitative Text Analysis: A Guide to Methods, Practice and Using Software**. [S.l.]: SAGE, 2014.

LAMEIRÃO, Camila Romero. **A casa civil e a gestão da coordenação política governamental no presidencialismo de coalizão brasileiro, 1995-2010**. Revista Ibero-americana de estudos legislativos - FGV. Rio de Janeiro. n.4, 2015.

LAPERRÈRE, A. A teorização enraizada (Grounded Theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LEISTER, Ana Carolina; CHIAPPIN, José R. N. A Teoria da Democracia de Giovanni Sartori: Uma Defesa da Democracia Representativa. **Revista Política Hoje - 2ª Edição** - Volume 22, 2016, pag. 65-86.

LE SPHINX DÉVELOPPEMENT. **Sphinx Plus 2**: Logiciel de traitement d'enquêtes et d'analyse de données. Paris: [s.n.].

LIMA, Venício A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006, 174 p.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos- CEBRAP** .76, nov. 2006, pag. 17-41.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos**, n. 109, p. 78-97, 2017.

MALINI, Fabio *et al.* VemPraRua: Narrativas da Revolta brasileira. In: **XXII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (Alaic), Faculdade de Ciências e Artes da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), Peru**. 2014.

MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo**. 1997. Disponível em <



[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_29/rbcs29\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm)>. Acesso em 2 fev. 2015.

MANTOVANI, Denise Maria. **A cobertura jornalística do Bolsa Família** – um estudo de caso da interpretação entre os campos político e jornalístico. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2009).

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MIOLA, Edna. Deliberação mediada: uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**. Portugal, v. 7, n. 1, 2010, pag. 1-28.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil A. et al.. Similar, but not the same: Comparing Editorial and News Agendas in Brazilian Newspapers. **Journalism Practice**, pag. 01-21, 2019. DOI: 10.1080/17512786.2019.1684833.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil A. et al.. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (OBS\*) Journal**, pag.224-245, 2018. DOI:1646-5954/ERC123483/2018.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão – São Paulo: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003. v. 1. 238 pag.

\_\_\_\_\_. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MÁXIMO, Helena Cristina. **A presença da mídia na ação política**: evidências de uma influência discursiva. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MAYRINK, J. M. **No espaço dos textos censurados, versos de Camões**. 2015. Disponível em <<https://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/estadao-140-anos/historico.html#censura>>. Acessado em 29 agosto. 2020.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media, **Public Opinion Quarterly**, 36, 1972, pag. 176-187.

MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MELO, Marcus A. "Hiperconstitucionalização e Qualidade da Democracia: Mito e Realidade", in C. R. Melo e M. S. Alcântara (orgs.), *A Democracia Brasileira. Balanços e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, **Ed. UFMG**. 2007, pag. 237-265.

MELO, José M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 130-159, 2017.

MIGUEL, Luís F.; COUTINHO, Aline de Almeida. A Crise e Suas Fronteiras: Oito Meses de ‘Mensalão’ Nos Editoriais Dos Jornais.” **Opinião Pública**, 2007. 13(1): pag. 97–123.

MIGUEL, Luís. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), pag. 123–140, 2003.

\_\_\_\_\_. Os meios de comunicação e a prática política. **LUA NOVA**, [S.I] Nº 55-56. 2002.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001.

\_\_\_\_\_. **Democracia e representação: territórios em disputa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014. 331 pag.

\_\_\_\_\_. **O colapso da democracia no Brasil: Da Constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019, 216 pag.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, Niterói, v. 28, n. 3, pag. 93-115, 2013.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MONT'ALVERNE, Camila. A agenda de pesquisa sobre editoriais jornalísticos: um mapeamento das produções acerca do tema. **Lumina**, v. 11, n. 3, p. 152-172, 30 dez. 2017.

NASCIMENTO, Leonardo F. Combinando webscraping em R e ATLAS.tina pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital. In: **18º Congresso de Sociologia**. Brasília, jul. 2017.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAIVA, D. et al.. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva” *Opinião Pública*, 22 (3), 2016, pag. 638-674.

PAIXÃO, Patrícia. Linha editorial no Jornalismo brasileiro: Conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. **Revista ALTERJOR**, ano 08– v. 01 Edição 17 – jan.-jun. de 2018, pag. 90-108.

PARANHOS, R. et al. Uma introdução aos métodos mistos em Ciência Política. In: **Sociologias**, v. 18, n. 42, 19 ago. 2016.

PENA, Felipe. Sistematizações das teorias do jornalismo em abordagens europeias, brasileiras e americanas. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 29, num. 2, jul.-dez., 2006, pag. 39-54.

PEREIRA, Ilídio Medina. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira**. 2011. 238 f. Tese (Doutorado). Curso de Comunicação Social, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PESSOA, Camila Mont'Alverne Barreto de Paula. **Pródigo em decisões contra o interesse público: imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais o Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**. 248 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016).

PIAIA, Victor Rabello. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -UFJF** v. 13 n. 2, dez. 2018, pag. 22-39.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três estrelas, 2012.

PONTES, J. A. V. **Um jornal para defender a República**. 2015. Disponível em <<https://infograficos.estadao.com.br/especiais/estadao-140-anos/historico.html>> Acessado em 29 agosto de 2020.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. (Ed.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p.73-104.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 33, n° 96, pag.01-21, 2018.

PRIOR, Helder. O escândalo político como experiência narrativa. **Brazilian journalism research**, vol. 11, n. 2, 2015, pag.100-119.

REIS, Fabio Wanderley. Crise Política: a “opinião pública” contra o eleitorado”. In, (Org.) MIGUEL Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Encruzilhada da Democracia**. Porto Alegre, Editora ZOUK, pag.15-44. 2017.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

R TEAM CORE. R. **A language and environment for statistical computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2014. Disponível em: <<http://www.R-project.org/>>. Acessado em: 04 nov.2019.

ROSSETTO, Graça P. N.; SILVA, Alberto M. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 98-114, 2012.

SANTOS, José Luís G. dos et al., Análise de dados: comparação entre as diferentes perspectivas metodológicas da Teoria Fundamentada nos Dados. **Rev. esc. enferm. USP**. vol.52. São Paulo, 2018, Epub: apr. 12, 2018.

SANTOS, Marcelo A. dos. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. TESE (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro, Zahar/ Brasília, Editora Universidade de Brasília. ([1976] 1982).

SCHERER-WARREN, Ilse. MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, pag. 417-429, mai.-ago.. 2014.

SILVEIRA, Ada; SANCHOTENE, Carlos; LAVARDA, Suélen. Quando as notícias mais compartilhadas são falsas: a circulação de boatos durante a semana do

impeachment no Facebook. In: **Comunicação & Informação** (UFG), v. 20, 2017. p. 99-112.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos - CEBRAP** [online]. 2013, n.97, pag.23-40. ISSN <01013300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.>

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 122.

SOARES, Felipe B.; RECUERO, Raquel. A Argumentação dos Deputados na Votação do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**, nº 27, vol. 1, 69-85, 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SPANNENBERG, Ana Cristina M.; BARROS, Cindhi Vieira B. B. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.230-250, maio. 2016.

TAROZZI, M. **O que é Grounded Theroy?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Tradução: Carmen Luzi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TATAGIBA, Luciana *et al.* “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”. In: CRUZ, Sebastião Velasco *et al.* (Org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pag. 197-212.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, pag. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, pag. 112-135, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. 145 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005, 224p.

TEIXEIRA, Alex N.; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun., pag. 94-113, 2001.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1972.

\_\_\_\_\_. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978. 256 pag.

URBINATI, Nadia — “Representation as advocacy: a study of democratic deliberation”. *Political Theory*, vol. 28(6). **Thousand Oaks**, 2000, pag. 758-86.

VENANCIO, R. **Jornalismo e linha editorial**: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as “teorias intermediárias”: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – BH/MG – 02- 06 set. 2003.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol II. Número 1. 1<sup>o</sup> semestre de 2005. p. 13-21. Florianópolis, UFSC.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

ZUCCO, C.; SAMUELS, D. “Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil”, 2015 (work in progress). Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/cesar.zucco/>>.



## ANEXOS

Relatório de títulos dos editoriais do OESP gerado pelo Sphinx.

### **Títulos OESP**

433 al

A advertência de Dilma

A ameaça petista

A autonomia e a missão do BC

A crise e as apostas do mercado

A crise não dá trégua

A exportação do vexame

A falácia da legitimidade

A farsa da 'repactuação'

A força do PMDB e PSDB

A força do populismo

A grave advertência do Copom

A gravidade das pedaladas

A herança do desemprego

A ilusão convertida em crise

A imprudência de Dilma

A impunidade de Cunha chega ao fim

A incrível ameaça da Unasul

A indústria reage

A jurisprudência do berro

A lei dos botocudos

A luta pela boquinha sindical

A missão de Temer

A paciência acabou

A política do Velho Oeste

A remoção necessária

A responsabilidade da oposição

A responsabilidade direta de Dilma

A tática da procrastinação

A utilidade da comissão do impeachment

A vassalagem de Dilma a Lula

A verdade do impeachment

A 'justiça' segundo o PT

A índole do lobo

Acintosamente parcial

Afoita por mudar a lei

Agora a presidente quer 'diálogo'

Antes tarde do que nunca

Apenas a lei

Apenas um arroubo?

Aperta-se o cerco

As apostas do mercado

As bases do Orçamento  
As habilidades de Dilma  
As lições de um julgamento  
As pedaladas de 2015 e o TCU  
As pedaladas e a democracia  
As pedaladas em detalhes  
Atitude irresponsável  
Barbas de molho  
Blogs com dinheiro público  
Blogueiros chapa branca  
Bomba ambulante  
Bondades versus confiança  
Cenário pior, governo travado  
Chegou a hora de dizer: basta!  
Choque nos Correios  
Chumbo trocado  
Com alívio, mas sem perdão  
Combater a corrupção  
Competência e habilidade  
Conchavos e contradições  
Condições para voltar a crescer  
Confusão de Poderes  
Confusão é tudo o que Lula quer  
Contra o direito e a razão  
Corrupção e crise econômica  
Corrupção, impeachment e reforma  
Corte de juros e inflação  
CPI condena Lava Jato  
Crime é o que não falta  
Crise moral  
Decência e competência  
Depois do desastre, o esquecimento  
Desaparelhando o governo  
Desrespeito ao Supremo  
Dever de esclarecer  
Diálogo para boi dormir  
Dilma em 'proveitoso diálogo'  
Dilma leva um pito  
Dilma nas mãos de Renan  
Dilma, a realidade e a fantasia  
Dilma, o Fed e o rebaixamento  
Do que o País vai se livrar  
e costas para a realidade  
E hora de cair na real  
E hora de despedir Cunha  
É tudo jogo de cena

Em jogo o projeto lulopetista  
Escalada irresponsável  
Esgares de intolerância  
Esperando agosto  
Espetáculo deprimente  
Espírito público e coragem  
Farinha do mesmo saco  
FHC e a tormenta petista  
Ficção e pieguice  
Fim de feira  
Gente na rua é poder?  
Governo de uma nota só  
Guerra ao Estado de Direito  
Ignorância e ousadia  
Impeachment é o melhor caminho  
Impeachment não é o epílogo  
Inépcia, déficit e recessão  
Inexplicável sobrevivência  
Isso, sim, é golpe  
Judiciário sustenta Lava Jato  
Juro maior num cenário pior  
Limites da boçalidade  
Lula assume o comando geral  
Lula quer mais do mesmo  
Marginais em ação  
Melhorar a comunicação  
Mentiras até o último minuto  
Metas para o pós-Dilma  
Na bacia das almas  
Nem ouriço, nem raposa  
No apagar das luzes  
No fim, perdemos todos  
No reino da hipocrisia  
O abraço dos afogados  
O ajuste e os impostos  
O bom senso interrompido  
O Congresso que Dilma criou  
O conselheiro da presidente  
O desespero de Dilma  
O entulho começa a ser removido  
O estranho pedido de Janot  
O fantástico mundo do PT  
O fim do torpor  
O FMI e os planos de Temer  
O golpe sem o impeachment  
O grande derrotado

O homem que sabe demais  
O impeachment a um passo  
O inconformismo de Dilma  
O jogo de quem já perdeu  
O jogo que prolonga a crise  
O jogo sujo da desinformação  
O julgamento  
O lado social da crise  
O mal que Cunha faz  
O mal que Renan faz  
O medo vence a esperança  
O não a Dilma persiste  
O ônus da interinidade  
O papel do Supremo  
O parto da montanha  
O pastelão do rebaixamento  
O País à matroca  
O País e seu governo  
O País em modo de espera  
O peso do PMDB e das ruas  
O PMDB quer mais  
O populismo no banco dos réus  
O preço da conversão  
O projeto totalitário do PT  
O PT abre o jogo  
O que Dilma pode oferecer  
O que os brasileiros querem  
O reajuste do funcionalismo  
O sequestro da democracia  
O Supremo e o impeachment  
O vale-tudo de Dilma  
O 'povo' que apoia Dilma  
O 'rei' está nu  
Os descaminhos de Dilma  
Os doze inquéritos de Renan  
Os efeitos da decisão do TCU  
Os políticos que temos  
Os vendilhões do Planalto  
Otimismo e transparência  
Otimismo irresponsável  
Parlamentarismo de ocasião  
Pausa na irresponsabilidade  
Política, Justiça e bom senso  
Populismo desmoralizado  
Por que Dilma não pode voltar  
Por que Levy continua?

Pressão sobre Maduro  
Prevalece o bom senso  
Prevaricação  
PSDB cumpre seu papel  
PT também desiste de Dilma  
Quando a instituição prevalece  
Quanto antes melhor  
Questão de compostura e decoro  
Ranço colonizador  
Reagindo à desinformação  
Realismo contra a inflação  
Recurso de desesperados  
Retórica singela  
Retorno à irrelevância  
samba do partido doido  
Sintomas de desespero  
Só faltava essa  
Só restou a truculência  
Sob o império da lei  
Soberba, autoritarismo, incompetência  
Sobre o 'despudor democrático  
Tarde demais  
TCU põe governo contra a parede  
Teoria e prática do lulopetismo  
Terra arrasada  
Torcer contra só piora  
Tudo sob o império da lei  
Tudo tem sua hora  
Um cenário mesquinho  
Um dia decisivo  
Um festival de disparates  
Um fio de esperança  
Um Itamaraty altivo  
Um Nero mambembe  
Um país sem heróis  
Um povo que não foge à luta  
Um tigre de papel  
Um tiro pela culatra  
Uma chance para avançar  
Uma chance para Dilma  
Uma corrida contra o tempo  
Uma decisão acertada  
Uma decisão controvertida  
Uma ideia preocupante  
Uma luz no fim do túnel  
Uma visão equivocada

Vigilância responsável

Vitórias de Pirror

Fonte: LE SPHINX DÉVELOPPEMENT, 1986.

**Figura 16-** Relatório de títulos dos editoriais da FSP gerado pelo Sphinx.

**TÍTULOS FSP**

A comissão e as ruas

A consciência de Cunha

A defesa de Dilma

A sangria continua

A última de Cunha

A voz do STF

Ação imediata

Acima dos partidos

Acossada

Ainda o rito

Algo melhor

As surpresas de Cunha

Atração irresistível

Avalanche

Batalha perdida

BC emparedado

Blindagens à vista

Carga política

Cedo ou tarde demais

Cerco à pedalada

Chega de Cunha

Clima de coexistência

Compasso de espera

Concessões demais

Conselho de elite

Contagem final

Crise ininterrupta

Danos econômicos

De Itamar a Dilma

De março a abril

De todos os lados

Decisão da câmara

Desconcerto

Desconversa

Destino selado

Dilemas tucanos

Dilma e o pêndulo

Dilma reage

Disputa inglória

Dizer o óbvio

É o fim

Eleição constitucional

Em busca de unidade

Esperança e realidade

Falta pouco

Folia parlamentar

Fora de hora

Forma, não conteúdo

Golpe na ONU

Guerra de trincheiras

Imagem em jogo

Incertezas em jogo

Incidentes perigosos

Incógnitas sobre zika

Isolada e a deriva

Labirinto ministerial

Liquidação no Planalto

Lógica no hospício

Lula réu

Luz nos bastidores

Luzes sobre o TCU

Manobra protelatória

Meia-volta

Nas cordas

O fim e o princípio

O legado de Dilma

O papel de cada um

O papel do Supremo

O país tem pressa

O recado do dólar

O vício contra o vício

Os dois lados da crise

Os donos da festa

Otimismo cauteloso

Página virada

Paradoxo econômico

Pausa na economia

Pedaladas em questão

Por um triz

Pouca transparência

Preparando o concerto

Presidência anômala

Pressa, sem atropelo

Primeira crise

Prudência suprema

Quatro recessões

Recesso de resultados

Recuperar, desarmar

Reforma insuficiente

Riscos do gradualismo

Rito organizado

Ritos e esperas

Ruídos preocupantes

Sem bananas

Sem condições

Sem empolgação

Sem passo atrás

Sem recesso

Sem saída

Sem tempo a perder

Surpresa grotesca

Temer em seu tabuleiro

Tensão renovada

Tentações de Dilma

Trio de horrores

Triplo sequestro

Vácuo de legitimidade

Fonte: LE SPHINX DÉVELOPPEMENT, 1986.